

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM PERSPECTIVA
COMPARADA:
a formação de uma moral estamental do dever entre pesquisadores**

PORTO ALEGRE
2014

DANIEL GUERRINI

**O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM PERSPECTIVA
COMPARADA:
a formação de uma moral estamental do dever entre pesquisadores**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito
parcial para a obtenção de título de Doutor em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi

Co-Orientador: Prof. Dr. Renato de Oliveira

Porto Alegre
2014

CIP - Catalogação na Publicação

Guerrini, Daniel

O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM
PERSPECTIVA COMPARADA: a formação de uma moral
estamental do dever entre pesquisadores / Daniel
Guerrini. -- 2014.

232 f.

Orientador: Luciano Joel Fedozzi.

Coorientador: Renato de Oliveira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Sistemas de ensino superior. 2. Sociologia
brasileira. 3. Método comparativo. 4. Sociologia da
ética. I. Fedozzi, Luciano Joel , orient. II. de
Oliveira, Renato, coorient. III. Título.

DANIEL GUERRINI

**O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM PERSPECTIVA
COMPARADA:
a formação de uma moral estamental do dever entre pesquisadores**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito
parcial para a obtenção de título de Doutor em
Sociologia.

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Elizabeth Balbachevsky – Universidade de São Paulo

Prof. Dr. José Carlos Köche – Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Máira Baumgarten Corrêa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2014

a Sara e Davi,
que me completam,
cada qual a sua maneira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Professor Dr. Renato de Oliveira, pelo trabalho de orientação e, desde 2013, co-orientação da tese. Agradeço por suas críticas, leituras e sugestões. Agradeço também ao Professor Dr. Renato de Oliveira pelo incentivo em realizar o doutorado sanduíche, tendo me colocado em contato com o Professor Ph.D. Tapio Varis e ter, assim, permitido minha ida à Finlândia, de longe uma das experiências mais gratificantes de minha formação acadêmica e que enriqueceu sobremaneira esta tese. Quanto às lacunas que persistem neste trabalho, são obviamente de minha inteira responsabilidade.

Agradeço ao Professor Dr. Luciano Joel Fedozzi, cujas contribuições muito me auxiliaram, primeiro como membro da Banca de Qualificação desta tese, em 2011, e, a partir de 2013, como orientador, tendo prontamente aceitado o fardo já com o doutorado em andamento.

Agradeço aos pesquisadores brasileiros e finlandeses que aceitaram ser entrevistados e participar desta pesquisa.

Agradeço aos professores membros da banca examinadora, por se disporem à leitura crítica deste trabalho e que fazem da defesa de minha tese um desafio e uma honra, tamanha a sua estatura intelectual e acadêmica. Fui muito feliz em receber respostas positivas de todos.

Agradeço especialmente ao Professor Ph.D. Tapio Varis, dedicado pesquisador e professor Emérito da Universidade de Tampere, que tornou possível meu Doutorado Sanduíche e contato com o Higher Education Group (HEG) desta universidade. A dedicação integral e a convicção com que executa seus projetos foram pra mim referência durante esses anos de treinamento doutoral.

Agradeço aos membros do HEG, da Universidade de Tampere (UTA), que me receberam calorosamente em meu período de estágio doutoral, fazendo-me esquecer que do outro lado das janelas vedadas e de camadas duplas de vidro a temperatura podia chegar à -29°C. Gostaria de mencionar em especial o Professor Ph.D. Seppo Hölttä, chefe e coordenador do grupo, e Anu Lyytinen, pesquisadora da UTA, que lá me orientaram. Agradeço também a Jussi Kivistö, Yuzhuo Cai, Vuokko Kohtamäki, Elias Pekkola, Yulia Shumilova e Henry Mugabi, todos membros do HEG e que, em diversos momentos, me auxiliaram, lendo meus esboços e me apontando os caminhos da universidade e da vida na Finlândia. Meus sinceros agradecimentos a Laura Viitanen e Jussi Kivistö, que rapidamente me ajudaram a conseguir um colchão e um edredom para o apartamento em que residi em Tampere. Sou grato à Laura por toda atenção que lá recebi de sua parte, por sua compreensão e pelos bons momentos de

café no departamento, onde sanávamos nossas curiosidades mútuas a respeito de países tão culturalmente distintos. Sou também grato a Henry Mugabi, com quem dividi sala na Universidade de Tampere, durante todo meu tempo de pesquisa, e que me acompanhou em uma visita ao O'Connell's Irish Bar na semana de minha chegada ao país.

Sou grato à CAPES pelo auxílio que recebi durante todo tempo de pesquisa de mestrado e de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Agradeço também pelo auxílio desta Comissão, que tornou possível a realização do estágio doutoral em Tampere, Finlândia. Durante esses anos pude me socializar no ambiente de pesquisa científica brasileiro e pretendo continuar dedicando-me profissional e reflexivamente ao mesmo. Acredito que o reconhecimento do caráter profissional das atividades desenvolvidas dentro da universidade brasileira por estudantes de mestrado e doutorado seja um próximo e importante passo para a racionalização de nosso sistema de ensino superior. Gostaria de ver isso no horizonte das políticas sendo formuladas por esta e outras agências de fomento, que, nos últimos tempos, tem elevado o número de bolsas concedidas para a realização de estudos no Brasil e no exterior.

Agradeço aos meus familiares, que sempre me apoiaram e incentivaram, direta ou indiretamente e, sem os quais, certamente, todo percurso seria mais árduo. Ao meu filho, com quem dou risadas de coisas que, de outro modo, passariam despercebidas. À minha irmã, Meggie, pelas longas conversas e seus serenos conselhos. À minha irmã, Julie, por sua compreensão e ajuda. Ao meu pai, cuja experiência como acadêmico foi já tema de muitas conversas e ajudou suscitar meu interesse pelo estudo dessa temática. À minha mãe, que descansa em minhas lembranças.

Agradeço finalmente aos amigos e amigas que permitem sublimar a rotina da vida cotidiana.

A origem desta obra é uma convicção. A razão que comanda a ação e que é o bem de todos constitui a resposta mais adequada ao inaceitável. *Pour une Sociologie de L'Éthique, de Paul Ladrière.*

RESUMO

Nesta tese discute-se a formação moral de pesquisadores de áreas tecnológicas e de engenharias de universidades brasileiras e finlandesas em perspectiva comparada. Buscou-se compreender como os cientistas desses ambientes justificam a necessidade de a sociedade e os governos apoiarem suas atividades profissionais. Para tanto foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas com esses pesquisadores, cujos temas centrais eram a motivação em perseguir uma carreira acadêmica e a percepção sobre o reconhecimento social de suas atividades. As perguntas das entrevistas tinham como fim fazer os pesquisadores justificarem suas atividades profissionais, explicitando assim sua formação moral. Os entrevistados, então, expuseram sua percepção em relação a seu papel e sua importância na sociedade enquanto cientistas. Tais justificativas morais são explicadas a partir de sua relação com o contexto social e cultural a que pertencem. Tal relação foi objeto de análise histórica e estrutural, mapeando a configuração institucional do sistema de ensino superior de cada país e a formação histórica desta configuração através dos processos de racionalização social e cultural. Conclui-se que, no Brasil, o processo de institucionalização da atividade científica e, em última instância, do sistema de ensino superior não foi legitimado socialmente, interiorizando nos pesquisadores brasileiros uma estrutura motivacional de busca por reconhecimento social, que molda a orientação científica própria de sua atividade profissional. Forma-se, então, entre eles, uma moral estamental, em que o dever profissional dos pesquisadores se refere a uma capacidade de desenvolver a sociedade, que eles alegam ter. Por outro lado, entre os finlandeses, existe uma ética do profissionalismo, em que a noção de dever profissional dos pesquisadores está ligada ao exercício especializado das atividades científicas, se referindo aos valores abstratos de suas atividades e não a uma situação social concreta. Por encontrar-se legitimada a atividade científica neste país, os pesquisadores tem uma percepção clara do papel especializado que desempenham na sociedade finlandesa e de como este se relaciona a outros papéis sociais com os quais interagem no exercício de suas profissões.

Palavras-chave: Sistemas de ensino superior; Sociologia da ética; Racionalização social;

ABSTRACT

In this thesis I discuss the moral formation of technological and engineering areas in Finnish and Brazilian universities in a comparative manner. The aim was to comprehend how scientists of these environments justify the need for society and governments to support their professional activities. To do so, I conducted semi-structured interviews with these researchers, in which the central themes were their motivation to pursue a academic career and their perception about social recognition of their activities. The questions of these interviews intended to make researchers justify their professional activities, showing their moral formation through it. The interviewees then expressed their perception in relation to their role and their importance as scientists in society. Those moral justifications are explained through their relation with the social and cultural context to which they pertain. The relations were object of a historical and structural analysis, highlighting the institutional configuration of the higher education system of each country and the historical formation of this configuration through social and cultural rationalization process. The thesis concludes that in Brazil the institutionalization process of scientific activity and of the higher education system wasn't socially legitimated, internalizing in researchers a motivational structure that seeks for social recognition, which molds the scientific orientation of their professional activities. There forms a status morality between researchers, where their professional duty is referred to their alleged capacity of developing and modernizing society in its whole. On the other side, between Finnish researchers, there exists an ethics of professionalism, in which their duty is attached to the specialized performance of scientific activities, referring itself to the abstract values of these activities and not to a concrete social situation. While scientific activities are socially legitimated in Finland, its researchers have a clear perception of the specialized role they perform in society and how they relate to the other roles with which they interact in their professional exercise.

Key-words: Higher education systems; Sociology of ethics; Social rationalization;

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	p. 29
Quadro 2.....	p. 50
Quadro 3.....	p. 51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Academia Brasileira de Ciências

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

ES – Ensino Superior

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FINHEEC - The Finnish Higher Education Evaluation Council

HEG – Higher Education Group

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IES – Instituição de Ensino Superior

Poli – Escola Politécnica da USP

SES – Sistema de Ensino Superior

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

TEKES - Finnish Funding Agency for Innovation

TUT – Tampere University of Technology

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

UTA – University of Tampere

UE – União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	P. 13
PROBLEMA DE PESQUISA.....	P. 19
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	P. 21
PARTE I.....	P. 33
1 TEORIAS DO ENSINO SUPERIOR.....	P. 33
1.1 Autonomia das Instituições de Ensino Superior.....	P. 33
1.2 Regulação e Autonomia no Ensino Superior.....	P. 35
1.3 Formas de Coordenação dos Sistemas de Ensino Superior.....	P. 37
1.4 Análise das Normas que Regulam o Ensino Superior.....	P. 54
1.4.1 O SES Brasileiro – um caso de Institucionalização Burocrática.....	P. 56
1.4.2 O SES Finlandês – um caso de Institucionalização Público Racional.....	P. 62
1.4.3 As Tipologias de Arranjos Institucionais para a Compreensão dos SES Nacionais.....	P. 66
2 SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ARRANJOS DE COORDENAÇÕES E OS ARGUMENTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE PESQUISADORES.....	P. 69
2.1 As Conexões entre Cultura, Sociedade e Personalidade – A Racionalização de Weber a Habermas.....	P. 71
2.2 O Conceito de Racionalização.....	P. 73
2.3 A Centralidade da Noção de Dever na Determinação de um Agir Racional no Mundo Moderno.....	P. 86
2.4 Racionalização do Mundo da Vida e a Formação Discursiva das Vontades Políticas.....	P. 105
2.5 Estruturas motivacionais dos Cientistas Modernos.....	P. 116
PARTE II.....	P. 123
3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS ESTRUTURAS DE CONSCIÊNCIA MORAL NO BRASIL: A Formação de Estruturas Motivacionais Estamentais e sua Relação com a Racionalização Institucional.....	P. 123
4 FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS SISTEMAS DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL E DA FINLÂNDIA.....	P. 153
4.1 A Universidade Brasileira e o Processo Histórico de Institucionalização	

Burocrática.....	P. 153
4.2 A Universidade Finlandesa e o Processo Histórico de Institucionalização Público Racional.....	P. 178
5 A MORAL DO DEVER ESTAMENTAL E A ÉTICA DE PROFISSIONALISMO EM PERSPECTIVA COMPARADA.....	P. 193
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	P. 207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	P. 224
ANEXO.....	P. 232

INTRODUÇÃO

O tópico desta tese diz respeito à formação de uma visão de mundo moral¹ entre pesquisadores de áreas tecnológicas e como esta dá sentido ao ambiente social no qual os mesmos trabalham. Buscou-se compreender as razões que os pesquisadores brasileiros utilizam para legitimar suas atividades profissionais assim como as suas motivações para as mesmas. Para tanto se realizou uma análise comparada do caso brasileiro com o finlandês, tornando possível então contrastar as diferenças e assim poder melhor explicar as relações entre o ambiente social e a visão de mundo moral desenvolvida pelos pesquisadores no e para o exercício de suas atividades profissionais.

Esse tópico foi escolhido ao se identificarem determinados padrões no discurso de pesquisadores brasileiros quando estes buscam dar legitimidade às suas atividades de pesquisa. Na fase exploratória da pesquisa perceberam-se, através de fontes indiretas, padrões nos discursos de cientistas desde o século XIX, período que coincide com os primeiros esforços pela institucionalização da atividade científica no país. Em linhas gerais, nos argumentos utilizados pelos cientistas aparece uma perspectiva normativa que coloca a ciência como o motor do desenvolvimento nacional, fazendo deste desenvolvimento um dever do cientista. É nesse sentido que se compreende a formação de uma moral estamental do dever entre pesquisadores das universidades brasileiras². A moralidade desenvolvida por esses pesquisadores pretende reservar para seu grupo o papel

-
- 1 Por visão de mundo moral entende-se uma das três esferas da cultura de uma sociedade (ciência, moral e arte) que é incorporada pelos seus agentes como a distinção que fazem entre bem e mal. A discussão mais aprofundada sobre a cultura, as três visões de mundo que a constituem e como estas se desenvolvem será feita na capítulo de número 2.2 sobre o conceito de racionalização.
 - 2 O uso do conceito de formas de classificação estamental pode causar algum estranhamento nesta tese por parecer ser exclusivo de sociedades do passado. Mayer (1967) faz uma distinção entre estado e grupos de status. O primeiro trata da forma de classificação social própria ao feudalismo europeu. Os grupos de status seriam formas modernas com estreita ligação com o sistema de classes. Os estados são próprios a uma sociedade economicamente estável e tem uma posição reconhecida legalmente, o que já não é verdade para os grupos de status. Quando se fala aqui em estamentos e padrões de comportamento estamentais, está se falando de grupos de status que não são exclusivos de sociedades do passado. Entre o estado e os grupos de status existe um processo de afrouxamento e flexibilização na forma de classificação que, no mais, se baseiam sempre no monopólio de um estilo de vida. Por essa razão, Weber (1982) não faz essa distinção, falando apenas em estamentos e/ou grupos de status. Segundo Mayer (1967), a diferenciação de grupos de status, ou estamentais, está ligada ao monopólio publicamente visível de hábitos, costumes, atividades profissionais, vestimentas, etc. É somente isto que se pretende abarcar nesta tese com o uso do conceito em questão, sem implicar que o Brasil tenha de alguma forma estacionado em um passado senhorial ou semi-feudal.

de desenvolver a sociedade, e baseia nisso suas ações enquanto grupo profissional identificado com a investigação racional da realidade. É com esse pensamento moral que o pesquisador brasileiro justifica a necessidade de governo e sociedade darem-lhe apoio de modo geral.

Trabalhou-se com a ideia de que o caso finlandês serviria de contraste para o caso brasileiro por se tratar de um ambiente social em que os valores culturais são mais universalizados que no Brasil. Isto foi possível identificar na comparação das entrevistas realizadas com pesquisadores dos dois países, onde se observaram os valores interiorizados por estes agentes em cada contexto. Os pesquisadores da área tecnológica na Finlândia demonstram uma ética de profissionalismo em suas falas³. Ao tratarem da sua relação com a sociedade de maneira geral, apresentaram um senso realista de que são apenas parte integrante da sociedade, um dos elos na cadeia de ações e relações que caracterizam a sociedade finlandesa, onde desempenham um papel especializado. Os pesquisadores não se sentem desamparados pela sociedade ou governos, tampouco reclamam de falta de reconhecimento de seu trabalho, ao contrário do que ocorre no Brasil. Nesse sentido, sua moralidade se refere ao desempenho de suas atividades ligadas a valores científicos abstratos.

Tanto Brasil como Finlândia são sociedades que já foram dominadas por poderes estrangeiros. Ambas passaram por um processo de independência para a constituição de uma sociedade nacional. O Brasil, até 1822 foi parte do Império Português, enquanto a Finlândia, até 1808, foi parte do Império Sueco, e até 1917 um Grão-Ducado Russo. Mas o percurso histórico de cada sociedade foi bastante divergente, e isso se desdobrou no desenvolvimento dos ambientes de pesquisa em cada uma dessas sociedades. No Brasil, Portugal primeiramente proibiu o ensino superior na sua maior colônia. E, mesmo após a independência, a elite brasileira não levou adiante um projeto de universidade no processo de constituição da sociedade nacional antes do século XX, limitando-se a criar faculdades isoladas de tradição educacional generalista e profissionalizante, sem objetivos com relação à pesquisa científica. Na Finlândia, pelo contrário, o Império da Suécia instituiu uma universidade na cidade de Turku, então capital do território finlandês, em 1640, que gozou de grande autonomia intelectual desde cedo. Durante a dominação russa, a partir de

3 Observe-se que o uso de moral no caso brasileiro e ética no caso finlandês é proposital. Segundo Lalande (1953), os dois termos referem-se à distinção entre bem e mal, entretanto, moral opera tal distinção no plano das normas socialmente aceitas, enquanto a ética o faz no plano da capacidade de julgar dos agentes.

1808, fortaleceu-se a dominação heterônoma e a censura sobre a universidade recrudesciu, mas esta não deixou de existir e foi um importante centro de crítica à opressão, desempenhando um papel importante no desenvolvimento de uma cultura nacional – o que só se começou a verificar no Brasil após 1930.

O processo histórico de institucionalização do ensino superior (ES) nas respectivas sociedades têm implicações na sua dinâmica atual. Analisou-se aqui como a atuação profissional de pesquisadores buscou justificar esse processo de institucionalização, tanto atual como historicamente. A pesquisa procurou articular uma perspectiva estrutural e outra histórica sobre o sistema de ensino superior (SES) de cada país, que, de modo geral, se apresentam dissociadas na literatura. O aspecto estrutural foi investigado principalmente a partir das normas sobre o ensino superior de cada país, observando aí como cada qual se organiza, lançando mão de artigos e outras referências para apreender a dinâmica concreta de cada sistema. Existe uma literatura especializada em ensino superior (ES) que muitas vezes se foca nestes aspectos estruturais e institucionais da organização do SES e ela foi trabalhada aqui no capítulo 1.

A respeito das duas sociedades, tanto a brasileira como a finlandesa, também se fez uma pesquisa histórica do seu desenvolvimento sociocultural e de como este se desdobrou na constituição das visões de mundo dos pesquisadores e do modelo institucional universitário de cada uma. A segunda parte desta tese, nos capítulos 3 e 4, é onde se expõem as análises históricas realizadas.

A entrevista dos pesquisadores das áreas tecnológicas, tanto na Finlândia como no Brasil, visou à coleta de material empírico para observar e comprovar as relações sendo discutidas do ponto de vista histórico e estrutural. Estas duas perspectivas, apesar de muitas vezes dissociada na literatura, encontram-se aqui interligadas como explicação da realidade. A formação de uma moral estamental do dever entre pesquisadores de universidades de pesquisa no Brasil só pode ser entendida a partir da sua gênese estrutural. Neste caso, entendeu-se como, ao longo do século XIX e XX, a atividade científica logrou ser institucionalizada apesar de todas as dificuldades em se legitimar, o que confere um significado cultural específico à configuração estrutural atual do SES brasileiro. No caso finlandês, observou-se como a universidade esteve presente nesta sociedade desde o século XVII e fez parte do processo de constituição da sociedade nacional. A instituição universitária nesta sociedade se enraizou mais profundamente na vida social e isso se reflete

na, ao mesmo tempo em que reflete a ética de profissionalismo dos pesquisadores finlandeses. Logo, o material coletado com as entrevistas não responde, em si mesmo, ao problema de pesquisa, mas permite observar os fenômenos da realidade empírica a serem aqui explicados teoricamente.

A perspectiva comparada foi possível a partir de um estágio doutoral realizado na Universidade de Tampere (University of Tampere, UTA), em Tampere, Finlândia, com o Grupo de Ensino Superior (Higher Education Group, HEG) desta universidade⁴. O estágio foi realizado com o auxílio da CAPES de outubro de 2011 a junho de 2012. Lá se trabalhou sob a orientação do professor Seppo Hölttä, que desenvolve há anos trabalhos sobre o ensino superior finlandês e foi orientando de Burton Clark, uma das referências mundiais na temática de ES⁵. Foi com o HEG que tomei contato, pela primeira vez, com a literatura especializada em ensino superior e descobri que também no Brasil havia pesquisadores que trabalhavam nessa temática. Lá foram realizadas 12 entrevistas com pesquisadores finlandeses de áreas tecnológicas e de engenharia. Também se entrevistou o professor Markku Mattila, ex-diretor da Academy of Finland, a maior agência de financiamento de pesquisa básica do país.

Além da universidade onde se realizou o estágio doutoral, a cidade de Tampere conta uma universidade tecnológica, com várias áreas de conhecimento, onde são desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa, e forte interação com empresas regionais e internacionais⁶. Além de pesquisadores desta universidade tecnológica, foram entrevistados pesquisadores da Aalto University, criada em 2010 em Helsinque, capital do país, a partir da fusão de três instituições preexistentes: a Universidade Tecnológica de Helsinque, a Escola de Economia de Helsinque e a Universidade de Arte e Design de Helsinque. A Finlândia

4 Para ver as atividades do grupo, acessar <<http://www.uta.fi/jkk/heg/en/index.html>>

5 Para além disso, sou muito grato a todo apoio que recebi do HEG, que congregava à época de meu estágio pesquisadores da China, Uganda, República de Camarões, Rússia, EUA, Nepal, Filipinas e Etiópia.

6 A Universidade Tecnológica de Tampere é a principal universidade do país nas áreas tecnológica e de engenharias, enquanto a Universidade de Tampere tem seu foco nas áreas de humanidade e saúde. A cidade de Tampere é bastante conhecida na Finlândia por seu passado industrial e atuais serviços tecnológicos. Por conta dos dois lagos da cidade (o Näsijärvi e o Pyhäjärvi) contarem com 18 metros de diferença de altitude entre si, criam-se corredeiras entre eles (o Tammerkoski), onde desde muito cedo pode-se produzir energia elétrica. A cidade, por isso, foi um grande centro industrial no século XIX e foi a quarta cidade europeia a contar com uma lâmpada elétrica incandescente. Por conta desse passado industrial, Tampere foi um dos focos da Guerra Civil Finlandesa em 1917, e foi o destino de Lênin quando este fugiu da Rússia em 1905. Foi em Tampere que Lênin e Stálin se conheceram em uma conferência bolchevique que aconteceu na cidade.

conta com 14 universidades atualmente, todas públicas, mas essas duas são as principais no que diz respeito à pesquisa tecnológica.

No Brasil, foram entrevistados onze pesquisadores ao todo, seis do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE-UFRJ) e cinco da Escola Politécnica da USP (Poli-USP), dois centros de ensino superior e pesquisa tecnológica reconhecidamente entre os principais do país.

Com este material empírico, foi possível observar o contraste entre a realidade brasileira e finlandesa. A investigação focou na relação entre as formas de regulação dos diferentes SES e os argumentos utilizados pelos pesquisadores para justificar suas atividades e, para tanto, um estudo comparativo pareceu apropriado. Este formato permitiu evidenciar o aspecto significativo e particular à realidade brasileira da relação entre o SES nacional e as justificativas morais dos pesquisadores em relação à sua atividade profissional. Através do enfoque histórico, se analisou a interiorização de valores profissionais entre cientistas de cada país. Os detalhes de como esse estudo comparativo foi executado estão descritos na seção “Procedimentos Metodológicos”.

A tese visa explicar a formação moral de cientistas que realizam pesquisa em universidades de forte perfil acadêmico. Esta formação foi observada na justificação que os mesmos fazem de sua atividade profissional ao serem questionados sobre a importância da atividade científica para o país, sobre suas motivações profissionais e como percebem o reconhecimento da sociedade à sua atividade. Para isso estabeleceu-se a relação entre ambiente institucional e as justificativas morais em cada caso para contrastá-los e evidenciar as particularidades de cada um. Investigaram-se também os processos históricos que levaram à formação dos ambientes institucionais da atividade de pesquisa e das visões de mundo interiorizadas pelos agentes dessa atividade.

Assim, a próxima seção trata do problema e das questões que nortearam a investigação. Dentro desta discutem-se os procedimentos metodológicos utilizados nesta tese, onde se explicitam as técnicas utilizadas para coletar os dados analisados. O primeiro capítulo trata da literatura sobre ensino superior, com a qual se busca entender essa esfera de ensino e pesquisa científica das sociedades, sua dinâmica, instituições e agentes específicos. Optou-se por, já no capítulo 1, analisar a configuração institucional da atividade científica no Brasil e Finlândia, para enquadrar estes casos nas tipologias trabalhadas sob o ponto de vista teórico. Para tanto, analisaram-se as legislações sobre o ensino superior de cada país.

Discutindo o elo entre a institucionalidade do ensino superior e as justificativas morais dos pesquisadores entrevistados, inicia-se o capítulo 2, onde se encontra a base teórica desta tese. Nele, busca-se articular a perspectiva institucionalista das teorias de ensino superior com a perspectiva sociológica mais abrangente que considera a sociedade como sendo composta por três esferas fundamentais: cultura, sociedade (instituições) e personalidade. Ao discutir a relação entre as mesmas espera-se deixar claro o processo de formação da moralidade dos pesquisadores entrevistados e trabalhar os conceitos e categorias que permitem explicar essa formação e compreender como tal moralidade dá sentido aos SES nacionais. No capítulo 3 resgata-se a história de desenvolvimento social e cultural da sociedade brasileira com o aporte de clássicos do pensamento social brasileiro. O objetivo é deixar clara a formação dos sistemas de personalidade do cientista brasileiro e explicar a formação de uma moral estamental do dever entre os mesmos. No capítulo 4, realiza-se uma análise histórica da institucionalização da atividade de pesquisa nos dois casos analisados. O quinto capítulo contém a análise do material coletado pelas entrevistas onde se evidencia a existência de visões de mundo morais distintas entre pesquisadores finlandeses e brasileiros. Por fim, tem-se as considerações finais desta tese.

PROBLEMA DE PESQUISA

O objetivo aqui foi compreender, através da comparação entre Brasil e Finlândia, como os pesquisadores no Brasil se fecharam em uma moralidade estamental que, sob o ideal de serviço à sociedade através da ciência, busca a legitimação dos seus interesses corporativos à margem da justificação pública que deveria caracterizar a inserção desse grupo social numa sociedade moderna.

Trabalhou-se com a hipótese de que a atividade científica no Brasil goza de pouca legitimidade. Sem um respaldo mais amplo da sociedade, esse grupo, que se distingue por produzir ciência e tratar os assuntos da natureza e da sociedade de maneira racional, formula então uma moral do dever voltada à conquista de reconhecimento social do qual carece. Na moralidade formulada entre pesquisadores brasileiros, a dignidade desse grupo promete ser realizada assim que os governos invistam pesadamente em ciência e que a sociedade lhes dê o apoio necessário. Para tanto, assumem como dever o desenvolvimento da sociedade, a superação da dependência tecnológica, enfim, a modernização social. Como contraste, vê-se o grupo de cientistas finlandeses que atualiza um discurso de justificação pública comprometido com as regras internas do fazer científico, convicto da importância do exercício especializado de sua atividade profissional.

Desse modo, o problema aqui investigado não diz respeito à existência ou não de uma moral estamental entre pesquisadores brasileiros e uma ética de profissionalismo entre pesquisadores finlandeses, mas à explicação da formação de cada uma e como as mesmas dão sentido ao seu respectivo ambiente institucional.

Entende-se aqui por ambiente institucional a estrutura social que delimita o campo possível das ações e comportamentos dos agentes investigados, em contraposição à cultura, conjunto simbólico que confere sentido ao ambiente institucional, sendo interiorizado pelos agentes sociais como valores e máximas que orientam sua ação. As visões de mundo morais de determinado grupo aparecem aí como a mediação entre instituições e cultura. Trata-se aqui da distinção entre cultura, sociedade e personalidade. A cultura é constituída pelos valores e conhecimentos que uma sociedade transmite ao longo de suas gerações. As instituições constituem os espaços estruturais, os quais delimitam o campo de ação dos grupos a elas pertencentes, que por sua vez deverão construir representações e justificações morais que deem significado a tais estruturas. Estas formas

ideais interiorizadas e construídas por grupos e agentes sociais encontram-se fundamentadas nos valores que são transmitidos culturalmente. As possibilidades de mudança nos valores ou nos espaços estruturais estão na mediação exercida entre essas esferas pelas personalidades sociais constituídas⁷. Quanto a esta tese, investigou-se a visão de mundo moral já constituída de pesquisadores (expresso nas entrevistas) e como esta é trabalhada para justificar as condições materiais e institucionais em que atuam tais agentes. A pesquisa histórica tanto da realidade brasileira como finlandesa permitiu observar em que ambiente social e cultural os agentes sociais investigados foram socializados, não individualmente, mas a partir das transformações históricas de cada sociedade e das implicações destas para a institucionalização da atividade científica.

Entende-se aqui que o ambiente institucional do ES é constituído por processos burocráticos, políticos e acadêmicos. Mais à frente discute-se a teoria de tais processos no ensino superior. Por ora, interessa saber que esses três processos interagem entre si, moldando sistemas de ensino superior nos quais podem, ou não, prevalecer um ou mais processos em relação aos outros. Tais processos, portanto, conferem características à maneira como a atividade científica é realizada, à organização das suas instituições, às suas principais fontes de financiamento, aos critérios para esse financiamento, aos critérios de suas avaliações internas e externas, etc.

O estudo comparativo entre Brasil e Finlândia foi uma estratégia para ressaltar a formação das visões de mundo moral de cada grupo de pesquisadores e de como os mesmos justificam suas atividades e as instituições que lhe dão suporte. Assim, as diferenças entre o desenvolvimento social e cultural de cada sociedade permitiram explicar com maior clareza tais fenômenos. Entende-se, através da perspectiva comparada, como o ambiente institucional brasileiro pode se refletir nos argumentos utilizados pelos cientistas para justificar suas atividades. O caso finlandês foi escolhido para este estudo porque seu sistema de pesquisa tem sido orientado por políticas de inovação desde a década de 1990 e constitui, reconhecidamente, um caso de sucesso. Essas políticas são também o contexto alegado do sistema brasileiro desde o fim daquela década, e mais acentuadamente após a aprovação da lei de inovação em 2004. Assumindo tais políticas como pano de fundo (independentemente se de fato existente ou apenas alegado) dos dois países, foi possível

7 O conjunto de citações que sustentam estas formulações seria de tal forma amplo que optou-se por simplesmente suprimi-las.

observar se como os pesquisadores utilizam argumentos (justificativas morais) diferentes em favor de suas atividades.

Nesse sentido, o problema de pesquisa pode ser sintetizado nas seguintes perguntas:

- Como se explica a formação moral dos pesquisadores brasileiros e finlandeses?
 - Que características institucionais dão suporte às formas de justificação da atividade profissional entre cientistas brasileiros e finlandeses?
 - Como a visão de mundo moral dos pesquisadores permite aos mesmos justificarem publicamente o seu ambiente institucional, as condições sociais de exercício de sua atividade profissional e por quê?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Investiga-se nesta tese a formação das visões de mundo moral de pesquisadores de áreas tecnológicas e a relação destas com seu ambiente institucional do sistema de ensino superior (SES) brasileiro e finlandês. O ambiente institucional é entendido aqui sob o enfoque das teorias do ensino superior, discutidas no capítulo 1, que atribuem a organização deste sistema a três grandes formas de coordenação, a saber, política, burocracia e profissional/colegiada. Aqui, procurou-se entender como estas formas de coordenação interagem entre si formando um arranjo institucional, dado que todas estão presentes, com maior ou menor intensidade, em qualquer SES. Como as formas de coordenação interagem entre si será discutido na seção teórica. Por ora é suficiente saber que cada arranjo institucional será analisado a partir das normas sobre o ES de cada país, para então estabelecer a relação entre cada arranjo e a visão de mundo moral que informa as justificativas dos pesquisadores em cada realidade nacional. As justificativas que os pesquisadores dão para sua atividade profissional, por sua vez, serviram como material para observar a interiorização de valores por esses agentes em cada ambiente nacional.

A discussão sobre a interiorização de valores morais foi feita a partir da análise histórica comparada entre os dois países. Inevitavelmente se dispõe de mais material histórico sobre o caso brasileiro, e este caso foi analisado mais a fundo que o finlandês. Em última instância, a comparação do caso brasileiro com o finlandês teve como objetivo ressaltar as particularidades do primeiro. Para o segundo, a análise focou no

desenvolvimento dos aspectos culturais da sociedade e do papel da universidade de pesquisa nesse processo. Em ambos os casos buscou-se identificar os valores interiorizados pelos agentes da atividade de pesquisa. Nas entrevistas, isso se expressou no papel que os entrevistados se atribuíam no seu ambiente social – se referente a valores abstratos (indicando uma cultura racionalizada) ou a condições concretas da vida social (indicando pouca racionalização cultural).

O procedimento comparativo visa ressaltar as relações acima mencionadas, trazendo evidências de como cada ambiente institucional está ligado às justificativas morais dos cientistas entrevistados e como esta relação se constituiu historicamente. Como diz Morlino (1994), a comparação permite alcançar resultados de grande relevância e, mais que outros métodos, controlar a hipótese formulada. Para tanto, investigou-se a formação histórica da instituição universitária de cada país para entender seu lugar e papel na sociedade, assim como as estruturas de consciência moral interiorizada pelos pesquisadores situados nessas instituições. A comparação permitiu observar com mais rigor a formação da moralidade dos cientistas e como esta se conecta à posição dos mesmos em cada um dos ambientes nacionais (na medida em que os argumentos utilizados pelos entrevistados dão sentido a essa sua posição na sociedade). A investigação, portanto, teve um caráter histórico, permitindo observar os caminhos que levaram à formação atual do SES de cada país.

Assim sendo, o procedimento utilizado aqui se aproxima da metodologia histórico-comparativa, que se baseia na comparação sistemática de processos no tempo para explicar desdobramentos sociais em larga escala como revoluções, configurações de Estados, regimes políticos, etc. (MAHONEY, 2004). Como diz Morlino (1994), existem duas grandes tradições na pesquisa comparativa, a estatística e a histórica, cujas raízes se encontram nos trabalhos de Durkheim e Weber respectivamente. Nesta tese adotou-se a segunda, sendo o referencial weberiano bastante forte. A pesquisa histórica comparada comporta tanto o enfoque sincrônico como o diacrônico (MORLINO, 1994) e nesta tese ambos foram adotados. Sincrônico, pois comparou o SES atual de cada país, como este se organiza institucionalmente e qual a relação desta com as visões de mundo morais dos entrevistados. Diacrônico, pois através da análise histórica de cada país observou-se como se formou a organização institucional e também a moralidade dos pesquisadores de cada SES.

Investigou-se, no caso, o processo de formação da moralidade dos pesquisadores em cada ambiente nacional. No entanto, o material empírico coletado não dá

condições de se inferir sobre a necessidade ou suficiência das relações aqui investigadas. Mahoney (2004) e Caramani (2009), ao discutir a metodologia da comparação histórica em ciências sociais, insistem na necessidade de se coletar material sobre um pequeno ou médio número de casos para que se possa inferir com segurança que uma determinada relação causal é necessária e/ou suficiente. Trata-se de uma linha de trabalho para formalizar os procedimentos científicos em estudos de poucos casos, dando-lhes o mesmo rigor que análises estatísticas de grande número de casos.

Caramani (2009) discute como utilizar um desenho de pesquisa para achar condições necessárias e/ou suficientes para um fenômeno investigado. O objetivo da autora é associar variáveis enquanto se controla uma terceira variável, eliminando a influência desta sobre a relação sob investigação. Esta autora, baseada no “System of Logic” de John Stuart Mill, descreve três diferentes métodos de comparação para controlar a influência de terceiras variáveis sobre explicações:

- “Método da concordância” é quando o investigador compara casos em que o fenômeno investigado ocorre. Quando entre esses casos apenas uma circunstância está sempre presente, então esta será a causa do fenômeno investigado.
- “Método da diferença” consiste em colocar lado a lado casos em que o fenômeno investigado ocorre e casos em que ele não ocorre. Entre eles, a circunstância que está presente apenas no caso em que o fenômeno ocorre pode ser considerada como causa efetiva.
- “Método da junção” é a combinação de ambos os métodos precedentes. É necessário quando ao utilizar o método da concordância mais de uma circunstância é encontrada em todos os casos comparados. Neste caso, nenhuma delas pode ser considerada como causa. Então se adiciona um caso em que o fenômeno não ocorre para poder desconsiderar uma das circunstâncias. Se em um dos casos em que o fenômeno não ocorre uma das circunstâncias presentes nos casos similares também estiver presente, então ela deve ser desconsiderada como causa efetiva do fenômeno investigado. Em ciências sociais esse método é comum, uma vez que a manipulação de variáveis é impossível. O pesquisador frequentemente tem que comparar casos similares e

diferentes entre si. Acima de tudo, este método aumenta a confiabilidade das explicações, ressaltando quais das circunstâncias, presentes quando o fenômeno investigado ocorre, não estão presentes na ausência do mesmo fenômeno.

Nesta tese tem-se apenas dois casos sendo investigados, o que não garante as condições para esse tipo de inferência. Entretanto, considera-se que os casos oferecem pistas nesse sentido, e que podem ser somadas à análise de outros casos futuramente para que então se possa estabelecer definitivamente, ou não, que a relação encontrada aqui entre os ambientes institucionais e os argumentos utilizados por cientistas é de fato significativa.

A investigação do caso contemporâneo brasileiro foi a mais importante nesta tese, no qual se observou a formação de uma moral estamental do dever em um ambiente institucional fortemente burocrático e acadêmico e politicamente fraco. Já o caso finlandês evidenciou uma ética de profissionalismo entre pesquisadores em um ambiente institucional onde as três formas de coordenação encontram-se equilibradas entre si. Entretanto, a comparação entre estes dois casos apenas é insuficiente para argumentar que existe uma relação significativa entre a institucionalidade de um ES e a visão de mundo moral dos pesquisadores deste. Segundo o método comparativo descrito por Caramani (2009), colocar lado a lado casos completamente divergentes apenas os contrasta. A única inferência possível a partir de tal contraste é que no caso 'X' há uma institucionalidade 'Y' relacionada a um horizonte moral 'Z', e que no caso 'A' há uma institucionalidade 'B' relacionada a um horizonte moral 'C'. É impossível afirmar com segurança que exista qualquer relação necessária ou suficiente em qualquer um dos casos entre 'Y' e 'Z' ou entre 'B' e 'C'. Para assegurar a relevância de tais associações seria preciso adicionar casos ao estudo comparativo, tanto semelhantes como divergentes, conforme discutido sobre o método da junção.

Mas optou-se por trabalhar os conceitos desta tese em intensão e não em extensão. Na lógica dos estudos comparados, intensão diz respeito às qualidades ou propriedades que constituem o conceito, enquanto extensão consiste dos elementos (exemplos) que constituem o conceito (MORLINO, 1994). Para assegurar o rigor pretendido por Caramani (2009), seria preciso aumentar a extensão deste estudo, incorporando outros casos à análise. Mas a definição dos conceitos de moral estamental do dever e ética de profissionalismo envolveram pesquisa histórica e institucional, além da realização de

entrevistas com pesquisadores dos dois SES. Isto limitou a possibilidade de aumentar a extensão da pesquisa. Optou-se então por manter os casos brasileiro e finlandês contemporâneos contrastados um ao outro, ressaltando as suas diferenças para explicar cada um com base no corpo teórico adotado. O contraste permitiu, então, que as relações observadas em cada ambiente ficassem mais claras e evidentes, controlando minimamente a hipótese com a qual se trabalhou.

A explicação para a formação de diferentes visões de mundo moral entre pesquisadores se dá a partir da conexão destas com seu ambiente institucional e de como este se formou historicamente. Sendo assim, propõe-se que futuramente se adicionem dois casos similares a um dos atualmente investigados, compondo assim o método da junção, para se averiguar se as relações aqui observadas são de fato significativas de um ponto de vista histórico.

Investigou-se, assim, a formação de uma moral estamental, nesse sentido, não-racionalizada, entre os agentes do SES brasileiro. Por moral não-racionalizada entende-se a sobreposição de interesses de um grupo social aos do restante da sociedade – às vezes referido aqui como horizonte moral particularista. A moral não-racionalizada envolve, portanto, um particularismo no pensamento dos grupos portadores da mesma, pois não coloca o grupo como inserido no conjunto da vida social, mas sobrepondo-se ao mesmo. Não existe aí a interiorização de um horizonte moral universalista em que a posição particular que se ocupa na sociedade é percebida como equivalente a todas as outras existentes. Assim, um grupo social pode formular uma moral racionalizada, em que objetiva seus interesses particulares nos do conjunto da vida social. Uma visão moral racionalizada resulta da interiorização de um princípio de ação abstrato, que não se executa suprimindo interesses e vontades alheios, mas os contempla, compreendendo a particularidade e especificidade de cada qual.

Nesta tese foram realizadas duas etapas no processo de investigação empírica. A primeira foi identificar diferentes arranjos de coordenações de SES através da análise de leis e decretos sobre o ensino superior (de acordo com as teorias das coordenações de SES). A segunda foi coletar, em entrevistas, os argumentos justificativos utilizados por cientistas. Esta segunda etapa foi realizada conduzindo entrevistas com pesquisadores no Brasil e na Finlândia.

Os arranjos de coordenações foram identificados principalmente através da análise de conteúdo de leis e decretos de ES em cada caso. Através disso foi possível observar as origens das decisões que regulam os SES, assim como processos e agentes que são apontados como responsáveis por regular a atividade científica, como eles se relacionam e/ou dependem uns dos outros, e por quais aspectos da atividade científica eles são responsáveis.

No caso dos argumentos de pesquisadores, eles foram observados através de entrevistas com estes profissionais. Nas entrevistas observou-se como os pesquisadores justificam suas atividades, e quais razões eles dão para que a sociedade e governos as apoiem. As entrevistas seguiram uma perspectiva qualitativa, baseadas em questões semiabertas. Em todas elas se realizou análise avaliativa de conteúdos, buscando evidências qualitativas das motivações profissionais dos entrevistados, de como estes percebem o reconhecimento da sociedade com relação à atividade científica e qual a importância que os mesmos atribuem à atividade científica para a sociedade, relações aqui sugeridas como modelo de análise (QUIVY e CAMPENHAUDT, 2008).

As respostas foram então codificadas com base fundamentalmente em duas categorias: a noção de dever profissional e o reconhecimento social da atividade científica. A noção de dever mobilizada pelos entrevistados em suas falas foi observada como evidência da moralidade dos cientistas. A partir da maneira como esses profissionais articulavam seu dever profissional em relação à sociedade, podem-se ver ali as estruturas de consciência moral interiorizadas por eles no ambiente social em que vivem. Observou-se também que a noção de dever mobilizada estava ligada à percepção de cada grupo sobre o reconhecimento da sociedade (e setores dentro dela) para com sua atividade profissional. A percepção ou não de reconhecimento social da atividade científica encontrou-se ligada a uma noção de dever específica, que se remete ou às regras internas da atividade e seu papel especializado no conjunto das atividades sociais, ou à busca pelo reconhecimento sob o ideal de se estar servindo à sociedade que dela carece.

Como argumentam Silverman e Seale (1997), buscou-se não apenas a autenticidade do material coletado nesta fase, mas também sua confiabilidade, sem tentar expressar somente a experiência autêntica dos cientistas sendo entrevistados, mas como os mesmos mobilizam a noção de dever profissional em seu discurso e como enquadram o papel da ciência no ambiente social do qual fazem parte. Para este propósito foram

enumeradas as ocorrências sendo investigadas em cada grupo nacional, analisando transversalmente as entrevistas com base nas categorias mencionadas e enumerando as incidências quantitativas de cada categoria (COMBESSIE, 2004). Para tanto se fez uso do RQDA, um pacote do programa R (de computação estatística) para análise qualitativa de dados. Isto deu suporte às generalizações teóricas que constituem uma parte importante desta pesquisa. Foram realizadas, ao todo, vinte e três entrevistas, onze no Brasil e doze na Finlândia. A maior parte delas foi realizada e gravada por Skype, software VoIP (*voice over internet protocol*), com exceção daquelas realizadas na Universidade Tecnológica de Tampere, realizadas pessoalmente.

Sobre a comparação, alguns esclarecimentos ainda são necessários. Afinal, por que analisar países de características tão destoantes entre si? É preciso algum grau de similaridade entre os mesmos para que a comparação se sustente e não se revele mera justaposição de diferenças. Essa similaridade, base sobre a qual é possível traçar uma análise comparativa, encontra-se no caráter subdesenvolvido da economia finlandesa e brasileira durante o século XX. Caráter esse superado no caso finlandês a partir da década de 1990 e reproduzido no Brasil desde então. De modo algum se tentará aqui uma análise dos fatores socioeconômicos que expliquem essa divergência de caminhos históricos. Mas, ao analisar a visão de mundo moral dos pesquisadores e sua relação com o ambiente institucional em que exercem suas atividades profissionais, é possível pensar as diferenças no processo de racionalização social e cultural de cada sociedade que influenciaram para que a história de cada caso tomasse o rumo que tomou a partir de um ponto de partida comum.

No Brasil, pesquisadores e sociedades científicas tem asseverado a importância da orientação de seu trabalho para produzir inovação na economia. Isto apareceu em recentes atos administrativos, propostas de sociedades e associações colegiadas e programas ministeriais⁸. Ao coletar esses materiais, observa-se que para justificar essas novas propostas, pesquisadores tem utilizado argumentos baseados em uma razão particular, assegurando que suas atividades são o único meio que o país tem para desenvolver-se, como

8 A fala do então Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antônio Raupp, na abertura da 62ª Reunião Anual da SBPC em Natal-RN, explicita bem esse ponto de vista. Naquela ocasião, o mesmo disse: “a ciência está sendo chamada para ser protagonista do desenvolvimento brasileiro. Não podemos nos furtar. Nós, cientistas, já demonstramos que sabemos transformar recursos financeiros em conhecimento. Agora, vamos mostrar que sabemos também transformar conhecimento científico em riqueza - riqueza para o nosso país e para o nosso povo.” Texto disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/62ra/presidente.htm>>.

já discutido na introdução desse trabalho. Nesse sentido, a comparação com a Finlândia se mostra oportuna já que este país, até meados da década de 1980, apresentava um quadro de industrialização muito aquém do padrão dos países europeus desenvolvidos. Com a crise da União Soviética, grande importadora de produtos finlandeses, a Finlândia passou por um período de recessão econômica que foi superada na década de 1990 com a articulação de uma política de inovação que fez interagir indústrias e universidades, através da qual o país alterou profundamente o cenário de sua base industrial-tecnológica. A sociedade finlandesa, portanto, realizou aquilo que pesquisadores no Brasil alegam ser seu papel, o desenvolvimento socioeconômico com base em pesquisa científica e tecnológica.

Sendo assim, buscou-se entrevistar pesquisadores cujas atividades estão estreitamente relacionadas com estas propostas, que são basicamente nas áreas de pesquisa tecnológica e de engenharias. Por esta razão, e considerando que a Finlândia tem uma história mais longa de atividades científicas articulada com a inovação econômica do país, lá também foram conduzidas entrevistas com cientistas envolvidos em áreas tecnológicas. De acordo com Ylijoki, Lyytinen e Marttila (2011), esse campo de cientistas na Finlândia desenvolve pesquisa mais próxima às atividades de inovação das companhias privadas.

No caso finlandês a seleção de pesquisadores a serem entrevistados não ofereceu grandes dificuldades, uma vez que o país conta com catorze universidades, sendo que todas desenvolvem pesquisa, duas entre elas dando mais ênfase à pesquisa tecnológica e em engenharias. São elas a Universidade Tecnológica de Tampere (TUT, na sigla em inglês) e a Aalto University, uma universidade recém-criada, que reuniu algumas instituições preexistentes na cidade de Helsinque, capital do país. Foram então entrevistados pesquisadores de ambas as instituições, com ênfase à TUT, pois se trata de uma universidade com mais tradição na pesquisa tecnológica (foram ao todo oito entrevistas na TUT e quatro na Aalto University).

No Brasil, o universo de instituições e sua diversidade trouxeram alguns complicadores para a seleção de pesquisadores para a entrevista. A própria legislação brasileira de ES cria várias diferenciações no sistema. Mas não se pretende aqui adotar as categorias presentes na legislação como categorias de análise, o que implicaria reprodução da realidade por parte do esforço sociológico, como já bem notou Bourdieu (2008). Este autor denunciou a sociologia que aceitava as definições ocupacionais reconhecidas pelo Estado nas publicações de estatísticas oficiais. Isto desconsidera toda a luta por dominação

que existe entre profissões, conflito este que está na base da própria definição ‘oficial’. Do mesmo modo, vale lembrar a discussão de Abbott (1988), que considera o estabelecimento de uma profissão no momento em que um grupo de indivíduos consegue o controle sobre uma determinada atividade (ou grupo de), excluindo por consequência outros grupos do direito de exercê-la. Para este autor, este processo implica igualmente um conflito entre grupos pelo direito de exercer determinadas atividades, assim como pelo direito de usar certas categorias e definir determinados problemas sociais. Aderir de maneira imediata às categorias oficiais é, portanto, esconder os conflitos e disputas por trás das mesmas, em vez de explicá-las e compreendê-las.

Assim, adotou-se a tipologia construída por Balbachevsky e Holzhacker (2005) em seu estudo sobre os diferentes perfis institucionais das IES brasileiras. A autora considerou duas variáveis para caracterizar as IES: a proporção de doutores no corpo docente da instituição e a proporção de professores que trabalham em regime de dedicação integral ou exclusiva nas instituições.

Com base nessas variáveis, Balbachevsky e Holzhacker (2005) construíram esse quadro com uma tipologia de contextos institucionais das IES brasileiras:

Quadro 1

Proporção de professores com contrato de tempo integral ou dedicação exclusiva	Proporção de Doutores	
	Baixa	Alta
Baixa	Contextos empresariais	X
Alta	Contextos Regionais	Contextos acadêmicos Tradicionais

Fonte: Balbachevsky e Holzhacker (2005)

A linha de corte para proporção de professores doutores é de 60%, a de professores com contrato de tempo integral ou dedicação exclusiva é de 75%. Segundo as autoras, “Esse ponto de corte não é aleatório, mas decorre de uma análise da curva de distribuição dessa variável entre as instituições de ensino superior brasileiras” (BALBACHEVSKY e HOLZHACKER, 2005, p. 04-05). Este critério é válido para as duas variáveis. Selecionaram-se, então, pesquisadores de universidades em contextos acadêmicos tradicionais, pois segundo as autoras, neles existe uma forte orientação para a pesquisa e essas instituições

[...] respondiam no ano 2000, por 58% das matrículas no doutorado [...] As instituições classificadas dentro desta categoria [...] conseguem captar a maior parte dos recursos públicos disponíveis para o fomento à pesquisa no país. Esse contexto inclui as grandes universidades públicas brasileiras, algumas federais, outras estaduais e algumas universidades privadas, tais como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Fundação Getúlio Vargas (BALBACHEVSKY e HOLZHACKER, 2005, p. 05).

No caso, foram entrevistados seis pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especificamente do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, a COPPE-UFRJ; e cinco pesquisadores da Universidade de São Paulo, especificamente da Escola Politécnica da USP, a Poli-USP.

As inferências acerca da moralidade de cientistas brasileiros e finlandeses, portanto, está ligada a um grupo específico dentro do universo de pesquisadores de cada país. Trata-se de pesquisadores das áreas tecnológicas e, no caso brasileiro, situados em programas de pós-graduação considerados de excelência pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), ou seja, programas com forte orientação para pesquisa acadêmica, o que não é comum em todo o SES brasileiro e nem representa sua maior parcela. Na Finlândia, como existe uma definição administrativa sobre quais universidades podem conferir quais diplomas, as áreas de pesquisa de cada uma encontram-se mais ou menos definidas de antemão, diminuindo a competição dentro de uma mesma área. Existe competição por recursos das agências financiadoras entre pesquisadores na Finlândia, mas não para que uma área de pesquisa se consolide dentro de uma determinada instituição, uma vez que isto já está definido de antemão.

Fica a questão, entretanto, de como abarcar o restante do SES brasileiro, considerando que esses diferentes contextos institucionais condicionam, em tese, diferentes formas de justificação pública das atividades de seus pesquisadores. Primeiramente, considera-se que o contexto acadêmico tradicional representa o topo da hierarquia das IES brasileiras. Como colocam Balbachevsky e Holzhacker (2005), elas conseguem captar a maior parte dos recursos públicos disponíveis para pesquisa no país. São, além disso, os pesquisadores dessas universidades que dominam as agências de fomento à pesquisa no país e determinam os critérios de seleção e financiamento de projetos.

Balbachevsky e Holzhacker (2005) mostram em seu trabalho que os profissionais dos diferentes contextos institucionais apresentam diferentes aspirações e motivações de trabalho. Isso faz com que não seja possível afirmar que a moral desenvolvida pelos professores pesquisadores entrevistados e pelos documentos das associações

científicas nacionais seja compartilhada por todo o SES brasileiro. Mas permite sim observar as características predominantes da moralidade desenvolvida por aqueles pesquisadores que trabalham nos ambientes, que, do ponto de vista da coordenação acadêmica do SES brasileiro, são o modelo a ser seguido pelo restante do sistema. Trata-se, portanto, de uma moralidade de uma elite de pesquisadores formulada para justificar a atividade profissional como um todo.

Ao selecionar pesquisadores das áreas tecnológicas não se propõe entender os efeitos das políticas de inovação no trabalho de cientistas. O fato é que no Brasil os cientistas argumentam que seu trabalho é capaz de gerar inovações econômicas para o país, e esta é a razão pela qual sociedade e governos devem apoiar sua atividade. O objetivo de produzir inovações econômicas⁹ é importante somente na medida em que constitui parte dos argumentos justificativos dos cientistas, os quais expressam a moralidade destes profissionais. Em outras palavras, o objetivo da inovação econômica no interior das políticas que orientam o SES brasileiro é circunstancial para esta tese. É também por isso que se selecionam cientistas na Finlândia cujos trabalhos estão de algum modo relacionados às atividades de inovação, para observar a moralidade que enquadra a pesquisa tecnológica desses agentes. No caso brasileiro, cientistas chamam para si a responsabilidade de desenvolver o país. Na Finlândia os cientistas percebem sua atividade específica como um elo no processo de desenvolvimento, equivalente em importância a todos os outros elos, estando suas justificativas mais ligadas à especialização da sua área de pesquisa e exercício profissional, ou seja, a uma visão intuitiva sobre a importância da divisão do trabalho para a economia nacional.

Com esses propósitos, foi utilizado um conjunto de questões que, de maneira ampla, ajudaram a observar as relações investigadas. No anexo desta tese encontra-se o questionário utilizado nas entrevistas. As perguntas do questionário não foram rigorosamente aplicadas a todos os entrevistados, nem sua sequência seguida como regra. O transcorrer de cada entrevista teve uma dinâmica própria. O investigador fez escolhas na maneira de conduzir as perguntas para não interromper uma linha de pensamento e para levar o entrevistado a justificar sua atividade. As entrevistas na Finlândia ocorreram primeiro, o que

9 O termo inovações econômicas é usado no lugar de inovações tecnológicas pois expressa um sentido mais amplo que apenas o desenvolvimento de novas tecnologias. As políticas de desenvolvimento atuais assim como a perspectiva de cientistas brasileiros, ao se referirem a inovações, estão ligadas à ideia de introduzir mudanças na própria dinâmica econômica da sociedade, e não apenas novos artefatos tecnológicos.

permitiu explorar as características daquele SES do ponto de vista dos pesquisadores. Mas ao mesmo tempo, trouxe algumas dificuldades, pois inicialmente se considerava que a pergunta sobre a motivação profissional seria a mais relevante¹⁰, o que não se comprovou totalmente. Nas entrevistas com pesquisadores brasileiros percebeu-se que outras questões deveriam ser observadas com mais atenção, particularmente aquela sobre a importância que atribuíam à ciência no país. Após as entrevistas no Brasil, percebeu-se que as questões sobre reconhecimento social e importância da pesquisa para o país eram as mais reveladoras e os resultados desta tese em muito se devem a esta constatação durante a investigação empírica.

A seguir serão discutidas teorias sobre o ensino superior que visam dar conta da especificidade dessa realidade do ensino em sociedades modernas, especialmente do ponto de vista institucional. Existe uma literatura especializada a respeito e vários *journals* internacionais dedicados exclusivamente ao assunto. Observação importante é que essa literatura está repleta de perspectivas administrativas e de *policy-making*, além das perspectivas teóricas mais explicativas e/ou compreensivas. O interesse pela administração de IES, tanto públicas como privadas, e bem como a necessidade de governos em melhor gerir esse nível de ensino nos diversos países pesa no incentivo a essas perspectivas mais pragmáticas e aplicadas. A importância que o ensino superior adquire, quando os agentes econômicos passam a considerar o conhecimento um ativo valioso, serve de fundo ao crescimento dos interesses mencionados. O ideal de que IES se tornem “fábricas de geração de valor”, como discutem Noble (1998) e Pekkola (2009), certamente está presente. Mas o de que se tornem novamente mosteiros escolásticos tampouco parece estar longe de algumas perspectivas acadêmicas.

10 Vide anexo.

PARTE I

1 TEORIAS DO ENSINO SUPERIOR

Nesta seção são discutidos alguns enfoques sobre autonomia no ensino superior (ES) e como o mesmo é regulado. Através destes enfoques é possível compreender as relações entre Estado e instituições de ensino superior (IES), além da relação entre as próprias IES. A partir daí inicia-se uma discussão sobre os tipos de coordenação em ES para a análise do material empírico coletado. Este capítulo tenta fazer uma síntese sobre as teorias do ensino superior, incorporando já algumas reflexões e contribuições a partir do que foi analisado empiricamente tanto no Brasil como na Finlândia. Neste sentido, em alguns momentos o capítulo adianta a análise do ES de cada país para incorporá-la às teorias aqui discutidas, que, tal como se apresentaram na literatura, foram incapazes de abranger a dinâmica observada empiricamente. Considerou-se essa estratégia melhor do que retomar a discussão teórica já nos capítulos de análise.

1.1 Autonomia das Instituições de Ensino Superior

Existem diferentes maneiras de analisar questões relativas à autonomia institucional no ES. Primeiramente, é importante distinguir autonomia institucional de liberdade acadêmica. Estas categorias diferem basicamente a respeito da unidade de análise a que elas se referem, e também quanto aos papéis que estas unidades desempenham em um SES. Liberdade acadêmica relaciona-se basicamente às atividades de indivíduos acadêmicos, como estudar, ensinar, pesquisar e publicar livres de interferências externas (BERDAHL, 1990; KOHTAMÄKI, 2009, DILL, 2001; VERBITSKAYA, 2002). Já a autonomia institucional está relacionada às instituições onde as atividades acadêmicas são realizadas e ganham significado, referindo-se aos objetivos, padrões e procedimentos utilizados por essas instituições (BERDAHL, 1990; KOHTAMÄKI, 2009; DILL, 2001).

Dentro da autonomia institucional existem distinções conceituais a serem feitas. Uma bastante utilizada é a distinção entre autonomia substantiva e autonomia procedimental, desenvolvida em Berdahl (1990). Autonomia substantiva tem a ver com a missão acadêmica e programática que instituições estabelecem para si mesmas, enquanto a

autonomia procedimental tem a ver com a definição de como as instituições devem atingir aqueles objetivos. Berdahl (1990) explica a autonomia institucional em termos de liberdades positivas. Assim, incorporando as discussões em Dill (2001) e Kohtamäki (2009), tem-se que a autonomia procedimental trata da liberdade de IES para

- gerir e alocar recursos;
- selecionar estudantes e estabelecer taxas e mensalidades;
- gerir pessoal;
- comprar, construir e contratar;

Já a autonomia substantiva trata da liberdade para

- definir os próprios padrões das instituições;
- desenhar o próprio currículo;
- conceder diplomas;
- definir arranjos de governança interna;

Berdahl (1990) argumenta que a autonomia de IES é contrabalanceada pelas demandas por '*accountability*' por parte da sociedade e governos. Para ele, mesmo que teoricamente os conceitos não sejam incompatíveis, no nível prático, acadêmicos sentem que demandas mais fortes por '*accountability*' impõem restrições à sua autonomia. Um equilíbrio é necessário, diz o autor, pois "muita autonomia pode levar universidades a serem irresponsáveis à sociedade (...) (e) muita '*accountability*' pode destruir o necessário *ethos* acadêmico" (BERDAHL, 1990, p. 04).

Dobbins, Knill, e Vögtel (2011) adotam a distinção de Berdahl (1990), mas a expandem. Para estes autores, autonomia procedimental é parte de uma categoria mais ampla que recebe o nome de 'equilíbrio de poder institucional em um sistema universitário', com duas subcategorias, governança financeira e autonomia de pessoal. A primeira categoria, mais ampla, diz respeito a indicadores sobre as relações entre universidade e sociedade, instâncias de tomadas de decisões, controle de qualidade e enfoque de gestão. Governança financeira basicamente diz respeito à alocação e gestão de recursos. Autonomia de pessoal diz respeito à autoridade das organizações (IES) sobre sua equipe de funcionários

(*staff* acadêmico e administrativo). Os autores também adotam a categoria de autonomia substantiva, "que diz respeito às possibilidades para as instituições acadêmicas regularem seus programas sem a intervenção estatal" (DOBBINS, KNILL, VÖGTEL, 2011, p. 670). Cada uma dessas instâncias de autonomia podem ser governadas e alocadas por diferentes processos, como os do Estado (aparelhos político e administrativo), profissionais (colegiados), e os orientados ao mercado. Isto será discutido mais a fundo em seções posteriores.

Com esta lista mais abrangente de categorias, estes autores pretendem alcançar indicadores empíricos mais eficientes para fortalecer análises comparativas em estudos de ES. Mesmo que seu foco seja o ES europeu, estas categorias serão retomadas para a comparação entre os SES do Brasil e da Finlândia, devido aos seus conceitos mais abrangentes e operativos. O ES brasileiro é significativamente influenciado pelos modelos europeus, já que o país foi colonizado por Portugal, além de as escolhas do país no período pós-independência terem sido influenciadas pelos modelos francês e alemão de ES, principalmente o primeiro. A ideia de dar incentivos a investimentos privados no ES depois de 1960 teve muita influência do modelo norte-americano (EUA), mas como será mostrado através da análise da legislação brasileira, o SES do país é fortemente controlado pelo Estado em conjunto com conselhos colegiados. A partir de sua especificidade, o modelo brasileiro pode lançar luz sobre a importância de distinguir os processos burocráticos dos políticos, o que não é levado em consideração pelas categorias de Dobbins, Knill, e Vögstel (2011).

Na próxima seção retorna-se brevemente à distinção simples entre autonomia procedimental e substantiva.

1.2 Regulação e Autonomia no Ensino Superior

Dill (2001) avança na discussão sobre autonomia institucional de Berdahl (1990), utilizando os conceitos de regulação substantiva e procedimental. Estes conceitos focam em como o Estado regula questões substantivas e procedimentais, em vez de enfatizar quanta autonomia as IES dispõem para lidar com estas questões. Na perspectiva desse autor, mais autonomia substantiva e procedimental para as IES quer dizer desregulação substantiva

e procedimental por parte do Estado. O autor argumenta que menos regulação faz aumentar as preocupações por garantir a '*accountability*' e o interesse público das atividades das IES.

O contexto societário no qual Dill (2001) observa a desregulação acontecer é a crescente competitividade internacional entre IES. Neste novo ambiente competitivo, IES internacionais e prestigiosas tentam atrair pessoal acadêmico altamente qualificado, estudantes habilidosos e com disposição para pagar taxas e mensalidades pelos programas por elas oferecidos. Isto significa uma tendência global em direção à massificação do ES e um ambiente em que governos dão às IES mais autonomia para que administrem os recursos alocados. A autoridade das IES cresce *pari passu* à introdução de mecanismos quasia-mercadológicos de alocação de recursos (uma vez que são baseados em critérios de desempenho), ao aumento da competição por recursos entre IES, e ao estabelecimento de taxas de matrícula. Estes mecanismos parecem ser parte de uma crescente preocupação de governos em como garantir a '*accountability*' pública das atividades das IES, uma vez que agora a elas é delegada mais autoridade sobre assuntos institucionais.

Dill (2001) enfatiza as características compatíveis entre autonomia e *accountability* como parte de uma tendência global. A partir desta perspectiva parece claro que mais autoridade sobre assuntos substantivos e procedimentais faz crescer as expectativas sobre como as instituições vão atingir seus objetivos, e sobre o que está sendo feito com os recursos alocados para as mesmas.

Daí não se conclui, entretanto, que essa relação entre autonomia e *accountability* seja necessária, ainda que possa ser considerada uma tendência contemporânea em termos globais. Sistemas de ES cujas IES dispõem de pouca autonomia podem estar sujeitas a vários mecanismos que visem garantir a *accountability* pública de suas atividades. Neste caso, as exigências pela justificação dos gastos e para que as IES atinjam seus objetivos esperados estão ligadas a uma regulação mais estrita por parte dos governos. Isto parece evidenciar diferentes formas de relação entre acadêmicos e governos. Se mecanismos de garantia da *accountability* de um SES estão associados a um processo de desregulação do mesmo por seu governo nacional, isto denota um ambiente em que os objetivos, missões e regras internas das atividades próprias ao ES não são postos em questão pela sociedade. Os mecanismos de avaliação do sistema recaem, portanto, sobre os procedimentos para se chegar aos tais objetivos. Se, por outro lado, a garantia de *accountability* está associada a um processo de regulação estrita do SES por governos, isto

parece denotar um questionamento dos próprios objetivos e missões das atividades do ES. Um maior controle do SES é exercido neste caso, não se restringindo apenas aos procedimentos adotados pelas IES no desenvolvimento de suas atividades, mas requerendo também um alinhamento de objetivos entre Estado e organizações acadêmicas.

Importante ressaltar a questão do alinhamento de objetivos entre Estado e academia em sistemas mais estritamente regulados. Este alinhamento pode se dar entre o aparato administrativo do Estado e os corpos colegiados dos grupos acadêmicos e/ou entre estes e governos autoritários. Neste último caso, a relação é mais instável, pois as tentativas de instrumentalizar a produção científica esbarram nas regras de seu funcionamento interno. Isto pode tanto significar instabilidade de financiamento, com projetos interrompidos e/ou abandonados, como perseguição, prisão e exílio de cientistas em casos de maior violência estatal. Já o primeiro caso, de alinhamento entre acadêmicos e burocracia, como apontado por Clark (1977; 1983), existe a possibilidade de se formar aí uma elite acadêmica que expressa seus interesses como representação do interesse público. Este fenômeno é de extrema importância para a análise do caso brasileiro contemporâneo.

Para aprofundar a compreensão das relações traçadas nos últimos parágrafos, será discutida a seguir a teoria sobre as formas de coordenação existentes em SES. Esta teoria visa explicar os diferentes processos que regulam um sistema e como os mesmos interagem entre si, incorporando na explicação tanto processos internos (acadêmicos) como externos (Estado e mercado).

1.3 Formas de Coordenação dos Sistemas de Ensino Superior

De acordo com Clark (1979, 1983), existem quatro formas de coordenação que organizam SES. Influenciado pelas discussões teóricas de história econômica, o autor afirma que uma ordem específica apresenta múltiplas determinações. Seu objetivo é entender como um conjunto complexo de organizações e atores, com diversas tarefas, demandas e objetivos consegue se ordenar. A partir de uma perspectiva que cruza informações e análises de diversos países, Clark (1983) percebe que mesmo países com governos autoritários apresentavam SES com graus de autonomia e capacidade de barrar tentativas de reforma vindas desses mesmos governos. As relações de poder e ordenamento de um SES não poderiam, portanto, ser consideradas simples relações de comando. De

acordo com Clark (1979, 1983), existem processos básicos que compõem diferentes tipos de coordenações no ensino superior (ES) de um país, quais sejam:

- Burocracia;
- Política;
- Profissão;
- Mercado;

Cada uma das coordenações engloba diferentes processos, que definem as principais características de como IES relacionam-se entre si e com grupos externos (governos, burocracias, grupos de interesse, companhias privadas, etc.). Um tipo de coordenação não exclui a outra. Pelo contrário, diferentes SES combinam as quatro formas de coordenação com diferentes ênfases (CLARK, 1983). Cada tipo de coordenação compreende funções, contratos, regulações, formas de governança entre IES, governos e sociedade. No mesmo sentido, Santiago et al. (2008, p. 68) refere-se a formas de coordenação como formas de governança institucional, que “engloba as estruturas, relações e processos pelos quais, tanto em nível nacional como institucional, as políticas de nível terciário são desenvolvidas, implementadas e revisadas”. Já Dobbins, Knill e Vögtel (2011) dividem modelos de governança de ES em apenas três: orientados pelo Estado, por mercados e academicamente orientados. Nesta divisão, as coordenações burocrática e política enquadram-se no modelo de governança orientada pelo Estado. Na verdade, quando Clark (1983) apresenta um diagrama para comparar SES nacionais de acordo com seus processos de coordenação, ele também reúne política e burocracia sob a categoria Estado, apresentando assim um diagrama triangular. Mas o autor não deixa de considerar mais adiante que a separação entre burocracia e política é um passo necessário para a análise com o objetivo de deixar para trás concepções simplistas acerca das coordenações presentes em diferentes SES. Assume-se aqui este ponto de vista de Clark (1983), em que burocracia e política devem ser discutidas separadamente. Argumentam-se mais adiante as razões de tal separação apresentando seus critérios e implicações para a presente investigação.

A coordenação burocrática é prioritariamente caracterizada pelo controle centralizado e uma organização estratificada hierarquicamente das funções dos SES. Essa

coordenação geralmente cresce com a massificação do ES devido às dificuldades técnicas que surgem com esse nível de expansão. Seu objetivo é organizar, em um sistema coerente, funções que de outra forma estariam dispersas, estabelecendo procedimentos formais, critérios e indicadores que as IES deveriam seguir para atingir seus próprios objetivos. De acordo com Clark (1979, 1983), se a burocracia é o processo predominante em um SES, ela pode levar a uma forte regulação da autonomia das IES baseada nas necessidades e planos estratégicos dos Estados. Neste caso, suas regulações excedem os limites da formalidade, assumindo um conteúdo concreto, interferindo também em questões substantivas do ES.

Entretanto, a análise da realidade concreta brasileira impõe que se vá mais adiante nessa reflexão sobre a coordenação burocrática. No Brasil, onde existe forte regulação burocrática associada à forte regulação acadêmica, os planos estratégicos do Estado ficam em segundo plano. Na verdade, a determinação de um SES a partir de planos estratégicos parece mais característico de uma regulação política que burocrática. No caso brasileiro, os objetivos traçados para o sistema são bastante endógenos (acadêmicos) ao mesmo tempo em que a sociedade tem escassos e incipientes canais de acesso ao sistema por conta de o mesmo ser parte da estrutura burocrática do Estado. Tal estrutura de fato interfere em questões substantivas da autonomia das IES, por exemplo, criando uma hierarquia interna das IES e dos grupos de cientistas que tem pouco a ver com o desempenho puramente acadêmico dos mesmos. Mas os valores e critérios mais objetivos que estruturam essa hierarquia são definidos pelas IES e grupos que ocupam o topo dessa hierarquia, ou seja, indicando uma forte associação entre burocracia e vida acadêmica, o que no caso brasileiro é bastante claro, pois os cientistas das principais IES são os que ocupam os cargos ministeriais e órgãos de regulação do sistema.

A coordenação política é caracterizada pela influência de governos no ES. Mais especificamente, entende-se, com Habermas (1990a), que política é o espaço de constituição de interesses objetivos pela via argumentativa. A mediação dos interesses públicos sobre o SES se dá apenas através do debate público e não através de medidas administrativas. Por isso, a coordenação política não significa necessariamente controle centralizado, uma vez que a influência de governos e casas legislativas pode ser definida em um nível local e/ou regional. Ela assume a forma de comissões políticas e conselhos supervisores, organizados por políticos e membros de coalizões partidárias. O objetivo é manter o interesse público, forjado dentro e fora dos governos, no horizonte do SES,

garantindo assim a prestação pública de contas das IES. Este tipo de coordenação tem menos estabilidade do que a burocrática, uma vez que políticos e suas coalizões alternam de uma maneira que burocratas não o fazem (CLARK, 1983). Dobbins, Knill, e Vögtel (2011) falam implicitamente sobre esse tipo de coordenação quando discutem um modelo de governança orientado por Estados, em que o SES tende a mudar quando as coalizões políticas mudam.

Dobbins, Knill, e Vögtel (2011) dizem que dentro de um modelo de governança do ES orientado por Estados existe a implementação de objetivos nacionais no interior do mesmo. Tal processo ocorre apenas através de mediações políticas. A coordenação burocrática não tem esse alcance, se limitando ao estabelecimento de critérios e medidas de avaliação do sistema. É importante, entretanto, tornar clara a distinção entre o que, neste campo, é burocracia e o que é política, distinção esta não realizada pelos autores mencionados.

O critério que se adotou para fazer a distinção entre coordenações política e burocrática foi a origem das decisões dentro do Estado, feitas para regular o SES, bem como a que instâncias do Estado (Executivo ou Legislativo) são atribuídas a maior parte das responsabilidades de regulação do SES em atos legislativos. Quanto à sua origem, decisões podem advir do poder Legislativo ou Executivo (e, por desdobramento deste, de instâncias administrativas). Quando a origem é o poder Legislativo, as decisões têm um conteúdo político, uma vez que se trata da fonte do poder público, local de mediação dos interesses privados na construção de agendas políticas. Com a regulação das IES pelo poder Legislativo (p. ex. através de leis gerais, conselhos parlamentares, etc.), a representação política dos interesses sociais se faz mais presente nas tentativas de coordenar o ES. Considera-se que planos estratégicos e objetivos nacionais resultam da formação discursiva das vontades políticas. Esse processo é de fundamental importância para formatar a coordenação política capaz de mediar os interesses públicos em relação ao SES e, conseqüentemente, a legitimidade do sistema.

Quando as decisões se originam do poder executivo e de repartições administrativas, há uma regulação burocrática do SES. Neste caso, pode ser que as IES sejam mantidas como parte da administração pública, como instância mesma do Estado que provê um serviço à sociedade. Esta oferta de serviços que atendem a necessidades sociais não se dá através da discussão pública dessas necessidades, mas através de atos administrativos baseados nas preocupações discricionárias de administradores (que

frequentemente são eles mesmos cientistas) e, portanto, na sua interpretação de quais 'são' efetivamente essas necessidades. Isto não é o mesmo que garantir que um SES esteja publicamente conectado aos interesses da sociedade. Não existe aí mediação dos interesses diversos e particulares da sociedade em direção a uma racionalidade pública capaz de regular as instituições. A regulação é, ao invés disso, baseada em atos administrativos.

Outra distinção aparece quando não há (ou há precariamente) um suporte administrativo para as decisões tomadas pelo poder executivo em relação ao SES. Neste caso, os processos de coordenação política assumem a forma de conexões pessoais entre cientistas e atores políticos, conexões estas que carecem da estabilidade administrativa assim como de capacidade para organizar um sistema coerente de ES. Decidiu-se por denominar a coordenação política, nesse caso, de política-personalista, pois ela não expressa regulações que derivam de uma discussão pública racional, se caracterizando pela ausência de estabilidade burocrática e relações pessoais entre cientistas e agentes políticos do poder Executivo, os quais se encontram em uma posição com força para fazer valer suas vontades sem a mediação discursiva. Tem-se aí uma coordenação política cujo objetivo é instrumentalizar a produção científica (ou o ES de modo geral) baseado nas relações pessoais entre políticos e cientistas. Como pode ser notada, a diferença de natureza dessa forma de coordenação política (personalista) a torna incapaz de garantir legitimação pública ao SES, daí a importância em diferenciá-la da coordenação política tal como definida anteriormente, fundada na mediação dos interesses públicos. Sabe-se que ela acontece em estágios iniciais de institucionalização da atividade científica, em que não existe estrutura que dê à mesma continuidade e/ou estabilidade. Nesse cenário, a garantia que agentes científicos conseguem para suas atividades deriva exclusivamente de seu bom relacionamento com agentes políticos em posições-chave do aparato estatal. Assim como não existe estrutura administrativa dando suporte a um sistema de ES propriamente dito, qualquer tentativa de coordenação profissional/acadêmica encontra dificuldades, pois esbarra na ausência de estabilidade e garantias institucionais. A realidade brasileira durante o século XIX e início do XX foi um caso concreto onde tomou forma uma coordenação política-personalista¹¹.

11 Para uma análise desse caso, ver seção 4.1. (A Universidade Brasileira e o Processo Histórico de Institucionalização Burocrática) do capítulo 4.

A coordenação profissional é caracterizada pelo controle do SES por seus agentes internos (através de conselhos, comitês, agências, etc.). Esta coordenação pode formar um tipo de oligarquia acadêmica, uma vez que ela busca se contrapor às influências externas (política, burocrática, de mercado) através de decisões colegiadas, ou se associar a elas de forma a preservar, principalmente, a autonomia substantiva das IES e a liberdade acadêmica dos atores individuais. Esses processos são responsáveis por garantir os padrões do trabalho acadêmico, assim como manter os objetivos especializados das IES, suas missões e funções com pessoal treinado e selecionado de acordo com critérios internos (CLARK, 1983; SANTIAGO et al., 2008). Segundo Santiago et al. (2008, p. 121), se processos profissionais são demasiadamente reforçados, o sistema pode se tornar muito lento para responder aos desafios impostos pela sociedade, além de constituir uma “liderança amadora” no interior das IES. Clark (1977) estudou o caso da Itália entre as décadas de 1960 e 1970, onde identificou um sistema capaz de refratar influências externas, vendo ali uma forma de governança autocrática assumindo forma em nome da autonomia acadêmica. Esta crítica, entretanto, assume o ponto de vista de gestores e administradores alheios aos interesses acadêmicos. De um ponto de vista abstrato, é perfeitamente possível conceber um sistema fortemente acadêmico e eficaz, capaz de gerar resultados desejados no interior de um SES.

Aqui vale a pena considerar o fato de que na literatura acerca de ES há um debate entre estudiosos com enfoques mais administrativos, buscando desenvolver técnicas eficientes e eficazes de gestão do ES (ainda que muitas vezes tentem apresentar suas propostas de ação como sendo resultado de uma análise neutra e objetiva dos 'fatos'), e aqueles mais teóricos (ou interessados em apresentar-se distanciados de seu objeto). Questão importante é que revistas internacionais sobre o assunto, como a *Higher Education Management and Policy*, da OCDE, frequentemente endereçam-se claramente ao público de *policy-makers* em ES do mundo inteiro, estando esta longe de ser a única do ramo.

Considerando que o interesse por reformas e mudanças no ensino superior tem sido comum em diversos países, dado o interesse pelo retorno financeiro que uma economia do conhecimento possa gerar (e o ensino superior tem um claro e central papel neste processo), este debate tem um viés de fundo não negligenciável. Neves (2011) mostra como esse interesse esteve no centro das preocupações do Processo de Bolonha de reforma do ES Europeu desde 1999. Houve nesse processo, além de uma tentativa de fortalecer a

União Europeia, uma intenção clara de aumentar a competitividade europeia no cenário da globalização, articulando as reformas do ES com a estruturação de uma economia do conhecimento para a região.

Existe, portanto, um debate em âmbito global que molda e continuará a moldar as decisões e as políticas para o ensino superior dos diversos países, seja de sistemas mais maduros e massificados dos países desenvolvidos, seja de sistemas mais incipientes e/ou em expansão dos países subdesenvolvidos. Logo, interessa à presente tese identificar na literatura teorias fundadas em críticas interessadas de burocratas e administradores, que gostariam de poder manejar com mais facilidade os SES segundo seus ideais de eficiência, como também identificar posições interessadas na neutralidade científica, que preferem barrar toda tentativa de mudança do ensino superior, mesmo que esta signifique maior racionalização de seus processos, vendo aí o incômodo, por exemplo, de ter de justificar racionalmente os gastos públicos com pesquisa e educação demonstrando resultados.

Quanto à questão da governança de SES por mercados (ou coordenação de mercado), ela aparece na literatura como a forma mais difícil de se trabalhar. Segundo diferentes autores ela é caracterizada, no âmbito da administração das IES, pela adoção de estratégias e procedimentos próprios a companhias privadas, sendo a gestão delegada a grupos de executivos com uma política corporativa (SANTIAGO et al., 2008; DOBBINS; KNILL; VÖGTEL, 2011). Essa forma de coordenação também implica uma mudança na relação entre governos e acadêmicos, em que se passa a buscar a adaptabilidade do sistema. Segundo Clark (1983), em vez de comandos baseados na autoridade, governos passam a estabelecer acordos com as IES a fim de impulsioná-las no sentido desejado. Dobbins, Knill, e Vögstel (2011) dizem que o Estado, neste modelo de coordenação, não molda o SES através de atos de autoridade, mas busca promover a competição dentro do sistema, como meio de promover sua qualidade e transparência.

Outra possível característica desta coordenação é a de que o ES é visto como uma *commodity*, ou um recurso estratégico, que, por exemplo, categoriza os estudantes não como atores (políticos e acadêmicos) do sistema, mas como seus consumidores. Assim, a orientação e utilidade de ensinar e pesquisar passam a ser medidas com base em demandas de mercado (DOBBINS; KNILL; VÖGTEL, 2011). De forma geral, muitos autores concordam que as recentes mudanças globais em ES tem sido caracterizadas por sua mercantilização (DOBBINS; KNILL; VÖGTEL, 2011), pela adoção de mecanismos

mercadológicos (*quasi-market*) de regulação (DILL, 2001) e pelo endosso das formas de governança e de coordenação de mercado (CLARK, 1983; SANTIAGO et al., 2008). Isto tem levado (ou este tem sido o objetivo de muitas instituições e/ou *policy-makers*) ao desenvolvimento de universidades empreendedoras, que buscam ser mais responsivas às demandas e mudanças sociais (CLARK, 1983; LYYTINEN, 2011; SANTIAGO et al., 2008).

Dentro dessas tendências se enquadra, por exemplo, a adoção de princípios do '*new public management*' (princípios administrativos que visam introduzir padrões de eficiência e racionalidade, próprios à administração de empresas privadas, na administração pública). A maior universidade de Uganda, a Makerere University, mostra como essa tendência se difundiu por todo o globo. Esta universidade foi parcialmente privatizada, sob recomendação de um relatório do Banco Mundial, como sendo a melhor saída para o desenvolvimento do ensino superior do país, cujos investimentos estatais encontravam-se estagnados. O esforço pela mudança e o início do investimento privado estiveram associados à mudança da cultura organizacional da universidade, que foi baseada nos princípios do '*new public management*', pois se viu como necessário, naquele contexto, adaptar as formas de ação dos funcionários (acadêmicos e administrativos), até então acostumados a um modelo organizacional estatal e burocratizado, à nova gestão privada (BISASO, 2010). Nas reformas do ES das últimas décadas em Portugal e Finlândia também foram encontradas influências dos princípios do '*new public management*' na introdução das novas formas de regulação dos sistemas nacionais a despeito das diferenças nacionais e das diferenças encontradas em cada um dos SES (KAUKO e DIOGO, 2011). Tais mudanças são vistas por muitos autores como o avanço de forças de mercado sobre os assuntos do ES de diferentes países (PEKKOLA, 2009; VÄLIMAA, 2010).

Para muitos autores essas mudanças podem trazer consequências à sustentabilidade econômica das IES, tornando-as suscetíveis às crises de mercado, uma vez que se pretende que as mesmas busquem cada vez mais recursos alternativos aos fundos estatais (DILL, 2001; KOHTAMÄKI, 2009; LYYTINEN, 2011). El-Khawas (2011) levanta a possibilidade de este quadro levar a *trade-offs* entre a garantia de qualidade e a sustentabilidade econômica das IES. Para Berdhal (1990) em alguns casos o discurso de que IES deveriam buscar fontes alternativas de recursos pode servir para que o poder público se

livre do fardo de ter de decidir quais programas e instituições devem sobreviver durante um período de retração econômica.

Mas parece difícil puxar um único fio condutor de toda essa discussão sobre a coordenação de mercado. Aparentemente, todas as mudanças recentes em SES pelo mundo podem ser enquadradas no interior desta categoria. A busca de recursos alternativos, por exemplo, pode ter raízes na própria crise fiscal dos Estados modernos e, neste sentido, as IES não estão menos suscetíveis a crises econômicas se sob financiamento estatal do que sob financiamento privado.

Aqui também, as observações empíricas realizadas auxiliam na construção teórica. Ao observar a nova lei das universidades da Finlândia (Universities Act de 2009) encontram-se ali muitos parágrafos que, apesar de todas as mudanças, colocam a responsabilidade última pelas mudanças no ES do país nas mãos de corpos colegiados de acadêmicos. A própria flexibilização do sistema como um todo (atrelando, por exemplo, financiamento à demonstração de resultados acadêmicos) parte de uma mudança da relação entre governo e acadêmicos, muito mais do que qualquer tentativa (ideológica) de aproximar IES de práticas mercadológicas. Por isso se concorda com Kivistö (2007) quando este observa aí uma discussão de interesses, em que governos se preocupam com o controle de gastos e em responder às demandas sociais pela transparência e justificação de seus gastos, enquanto acadêmicos interessam-se pela continuidade e aumento de seus recursos, considerando incômoda a crescente demanda externa por resultados em seu trabalho. Nas entrevistas com pesquisadores finlandeses, mesmo todos considerando que o nível de recursos recebidos do governo era no mínimo razoável, muitos relatavam que não se pode dizer que são suficientes por uma questão estratégica, para não dar a entender ao governo que eles tinham o bastante.

Conclui-se desta discussão que é difícil discutir abstratamente sobre este tipo de coordenação. Como demonstrado pela análise da reestruturação do SES francês de Laperche e Uzundis (2011), o Estado e atores políticos tiveram um papel preponderante ao definir as respostas dadas pelas IES aos desafios da competitividade global e da sociedade do conhecimento. Vindo de uma tradição de controle centralizado e estatal de seus SES, a França tem realizado esforços para a sua descentralização. A implementação das políticas colocou o país diante da falta de uma clara coordenação do seu sistema, com responsabilidades sobrepostas entre governos e conselhos regionais e descentralizados.

Neste sentido, o processo de descentralização do SES francês, os esforços por torná-lo mais competitivo e mais atento à dinâmica da sociedade do conhecimento estão todos fundados em ações políticas e administrativas - em suma, estatais e não mercadológicas.

Corroborando este ponto de vista, Ylijoki, Lyytinen e Marttila (2011), baseados em pesquisa empírica com atores de universidades finlandesas, concluem que a introdução de processos de mercado dentro das IES não muda o fato de que a orientação puramente acadêmica é ainda substantivamente importante para seu trabalho. As recentes mudanças no ES não devem, portanto, serem vistas como uma mudança fundamental nos objetivos e orientações do trabalho acadêmico do ponto de vista daqueles que o praticam¹². A introdução de processos de mercado, como já mencionado, pode ter implicações em diferentes níveis da operação das IES, e podem ser usadas para desenvolver atividades e procedimentos que são estritamente acadêmicos. Isto é também verdade do ponto de vista institucional, quando, por exemplo, se observa a introdução de mecanismos de financiamento baseados no desempenho acadêmico nas e pelas IES.

Clark (1983) faz uma longa exposição do que ele entende por coordenação de mercado, incluindo aí os mercados que se formam para a contratação de professores/pesquisadores, para a seleção de estudantes e o mercado institucional que se forma quando da competição entre IES por prestígio. Ou seja, mercado, para este autor, funciona como uma analogia do funcionamento de um mercado econômico, utilizada para explicar o funcionamento, as ações e regulações adotadas nas diversas instâncias que dizem respeito a uma IES ou ao SES como um todo. Neste sentido, IES competem por prestígio entre si; IES competem pelos melhores professores; IES competem pelos melhores estudantes.

Em relação ao mercado consumidor existe a cobrança de taxas de matrícula e mensalidades pelas IES. O recurso vindo de famílias que pagam mensalidades para terem acesso ao ES pode, por um lado, ampliar a autonomia das IES em relação ao governo, já que este vê as possibilidades de manejar, controlar e forçar mudanças no SES, através da alocação de recursos. Mas empresas privadas podem também ser consideradas potenciais consumidoras do trabalho realizado em IES. Tanto o resultado de pesquisas realizadas nestas instituições, bem como a formação de pessoal qualificado e especializado, é de seu interesse, e acordos e/ou trocas entre empresas e IES podem influenciar nas tomadas de decisões no

12 As entrevistas realizadas com cientistas para esta tese corrobora esse argumento. Vide capítulo 5.

interior destas últimas. Esta fonte alternativa de recursos também pode reforçar a autonomia financeira das IES em relação aos Estados. Estes processos parecem suficientemente objetivos para serem incluídos na categoria de uma coordenação de mercado.

Em relação ao mercado de trabalho dos profissionais acadêmicos, mencionado em Clark (1983), a situação já é outra. O autor fala sobre as consequências do fato de este tipo de mercado ser mais ou menos fechado. Quando o controle colegiado em um SES é mais forte, o mercado de trabalho tende a ser fechado, já que as vagas para professores e pesquisadores são mais facilmente controladas por seus ocupantes, controle este que é crescente na razão direta do tempo de ocupação da vaga. Se uma IES tem mais autonomia para contratar e demitir os acadêmicos que nela trabalham, a abertura deste mercado é muito maior, gerando mais oportunidades para novos profissionais conseguirem trabalho e desenvolverem suas carreiras. Por um lado isto gera mais instabilidade para o corpo de profissionais, pois em períodos de dificuldades econômicas as contratações são reduzidas e demissões são mais prováveis. Por outro, Clark (1983) trabalha com a hipótese de que um sistema que abre mais oportunidades para jovens pesquisadores torna-se um sistema com produção mais inovadora de conhecimento.

Esta hipótese encontra ressonância na sociologia do conhecimento elaborada em Abbott (2001), que discute como o ciclo geracional é importante na renovação das teorias e metodologias científicas de uma determinada área de conhecimento. Para este autor é menos provável que paradigmas científicos mudem do que sejam esquecidos, junto com a aposentadoria e/ou falecimento de profissionais em exercício. Entretanto, no que diz respeito a uma coordenação de mercado, esses processos, não se enquadram claramente nesta categoria, estando muito mais ligados à coordenação profissional. Ainda que se possa analisar abertura e fechamento do mercado de trabalho para a entrada de novos profissionais, ou sua mobilidade, os próprios profissionais exercem um controle sobre seu campo de atuação através de mecanismos e critérios não econômicos, que se sobrepõem ao mercado enquanto tal. É mais importante, portanto, saber o formato dos contratos que IES e governos assinam com pesquisadores, e qual o nível de controle que acadêmicos tem sobre a abertura e ocupação de vagas no sistema (qual o grau de estabilidade, se são contratos temporários, se apresentam demandas por produtividade, se os pesquisadores são contratados como servidores públicos, etc.).

Em relação ao mercado institucional, este também está mais ligado às coordenações profissional e política/burocrática, e à relação entre as mesmas, do que a uma coordenação de mercado propriamente dita. Como as IES competem entre si por prestígio e como governos controlam e regulam essa competição tem a ver, respectivamente, com as formas de autoavaliação acadêmica das atividades realizadas e da formação de pessoal nas IES e com os limites que governos impõem na dinâmica competitiva entre IES (formas de acreditação institucional, avaliação de qualidade pelos ministérios, etc.).

Em síntese, as coordenações política, burocrática e profissional juntas ajudam a formatar os diferentes SES através de regulações, leis, decretos, esquemas de financiamentos, rotina e tradição. Mercado não será aqui considerado uma forma de coordenação em si pelas razões até agora discutidas. Trata-se de uma escolha teórico-metodológica de não levar em consideração o mercado como forma de coordenação específica e não um argumento de que esta coordenação seja irrelevante de forma geral.

Não se desconsidera que agentes econômicos entram em relação com as IES, tal como em projetos cooperativos de desenvolvimento tecnológico. Mas isso não é o mesmo que uma regulação institucional do ES por parte do mercado. Trata-se antes de uma relação específica, movida pelo interesse das partes e regulada por normas. A racionalidade econômica que por vezes passa a ser adotada nos assuntos internos à academia não tem a ver com o interesse de um agente do mercado, mas, em boa medida, com a tentativa de racionalizar os processos institucionais do SES. As atividades desse sistema tem um custo e é bastante óbvio que sociedade e governos queiram racionalizar esses gastos. Já a intensidade com que esse cálculo é feito tem a ver também com o grau de legitimidade que o ES tem em um país.

A impessoalidade e o caráter formal da racionalidade econômica pode fazer com que as consequências de algumas dessas estratégias fujam ao controle dos agentes que a implementaram. Isso não elimina a dificuldade de se definir um agente específico e processos bem definidos que caracterizem uma coordenação de mercado. Por exemplo, não necessariamente a cobrança de taxas e mensalidades por decisão acadêmica reduz o controle externo (por agentes estatais/governamentais) exercido sobre uma IES na condução de suas atividades. Existem formas de contornar essa relativa independência por parte do Estado. Mesmo nos EUA, em que as IES são fortemente voltadas à captação de recursos no mercado econômico, o governo federal consegue manter um nível de coordenação considerável ao

controlar grandes somas de recursos que financiam boa parte da pós-graduação e pesquisa realizada do país.

Baseado na relação entre as coordenações política, burocrática e colegiada, desenvolveu-se o Quadro 1. O quadro expressa já uma síntese teórica das relações entre os tipos de coordenação incorporando algumas contribuições do material empírico coletado para esta tese, conforme discutido neste capítulo. A construção do quadro está, portanto, fundamentada nas teorias discutidas por autores como Clark (1983), Dill (2001), Kivistö (2007), Santiago et al. (2008), entre outros. Mas também na investigação dos casos analisados aqui.

Com valores que vão de fraco à forte, cada linha do Quadro 1 representa um caso possível de arranjo de coordenações em um SES nacional, ou seja, expressa, em cada caso, como as formas de coordenação se relacionam entre si, formando três tipologias institucionais de SES. Os valores das coordenações indicam 'existente' e 'não-existente'. Todas as formas de coordenação existem e estão presentes, com maior ou menor intensidade, em diferentes SES (CLARK, 1979; 1983). Mas assume-se aqui que as coordenações interagem de maneira sistêmica. Assim, a coordenação política apresenta-se como contrapeso em relação às outras duas (política x burocrática/profissional). Quando a política é forte, burocracia e regulações acadêmicas são enfraquecidas. Quando a política é fraca, fortalecem-se burocracia e academia. O terceiro tipo institucional possível é uma relação equilibrada entre as três formas de coordenação (caso da linha 2). Para fins de investigação empírica, consideram-se três valores para cada coordenação: fraco, equilibrado e forte; tais valores estão de acordo com o nível em que os processos de cada coordenação aparecem em cada tipologia institucional.

Quadro 2

	Burocrática	Política	Profissional
1	Forte	Fraca	Forte
2	Equilibrada	Equilibrada	Equilibrada
3	Fraca	Forte (Personalista) *	Fraca

Fonte: Elaboração própria

* Conforme discutido anteriormente, existe uma mudança no caráter da coordenação política no caso 3. Ver discussão a seguir.

Baseado neste primeiro quadro, desenvolveu-se também um segundo para que se visualizasse como cada coordenação se expressa nos três diferentes tipos de arranjos institucionais. As descrições contidas no quadro, e subsequentemente explicadas, são características típicas de cada arranjo de coordenação existente, formando assim tipologias de arranjos institucionais em SES nacionais.

Quadro 3

	Burocrática	Política	Profissional
1) Institucionalização Burocrática	(FORTE) Interferência administrativa em assuntos acadêmicos	(FRACA) Fraca legitimação da atividade acadêmica	(FORTE) Autocracia Profissional (acadêmica / colegiada)
2) Institucionalização Público- Racional	(EQUILIBRADA) Garantia de uma estrutura única e coerente	(EQUILIBRADA) Mediação dos interesses sociais; definição de projetos nacionais	(EQUILIBRADA) Especialização e definição de critérios internos pelos próprios profissionais
3) Institucionalização Incipiente	(FRACA) Ausência de estrutura formal	(FORTE / PERSONALISTA) * Pessoalidade na definição de projetos e financiamento	(FRACA) Personalismo e fragilidade dos critérios acadêmicos

Fonte: Elaboração própria

* No caso da institucionalização incipiente a coordenação política torna-se política-personalista. Aqui a política não se exerce via parlamento, mas como relação direta com agentes políticos do Poder Executivo. Ver discussão desta tipologia a seguir.

No caso 1 existe uma forte regulação burocrática e profissional, somada a uma fraca regulação política. Neste caso, grupos acadêmicos tem muito poder para refratar intervenções políticas e externas de modo geral. Isto se sustenta pela regulação burocrática que tem pouco ou nenhum conteúdo político, assumindo interesses particulares presentes em um SES (de grupos dentro de determinadas IES ou de conselhos colegiados acima destas) como parte da regulação formal que é de sua responsabilidade. Isto é possível pois agentes acadêmicos atuam como membros de instâncias administrativas, compondo equipes ministeriais, conselhos e comissões administrativas do Estado, sendo assim responsáveis pelos atos administrativos que são outorgados. Neste caso, membros da burocracia agem

como uma parte do sistema, mesmo que, como braço administrativo do Estado, careçam de representatividade política. Dessa forma, esses agentes não tem recursos ou meios para garantir a legitimidade do SES, ainda que isso possa estar entre as motivações dos administradores quando estes propõem regulações. É por isso que os processos profissionais são fortalecidos. Os processos burocráticos, além de garantir a estabilidade para o SES, não tem o suporte de uma racionalidade pública, própria aos processos políticos, mas assumem interesses particulares que estão presentes no ES, incorporando os valores deste os da própria máquina administrativa. Dessa forma, se a origem das regulações é o poder executivo e suas instâncias administrativas, os cientistas se vinculam ao Estado tomando suas próprias decisões, o que contribui ainda para criar um espaço favorável à autocracia acadêmica. Existe, portanto, um processo de institucionalização que é burocrática e não socialmente legítima.

No caso 3 existe uma forte regulação política e fracas regulações burocráticas e profissionais. Este caso também é marcado pela falta de legitimidade das atividades do ES, mas a solução para a condução dessas atividades é diversa. Em vez de uma institucionalização burocrática, como no caso 1, aqui existe o estabelecimento de relações diretas e pessoalizadas com agentes políticos. Por isso o próprio processo de institucionalização é frágil, se existente.

Uma questão se impõe em termos conceituais em relação ao caso 3. As regulações políticas neste caso derivam de medidas vindas principalmente do poder Executivo. A coordenação política muda, portanto, de natureza neste arranjo de coordenações. Em uma situação equilibrada, a coordenação política deriva de medidas tomadas pelo poder Legislativo, local de mediação de interesses privados e constituição de vontades políticas pela via argumentativa, sendo este o poder impedido de atuar no caso de uma institucionalização burocrática. No caso da institucionalização incipiente, se alguma medida é tomada para fortalecer o SES, esta não tem origem no debate público, mas da vontade de chefes do Executivo, Ministros, Secretários de Estado, etc. Assim, no caso da institucionalização incipiente, a política se exerce irracionalmente, pelas alianças personalistas entre cientistas e integrantes do poder executivo. Esta diferença deve ser ressaltada no sentido de que o Executivo tende a resolver as coisas administrativamente, e não politicamente (HABERMAS, 1990a). Existe, portanto, uma coordenação política-personalista.

Ainda sobre a institucionalização incipiente, a ausência de processos burocráticos não abre espaço para a formação de um sistema com estrutura formal, o que significa que a produção científica não se encontra bem institucionalizada. Isto mantém o poder de grupos acadêmicos fraco, tornando-o dependente de relações pessoais com políticos para garantir (de maneira bastante frágil) algumas atividades profissionais. A atuação voluntarista de agentes políticos aparece como fator preponderante, os quais se interessam pela instrumentalização da atividade científica. Financiam-se pesquisas, neste caso, para alcançar certos resultados que corroborem interesses e a estrutura dos grupos no poder. Com o mesmo intuito fundam-se institutos de pesquisa vinculados a atividades econômicas específicas (valorizadas pelos interesses políticos em presença). Devido à instabilidade das atividades científicas neste arranjo de coordenações, parece improvável que ele perdure por muito tempo: ou aparece como o resultado de uma situação de crise, ou como especificidade de estágios iniciais da institucionalização da produção acadêmica. Esta última foi a situação, por exemplo, no período entre os séculos XIX e XX no Brasil. Neste arranjo, a relação entre políticos (do poder executivo) e acadêmicos é marcada pela pessoalidade. O arranjo analisado dá pouca estabilidade às atividades científicas, podendo conferir uma grande motivação para aqueles agentes acadêmicos politicamente favorecidos, mas também desânimo e ansiedades pessoais para aqueles que se esforçam para conduzir suas atividades sob termos impessoais e racionalizados.

O arranjo equilibrado, caso número 2, pode ser encontrado em SES institucionalizados e suficientemente legitimados pela sociedade. Nele, regulações políticas tem suas origens no poder Legislativo do Estado, resultado de uma discussão pública dos interesses particulares e diversos da sociedade. Isso permite que os interesses sociais sejam mediados na definição de políticas nacionais de incentivo às atividades do ES. Os processos burocráticos assumem o papel de manter uma estrutura formal e coerente para SES, e os processos profissionais cuidam em boa medida dos critérios substantivos internos à produção científica.

Consideram-se, portanto, arranjos de coordenações, representando a maneira como as diferentes coordenações interagem entre si. Uma coisa importante a ser considerada é que a mudança entre um SES de institucionalização incipiente (caso 3), que pode caracterizar estágios iniciais da institucionalização da produção científica, para um SES de institucionalização público racional (caso 2) não ocorre necessariamente. O caso brasileiro

demonstra que a relação instável entre processos políticos fortes e grupos acadêmicos fragilizados pode favorecer uma mudança direta em direção à burocratização do sistema. Neste caso o processo de burocratização foi um meio para que os grupos acadêmicos ganhassem estabilidade e fortalecessem sua capacidade de definir como as atividades científicas seriam conduzidas e reguladas. A presença de atores acadêmicos capazes de operar essa transição no momento apropriado faz parte da singularidade histórica do caso brasileiro, não havendo nesta mudança entre arranjo de coordenações nenhuma necessidade estrutural. No caso específico brasileiro, o arranjo passou do tipo 3 ao 1, sem nunca ter chegado ao patamar de um sistema socialmente legítimo.

Antes de aprofundar a discussão teórica desta tese, segue-se uma análise da organização institucional do SES brasileiro assim como do finlandês. Adotou-se essa forma de exposição para que a discussão bastante especializada das teorias do ensino superior não se perdesse no corpo da tese. Após a análise, onde fica clara a institucionalização burocrática do SES brasileiro e a institucionalização público-racional do SES finlandês, parte-se para a compreensão da relação entre ambiente institucional e justificativas morais das atividades científicas. Com a análise institucional já realizada, será depois mais fácil entender os argumentos utilizados por cientistas em cada ambiente, assim como a formação histórica de cada ambiente e a estrutura de consciência moral dos pesquisadores de áreas tecnológicas de cada país.

1.4 Análise das Normas que Regulam o Ensino Superior

Analisou-se aqui como se organizam institucionalmente o SES brasileiro e finlandês através da legislação de ES de cada país. A análise baseou-se no capítulo Teorias do Ensino Superior, em que se atenta para as formas de coordenação do sistema (política, burocracia e colegiada/profissional) e a interação entre as mesmas conforme as tipologias lá sugeridas. Considera-se nessa análise os arranjos que as três formas de coordenação formam ao interagirem entre si. Basicamente os arranjos seguem uma dinâmica em que a coordenação política contrabalança as coordenações burocrática e colegiada. Sendo assim, tem-se três tipos de arranjos institucionais:

1. **Institucionalização burocrática:** onde há forte associação entre mecanismos burocráticos e colegiados, em que algumas medidas administrativas interferem até mesmo em questões substantivas (acadêmicas) do sistema, e fraca coordenação política, sugerindo baixa legitimidade da produção acadêmica;
2. **Institucionalização público-racional:** onde há um equilíbrio entre as três formas de coordenação, sem sobreposição de competências entre as mesmas, sugerindo uma produção acadêmica legitimada socialmente;
3. **Institucionalização incipiente:** onde há uma forte coordenação política-personalista e fracas coordenações burocrática e acadêmica; não há uma estrutura formal e coerente que atravesse o sistema e garanta sua estabilidade; as medidas de financiamento e apoio à atividade científica variam de acordo com a vontade política conjuntural de agentes do Poder Executivo, sugerindo pouco enraizamento da atividade acadêmica na vida social e, portanto, uma baixa legitimidade da mesma;

Sabe-se que a análise de normas não permite observar a organização institucional dos sistemas tal como ela se dá no cotidiano das atividades acadêmicas. Esta é uma lacuna da análise que se segue, mas em alguma medida ela é suprida na análise das entrevistas no capítulo 5. As próprias normas apontam para as autoridades e agentes responsáveis por questões internas ao SES de cada país, definem como este se estrutura, se divide e se classifica oficialmente. Isto é suficiente, se não para observar como os agentes percebem essa legislação no seu cotidiano, para observar tendências e limitações estruturais às ações dos agentes que compõem o sistema.

As normas analisadas foram, no caso brasileiro, a lei 9394 de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1996) e o Decreto Presidencial 5773 de 2006, que “dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino” (BRASIL, 2006) e, no caso finlandês, o Universities Act 558 de 2009 e o Government Decree 794 de 2004 (FINLAND, 2009; 2004).

1.4.1 O SES Brasileiro – um caso de Institucionalização Burocrática

É importante esclarecer algumas especificidades do sistema de ensino superior brasileiro, como a terminologia utilizada para categorizar o SES brasileiro presente na lei brasileira. Comparado a outros países, o sistema brasileiro apresenta algumas particularidades relativas à denominação administrativa e acadêmica das IES. Administrativamente, as IES são divididas entre privadas, com e sem fins lucrativos¹³, e públicas estaduais, federais e municipais. Essa divisão (entre públicas e privadas) não apresenta maiores dificuldades à sua compreensão, referindo-se à personalidade jurídica da instituição e sua consequente dependência administrativa, do Estado ou de entes de direito privado. Essa divisão é extremamente importante para a compreensão da história e da dinâmica de desenvolvimento do SES brasileiro. Uma perspectiva histórica dessa divisão foi muito bem analisada em Durham (2003).

As IES privadas e as federais compõem o Sistema Federal de Ensino Superior, sendo todas avaliadas e supervisionadas pela União. A legislação que rege as mesmas é a lei 9394 de 1996 e o Decreto Presidencial 5773 de 2006. A lei 9394 é relativa a toda a educação, contendo seções para cada nível de ensino, inclusive o superior. Segundo essa mesma lei, entretanto, as unidades da Federação podem ser mantenedoras de IES estaduais, devendo para tanto formular suas próprias normas. Estas normas devem estar em harmonia com as normas federais. Neste caso a União delega para os Estados e/ou para o Distrito Federal a atribuição de coordenar suas próprias instituições. No caso das IES municipais esta delegação não está prevista. A lei abre a possibilidade de integração entre municípios e Estados, cabendo aos primeiros apenas a formulação de normas complementares.

Mas as sinopses estatísticas dos dados dos censos de 1991 a 2009, reunidos pelo INEP (2010) em uma única tabela, mostrando a evolução de aspectos do SES, podem sugerir que muitas IES municipais passem por um ciclo de criação e posterior federalização (sendo assumidas pela união). Segundo Durham (2003) entre 1945 e 1964 esse fenômeno foi marcante entre as IES locais criadas no período, o que a autora atribui à ação de elites locais, que criavam instituições municipais com o objetivo de posteriormente demandar ao governo

13 Há uma nova lei (Lei Nº 12.881, de novembro de 2013) que institui as Instituições Comunitárias de Ensino Superior, que são consideradas “públicas não estatais”. Por ser uma lei recente, ainda não produziu resultados observáveis.

federal sua incorporação ao sistema federal. Mas esse argumento pode ser contestado. As universidades comunitárias do Rio Grande do Sul ilustram um caso em que a sociedade civil assumiu a dianteira ao criar e desenvolver IES locais, projeto do qual os agentes governamentais do Estado do Rio Grande do Sul ausentaram-se, a despeito da demanda existente por esse nível de ensino (OLIVEIRA, 2011).

Segundo as sinopses estatísticas (INEP, 2010), a partir de 1991 observa-se um aumento do número de cursos presenciais ofertados por IES municipais, com uma interrupção e queda bruscas entre 1999 e 2000. O número de matriculados também cai entre 1999 e 2000 e novamente em 2009, ainda que os cursos ofertados não registrem queda em 2009. Em termos relativos, o número de cursos ofertados por IES municipais representava 6,35% do total em 1991 e em 2009 esse percentual caiu para 2,67%. Além de um aumento inconstante do número de cursos, sua representatividade no sistema como um todo caiu significativamente. Uma provável hipótese explicativa para a queda do número de instituições nos anos 1999 e 2000 é a incorporação, pelos sistemas federais e/ou estaduais, daquelas cujos municípios não tenham condições técnicas ou financeiras de mantê-las. As razões para que esse tenha sido o desfecho podem ser variadas, como se viu no caso das comunitárias do Rio Grande do Sul. Ademais, é possível dizer que existe uma perspectiva centrípeta, ou centralista do ES no Brasil, que perpassa tanto a lei sobre a educação (segundo a qual a prioridade dos municípios é financiar a educação básica, e que coloca toda rede privada de ensino como parte do sistema federal), quanto à literatura, que enxerga nas iniciativas locais nada além de interesses particulares razoavelmente escusos.

A lei da educação também estabelece uma divisão interna ao SES baseada em categorias acadêmicas. Estas fazem a distinção entre instituições de ensino superior que tem sua autonomia institucional reconhecida pelo Estado e as que não tem esse reconhecimento, independentemente de serem públicas ou privadas. As instituições cuja autonomia é reconhecida denominam-se universidades. Existem ainda os centros universitários e as faculdades. As últimas são IES não autônomas. Elas não podem abrir cursos, expandir seus campi ou conferir diplomas sem prévia autorização do Estado. Todas as mudanças pretendidas pelas faculdades em relação ao projeto inicial de sua criação (em relação aos cursos ofertados, número de vagas, diplomas conferidos, estrutura física, etc.) devem ser submetidas à avaliação do Ministério da Educação para serem aprovadas previamente. Os

centros universitários estão em um nível intermediário em termos de autonomia institucional.

Enquanto isso, as universidades desfrutam, por lei, de plena autonomia institucional. De acordo com o artigo 53 da lei 9.394, as universidades podem:

- I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)
- II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
- V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
- VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;
- VII - firmar contratos, acordos e convênios;
- VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;
- IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;
- X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Há restrições em relação aos cursos de medicina, odontologia e psicologia, que precisam de pareceres prévios do Conselho Nacional de Saúde para serem criados, e o de direito, da Ordem dos Advogados do Brasil, seguido todos de autorização final do MEC.

De acordo com o Decreto Presidencial 5773 (BRASIL, 2006), que regula administrativamente as funções do sistema de ensino superior com base no que está disposto na lei 9.394, os centros universitários estão impedidos apenas de criar cursos fora de suas

sedes. São instituições que devem se voltar ao ensino, não sendo exigido delas produção científica e a exigência de qualificação de seu corpo docente menor que a das universidades. Enquanto estas últimas devem ter um terço de seu corpo docente com titulação mínima de mestrado ou doutorado e um terço com dedicação exclusiva, os centros universitários devem ter apenas um quinto de docentes em tempo integral, sendo a fração de docentes titulados com mestrado ou doutorado a mesma das universidades.

Segundo a lei 9.394, os diplomas conferidos por faculdades serão registradas por universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação. Centros universitários podem registrar seus próprios diplomas.

Além disso, a garantia da autonomia didático-científica, segundo a lei da educação, está referida apenas para o caso de universidades. No mesmo artigo 53, citado acima, existe um parágrafo único onde se lê “para garantir a autonomia didático-científica das universidades”, seguido de mais uma lista de liberdades desfrutadas pelas universidades para garantir-lhes esta autonomia. No caso dos centros universitários e das faculdades nada a este respeito é mencionado (BRASIL, 1996). Isto deixa em aberto a questão de se docentes e pesquisadores nestes dois tipos de IES desfrutam da liberdade acadêmica (i.e. liberdade de pesquisar e ensinar), ou se em alguma eventualidade a avaliação, regulação, credenciamento e registro destas IES e seus cursos pelas autoridades do Ministério da Educação pode interferir na sua autonomia didático-acadêmica. Não se tem relatos de um caso como esses, mas a omissão da lei para IES não-universitárias é significativa.

De acordo com o citado decreto 5773, a distinção entre faculdades, centros universitários e universidades está ligada à organização e prerrogativas de autonomia de cada tipo de instituição. O sistema é visto como uma hierarquia de instituições das menos autônomas até as mais autônomas. Segundo a perspectiva que aparece no decreto, as IES devem iniciar como faculdades, passando por centros universitários, podendo subir gradativamente até atingirem o status de universidades. O processo todo, até o credenciamento como universidade, leva no mínimo 11 anos desde o primeiro credenciamento como faculdade, a depender das avaliações realizadas pelos órgãos competentes do Ministério e do deferimento dos pedidos de credenciamento das IES pelos mesmos órgãos. Para se tornarem centros universitários, as IES devem apresentar um terço do corpo docente com titulação de mestres e/ou doutores e um quinto com tempo integral. Como última etapa, as IES podem ser credenciadas como universidades se dispuserem de

um terço do corpo docente com titulação de mestrado e/ou doutorado e um terço do corpo docente em regime de dedicação integral, além de requerimentos administrativos previstos no decreto. A particularidade desse sistema é que universidades públicas são criadas por ato legislativo sem terem de passar por todo o processo de credenciamento e reconhecimentos a que estão sujeitas as IES privadas, ou de unidades da Federação que não tenham condições de financiar desde o início uma universidade com as exigências descritas acima. Isto abre claramente uma vantagem das IES públicas em relação às IES privadas, especialmente aquelas criadas recentemente, na dinâmica de disputa por prestígio e recursos do sistema.

Este sistema hierarquizado, portanto, apresenta um atalho para IES públicas. O orçamento necessário para custear professores qualificados e em dedicação integral é garantido por lei, uma vez criada a universidade pública. No caso das IES privadas esse investimento em pessoal qualificado é alto e desnecessário nas primeiras fases de credenciamento. Não há exigência na lei para que faculdades mantenham os mesmos requisitos que as universidades em termos de pessoal, além destas IES não desfrutarem de autonomia institucional ou mesmo didático-acadêmica para utilizarem o potencial de um corpo profissional qualificado academicamente. O custo-benefício para se realizar esse tipo de investimento é puramente mercadológico.

O fato de centros universitários terem liberdade de criar ou extinguir cursos autonomamente demonstra que, apesar da hierarquização das IES com base nas prerrogativas de autonomia, não há exigência para que todas as IES tornem-se, em algum momento, universidades. Há aí a possibilidade, prevista em lei, de que estas instituições desempenhem com mais especificidade a missão de ensino do ES que a missão de pesquisa propriamente. Mas essa orientação apresenta-se como secundária no sistema. A partir de uma análise dos microdados do censo da educação superior, coletados pelo INEP, foi possível perceber que a orientação principal do sistema é em direção ao modelo de universidades de pesquisa. Isso acontece pelo fato de o sistema ser fortemente controlado academicamente. As regulações burocráticas que se encontram previstas nas leis e decretos sustentam um enorme poder de coordenação para os próprios grupos acadêmicos, que controlam uma grande quantidade de recursos via agências especializadas, monopolizando os mecanismos de avaliação do sistema, valorizando assim o desenvolvimento de pesquisa. Esses critérios são utilizados para aprovar projetos e investir em eventos, laboratórios, professores convidados, etc.

As faculdades e os centros universitários, apresentando um viés para o ensino, e sendo mais de 98% constituídas de instituições privadas¹⁴, acabam criando uma dinâmica em que, apesar da falta de autonomia institucional (imposta pelo Estado como medida de controle das mesmas), apresentam graus de autonomia financeira, pois são custeadas pelos investimentos privados, pelas taxas e mensalidades cobradas de seus estudantes, além de desfrutarem de imunidades e isenções fiscais em alguns casos¹⁵. No caso dos centros universitários, aos quais é permitido criar e extinguir cursos com base nas suas próprias necessidades, essa autonomia financeira se reverte em autonomia institucional em relação à atividade de ensino, podendo a IES adaptar seu currículo e programas à demanda de seu mercado consumidor com mais flexibilidade.

Logo, o fato de universidades públicas poderem ser criadas por atos legislativos claramente distorce o mercado institucional de IES brasileiro. Isso cria uma grande barreira para as universidades privadas desenvolverem atividades de pesquisa, como programas de doutorado, sendo que programas públicos e gratuitos são podem se abrir a partir de uma decisão do Legislativo. Isso explica por que em 2009 32% dos estudantes matriculados em IES estavam em faculdades (98,4% destas em faculdades privadas) e mais 13,9% estavam em centros universitários (98,05% destas em centros privados), totalizando praticamente 46% do total de matrículas no SES brasileiro (INEP, 2010). Não existem claros incentivos às organizações privadas buscarem o status de universidades. Estas podem oferecer ensino em nível de graduação como faculdades e centros universitários, considerando que os investimentos (de recursos, tempo e pessoal) para manter a qualidade em pesquisa e em treinamento doutoral, tendo de competir com organizações públicas, teriam de ser muito altos¹⁶. Além disso, as normas apenas apontam o caminho para que as IES tornem-se universidades, mas não endossam esse movimento, eximindo as faculdades de terem de investir e manter um quadro mais qualificado de professores. Na verdade, como mencionam Eggins e West (2010), os impactos das recentes crises econômicas no setor privado de IES brasileiro tem levado grandes corporações a comprarem pequenas

14 Fonte: INEP. Microdados do Censo da Educação Superior de 2010.

15 A legislação que define esses casos é extensa e complexa, fazendo diversas diferenciações no interior do sistema para garantir isenção fiscal e imunidade de impostos às IES. Não se entrará nessa discussão aqui.

16 Deve-se levar em consideração, entretanto, que essas IES buscam ativamente acessar recursos públicos através de financiamento de projetos e bolsas para contornar as dificuldades mencionadas.

faculdades, estendendo seu domínio de mercado e sendo capazes de oferecer cursos por 150 dólares por mês.

1.4.2 O SES Finlandês – um caso de institucionalização público racional

Baseado no Decreto Governamental 794/2004, outorgado pelo poder executivo, na Finlândia o Estado define quais diplomas cada universidade pode oferecer, mas as universidades e seus corpos colegiados podem definir o conteúdo de fato desses diplomas e como avaliar os estudantes que os almejam. As decisões sobre a forma e o conteúdo das atividades científicas são delegadas inteiramente aos órgãos colegiados para que estes os definam e desenvolvam. Os cientistas então focam suas preocupações nas regras internas e procedimentos da atividade científica, garantindo seu domínio específico. Isso mostra, em um caso nacional particular, um caso balanceado de coordenações, onde um tipo de processo não impede que o outro atue em sua dinâmica específica.

A Lei das Universidades 558/2009 (Universities Act) estabelece que o governo, através do Ministério da Educação e Cultura, fará um plano periódico de seis anos para a educação e a pesquisa. A Lei define os parâmetros para o acordo assinado entre universidades e ministério, que definirá os recursos que serão repassados pelo ministério a cada IES. A Lei também estabelece as formas básicas de gestão das universidades e sua estrutura organizacional, dividida entre:

- reitoria;
- conselho universitário;
- órgão colegiado;

De acordo com o documento, as responsabilidades do conselho universitário são:

1. determinar os principais objetivos das operações, economia, estratégia, e princípios de gestão das universidades;
2. decidir sobre a ação e planejamento econômicos e o orçamento da universidade, além de preparar seu extrato financeiro;
3. responder pela gestão e uso dos ativos da universidade, contanto que não tenha repassado tal responsabilidade ao reitor;

4. organizar a supervisão da gestão dos ativos;
5. adotar acordos de maior importância ou de consequências fundamentais para a universidade e emitir opiniões em questões de princípio importantes concernentes à universidade;
6. estabelecer acordos com o Ministério da Educação em nome da universidade;
7. eleger o reitor ou reitores e decidir sobre a divisão do trabalho entre eles e remover o reitor ou reitora de suas funções se houver uma legítima e bem fundamentada razão para tanto, considerando a natureza de seu escritório;
8. adotar as regulações universitárias e outras regras correspondentes pertinentes à organização geral e decidir sobre a estrutura operacional da universidade;
9. submeter uma proposta ao Ministério da Educação sobre as mudanças nas responsabilidades educacionais da universidade;
10. decidir sobre o número de estudantes a serem admitidos na universidade;

Pela lei, o conselho universitário é a principal instância administrativa das universidades finlandesas e é composto por 40% de membros externos (além de estudantes, professores e outros servidores técnicos, de ensino e pesquisa), mas todos os seus membros são escolhidos por e respondem ao corpo colegiado da instituição, formado exclusivamente por acadêmicos. Dessa maneira a Lei das Universidades garante que o corpo colegiado mantenha sua supervisão sobre as principais questões concernentes à administração das universidades, enquanto o trabalho administrativo propriamente dito é realizado pelo conselho universitário, com membros internos e externos, mantendo as universidades responsáveis à sociedade sem lhes retirar a autonomia.

A lei não impede nenhuma dinâmica competitiva entre as instituições, o que pode ser interpretado como uma confiança dos agentes políticos no resultado das atividades científicas (o Ato foi aprovado pelo parlamento do país). Os pesquisadores podem focar seu trabalho nas atividades científicas especificamente, sua validade e regras internas, enquanto a responsabilidade pública é garantida por planos periódicos estabelecidos pelo governo e pela composição do conselho por membros externos. Existe uma divisão do trabalho entre universidades, estabelecida pelo Decreto Governamental (Decreto nº 794/2004). Este define quais títulos serão conferidos por cada universidade, ou seja, define quais áreas ela atuará e quais profissões formará. O decreto também define o número de créditos de cada título, seus

objetivos e as principais habilidades e competências que estudantes devem adquirir quando receberem determinado título (bacharel, mestre, licenciatura, doutorado). Existe um nível significativo de interferência na dinâmica competitiva entre universidades com esse Decreto, mas ele também garante a todo o SES uma única estrutura formal de títulos e créditos, sem adentrar no conteúdo de fato dos mesmos. Apesar de o SES brasileiro ter uma regulação burocrática forte, esses processos não lhe criam uma estrutura formal única. Tal lacuna no Brasil é ocupada por fortes órgãos colegiados.

Segundo Hölttä e Nuotio (1995), nas décadas de 1970 e 1980 as decisões internas às IES finlandesas eram controladas basicamente por conselhos acadêmicos. Desde a década de 1990 muitas reformas foram introduzidas no SES finlandês. A responsabilidade sobre algumas decisões foram repassadas a líderes individuais e subtraídas da alçada dos conselhos acadêmicos. A relação entre o Ministério da Educação e as universidades também mudou radicalmente. O modelo dessa relação criado na década de 1990 permaneceu na atual legislação de 2009. Segundo esse modelo, são formulados planos quadrienais, em que reitores e Ministério da Educação realizam acordos estabelecendo os objetivos e recursos correspondentes para o período em cada instituição. Esses acordos baseiam-se no desempenho das instituições, dando considerável ênfase ao rendimento ('output') das mesmas. Uma parte do financiamento público passou a ser feito através de mecanismos competitivos, que enfatiza o desempenho das instituições para que recebam determinados financiamentos. Na mesma década, foram postas em práticas iniciativas forçando as universidades a abrirem-se ao seu entorno e interagirem com entidades externas, tanto públicas como privadas. A relação com as indústrias aumentou consideravelmente após severos cortes no orçamento das instituições acadêmicas (em meados da década de 1990, foi realizado em três anos um corte de 17% no orçamento das instituições) (HÖLTTÄ e NUOTIO, 1995). Para Kaukonen e Nieminen (1999) essas reformas e políticas da década de 1990 visaram à formação de um sistema nacional de inovação, e as universidades não eram contempladas nas políticas como entidades independentes, mas como parte desse sistema, que envolvia políticas econômicas, industriais e educacionais, elaboradas e implementadas articuladamente.

Outra grande mudança ocorrida na década de 1990, também mantida no século XXI, foi o esquema de financiamento das universidades. Até então os recursos eram alocados item a item, e as decisões e controle eram realizados pelo conselho universitário

('Senate') e órgãos colegiados. Com as reformas, os reitores passaram a alocar recursos diretamente aos departamentos como pagamentos únicos ('lump sum payments') sem assinalar os itens a serem financiados. A alocação de carga de trabalho seguiu modelo semelhante. A administração central apenas mantém um sistema de informações para gerenciar o total de horas trabalhadas (dedicadas ao ensino, à pesquisa, à administração, etc.), o custo dessas atividades e o desempenho dos departamentos. Quem gerencia e coloca tais informações no sistema são os departamentos. Esses sistemas de informações utilizados pelas administrações centrais das universidades são de extrema importância para impedir uma tendência centrífuga criada com a descentralização das decisões relativas à alocação de recursos e carga de trabalho, além de permitir a avaliação das atividades departamentais. Hölttä e Nuotio (1995) consideravam este o quadro dos desafios apresentados na tentativa de se criar um ambiente autorregulador para o sistema de universidades finlandesas na década de 1990. Esses autores veem que a transferência de responsabilidades de conselhos acadêmicos para líderes acadêmicos dentro da instituição favorece a racionalização das decisões administrativas, deixando os conselhos focados em questões de planejamento, definições de políticas e da missão da instituição.

A garantia de qualidade da atividade científica na Finlândia é definida pelo Conselho de Avaliação do Ensino Superior da Finlândia (FINHEEC em inglês - Parte do Ministério da Educação e da Cultura) e este conselho ajuda a garantir que as IES façam sua própria avaliação e as reportem ao Ministério. As ações do FINHEEC visam o melhoramento das atividades das IES (apontando para aspectos que podem ser desenvolvidos dentro da organização), muito mais do que permitir ou impedir qualquer atividade organizacional. O FINHEEC tem uma escala de quatro pontos para avaliar em cada objetivo: ausente - emergente - em desenvolvimento - avançado; cada objetivo deve chegar ao nível mínimo de emergente, e a avaliação geral deve chegar a 'em desenvolvimento'. A avaliação é feita em cima dos objetivos do sistema e das estratégias das IES. A avaliação deve levar em consideração se processos de práticas de garantia de qualidade auxiliam e apoiam ambos esses critérios.

No caso Finlandês não existe, como no Brasil, IES sem autonomia institucional ou didático-pedagógica (para usar um termo da legislação brasileira). O sistema de ES finlandês é dividido entre universidades e politécnicas (também chamadas atualmente de universidades de ciências aplicadas). Estas segundas desfrutam de autonomia, como as

universidades, porém, devem focar no desenvolvimento de programas de mestrado profissional, não sendo possível desenvolver doutorado pelas mesmas. O corte pretendido aqui, entretanto, manteve este último sistema fora das análises. No Brasil, existem também cursos técnicos de nível terciário (os cursos tecnológicos) e os Institutos Federais de Educação Técnica, o que em tese seriam equivalentes às politécnicas da Finlândia. Essas instituições e esse ramo do ensino superior não serão considerados nas análises desta tese por motivos operacionais, mas principalmente porque apresentam um perfil diverso, institucionalmente voltado a resultados práticos em relação ao mercado de trabalho. Isso obviamente tem um peso na formação dos valores e das orientações dos seus quadros de professores e pesquisadores, que não está em questão aqui investigar¹⁷.

1.4.3 As Tipologias de Arranjos Institucionais para a Compreensão dos SES Nacionais

Ao analisar esse material foi possível observar alguns aspectos de como se configura o ambiente institucional do SES brasileiro em contraste ao finlandês. No Brasil existe uma forte coordenação burocrática, combinada a outra forte coordenação profissional. Resulta que o SES brasileiro se torna estratificado devido a um detalhado controle estatal da autonomia institucional das IES. Quando uma IES vai ser criada, o é como faculdade e as autoridades brasileiras decidem se aprovam ou não os aspectos da proposta (diplomas, cursos, vagas a serem oferecidas, assim como pessoal e infraestrutura). Uma vez aprovada, a faculdade só pode se tornar um centro universitário, e mais tarde uma universidade, depois de anos de avaliações de qualidade, além de controle de toda mudança organizacional da IES. Isso cria uma estrutura hierárquica entre as IES, em que as universidades se encontram no topo, pois são a categoria institucional que dispõe de mais prerrogativas de autonomia segundo as normas analisadas.

O Estado brasileiro cria deliberadamente essa estrutura, ainda que seus objetivos declarados sejam o de garantir os níveis de qualidade do ES. Criam-se obstáculos à abertura e flexibilidade do mercado institucional, controlando de perto as faculdades recém inauguradas. Ao mesmo tempo, garante-se quase incondicional autonomia institucional às

17 É interessante notar como as instituições tecnológicas e/ou técnicas muitas vezes são identificadas por não serem instituições universitárias / acadêmicas. Essa formação identitária negativa é um fenômeno tanto no Brasil como na Finlândia, mas certamente suas razões explicativas são diversas em cada contexto. Mas como dito anteriormente, essas questões não serão aprofundadas aqui.

IES universitárias. No caso das IES públicas ainda, universidades públicas podem ser criadas por atos legislativos sem passar por todo período de avaliação institucional das faculdades privadas. Isto confere às universidades públicas um ponto de partida privilegiado nesse mercado institucional, em que as IES competem por prestígio. Como mencionado por Clark (1983), tem-se aí um caso claro de regulação estatal (administrativo) do prestígio dentro do mercado institucional de IES.

A autonomia das IES brasileiras, portanto, não está ligada a uma forma de coordenação de mercado, ou pela simples desregulação estatal. As IES autônomas são somente aquelas que já passaram por um longo e seletivo processo de coordenação burocrática que impõe uma série de obstáculos ao alcance desse status ao mesmo tempo em que define a priori algumas IES para ocuparem-no. Às instituições autônomas o Estado desregula uma lista ampla de itens, tornando os processos de avaliação mais espaçados no tempo, ao deixando toda atividade da pós-graduação nas mãos de órgãos colegiados (como CAPES e CNPq¹⁸). Autonomia institucional existe somente a partir da expectativa mútua de que apenas algumas instituições são publicamente qualificadas a usufruir liberdades substantivas e procedimentais.

Assim, com fortes coordenações burocrática e acadêmica, o sistema brasileiro carece de processos políticos que o regulem. Isso implica pouca responsividade do sistema ao restante da sociedade, pois não existe, por exemplo, definição de metas e projetos nacionais através de mecanismos políticos que integrem o SES. O sistema fica assim protegido de demandas externas através dessa forte institucionalização burocrática. Com base nessas características, define-se o SES brasileiro como um caso de Institucionalização burocrática.

Na Finlândia a situação é bastante diferente. O Estado, através dos instrumentos legislativos define quais diplomas podem ser conferidos por cada universidade. Isso é resultado das políticas de regionalização e expansão do SES nacional durante as décadas de 1960 a 1980 (SILIUS, 1987), em que se instituíam IES nas diversas regiões do país segundo as realidades locais. Isso também previne contra sobreposições de esforços na formação de recursos humanos na mesma área de conhecimento em uma mesma região. A

18 Estes órgãos explicitam a forte articulação entre burocracia e corpos colegiados do SES Brasileiro, pois tem competência de regular e definir critérios e parâmetros de organização da pós-graduação como um todo e são compostos por agentes acadêmicos, ao mesmo tempo em que são parte integrante dos Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério da Educação e Cultura.

despeito disso, o conteúdo de fato dos currículos é deixado totalmente a cargo das IES. Nesse sentido, não existe, como no Brasil, uma estrutura hierarquizada de IES moldando a dinâmica da competitividade institucional do sistema. Essa regulação burocrática do SES finlandês, somada ao estabelecimento de parâmetros de um sistema de créditos acadêmicos nacional, apenas define um estrutural formal para todo o sistema.

No que diz respeito ao Universities Act, ele aponta para várias medidas que criam um equilíbrio entre processos políticos e colegiados no SES. Desde 2009, as universidades não fazem mais parte do Estado, mas trabalham com base em contratos e acordos. Isso se estende a todos os funcionários das universidades, que não são mais funcionários públicos, qual é o caso brasileiro. Entretanto, o ensino e a pesquisa são explicitamente protegidos como direitos das IES finlandesas e de seus funcionários no Universities Act, direito esse apenas garantido ao topo da hierarquia do SES brasileiro.

De outro lado, o SES finlandês apresenta um equilíbrio entre as formas de coordenação. Existem medidas burocráticas que visam um controle do sistema (definição dos diplomas de cada universidade, dependência de acordos com o Ministério da Educação para conseguir recursos), mas os parâmetros desses mecanismos de controle são definidos politicamente sem criar uma estrutura hierárquica no sistema. O Universities Act estabelece em termos gerais os parâmetros para os acordos entre universidades e Ministério, além das formas básicas de gestão das universidades e sua estrutura organizacional.

Ao observar esse equilíbrio na interação entre as formas de coordenação do SES finlandês, conclui-se que existe aí uma institucionalização público-racional, em que os interesses da sociedade chegam ao SES através de mecanismos políticos que definem projetos e estruturas transparentes da organização de todo sistema, sem que isso impeça, pelo contrário, garantindo grande margem de autonomia para os processos colegiados definirem seus aspectos especificamente acadêmicos. Isso tudo contando com uma estrutura burocrática formal que atravessa o ES do país, como por exemplo, um sistema de crédito nacional.

2 SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ARRANJOS DE COORDENAÇÕES E OS ARGUMENTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE PESQUISADORES

A importância prática para a cultura era maior no passado do que é atualmente. “*Sociologia das Religiões*”, de Max Weber.

O segundo passo desta tese é entender como os arranjos institucionais analisados estão relacionados à maneira como pesquisadores justificam suas atividades. Primeiramente, a existência dessa relação é baseada no entendimento de que todo grupo social desenvolve justificativas que buscam legitimar sua posição na sociedade. Um grupo deve, por exemplo, justificar por que deve exercer determinado papel na sociedade, ou porque ele tem acesso a determinados bens e serviços com exclusividade. Em sociedades modernas, que passaram já por um longo processo de divisão do trabalho e diferenciação da esfera cultural, e onde as relações sociais não são, por isso, reguladas por uma moralidade particular ou tradições inquestionáveis, formas racionais de justificação são mais comuns entre os grupos.

A divisão e o fechamento dos grupos formados no processo de divisão do trabalho e diferenciação social e cultural nunca são completos. Por um lado, o desenvolvimento técnico está estreitamente ligado à divisão do trabalho, e os diferentes grupos mantêm suas relações através dessa mediação social que é a tecnologia. Negociações, conflitos e acordos entre grupos quando da definição de suas áreas de atuação também ocorrem através dessa mediação. Por outro, os grupos desenvolvem o corpo de conhecimentos práticos que sistematiza suas atividades, bem como os valores e sistemas morais que orientam suas condutas. É neste contexto que os grupos produzem suas justificativas argumentativas para assegurar suas posições na sociedade. Tais argumentos, portanto, referem-se à posição que os diferentes grupos necessitam e querem assegurar na sociedade para manter e reproduzir sua existência social. De certa maneira, tais argumentos refletem a autoimagem do grupo social, desenvolvida entre seus integrantes e expressa publicamente através de seus porta-vozes. Isto diz respeito aos papéis sociais que diferentes grupos desenvolvem e como os mesmos incorporam ou rejeitam mudanças técnicas que afetam o desempenho de suas atividades.

Assim, dentro da teoria sociológica, as formas de coordenação estudadas são a estrutura social do ES, em que se desenvolvem as justificativas argumentativas de seus

agentes. A depender de como interagem políticos, acadêmicos e burocratas em um SES, diferentes justificativas têm de ser desenvolvidas para dar sentido à atividade dos profissionais no interior desse sistema. Sistemas mais fechados, em que o controle de financiamento, por exemplo, está em grande parte na mão dos próprios acadêmicos (órgãos colegiados) associados a setores administrativos do Estado, tem menos necessidade de desenvolver justificativas públicas e racionais de sua atividade. Como afirma Clark (1983), nos SES onde o controle acadêmico é bastante forte, atores acadêmicos tendem a associar sua própria atividade ao interesse público.

A relação investigada é entre a estrutura social, ou as instituições de um SES, e a estrutura de personalidade de seus agentes, observada a partir das justificativas utilizadas pelos mesmos ao dar sentido à sua atividade profissional. Acontece que existe aí um terceiro elemento nessa relação a ser considerado. São os aspectos culturais interiorizados pelos sistemas de personalidade para que estes então deem sentido às instituições. As justificativas analisadas não são meras estratégias argumentativas para esconder reais interesses estabilizados e reproduzidos pelas instituições. Essas justificativas visam a um agir social no interior das instituições, dando assim sentido às mesmas, ao passo que estas definem os limites estruturais desse agir.

Seguindo os argumentos em Oliveira et al. (2009), ao investigar essas relações é possível entender as razões que levam o sistema científico brasileiro ser tão autorreferenciado, em que o núcleo motivacional da estrutura de personalidade de seus agentes se fecha em torno de valores acadêmicos articulados como motores do desenvolvimento nacional. Entretanto o vínculo prático com a vida social é escasso, apesar de alardeado em tempos atuais através de uma série de políticas, projetos e declarações de intenções tanto da parte de governos como dos próprios cientistas. Isto, pois a articulação entre valores acadêmicos e desenvolvimento nacional nas justificativas dos cientistas se estabelece a partir de uma relação idealizada, carente de concreticidade, e encontra respaldo material apenas em casos pontuais de relação entre cientistas e agentes externos à academia, como o são os casos das pesquisas em torno da extração de petróleo em águas profundas ou relativas à agricultura em clima tropical e subtropical, para ficar nestes dois exemplos.

Para compreender essa realidade mais a fundo discute-se a seguir o processo de diferenciação entre cultura, sociedade e personalidade e a conexão entre essas três esferas sociais. As teorias do ensino superior até agora discutidas tratam de apenas uma dessas

esferas, a da sociedade, ou seja, todas as características atribuídas aos SES são explicadas a partir de sua formação institucional. Para entender como tais ambientes se relacionam com os argumentos dos cientistas entrevistados, é preciso adicionar à análise as esferas da personalidade e da cultura. É então possível compreender o processo de formação dos valores identificados nos argumentos coletados e como tais valores formam uma conduta profissional específica desses cientistas.

Após a discussão teórica propriamente dita, se inicia uma análise histórica dos SES brasileiro e finlandês, que visa lançar luz ao processo de formação cultural e de personalidades de cada SES. Munidos assim de um arcabouço teórico e de uma análise histórica dos SES, os argumentos coletados nas entrevistas serão compreendidos como parte da formação de uma conduta profissional sistemática no interior do ambiente institucional de cada sistema.

2.1 As Conexões entre Cultura, Sociedade e Personalidade – A Racionalização de Weber a Habermas

O núcleo teórico utilizado é o da sociologia da ética, baseado fundamentalmente no texto seminal de Ladrière (2001), *Pour une Sociologie de L'Éthique*. Esse autor investiga nos clássicos da filosofia e da sociologia a possibilidade de se fundar uma sociologia do agir ético nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Como coloca Ladrière (2001), sua investigação se dá a partir da tradição da filosofia moral imperativa e não atrativa. A primeira tem como parâmetro as normas que se impõem ao agir na tentativa de fazer deste um agir moral. A segunda vertente, a da ética atrativa, seria a investigação da ação ética fundada nas necessidades reais dos agentes sociais, necessidades essas conhecidas cientificamente, definidas como sendo aquelas que os agentes queriam se de fato conhecessem suas necessidades. A pretensa autenticidade em relação à experiência vivida dos agentes na segunda das vertentes mencionadas, erigida a partir do conhecimento das verdadeiras necessidades desses agentes, soçobra quando se compreende que essa concepção ética se baseia em fundamentos arbitrários. O caráter verdadeiro das necessidades alegadas pelos agentes depende de que especialistas – no caso, os cientistas sociais – assim as definam. Isto remeteria, em última análise, à aceitação do caráter normativo da ciência.

Por outro lado, o caráter impositivo da vertente imperativa se revela aparente, pois as investigações realizadas sob sua luz se interessam pela possibilidade de as imposições normativas serem resultado da própria vontade dos agentes, fazendo assim do agir ético um agir livre. A sociologia da ética, inspirada na tradição da filosofia moral imperativa, examina as instâncias da vida social às quais se ligam os valores que fundam a vontade dos agentes, pois esta muitas vezes é determinada de maneira puramente arbitrária, i.e. irracional. Através desse exame, abre-se uma perspectiva crítica, única possível para afirmar a possibilidade de um agir ético, ou seja, um agir fundado numa vontade racional. Dessa maneira, é sem constrangimento que se seguem os passos desse autor, que investiga as possibilidades reais de o agir humano no mundo se constituir em um agir ético fundado no uso da razão.

Esse horizonte investigativo permite uma melhor compreensão da realidade empírica dos casos brasileiro e finlandês. Ao se conhecer as possibilidades de um agir ético racional nas sociedades contemporâneas, é possível saber em que os casos concretos se assemelham e no que divergem dessas possibilidades e então buscar as razões de tanto. O modelo teórico assim construído serve como recurso heurístico à compreensão da realidade, possibilitando a compreensão dos fenômenos empíricos, bem como o aprimoramento do próprio modelo. O modelo serve sim como parâmetro crítico em relação à realidade, não como um programa de ação do investigador, e sim como um conhecimento cujos princípios e máximas a ele imputados sejam os mesmos que agentes históricos e concretos possam querer. Assim se entende a declaração em Kant (1996) de que a busca do conhecimento mais preciso e puro tem como objetivo a sua realização prática, evitando perder-se em devaneios metafísicos que já não guardam nenhum vínculo com a realidade fenomênica, senão com a vaidade do investigador.

Tal discussão está fundamentada em uma leitura da obra weberiana, que analisa como uma racionalidade segundo um valor, própria de uma conduta de vida, consegue se ancorar na racionalidade relativa a uma atividade profissional, atividade esta ligada aos subsistemas de ação instrumental da economia e do Estado modernos. Weber (2004) analisa como os valores do protestantismo ascético ancoraram-se na atividade do empresário capitalista moderno. Seguindo Habermas (1984) e Ladrière (2001), entretanto, é possível afirmar que as atividades ligadas à economia e ao trabalho não receberam no

passado sentido apenas dos sistemas ético-religiosos, mas também dos valores humanistas da produção científica, acadêmica e artística.

Além do mais, para Habermas (1984; 1989) e Ladrière (2001), diferentemente de Weber (2004), não se esgotaram as possibilidades de fundar um sentido às ações técnicas da economia e do Estado modernos na sociedade contemporânea. É possível investigar como ainda hoje, a partir da atividade profissional, se ancoram valores (formadores de condutas de vida) das diferentes esferas culturais (arte, ciência e moral) nos subsistemas de ação instrumental. Nesta tese se analisa como se forma uma racionalidade segundo um valor ancorada à atividade científica, conferindo sentido à prática profissional de seus agentes para além da mera execução de tarefas. Com esse referencial foi possível investigar a racionalidade das visões de mundo que aparecem nas justificativas de cientistas brasileiros e finlandeses, formando entre eles uma conduta profissional específica, que dá sentido à estrutura social de seus respectivos SES e também aos subsistemas de ação racional de cada sociedade.

A visão weberiana é, no entanto, fundamental na medida em que permite discutir a noção de dever presente nas condutas de vida modernas. Essa noção aparece na formação da conduta de vida dos cientistas entrevistados. Esta tese, portanto, não trabalha com a obra weberiana como algo superado, mas considerando que mesmo tendo sido criticada por sua filiação à perspectiva da filosofia do sujeito pelo referencial comunicativo e relacional da sociologia contemporânea, ainda tem muito a dizer sobre a racionalização de valores e sua ancoragem nos sistemas de personalidade modernos. No mesmo sentido, esta tese resgata reflexões do início do pensamento social moderno, buscando o referencial kantiano, uma das bases do pensamento weberiano e também habermasiano. A justificativa para esse *détour* é que é lá que se encontra uma reflexão sistemática sobre a noção de dever na moral das sociedades modernas. Explora-se o caráter crítico de tal noção, utilizando-a para distinguir aspectos modernos e tradicionais das sociedades contemporâneas. Começa-se a seguir discutindo o conceito de racionalização tal como encontrado na obra de Max Weber.

2.2 O Conceito de Racionalização

Max Weber (2004; 1991) foi o teórico na sociologia que marcou os estudos acerca do processo de racionalização da sociedade. Sua abordagem, no entanto, não se

baseava em um juízo positivo da modernidade. Pelo contrário, o autor explicitou seu ceticismo em relação à sociedade moderna em vários momentos de sua obra. Weber é frequentemente lembrado por seus prognósticos pessimistas acerca das sociedades modernas, que marcam a conclusão de seu estudo clássico sobre “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, e que alguns autores assumiram como ponto de partida para suas análises da sociedade capitalista contemporânea (MARCUSE, 1998; ADORNO e HORKHEIMER, 1986; LUKÁCS, 1971), enquanto outros seguiram seus passos criticamente (HABERMAS, 1984; 1989; LADRIÈRE, 2001).

Não obstante, entende-se que sua visão pode ser mais bem compreendida se considerada a partir das antinomias com que trabalha, advindas de seus pressupostos neo-kantianos. Segundo esses pressupostos, valores contrários coexistem na realidade e são assumidos como máximas de conduta individuais e/ou de grupos sociais (TRAGTENBERG, 2006). Pessoalmente, entretanto, Weber não conseguia observar nenhum desenvolvimento histórico em que indivíduos e grupos sociais estivessem assumindo o valor da liberdade, caro a ele. O caminho mais óbvio para a sociedade lhe parecia a aceitação do conforto das escolhas técnicas impostas pela racionalidade instrumental, que domina cada vez mais esferas de ação social do mundo moderno. O autor vislumbrou, parece, um possível desenvolvimento da liberdade com os acontecimentos da Rússia do início do século XX. Aprendeu russo para ler os jornais daquele país, mas como não viu ali nenhuma força liberal capaz de tomar as rédeas da situação, também ali se desiluiu (TRAGTENBERG, 2006).

Assim, a reflexão weberiana sobre a racionalização pode ser lida sob o prisma kantiano. Essa interpretação radica na profunda vinculação da visão weberiana a um ideal de liberdade e no valor do homem como sujeito de relações de produção, como diz Tragtenberg (2005). Assim, se para Weber há alguma espécie de fenômeno social passível de um juízo de valor positivo nas suas reflexões mais sistemáticas, este fenômeno é a possibilidade de agir com liberdade. Esse ponto de vista fica explícito em seus escritos políticos sobre a Alemanha e, principalmente, sobre a Rússia de 1905 e 1917 (WEBER, 1994; 2004), mas não é menos claro no restante de sua obra sociológica. Em seus escritos sociológicos, Weber (1991; 1964) investiga quais religiões mundiais encararam um mundo eticamente irracional e segundo que princípios o fizeram.

Weber (1964) observa que as religiões que enfrentaram o mundo tal como ele é, segundo princípios gerais e éticos, foram responsáveis por formar em seus fiéis um

habitus global sistemático. Mas as religiões que assim o fizeram formaram tal habitus a partir de uma crença no mundo após a morte. A visão ética religiosa, ainda que totalmente racionalizada, se impõe à vontade a partir de uma crença extramundana. Acontece que o autor era cético quanto à capacidade de alguma convicção secular sustentar um habitus global sistemático. Mas mesmo permanecendo no registro da abordagem teórico-metodológica weberiana, não é preciso corroborar seu pessimismo político e existencial.

Weber (2004) é bastante pessimista quanto à possibilidade de que todo o processo de racionalização facilite ações convictas em torno de um ideal de liberdade. Pelo contrário, sua maior preocupação, segundo Tragtenberg (2005, p. 10), era que o processo de racionalização, após ter libertado o homem do comportamento mágico, das explicações míticas e da ignorância, terminaria por dominá-lo, reduzindo-o “a um impotente parafuso de uma máquina virtualmente indestrutível”. Segundo Ladrière (2001), para Weber, depois de a ética protestante ter dado lugar ao utilitarismo nas relações econômicas e estatais, teria acabado a possibilidade de a razão moral-prática fundar um sentido para os subsistemas de ação instrumental da economia e do Estado modernos. Sem a forma religiosa, a razão moral-prática perde seu posto e sua capacidade de fundar significados para o mundo moderno. Mais provável para o autor de a “Ética protestante...” é a adoção de uma cultura hedonista, compensatória em relação ao racionalismo exacerbado do mundo moderno, ou a mera aceitação de uma vida reclusa na privacidade de um cotidiano previsível e funcional. Agir com vistas à liberdade diante dos subsistemas de ação racional da sociedade moderna exigiria uma convicção que parecia a este autor muito distante da realidade.

Mas nem todas as reflexões weberianas sobre a racionalização são marcadas pelo pessimismo, haja vista elementos de sua sociologia do direito, conforme discute Pierucci (1998). Quanto à racionalização do direito, Weber (1991) observa a profissionalização e especialização de seu exercício, fazendo do direito um corpo dogmático e racional, acessível apenas aos juristas e, por isso mesmo, uma força dominadora que marca a modernidade – a dominação burocrática racional-legal. Ao mesmo tempo, pondera: de que outro modo seria possível garantir o convívio democrático entre opiniões e valores distintos e conflitantes? Somente o direito formal e abstrato é capaz de garantir estabilidade a uma sociedade cujas visões de mundo religiosas já não oferecem mais força integradora suficiente. A democracia e a liberdade política dependem do convívio da pluralidade de visões de mundo, surgidas com a sociedade moderna. Por isso Weber (1991; 1994) era

extremamente crítico a todas as tentativas de substancializar o direito e a administração pública. Para o autor isto significaria a incorporação de visões particularistas no exercício do governo e, por consequência, a opressão de opiniões particulares da sociedade civil que não estivessem alinhadas com aquela assumida pela lei e pela administração.

Essa análise da racionalização do direito não é realizada ao acaso. Como comenta Ladrière (2001), preocupa a Weber o processo de racionalização dos aspectos éticos da cultura¹⁹ como aquele mais eficaz na determinação de um modo de agir específico. Sua maior preocupação foi explicar como historicamente se determinou nas sociedades modernas o modo de agir racional com relação a fins que lhes é tão característico. Para Weber (2004; 1964) essa explicação só pode ser encontrada a partir de uma ética da convicção que guiou historicamente um agir racional com relação a fins. Como comenta Ladrière (2001), a racionalização social dos subsistemas econômicos e da administração pública se explica a partir dos processos históricos da racionalização cultural.

Focada nos aspectos éticos da cultura, boa parte das reflexões weberianas recaem sobre o processo de racionalização das religiões mundiais e as implicações deste processo para a constituição do que se convencionou chamar sociedades modernas. O autor analisou em diversos momentos de sua obra como os fiéis de uma determinada religião, ao se depararem com aspectos do mundo empírico material que não se coadunavam com suas crenças religiosas, se viam diante da necessidade de racionalizarem suas visões éticas de mundo. Essa é para o autor, portanto, a força que molda os valores necessários às grandes mudanças de comportamento na história. Sua preocupação em termos de uma história mundial é mais cultural que socioeconômica, ainda que em absoluto negue a importância dos fatores socioeconômicos para a análise da realidade. Para Weber (1964) as condições socioeconômicas são inescapáveis (a escassez de recursos para a sobrevivência), e os sistemas simbólicos, no caso as crenças religiosas, se chocam contra tais condições. Esse choque entre sistemas simbólicos e as condições socioeconômicas se dá quando um fenômeno empírico-material contraria as crenças religiosas. Isso força os agentes que

19 Segundo Habermas (1989) a racionalização do mundo da vida faz este diferenciar-se em três esferas valorativas no mundo da cultura (âmbito de renovação e transmissão do conhecimento cultural), a moral-prática, a cognitivo-instrumental e a estético-expressiva. Através da esfera moral-prática os agentes sociais interiorizam princípios e valores, constituindo um sistema de ação cultural em que estão implicados julgamentos morais. Neste capítulo se faz uma leitura da obra weberiana mediado por categorias da sociologia contemporânea. A discussão sobre a racionalização do mundo da vida em Habermas (1989) será feita na seção 2.4. desta tese.

possuem determinada crença, ou visão de mundo, a moldarem essas visões a fim de explicar e/ou justificar os aspectos contraditórios da realidade material. A esse processo, Weber (1964; 2004; 1991) denomina racionalização das visões de mundo.

Foi assim que Weber (1964; 1991; 2004) buscou compreender como, no Ocidente, sociedades tradicionais, cuja vida dos indivíduos que a compunham se encontrava completamente imersa em uma perspectiva religiosa, transformavam-se em sociedades em que os indivíduos agiam, cada vez mais, sob o princípio de uma racionalidade com relação a fins.

Todo processo de racionalização societária esteve, historicamente, marcado pela racionalização das visões de mundo ético-religiosas. Para Weber (1991; 1964), foram as éticas religiosas e sua racionalização que sustentaram a racionalização social, das instituições, da economia e da política. Para este autor, toda ação social tem um sentido orientado à ação de outro indivíduo, e os grupos (associações, comunidades, instituições, etc.) são estas ações reciprocamente orientadas sobre um fundamento comum. Logo, pergunta-se, qual o sentido de se agir racionalmente quando todo contexto social está fundado em uma perspectiva de ação de tipo tradicional? Como se dá essa passagem? Para Weber (1991), é óbvia a necessidade de uma mudança radical no horizonte cultural das sociedades. Do ponto de vista de uma sociedade tradicional, agir racionalmente com relação a fins é irracional. Por isso, o primeiro passo neste processo, para o autor, é a racionalização ética das visões de mundo. À medida que uma determinada comunidade religiosa vê sua crença religiosa confrontada pelo mundo, essa comunidade tem que lidar com o problema da teodiceia, ou seja, explicar (e isto implica uma racionalização do seu sistema simbólico) a existência do mal, do irracional e do injusto com base na crença religiosa que se afirma. O confronto entre um sistema ético-religioso e o mundo empírico-material, o qual não obedece a valores mas à causalidade natural dos fenômenos, tensiona o primeiro no sentido de sua racionalização quando se tenta torná-lo coerente com o mundo empírico.

Este processo avança, diz Weber (1991), até a formação de uma conduta de vida metódico-racional, ou à formação de um *habitus* global sistemático. Para justificar uma crença religiosa, ou uma visão ética do mundo, diante da irracionalidade do mundo empírico, a religiosidade afunila-se em uma ética da convicção, que “rompe a estereotipação das normas individuais em favor de uma orientação ‘significativa’ global da condução da vida pelo fim religioso” (WEBER, 1991, p. 386). Ou seja, deixa-se de fixar atitudes isoladas

para cada elemento da realidade empírico-social que não se ajusta à religiosidade, pois esta lista se torna infundável, e a saída é diferenciar forma e conteúdo, a ponto de se poder enquadrar a totalidade do mundo sob um ponto de vista ético-religioso formal.

Weber (1964) ainda afirma que o conteúdo específico dessa religiosidade vai depender do status e da situação de classe social, nos quais ela se origina. Isto, pois que os estratos propagadores de religiões mundiais foram vistos “como portadores ideológicos de uma ética ou doutrina de salvação que se enlaçava com maior facilidade com sua situação social” (WEBER, 1991, p. 347). Por exemplo, se a origem social de uma determinada religiosidade com sua ética da salvação é uma elite intelectualista, o mais provável é uma tendência ao afastamento do mundo e uma atitude contemplativa em relação a ele, em que a salvação se busca na intimidade, pois não existe uma miséria concreta contra a qual se quer lutar. Foi o caso, por exemplo, das religiões orientais como o hinduísmo e o budismo (WEBER, 1964).

Na visão de Weber (1991), a racionalização das visões de mundo desembocou em duas saídas coerentes para a busca da salvação em um mundo eticamente irracional: o ascetismo de rejeição do mundo, fundando uma busca mística pela salvação da alma, que projeta uma conduta metódica de vida para fora deste mundo. Esta saída se baseia em uma vida contemplativa de ascensão à graça (trilhado principalmente pelas religiões orientais); e o ascetismo intramundano, que assume a irracionalidade do mundo como um dever de transformá-lo segundo ideais éticos. Funda assim uma busca intramundana pela salvação da alma (muito característico do cristianismo posterior à Reforma).

No limite dessa segunda vertente de resposta à imperfeição do mundo está o protestantismo ascético, que perde a esperança de que o mundo atenda às exigências éticas de sua religiosidade, mas mantém seu dever intramundano na comprovação da sua virtude. Forma-se, neste último caso, um *habitus* global de um indivíduo que, por valores, desenvolve uma conduta racional com relação a fins, convicto de que, assim o fazendo, atinge a graça divina. O protestantismo ascético, ao conceber o deus transcendente da tradição judaico-cristã e conceber o mundo como corrompido e eticamente irracional, coloca a tradição como ímpia e motiva o indivíduo a trabalhar incessantemente para transformar esse mundo de maneira racional, através do seu controle e dominação (Weber 1964).

Para Weber (1964; 1991; 2004), se encontram aí as bases culturais e motivacionais para uma conduta de vida própria à economia e à administração modernas.

Trata-se de uma conduta calculista, consciente da causalidade dos fenômenos e também das contingências a que todos estão sujeitos, vivendo nesse mundo que não possui sentido em si mesmo. Essa conduta baseada em uma razão instrumental, entretanto, sustenta-se por uma ética racionalizada, que separa os princípios de sua vida religiosa do conteúdo de sua conduta cotidiana, marginalizando, e até mesmo suprimindo expressões extáticas e sentimentais da religiosidade, pois "a embriaguez orgiástica estorva a condução da vida ética sistemática" (WEBER, 1991, p. 361). Os princípios éticos são o sentido último da conduta intramundana, mas esta não espera encontrar aqueles princípios concretizados nessa vida e sim ser instrumental na condução de assuntos mundanos, que são em si eticamente irracionais.

Segundo Weber (1964; 1991), a racionalidade da ação, portanto, sempre possuiu em seu horizonte uma visão ética do mundo. Mas os sentidos das ações metódicas, de cada religião, sempre foram os mais diversos, e o racionalismo instrumental, que triunfou no Ocidente moderno, era até mesmo improvável. Afinal, como uma religião, qualquer que fosse, poderia ensejar um comportamento de pura ação racional com relação a fins, de cumprimento incessante e metódico de tarefas cotidianas, cujos resultados, ainda que sinalizassem a graça divina, não eram em si usufruídos como tal? Esta religiosidade necessitou racionalizar profundamente sua perspectiva ética, valorizando a própria ação metódica sistematizada segundo uma ética da convicção. Só assim foi possível dar o sentido global de condução da vida do protestantismo ascético, criando uma problemática agravada e interiorizada sobre a tensão entre o postulado religioso seguido (que confere um sentido teleológico à ação do crente) e o mundo empírico (em si, destituído de qualquer sentido e/ou significação).

Weber (2004) constata que a religiosidade responsável pelo ascetismo protestante perdeu a esperança no mundo, mas manteve a convicção de que seus fiéis seriam salvos. Somente assim foi capaz de manter a coerência entre seus fins religiosos e a metódica das ações racionais dos seus fiéis no mundo, tudo isto em detrimento do resultado destas ações, mas pelas ações em si mesmas. Daí o interesse de Weber (1964; 1991; 2004) na ética protestante e seu ascetismo intramundano, pois este despreza o desfrute da riqueza, e prega uma atuação na esfera econômica ordenada de modo racional, ética e dirigida por uma legalidade rigorosa (formal). O êxito econômico é visto como benção de Deus ao trabalho piedoso e se despreza o excesso de sentimentos nos homens, pois se considera

como vocação a colaboração racional e sensata com os objetivos das associações mundanas e racionais referentes a fins. Despreza-se a violência, pois a punição deve, segundo seus parâmetros, ser feita segundo a vontade de Deus, racionalmente aplicada por um Estado organizado. Despreza, por fim, o desfrute pessoal do poder mundano, pois a vontade de Deus é o domínio da ordem racional da lei. Há aí, portanto, um sentido para toda a impessoalidade do mundo moderno na visão de Max Weber (1991). A sociedade moderna, plenamente racionalizada, aparece como a confluência de uma conduta de vida metódica, sustentada pela convicção profunda na salvação da própria alma e, de modo complementar, na danação do mundo. Não à toa, Weber (1991, p. 385) considerou a crença calvinista na predestinação um “tormento inumano”, uma doutrina de “sriedade sombria”, cada vez menos tolerada a partir de sua penetração na vida cotidiana e na religiosidade das massas.

Assim, é uma visão global acerca da modernidade que está em questão na obra weberiana, e não tanto uma determinada forma de capitalismo. Ademais, para o autor de “A ética protestante”, o capitalismo, como empreendimento aquisitivo, esteve presente em diversas épocas da história.

O ganho desbragado, sem vínculo interno com norma nenhuma, sempre existiu em todos os períodos da história, onde quer e como quer que de fato fosse possível. Como a guerra e a pirataria, assim também o livre-comércio sem regulação não via obstáculos para se relacionar com os estrangeiros, com desconhecidos; aqui a “moral externa” permitia o que na relação “entre irmãos” era vedado (WEBER, 2004, p. 50).

O fenômeno do capitalismo moderno será um fenômeno de massa, caracterizado pelo trabalho racional organizado, formalmente livre, e não mais pelo comércio, pela aventura, ou pela orientação política. Logo, será o capitalismo moderno, racionalizado, orientado à aquisição do lucro somente *uma* das esferas do mundo moderno racionalizado e impessoal, sendo as outras o direito racional moderno, a ciência e as artes, igualmente importantes para a reflexão weberiana. Por isso, discutir se a tese da “Ética protestante e o espírito do capitalismo” é comprovável empiricamente, ou se Weber (2004) estaria querendo postular a supremacia das ideias (religiões, valores, normas) sobre a economia, é reduzi-la a uma mediocridade alheia à reflexão deste autor. Escapam a esses questionamentos a riqueza do procedimento analítico weberiano em direção a uma visão global acerca do mundo. Como se demonstrou, há para este autor uma relação inseparável

entre os conjuntos simbólicos e a realidade empírico-material, relação esta que está na base da organização e da dinâmica da vida social. Identifica-se aí um pressuposto ontológico acerca da realidade social, que postula a tensão constante entre esquemas interpretativos e motivacionais, derivados dos conjuntos simbólicos, e a causalidade dos fenômenos empíricos. Esta tensão é que fundamenta a perspectiva, presente nas reflexões weberianas, de que o mundo social se desenvolve no sentido de uma racionalização, entendida como o processo de tornar coerentes as motivações ideacionais (como valores ético-religiosos) com todos os elementos empírico-materiais que as contrariam. Segundo Weber (1982a) todas as revoluções religiosas tiveram como causa a irracionalidade do mundo, pois uma concepção de vida plena de sentido (apreendida através das categorias religiosas) colide com a realidade empírica, que desconhece qualquer tipo de teleologia.

Weber (1964) se interessou pelo desenvolvimento da cultura, e mais especificamente das religiões, a partir das escolhas feitas pelos grupos que as seguem quando deparados com uma realidade que se choca com seus valores. Este autor analisou quais foram os caminhos assumidos pelas religiões mundiais na medida em que a realidade empírica e material colocava em xeque seus sistemas simbólicos por ser ela mesma eticamente irracional. Como dito anteriormente, trata-se do problema religioso da teodiceia, ou seja, a tentativa de explicar a existência do mal e do irracional no mundo a partir da própria crença. Esses momentos históricos colocam os agentes sociais diante de dilemas e, nesse sentido, da escolha entre agirem segundo seus princípios (fazendo-os passar por um processo de abstração - racionalização) ou, pelo contrário, instrumentalizarem seus valores ao sabor das condições materiais. Vê-se, portanto, que este autor sempre se interessou pela possibilidade do agir ético. Interessou-se, em suma, pelas escolhas feitas diante de dilemas valorativos fundamentais na história mundial.

Com efeito, quando Weber (1991, p. 301) fala de uma “racionalização do modo de produção [...] [,] base de toda técnica racional moderna”, o autor percebe como os tabus religiosos (e nesse sentido, culturais) impedem o desenvolvimento dessa técnica, por não disporem de estruturas de pensamento capazes de apreender com objetividade a irracionalidade do mundo empírico. Um pensamento plenamente coerente com esse “estado de coisas” surgirá somente com a ciência moderna, a qual confere estruturas de pensamento que permitem aos indivíduos observar e compreender que o mundo não possui um sentido em si mesmo, que aquilo que se observa é, na verdade, resultado de fenômenos altamente

improváveis sem qualquer teleologia subjacente. Isso vale tanto no âmbito das ciências naturais como no das ciências do espírito. Como disse Weber (1982a), a ciência moderna dota seus agentes da percepção de que o mundo é um mecanismo causal, que perde qualquer dimensão de significação imanente; com a ciência moderna, não se concebe o mundo como sendo dotado de sentido, e esta passa a ser uma das características fundamentais da produção de conhecimento na esfera cultural das sociedades modernas.

Será nesse mundo plenamente desmágicizado que a produção científica assumirá seu posto, dotando seus agentes de uma visão de um mundo sem sentido pré-definido, ou melhor, sem sentido imanente. A produção científica e tecnológica na sociedade moderna é um importante elo do processo de racionalização da cultura, em que antigas visões de mundo míticas, dogmáticas e integradoras vão sendo substituídas por um conhecimento objetivo e falível. Com a ciência moderna, natural e experimental, a sociedade passa a produzir um conhecimento orientado à explicação dos fenômenos naturais e sociais tal como são de fato percebidos e observados, e não mais como deveriam ser segundo doutrinas religiosas particulares.

Esse mundo plenamente desencantado, ou desmágicizado, faz despontar a ação como o único elemento dotado de sentido. A partir desse momento histórico o indivíduo será sua obra e o julgamento da sociedade recairá sobre suas ações, quando por nascimento não lhe for mais conferido qualquer status diferenciado, senão membro da massa da população. E mais, no mundo moderno, na medida em que uma ética religiosa global e sistemática perde sua força integradora entre a população, que tolera menos a religiosidade quanto mais a razão instrumental torna-se a máxima de sua conduta, o indivíduo moderno não consegue a remissão para suas ações (e, conseqüentemente, para o que ele aparenta ser ao público), senão pela própria consciência. Isto uma *ratio* divina lhe garantiria sem a interiorização da culpa própria ao mundo moderno (WEBER, 1991).

Essa racionalização das visões de mundo implica também o questionamento de toda classificação social que não se baseie na ação, ou no desempenho diferencial dos indivíduos. Ganha proeminência cada vez maior, portanto, a classificação social pelo mercado, sob o critério do racionalismo econômico, e pelas estruturas racionalizadas do Estado, sob o critério do mérito certificado. Em uma terminologia da sociologia contemporânea, está implicada aí a diferenciação de sistemas de ação com base na razão instrumental (administração pública e economia de mercado) do restante das esferas de ação

cotidianas, cujo sentido valorativo está dado social e culturalmente (cultura, instituições e personalidade). Acontece que esse sentido valorativo agora deve dar conta de sistemas de ação plenamente racionalizados, e isto implica a racionalização dos próprios valores. As origens históricas dessa racionalização de valores foram discutidas acima. E com ela o tensionamento entre sistemas de ação racional com relação a fins e esferas de ação orientada a valores não gera mais entraves aos primeiros, mas uma influência mútua em que os sistemas de ação racional fornecem critérios instrumentais e objetivos para a classificação de indivíduos e grupos nas esferas cultural, social e de personalidade, enquanto estas esferas dão o sentido para as transformações meramente instrumentais daqueles sistemas (HABERMAS, 1989).

É por isso que a racionalização das esferas cultural, social e de personalidade retira todo obstáculo, nas sociedades modernas, ao avanço da ciência e da técnica. A racionalização torna possível e corrobora seus desenvolvimentos incessantes, pois todo impasse e obstáculo empírico (natural ou social) à satisfação de uma determinada demanda social não dispõe mais de uma herança cultural unívoca e coesa para lhe dar um sentido, aceitando e acomodando o impasse em um complexo herdado de significações. Esses impasses terão agora de ser resolvidos com o uso da razão. A questão que fica é se tal solução se alcançará delegando essa tarefa aos quadros de especialistas técnicos das sociedades modernas, ou se a esfera política de cada uma tem capacidade de publicizar os conflitos entre seus interesses e valores para propor novas resoluções baseadas em uma razão prática e não instrumental (HABERMAS, 1984; 1989).

Weber (2004) explica a racionalização social a partir da racionalização cultural. Mas, segundo Ladrière (2001), ele apenas pressupõe a racionalização dos aspectos cognitivos (ciência e tecnologia) e expressivos (arte) da cultura. Weber veria a racionalização ética como a mais importante para a determinação de uma conduta de vida racional nas sociedades modernas, entretanto, para Ladrière (2001) há aí uma subestimação da racionalização do aspecto cognitivo da cultura, em que as sociedades deixaram de explicar miticamente o mundo, explicando-o cientificamente. Para Ladrière (2001) a Renascença europeia foi igualmente importante na determinação de condutas metódicas de vida. Em “Ciência como Vocação”, Weber (1982) certamente atenta para a importância desse aspecto da cultura, mas como bem comentam Ladrière (2001), apenas o pressupõe, falando

como alguém de dentro dessa esfera de ação, explicitando ali um ponto de vista normativo para o fazer científico.

Para se entender o alcance do conceito de racionalização, é preciso considerar que este processo pode ser dividido no que, no mesmo, se conecta às esferas da cultura, da personalidade e da sociedade. No caso da racionalização da cultura, as três esferas nas quais a mesma é subdividida passam distintamente por esse processo: a moral-prática, a cognitivo-instrumental e a estético-expressiva. A racionalização de cada uma das esferas da cultura está ligada à racionalização das visões de mundo naquilo que se considera, respectivamente, bom, verdadeiro e belo. Levada ao seu termo, a racionalização de cada um desses aspectos da cultura implica a separação entre forma e conteúdo dos valores perseguidos. Isso aconteceu, pois segundo a teoria weberiana, como se viu, o confronto das visões de mundo com a realidade empírico-material leva à percepção de que essa realidade não segue valor algum em si mesma, e são os agentes sociais no mundo aqui de baixo que perseguem o que consideram bom, verdadeiro, ou belo no decorrer de suas vidas. Ao longo da história, para manterem-se fiéis aos seus valores, os agentes os tensionam, racionalizando-os, desenvolvendo formas estereotipadas de agir com os elementos da realidade que não lhes são coerentes ou buscando a forma mais abstrata dos seus valores, guiando suas ações por um único e coerente princípio.

A racionalização social, por sua vez, está ligada à racionalização das regras sociais, do que é socialmente aceito e inscrito nas e como instituições. Todas as instituições estão no âmbito do espaço social, e sua racionalização implica o modelamento de regras eficientes e das condições materiais para a consecução dos fins definidos como sendo próprios a cada uma. A principal característica do processo de racionalização social é a burocratização, tema caro a Weber (1982; 1991). No plano societário a busca pela eficácia e eficiência das ações que visam a um determinado fim impõe que se concentrem os meios de execução de tais fins. Isso não acontece apenas nas empresas capitalistas, onde existe uma concentração dos meios da produção econômica, mas também no Estado moderno, onde se concentram os meios da administração da vida pública, nas universidades, em que se concentram os meios de condução da atividade acadêmica e o mesmo em qualquer outra instituição. É nesse âmbito que se diferenciam os subsistemas de ação racional da economia e do Estado modernos. São estas as duas esferas de relações sociais que levam ao seu termo

um sistema de ação racional com relação a fins, ou seja, um ambiente social em que é aceito e esperado que os indivíduos ajam de maneira puramente instrumental.

A definição dos fins institucionais implica uma conexão entre cultura e sociedade, que se dá a partir da formação das personalidades sociais. Por personalidades sociais entende-se a interiorização de valores culturais e sistemas simbólicos como estruturas motivacionais por indivíduos em seu processo de socialização. A formação dessas personalidades implica a constituição de padrões de conduta que estão mais ou menos alinhados às regras socialmente aceitas e inscritas nas instituições. Quando existe uma formação de personalidades em torno de princípios e valores coerentes, tende-se à formação de uma conduta metódica de vida, ou um *habitus* global sistemático. Esse padrão de conduta metódica não necessariamente atravessa todos os papéis que um indivíduo desempenha na vida, podendo estar, por exemplo, cindido entre os âmbitos de ação privado e público. Mas quanto mais uma estrutura motivacional estiver alinhada a princípios abstratos, mais chances há de se formar um *habitus* global sistemático, ou seja, uma conduta que atravessa os âmbitos de vida individual (WEBER, 1964).

A interiorização da culpa própria à estrutura de personalidade moderna ocidental, de que fala Weber (1991), pode ser trabalhada sob outra matriz. É possível entendê-la como a maneira segundo a qual o cristianismo trabalhou a noção de dever no interior de seu sistema axiológico. Sendo assim, é apenas uma das traduções possíveis da noção de dever como parte de uma estrutura motivacional. Seguindo a reflexão moral em Kant (1996) pode-se trabalhar a noção de dever como chave de compreensão das sociedades modernas, ou melhor, como chave das estruturas de consciência moral que se formam nessas sociedades.

Retomando o tema da presente tese, trata-se de investigar se a atuação de agentes ligados à esfera cognitiva da cultura e o quanto essa esfera pode também fundar um agir sistemático na vida moderna. Entende-se que a formação do sistema social de personalidade dos cientistas em cada caso investigado, brasileiro e finlandês, se dá na articulação entre, de um lado, a orientação cognitivo-instrumental, própria desse seu sistema de ação cultural, e de outro, uma estrutura de consciência moral, resultado da interiorização do horizonte ético da sociedade em que vive.

Para observar a estrutura de consciência moral nas falas dos entrevistados, atentou-se para a noção de dever mobilizada pelos mesmos. Com esse objetivo, discute-se a

seguir a filosofia moral em Kant (1996) e como esta pôde ser sociologizada através das obras de Weber e Habermas.

2.3 A Centralidade da Noção de Dever na Determinação de um Agir Racional no Mundo Moderno

É interessante lembrar aqui a visão kantiana sobre a moral para ampliar o escopo da discussão sobre racionalização social e cultural e situá-la como parte de uma teoria acerca das ações éticas na modernidade. Através da discussão kantiana é possível entender melhor como e porque estruturas motivacionais se ancoram nos sistemas sociais de personalidades modernos e como. A noção de dever assume aqui um papel central, pois ela é a categoria que permite a distinção entre condutas tradicionais e modernas. Kant (1996), ao constatar que a ação por dever é objeto de estima social, toma tal noção como a evidência de que a razão é o que há de comum a todos os seres humanos. É então sobre ela que o autor investiga os princípios de uma ação moral guiada pela razão. Enquanto guiado pela tradição, o dever não passa de convenção social e, portanto, de interesse particular em atender a expectativas. Mas se determinado pela razão, o dever revela a possibilidade empírica de uma ação moral constituir-se como ação livre, pois o interesse presente será tão somente o de submeter-se à autoridade da razão.

Sabe-se que Weber (1999), no que diz respeito à sua metodologia e epistemologia, é herdeiro das discussões neo-kantianas de sua época. Segundo Ladrière (2001), o empirismo weberiano busca distanciar-se da filosofia kantiana, mas para este autor isto significou uma “sociologização do kantismo” através de uma sociologia compreensiva e histórica. O autor diz que boa parte das pesquisas feitas por Weber não seriam mesmo possíveis se o pensamento kantiano não estivesse culturalmente disponível. A afinidade entre a perspectiva weberiana das ações no mundo e a visão kantiana acerca da moral não é, portanto, fortuita.

Em “Fundamentação da metafísica dos costumes”, Kant (1996), a partir do método crítico, investigará os princípios racionais que regem a noção de moral existente no mundo humano, ou seja, ele fará uma metafísica dos costumes. Isso quer dizer que o autor, a partir das noções de moralidade, que podem ser observadas no cotidiano da vida social, extrairá os princípios racionais que regem estas mesmas noções. Após tornar claros quais são

esses princípios abstratos²⁰ e seus fundamentos conceituais, na terceira seção do livro voltará a investigar como é possível ao princípio da razão, que rege a moralidade (o imperativo categórico), estar presente na prática das ações morais cotidianas.

Na primeira etapa, a da investigação empírica sobre as noções de moralidade de fato existentes, Kant (1996) diz que a boa vontade é algo estimado por todos. Para o autor a sociedade valoriza moralmente o indivíduo cuja ação no mundo apresenta um forte senso de dever, ou seja, quando a sua vontade parece orientar uma ação segundo uma máxima que ela própria definiu, com a convicção de que essa ação, ou melhor, seu princípio, é bom em si mesmo. Por essa razão Kant (1996) concluirá que a noção de dever está no topo de toda estima social.

Na discussão kantiana sobre a moral, a maneira como uma ação aparece a um observador é a mesma tanto para aqueles que farão seu julgamento moral comum como para o filósofo que tentará extrair os possíveis princípios racionais que guiam essa ação. Assim como o filósofo só apreende a realidade através da experiência do mundo empírico, que por definição se encontra mediada pelas categorias puras da razão, sendo-lhe a realidade inacessível em si mesma, a sociedade só julga as ações tal como estas aparecem no mundo. Não existe para Kant (1996) posição privilegiada para apreensão do mundo, mas somente, como ele próprio coloca no prefácio deste seu livro, trabalho especializado – enquanto as noções morais comuns são as mesmas tanto para o filósofo como para qualquer outro indivíduo, o filósofo se interessa pelo desenvolvimento do empreendimento científico e investigará com sistematicidade aquelas noções comuns. No caso específico do pensamento moral, enquanto as pessoas agem e julgam costumeiramente uns aos outros, o filósofo pode se dedicar a extrair os princípios racionais que estão por trás de uma determinada ação e do

20 Para Kant (1996) a metafísica é o estudo de princípios racionais abstratos, podendo ser dividida entre a metafísica pura, que são as leis de funcionamento do próprio pensamento, e, já na parte dos conhecimentos sobre o mundo empírico, tem-se a metafísica da natureza e metafísica dos costumes. Para Kant (1996) as leis abstratas regem a apreensão do mundo empírico por todo ser racional. Para o autor é impossível conhecer o mundo empírico em si. Existe somente a apreensão desse mundo segundo as categorias apriorísticas da razão, que existem por si só, não estando dadas na realidade. Assim, conhecer os princípios abstratos que regem a moral, como é o caso em que se está discutindo, significa conhecer os princípios racionais que regem nosso entendimento sobre a moral e não qual o princípio abstrato que rege a moralidade de fato existente. O princípio racional é puro e não está dado na realidade empírica. Ele se manifesta em como um ser racional se dirige a toda e qualquer moralidade existente. Mas para conhecer esse princípio puro da razão, é preciso realizar uma investigação sistemática (filosófica no sentido técnico do termo) dos princípios por trás de todo entendimento sobre a moral.

julgamento moral comum e então investigar sobre a própria possibilidade de uma ação moral racional.

É essa realidade que Kant (1996) investiga, e a questão da aparência da ação se coloca coerentemente com sua epistemologia, pois se por um lado a ação pode ser objeto de estima, também o será de desconfiança. É sempre possível se questionar sobre a existência de uma motivação particular não revelada. Para o filósofo que investiga os princípios puros da razão, a desconfiança será a disposição mais apropriada e mesmo necessária, dirá o autor. Não como postura de descrença na sociedade, mas por se entender que jamais será possível afirmar categoricamente se uma determinada ação real é ou não guiada única e exclusivamente pela razão. Como diz Kant (1996), é impossível dar exemplos de ação moral.

Para Kant (1996), não é possível saber se de fato uma ação é guiada única e exclusivamente pela convicção de que ela é moralmente boa, sem qualquer interesse particular por detrás. O autor argumenta que como o ser humano não se produz a si mesmo, é-lhe impossível conhecer-se como coisa em si, mas somente como fenômeno que acontece no mundo. A consequência disso é que só é possível observar o curso de uma ação no mundo e deduzir, a partir dessa observação, quais foram as possíveis motivações que conduziram a sua execução. Essa é exatamente a mesma posição epistemológica de Weber (1999), aquela que permite, segundo este autor, às ciências do espírito tornarem-se rigorosamente empíricas.

Segundo Kant (1996), filósofo e não-filósofo tem, portanto, o mesmo nível de acesso à realidade. A diferença é que o primeiro deve se especializar em produzir um conhecimento rigoroso e claro acerca deste mundo, discernindo com clareza os princípios e categorias que regem os fenômenos observáveis e seu processo de apreensão pela razão. Já do ponto de vista do indivíduo que vive sob relações racionalizadas, é preciso lidar com o fato de que a sociedade julga como uma ação aparece ao público (tendo em vista a probabilidade das máximas que possam tê-la motivado). No caso, é possível ao agente instrumentalizar o julgamento moral que a sociedade faz das suas ações, bastando para tanto cuidar de como as suas ações aparecem ao restante da sociedade. Vale lembrar aqui os conselhos dados por Benjamin Franklin àqueles que desejassem aumentar sua riqueza, conselhos esses citados por Weber (2004) em a “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Na citação, o sentido dos conselhos de B. Franklin é de que o indivíduo

sempre apareça ao público como bom pagador, cidadão honesto, trabalhador, etc., para que assim tenha crédito com o público. Se o fizer, será fácil emprestar dinheiro, investi-lo e aumentar sua riqueza. O que chama a atenção de Weber (2004) é justamente o fato de que os conselhos não induzem à ação honesta por temor a Deus, ou a um princípio moral maior, mas pelo temor de aparentar desonestidade ao restante da sociedade. Na realidade, esta é uma das bases do direito moderno, para o qual qualquer indivíduo é julgado pelo que faz e não pelo que é.

Nesse sentido Kant (1996) percebe que a grande questão para o filósofo que pretende se ocupar de uma metafísica dos costumes é questionar-se sobre a própria possibilidade de um imperativo moral, que não pode ser hipotético, ou seja, não pode estar ancorado em nenhum princípio externo a ele mesmo. Este questionamento vem do fato de que, empiricamente, é impossível determinar a existência de tal imperativo, sendo antes preciso suspeitar sempre se alguns imperativos aparentemente categóricos não são de fato hipotéticos. É sempre possível que a vontade que está aparentemente determinada por um imperativo moral esteja determinada na verdade pela vergonha ou pelo “receio obscuro de outros perigos” (KANT, 1996, p. 90). Por isso mesmo, sua filosofia moral representa um crivo crítico às ações costumeiras da modernidade, ou seja, aquelas que buscam somente aceitação social, estando conforme o dever, porém, motivadas, de fato, pelo medo de serem descobertas caso se agisse de maneira imoral. Um exemplo de ação costumeira utilizada no texto é a do agente que não faz falsas promessas devido ao risco que existe de se ser descoberto.

Levando em consideração essa posição epistemológica, é possível deduzir que a filosofia moral kantiana tem como pressuposto o desenvolvimento da sociedade moderna como desdobramento do processo de racionalização, tal como exposto anteriormente com Weber (1964; 1991). Um mundo plenamente desencantado, ou desmágicizado, faz despontar a ação como o único elemento dotado de sentido. Sendo assim, o fulcro do julgamento ético-social recai sobre o indivíduo e como ele age. É esse, como se vê, o contexto com que Kant (1996) trabalha.

Está claro que em “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” Kant (1996) não se preocupa em abordar os aspectos, as implicações ou mesmo os pressupostos sociais da sua filosofia em um sentido técnico específico. A preocupação desse autor é a de uma

filosofia pura, uma metafísica dos costumes, e não de uma sociologia, ou antropologia prática, como o mesmo coloca no prefácio de seu livro.

Mas o método crítico utilizado pelo autor implica a observação da realidade empírica para dela extrair os princípios racionais que a regem. Por isso utiliza exemplos concretos para captar por contraste a ideia de dever que está presente no julgamento moral comum, e o faz com sistematicidade. Sua preocupação, portanto, não carece de contexto.

Podem objetar que Kant (1996) pretende a um imperativo moral universal, e atemporal. Entende-se, entretanto, que a possibilidade de uma ação ética racional somente foi revelada com as sociedades modernas (e é assim que se lê tal obra aqui). Em Kant (1996) não há referências de ações no passado, e tampouco a consideração por ações em contextos culturais diversos do seu. Para o autor, os 'habitantes dos mares do sul', apesar de, como o restante da humanidade, serem dotados de razão, não se interessam por cultivar a mesma em toda sua potencialidade. Está claro que o autor não se preocupa em conhecer a realidade cultural desses povos. Mas está igualmente claro que o interesse por desenvolver as potencialidades da razão só surge com as sociedades modernas racionalizadas, em que não se criam mais expectativas por soluções mágicas aos problemas cotidianos e tampouco se explica a realidade de maneira mítica, e os entraves ao progresso material, como crenças e hábitos tradicionais de conduta, ou bem cessam de existir ou se colocam como perspectiva que orienta o mesmo para que não transgrida determinados limites morais. É sob este contexto que Kant (1996) discute sua filosofia moral.

Não há aí afirmação de que em sociedades tradicionais o uso da razão não acontece. Com as discussões sobre a religião em Weber (1964) é que é possível entrever ações éticas racionais na história. A condição para essas ações na história surgiam quando os crentes de uma determinada religião buscavam agir segundo seus princípios diante de grandes acontecimentos históricos que tensionavam sua crença. Surgia então o dilema entre agir segundo princípios ou instrumentalizar os valores perseguidos, adaptando-os às condições existentes. A diferença é que nas sociedades modernas, esse é um dilema cotidiano.

Ao falar no contexto das sociedades modernas, Kant (1996) dá o exemplo do comerciante que vende suas mercadorias pelo mesmo preço a qualquer cliente. Uma ação, a princípio, moral, pois respeita que mesmo o cliente mais desavisado não seja instrumentalizado em proveito do comerciante na sua busca por ganhos econômicos.

Entretanto, avalia Kant (1996), em uma sociedade em que os estabelecimentos comerciais proliferam, em que, portanto, ocorre uma impessoalização nas transações relativas a esse comércio, o empresário age dessa maneira em proveito próprio e não por uma noção de dever. É vantajoso para ele agir de maneira a não diferenciar seus clientes e tratá-los como iguais, respeitando-os como tais. Caso contrário, os clientes achariam um estabelecimento concorrente que assim o fizesse. Note-se, portanto, que por mais que a ação pareça moral, que pareça derivar de uma noção de dever, ela é, na verdade, motivada por um interesse particular.

O que até aqui foi exposto permite uma reconsideração da moral kantiana à luz da crítica que Habermas (2007) faz à mesma, apoiando-se nos escritos do jovem Hegel em “Ciência e Técnica como Ideologia”. Habermas (2007) fundamenta sua crítica no fato de que a moral kantiana desconsidera que o indivíduo que age moralmente passa por um processo de formação e/ou socialização, do qual resulta sua autoconsciência, não sendo esta uma característica sintética originária do eu. O indivíduo que age moralmente, para Kant (1996), determina sua vontade no exercício da sua autorreflexão racional acerca dos princípios que devem guiar sua ação. Para Habermas (2007), a determinação moral da vontade só se dá como resultado de uma relação ética, que passa por uma dialética da repressão da identidade e seu restabelecimento através de uma luta pelo reconhecimento. É como resultado dessa relação ética que se desenvolve a autoconsciência, em que indivíduos que interagem aprendem a ver-se um com os olhos do outro.

O problema, para Habermas (2007), é que ao prescindir do processo de formação ética dos indivíduos (i.e. sua socialização), a moral kantiana operaria três abstrações:

- Dos interesses particulares e do bem-estar;
- Dos possíveis efeitos colaterais das ações morais;
- Que a ideia de dever só se forma em um contexto dado;

A primeira abstração, segundo Habermas (2007), esquece que a própria ação moral é motivada pelo bem-estar e que aquela pode servir objetivamente a este. De acordo com uma interpretação estrita da metafísica dos costumes, esse 'esquecimento' de fato existe. Para Kant (1996), o bem-estar está fundado na busca pelas sensações de felicidade, que

derivam das experiências empíricas, logo não pode fundamentar o agir moral. Por outro lado, que a relação entre ética e bem-estar seja uma relação complicada não escapa à reflexão kantiana. Quando Kant (1996) discute o imperativo categórico como uma lei prática (e não meramente como princípio puro da razão), refere-se à humanidade de todo indivíduo como critério fundamental e diz ser um dever moral buscar a felicidade da humanidade, já que somente não perturbá-la é uma consideração negativa da humanidade e não positiva. A felicidade, portanto, pode derivar exclusivamente de interesses particulares, ou dos interesses da humanidade em geral e nesse segundo sentido ela não estará em contradição com uma moral racional.

Em outro momento do livro ainda, Kant (1996), quando discute casos concretos que contrastem com seu conceito de dever a fim de torná-lo preciso, fala sobre buscar a felicidade como sendo um dever moral. Isso pode parecer contraditório porque, para Kant (1996), a felicidade é um anseio que deriva das experiências empíricas e que por isso mesmo, é contrário ao agir moral, que deve ser determinado exclusivamente pela razão. Para o autor, a expectativa de que a felicidade seja uma experiência plena é uma ilusão, que só se cumpriria caso a vontade humana fosse capaz de prever todas as consequências possíveis de suas ações. Dado que a vontade humana é finita, a felicidade plena permanece como um estado inalcançável. Nesse sentido a felicidade não pode fundamentar uma vontade que deseja ser moralmente boa, pois todo ser humano é inexperiente a respeito do curso das coisas do mundo e incapaz de prever todos os acontecimentos. Mas para Kant (1996) assegurar a própria felicidade pode ser considerado um dever moral indireto, já que aquele que vive de maneira conturbada, carente em relação às suas necessidades mais elementares, está mais suscetível a romper com seus deveres. Nesse ponto Kant (1996) compreende a existência de um liame, frágil é verdade, entre moral e bem-estar. Indivíduos que vivem com patamares mínimos de bem-estar estarão em melhores condições de perseguir princípios morais de ação, pois, para ele, a busca da felicidade deve ser motivada por dever e não por uma inclinação mais imediata.

O risco de que a busca pela felicidade e pelo bem-estar torne-se um fim em si mesmo é um fato. Essa possibilidade está dada nas sociedades modernas capitalistas, que se fundamentam nas categorias do trabalho e das necessidades sociais e/ou abstratas, em que se produz o excedente econômico. Nessas sociedades é possível que os indivíduos se limitem a perseguir seu bem-estar pessoal, abdicando dos interesses que derivam de uma vida em

comum. O bom funcionamento e a organização eficiente das relações de troca dos produtos do trabalho, em que este excede o necessário à mera subsistência, permitem aos indivíduos viver uma vida de mera fruição de bens e serviços. Mais uma vez, subjaz a essa reflexão uma crítica à sociedade moderna em que muitos se satisfazem com a atenção às necessidades e ao aumento, virtualmente infinito, dos níveis de bem-estar em que se vive. Uma moral, como a que estabelece Kant (1996), que considere a humanidade de cada indivíduo como um fim em si mesmo e nunca como meio, não pode se fundamentar nessa premissa condicionada pelo desenvolvimento técnico da sociedade.

O argumento kantiano contrário à elevação da busca pelo bem-estar ao status de objetivo último da humanidade é bastante interessante. Para ele, considerando que a natureza criou o homem e tenha lhe dotado de razão, ela teria errado em assim fazê-lo se o fim humano fosse satisfazer suas necessidades. Fosse esse o caso, os seres humanos estariam em melhores condições se apenas dotados de intuição, faculdade muito mais eficaz para esse objetivo. A razão, nesse caso, no máximo poderia especular sobre a grandiosidade da natureza por tê-la criado. De mais a mais, continua o argumento kantiano, a razão somente multiplica as necessidades, pois ao refletir sobre elas, os seres humanos só podem repensar e questionar seus anseios mais imediatos por felicidade. Sendo assim, posto que a razão deva ter um fim prático, do contrário de nada serviria, esse fim só pode ser o de determinar uma boa vontade, aquela que é capaz de determinar o agir moral.

Dessa forma, longe de simplesmente se esquecer da relação entre ética e bem-estar, Kant (1996) aponta para sua problemática e lhe dá uma solução coerente com seu sistema ético, ou seja, estabelecer a diferença entre a felicidade imediata e a felicidade por dever, que tem a humanidade de cada indivíduo como fundamento. Essa segunda concepção de felicidade, somente à razão é dada a capacidade de aceder a ela.

Quanto à segunda abstração a que se refere Habermas (2007), ela de fato aponta para uma fragilidade da filosofia moral kantiana. Ao fazer tábua rasa dos processos de socialização dos indivíduos e considerá-los como seres em parte naturais e em parte racionais, que, se orientados a um princípio universal, chegarão ao conhecimento do imperativo categórico, tornando-se capazes de agir moralmente, essa filosofia moral ignora que as relações cotidianas dependem de sentidos compartilhados acerca da realidade. Isto quer dizer que a adoção unilateral de um princípio formal como mote de uma ação social pode gerar conflitos ao provocar uma ruptura do entendimento mútuo que fundamenta as

relações intersubjetivas. A introdução descriteriosa de um princípio universal em meio a relações onde este não seja sequer desejável ensejaria na melhor das hipóteses uma suspeita de que o agente dessa ação careça de habilidades sociais.

Ainda assim, é preciso fazer justiça à reflexão kantiana. Primeiramente o autor considera que o desenvolvimento da capacidade de julgar contrastada à experiência: o que se poderia chamar de uma educação moral confere aos seres humanos a capacidade de decidir quando aplicar a lei moral, além da energia e vontade para tanto. Kant (1996), portanto, sabe que o imperativo categórico não é aplicável a qualquer momento e em qualquer contexto. Não basta conhecê-lo, é preciso julgar quando aplicá-lo. Por isso mesmo, dirá que os devaneios da razão em tentar explicar o reino dos fins são inúteis, justamente porque o imperativo categórico serve apenas como crivo da razão para julgar as ações reais e não como um princípio a ser plenamente realizado, a partir do qual se pudesse construir uma sociedade de seres racionais puros. Exigir que Kant (1996) tivesse refletido sobre o problema da aplicação prática da lei moral para além do que fez em 'Fundamentação da Metafísica dos Costumes' seria ignorar seu prefácio, onde deixou clara sua proposta de divisão do trabalho intelectual, segundo a qual a clareza em relação ao objeto de pesquisa muito contribui para o conjunto da empresa científica. Coerentemente definirá seu objeto como sendo os princípios racionais puros que regem os costumes e não como estes se dão na prática, o que ele chamou de antropologia prática.

Ademais, a crítica sobre os possíveis efeitos colaterais das ações morais não deve servir para soterrar o postulado universalista, em que a humanidade de todos os indivíduos exige, de uma possível ação moral, que considere a todos fins em si mesmos e nunca meios para fins particulares. O que remete à terceira abstração citada em Habermas (2007), a de que a noção do dever se dá apenas em contextos dados.

A terceira crítica merece algumas considerações e importa aqui sobremaneira. Ao primeiro contato com a justificação que Kant (1996) apresenta para buscar um conceito de dever (o de que ele está no topo de toda estima social), parece óbvio que se questione: afinal, em que sociedade, de que tempo e espaço, a noção de dever está no topo de toda estima social? Como já foi discutido, essa investigação está calcada em uma visão sobre a modernização societária. Quando Kant (1996) escolhe a ação do comerciante como o primeiro exemplo de ação que o ajudará a chegar ao conceito de dever, não o faz por acaso. Com esse exemplo a questão para a moral kantiana é que favorecer e/ou prejudicar algum

cliente, tratando-os de maneira diferenciada, na medida em que se intensificam as relações comerciais na sociedade, se torna desvantajoso para o próprio comércio e não mais uma ação por dever. Kant (1996) obviamente não explicitou o pano de fundo de uma sociedade racionalizada, mas o raciocínio por trás do exemplo demonstra que sua reflexão compreende as consequências morais do processo de modernização societária.

Pode-se então estabelecer o elo entre essa reflexão kantiana e o processo de desenvolvimento da sociedade moderna capitalista, recorrendo a autores de tradições teórico-metodológicas muito diversas da sua. Sob a matriz weberiana, já se argumentou por quê a noção de dever puro se sustenta a partir da perspectiva de uma sociedade que rasgou o véu de sentimentalismo das relações sociais das sociedades pré-capitalistas. Porém, sob o referencial utilizado a seguir, o mesmo reforçará o argumento de que um conceito de dever, tal como o coloca Kant (1996), se forma em sociedades de estruturas socioculturais racionalizadas para além de contextos específicos e possibilitará uma visão crítica acerca da modernidade e não meramente pessimista.

O processo que está por trás da discussão sobre a noção de dever em Kant (1996) é a impessoalização das relações sociais. Atentando para o primeiro exemplo concreto que contrasta com seu conceito, o do comerciante, Kant (1996) vê esse elo do ponto de vista do desenvolvimento do mercado capitalista moderno.

Como colocaram Marx e Engels (1997), e antes deles Hegel (1991), na medida em que a sociedade supera a produção material para sua subsistência e se inicia a produção de um excedente, as necessidades humanas são então satisfeitas socialmente, surgindo aí a categoria do trabalho social. Esse processo é que determina a impessoalização das relações, uma vez que a relação entre pessoas será mediada pela troca de mercadorias, aparecendo, portanto, como uma relação entre coisas. Nos termos do jovem Hegel (1991), com as relações comerciais do mundo moderno existe um reconhecimento negativo do ser-singular proprietário. Para esse último autor tal é o fundamento do direito formal moderno, o reconhecimento dos indivíduos com base no que possuem e o estabelecimento de relações contratuais, que são troca de declarações assim como o comércio econômico implica a troca de mercadorias.

A visão crítica de Marx e Engels (1997) sobre a sociedade burguesa não os impediu de discutir o caráter revolucionário da burguesia, já que responsável pelo processo de desintegração final das relações de uma sociedade feudal em decadência na Europa. Esses

autores falam sobre o fim das relações idílicas entre indivíduos e seus grupos sociais, em que o homem, despidido de todo idealismo, é colocado diante do puro interesse, e aquelas relações envoltas por representações mistificadas acerca da origem e da posição social de cada um são substituídas pelo duro 'pagamento a vista'.

Segundo Hegel (1991), quando o utensílio se transmuda em máquina, o trabalho ele próprio é universalizado, já que se torna quantitativo (trabalho abstrato). No processo de divisão social do trabalho perde-se a multiplicidade do trabalho como agregado de trabalhos singulares e “a necessidade se preserva de um outro modo, já que elas devem também ser elaboradas – mediante o trabalho de outros homens” (HEGEL, 1991, p. 29). Também o produto do trabalho sofre este processo, pois a satisfação das necessidades não se dá no plano do sentimento, mas da abstração. Tem-se aqui o excedente, e o uso é já uma relação universal, pois uma relação ao uso dos outros. Com a divisão social do trabalho o 'ser inteligente', segundo Hegel (1991), não pertence mais ao trabalho e à necessidade, pois frui do trabalho dos outros.

Inicia-se então o exercício do reconhecimento através do trabalho social, tão importante para se entender as relações da sociedade moderna. Tanto é assim, que Durkheim (1999) dirá ser esse o ponto de partida possível para a sociologia como disciplina científica. Mas para Hegel (1991), o reconhecimento exclusivamente através das relações de trabalho e troca comerciais coloca o indivíduo na condição de ser-singular possuidor. Hegel (1991) vê na fixação deste ser-singular possuidor a negação de uma relação entre sujeitos propriamente. A relação se dá entre objetos possuídos. Desta negação é que surge o direito e a propriedade. Crítico do jus naturalismo, para Hegel (1991, p. 30-31) a personalidade individual, à qual se quer atribuir a posse por direito natural, não passa de abstração, “uma coisa de pensamento”. Só com o trabalho excedentário é que há “o começo da fruição e da posse jurídicas, formalmente éticas”; o direito à propriedade não nasce com o indivíduo. Há um processo que não está ligado ao indivíduo concebido isoladamente, mas à sua inserção no processo de divisão social do trabalho. “A propriedade introduz-se na realidade através da pluralidade das pessoas compreendidas na troca, enquanto elas reciprocamente se reconhecem; o valor entra na realidade das coisas” (HEGEL, 1991, p. 31). A troca está ancorada nesta relação de reconhecimento, ainda que negativa, em que os objetos têm o mesmo valor (igualdade como abstração), manifestado empiricamente no preço. A mediação da troca se dá pelo contrato, seu termo médio racional.

De maneira clara, tem-se aí o processo de impessoalização das relações sociais na sociedade moderna capitalista. Processo esse que está por trás, assim como se argumenta nessa tese, da própria moral kantiana, ainda que esta esteja baseada no 'esquecimento' da socialização a que todo indivíduo passa para constituir-se como ser ético. A diferença entre esses clássicos da filosofia alemã é que para Hegel (1991), o reconhecimento negativo dado nas relações das trocas comerciais é a primeira etapa do reconhecimento ético possível. Esse só se tornará pleno no âmbito da política, esfera em que indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos e não enquanto seres possuidores, e a ética será contextual, baseada nos acordos políticos estabelecidos entre indivíduos de uma sociedade moderna. Dessa forma, todo dever se constrói na interação e não pode existir uma ideia de dever puro como em Kant (1996). Mas Habermas (2007), que em 'Ciência e Técnica como Ideologia', baseado na perspectiva hegeliana, questionou a noção de dever kantiana, a revisitará em 'Ética da Discussão' (HABERMAS, 1991), reconhecendo a possibilidade de suspender a validade de contextos dados sob o princípio racional da universalização.

Cumpra antes ressaltar que o esquecimento da temática da socialização não leva Kant (1996) a aderir a um modelo ético de harmonia preestabelecida de interesses particulares, como é próprio de algumas correntes liberais. A noção de um dever universal, estabelecido pela razão, aparece em contextos de impessoalização das relações sociais, pois depende exclusivamente da convicção dos agentes em torno do mesmo, do contrário a economia e a administração modernas solucionam as necessidades mais básicas da população.

É fato que a ação por interesse particular que aparenta ser moral, ou mesmo que funciona como tal, é própria da sociedade moderna e, em vista da mesma, a posição kantiana pode parecer questionável. É como diz Adam Smith (1981) em 'Riqueza das Nações': quando o padeiro faz pães para vender aos seus clientes, não o faz por altruísmo, mas por um interesse particular, seu interesse em auferir ganhos monetários. Smith (1981) fundamenta suas observações em uma perspectiva econômica liberal e considera suficiente que a harmonia de interesses particulares seja o parâmetro último das relações sociais. Para Smith (1981), entretanto, essa dinâmica não é despida de moralidade. Para o autor, a população em geral considera aceitável que um indivíduo faça tudo o que está ao seu alcance para atingir seus objetivos, que utilize de todas suas habilidades e realize o máximo de esforço para tanto. Mas repreenderá um indivíduo que impeça outro de fazer o mesmo,

utilizando de estratégias, nesse sentido, imorais, para superar seus concorrentes. Para Kant (1996), entretanto, a harmonia de ações particulares não pode fundar uma moral racional.

Durkheim (1999) se posicionará radicalmente contra a perspectiva liberal. Para ele, um interesse que une as pessoas hoje, as tornará inimigas no dia seguinte. A sociedade smithiana estaria para Durkheim (1999), portanto, vivendo uma guerra civil latente. Daí a necessidade de existir 'algo a mais' que estabeleça o elo entre indivíduos de uma sociedade: a solidariedade social. Importante ressaltar que 'solidariedade social' não é o sentimento que une os indivíduos num corpo social, mas, ao contrário, o sentimento é a expressão mental de uma energia própria do corpo social, é a maneira pela qual os indivíduos vivem essa energia, que existe objetivamente.

Durkheim (1999) discute com Kant a esse respeito, e como concebe a sociedade como uma realidade *sui generis*, que existe para além das consciências individuais, traduz a noção de dever contida no imperativo categórico kantiano para o dever de todo indivíduo para com a sociedade, sendo o imperativo moral aquilo que a sociedade impõe a todo indivíduo. A questão é que Durkheim (1999) quer utilizar o mesmo parâmetro moral das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. O que muda em seu sistema sociológico é a dinâmica que põe em prática a moralidade, em um caso esta será mecânica, no outro, orgânica, a depender do grau de divisão do trabalho em cada caso. Por essa razão a noção de dever em Durkheim (1999) será sempre atenção às expectativas e convenções sociais.

Com o exemplo do comerciante, Kant (1996) se dá conta de que uma sociedade em que existe um aumento quantitativo dos intercâmbios sociais, e sua consequente mudança qualitativa de pessoais para impessoais, a ação segundo um princípio racional passa a se confundir com a ação movida pelo interesse particular. Nesse sentido, quando as relações se impessoalizam, a possibilidade de uma ação por puro dever se torna um fenômeno raro, já que depende exclusivamente de uma convicção pessoal. Essa percepção da vida moderna subjaz tanto à discussão smithiana quanto durkheimiana. As diferenças são que, para Smith (1981), as ações segundo um dever maior são desnecessárias para garantir o bom funcionamento da sociedade (apesar deste autor pregar a frugalidade na vida pessoal como condição para que sua visão de uma harmonia de interesses particulares seja operacional), enquanto para Kant (1996) e Durkheim (1999) a harmonia entre interesses particulares como fundamento moral das sociedades é insuficiente.

Seguindo a reflexão em Durkheim (1999), agir por dever é sempre agir garantindo a coesão social, ou seja, respeitando as normas sociais integradas a partir de um conjunto de instituições. Isso é bastante claro em sociedades tradicionais. Mas em sociedades modernas as expectativas de comportamento e ação se voltam em grande medida para seu sucesso instrumental e/ou estratégico. Logo, agir moralmente pode se tornar secundário na escala de valores sociais. Basta um agir instrumental eficaz para cumprir tarefas. Neste ponto, as saídas teóricas para tratar da noção de dever em sociedades modernas tornam-se divergentes em Durkheim (1999) e em Kant (1996) (importante lembrar que Max Weber será tributário do segundo). Durkheim (1999), ao focar na questão da coesão social, coloca o dever como sendo a aceitação, pelo indivíduo, dos papéis a ele atribuídos, reconhecendo, no exercício destes, sua interdependência em relação a todos os outros indivíduos da sociedade. O parâmetro moral para esse autor é o mesmo tanto em sociedades antigas como modernas. Para que os indivíduos não sejam meramente instrumentais no seu agir, Durkheim (1999) vê como necessário que os mesmos aceitem voluntariamente a força coercitiva do fato social. O imperativo moral durkheimiano deriva das representações sociais como realidade *sui generis*. Durkheim (1999) continua fixo na ideia de que uma ação por dever atende às expectativas sociais na sociedade moderna. Logo, para que as pessoas aceitem seus papéis sociais, propõe que o processo de socialização interiorize a consciência dos mesmos em cada indivíduo, mostrando o lugar de cada um no interior da dinâmica social para que esteja garantida a coesão social.

Já Kant (1996), tendo como pano de fundo de suas reflexões uma sociedade moderna, percebe que, nelas, agir por dever é agir por princípio e não mais atendendo a expectativas. Nessas sociedades, para atender a expectativas, basta agir por interesse próprio. Logo, nesse cenário, o imperativo moral determinará um agir autônomo, convicto acerca de um princípio que se considera bom em si mesmo, e não porque a vontade se dobra a algo externo a ela mesma (expectativas sociais incluídas). Kant (1996) percebe que a convicção acerca de um princípio é um fenômeno raro em sociedades contemporâneas, mas a submissão voluntária aos imperativos do fato social, ainda que fenômeno comum, certamente lhe pareceria contestável como crivo de moralidade para uma sociedade de estruturas racionalizadas, altamente diferenciada e desigual.

A possibilidade de um imperativo moral racional não é algo evidente. Nem a saída smithiana ou a durkheimiana a contemplam. As políticas econômicas do século XX e

XXI demonstram que garantir a harmonia de interesses particulares é possível desde que acompanhada de intervenções cíclicas do conjunto da população, erigida em Estado, corrigindo suas 'externalidades'. Essas políticas tem pouco a dizer, portanto, sobre a possibilidade de as ações na sociedade serem guiadas por uma ética racional, para o que externalidades que geram pobreza e desigualdades extremas são inaceitáveis. Mas a saída durkheimiana não é menos problemática. É difícil sustentar uma proposta para que os agentes de uma sociedade compreendam seu papel social através de um processo de socialização bem planejado. A sociedade é um fato e a coesão de seus agentes pode estar calcada na tradição, na violência ou na razão. Mas o indivíduo plenamente consciente do fato social e de seu papel na dinâmica orgânica das sociedades de acentuada divisão do trabalho é um desiderato de Durkheim (1999). Ele se prende ao mesmo por fixar-se no modelo de coesão das sociedades tradicionais e supor poder transpô-lo à modernidade, propondo para tanto um programa de reformas institucionais que, de alguma maneira, estabeleçam mediações entre o indivíduo e o Estado, reconhecendo que espontaneamente os indivíduos não mais se reconhecem neste. Acontece que em sociedades modernas a possibilidade do agir moral encontra-se para além do que está dado e do que é socialmente aceito.

Kant (1996) não supôs que a boa vontade, aquela que determina o agir moral, pudesse ser encontrada inadvertidamente em qualquer situação, ainda que tivesse consciência que seu imperativo categórico se tratava de um princípio da razão pura e, por isso, nunca presente na realidade empírica, mas dado como categoria a priori.

Baseado nessas reflexões, vê-se que agir por dever em uma sociedade marcada pelas 'relações idílicas' entre grupos e seres sociais não implica nenhum rompimento com as expectativas de comportamento já dadas, pelo contrário, implica justamente na sua aceitação, ou ainda, na busca pelo reconhecimento do meio social. Nessas sociedades, as relações são tipificadas e justificadas tradicionalmente. As motivações que guiam as ações são, portanto, cultivadas em meio a horizontes não racionalizados. Agir por dever é aí atender a essas mesmas expectativas não-racionalizadas, ou buscar sua aceitação quando é o caso de uma atividade não reconhecida (que é o caso da atividade científica no Brasil, como se verá mais adiante).

Por outro lado, em uma sociedade de estruturas sociais e culturais racionalizadas, agir por dever não atende a nenhuma outra expectativa que a da própria

estrutura de consciência moral do agente. Agir por dever em uma sociedade onde as relações costumeiras são objetivadas e impessoais, logo, marcadas pelo interesse instrumental, pode parecer desnecessário, pois ela não atende a nenhuma expectativa concreta senão àquela interiorizada no sistema social de personalidade do agente. Por isso a ação por dever, em uma sociedade em que expectativas fixas e tradicionais já se desmancharam no ar, tem um valor renovado, sendo objeto de estima entre os que a observam.

Agir por dever nesse caso será resultado exclusivo de uma convicção pessoal, pois sendo a ação instrumental suficiente para cumprir com as expectativas sociais, que mais pode mover alguém a agir segundo um princípio ético? Kant (1996) poderia muito bem estar respondendo a essa questão quando disse que a ação por puro dever está no topo de toda estima social. Dada a ausência de qualquer imposição externa para que se aja segundo um princípio, causa certo estranhamento (e nesse sentido será objeto de estima social) quando a ação de um indivíduo aparenta guiar-se por uma noção de dever, ou seja, a partir de uma convicção profunda de que aquele princípio da sua ação é bom em si mesmo, sem que segundas intenções aparentem motivá-lo de fato.

Nesse contexto não existe mais um motivo tradicionalmente aceito sobre o que é agir por dever. Quando se observa um indivíduo que age aparentemente pela convicção de que assim fazendo agirá corretamente, e nada mais, isto desestabiliza a percepção comum, amplamente disseminada, de que os indivíduos hoje agem por mero interesse e de que se não resultar algum benefício externo para aquele que executa uma ação, o mesmo não o fará.

Para finalizar e reter a noção de dever como uma categoria capaz de distinguir analiticamente os níveis de racionalização cultural de uma vida social, incorpora-se a reflexão da teoria da ação em Ladrière (2001). Para esse autor, o agir humano pode ser um agir no mundo e não simplesmente determinado por ele, sendo nesse mundo um interventor, dotado de uma capacidade criadora. Para assim se constituir, a ação deve ser determinada pela razão e ser, por isso, um início 'no' mundo. A razão humana, que representa a força dos princípios, permite, enquanto capacidade cognoscente, a apreensão dos princípios gerais/universais dos fenômenos particulares. Já enquanto capacidade prática, a razão permite fundar um princípio no mundo. Trata-se de um princípio relativo, pois é um princípio em um mundo que já se iniciou por força da própria natureza, muito antes da

constituição da vontade humana. “Esse segundo começo (o único que nos é acessível) é o da liberdade” (LADRIÈRE, 2001, p. 26).

Para Ladrière (2001) encontra-se aí a possibilidade de um agir livre diante das circunstâncias. Mas essa ação não é uma ação isolada, unilateral, monológica. A determinação dessa ação pela razão, para ser um princípio no mundo, exige que à mesma se imponha uma premissa de universalidade. Se, portanto, a ação livre é aquela em que a vontade impõe a si mesma uma máxima racional, a universalidade dessa ação implica a consideração de todos os seres racionais como fins em si mesmos. O agir livre é nesse sentido um agir ético, implicado um mundo social, guiado pelo respeito à própria humanidade do agente, assim como a de todos os outros indivíduos, como fim em si mesma e nunca como meio para fins particulares. Aqui é preciso, com Ladrière (2001), rebater a crítica contra o aspecto formalista desse imperativo moral kantiano. O formalismo aqui não retira a concretude desse princípio moral de ação. Primeiramente, a universalidade, antes de ser uma injunção, é um critério para que se possa avaliar objetivamente a moralidade dos atos. Depois, “o exercício racional que consiste a cada um de estimar a possível universalização de suas próprias máximas é um critério de moralidade antes de qualquer coisa.” (LADRIÈRE, 2001, p. 35).

A concepção de ação, sendo aqui discutida nos termos de uma sociologia da ética, é, claro, uma questão de sociedades modernas, onde os agentes sociais são socializados sob horizontes éticos universalizáveis. Isto significa que tanto a esfera ética quanto a cognitivo-instrumental da cultura passaram por um processo de racionalização. Por um lado, nessas sociedades há um desenvolvimento avançado dos subsistemas de ação racional, e os agentes podem simplesmente se recolher no cotidiano de suas vidas, cumprindo tarefas e submetendo-se às expectativas instrumentais dessa vida social racionalizada. Por outro, quando esses agentes mobilizam uma noção de dever para guiar suas condutas, tem internalizadas estruturas morais abstratas, com as quais podem contrastar o mundo e dar um sentido ético às suas ações. O agir livre, nesse contexto, implica barrar o sentido puramente instrumental dos sistemas sociais modernos, dotando-os de um sentido valorativo mais amplo.

Um dos elos por excelência entre os valores culturais e os subsistemas de ação racional são as profissões. A atuação de profissionais no mercado ou na administração pública, por exemplo, se dará a partir das estruturas de consciência internalizadas pelos

mesmos. Ainda que agindo instrumentalmente na consecução de seus fins, tais ações encontram-se imbuídas dos valores próprios às visões de mundo que carregam (ética, estético-expressiva e cognitiva).

Para Kant (1996), a ação moral depende exclusivamente das vontades estarem racionalmente decididas por ela. Ela é possível no contexto de uma sociedade já racionalizada tal como discutido acima. Já nas sociedades de estruturas morais não racionalizadas, muitos sistemas de ação são organizados segundo expectativas tradicionais, em que o curso das ações é preestabelecido e as expectativas em relação às mesmas recaem sobre sua submissão a procedimentos convencionais, justificados de maneira tradicional e, por isso, insensíveis ao escrutínio da razão. Isso coloca dificuldades à ação que valorize um princípio acima das circunstâncias existentes, pois por mais que se faça adesão a princípios e valores tradicionais, estes estão ligados a formas concretas de vida e o que se impõe socialmente é a manutenção destas. Para tanto, quando a irracionalidade de um valor se choca com a realidade, a manutenção das formas concretas de vida impõe que se adaptem os valores aos quais se adere, pois manter-se fiel a eles implicaria a sua racionalização, ou seja, implicaria que se abstraíam seus aspectos formais em direção à sua universalização, para que se dê conta de abarcar a realidade que revelou suas inconsistências. Por isso, quando um agente social se refere ao seu dever como estando ligado a algo externo aos valores que persegue nas suas atividades, isso denota um ambiente de baixa racionalização cultural.

Segundo a reflexão kantiana, agir moralmente não pode ser o desdobramento de uma determinação externa, mas somente da determinação de alguém que está convicto acerca de seu próprio dever para com o princípio da sua ação. Se a determinação de uma ação foi alheia ao próprio sujeito, esta ação não pode ser considerada uma ação livre, condição de uma moralidade baseada na razão. Toda ação que deriva de uma determinação externa implica uma instrumentalização de quem executou a ação, podendo este agente, na melhor das hipóteses, instrumentalizar as consequências da mesma em seu próprio proveito no limite das suas capacidades. Nessa hipótese, as condutas são guiadas por motivações pouco generalizáveis, e o horizonte ético que guia tais condutas têm como referência apenas a realidade particular do agente, restando nas suas relações apenas um jogo conflituoso entre interesses particulares.

Na perspectiva weberiana, a racionalização societária indica um processo em que os indivíduos se encontram desobrigados de agir de formas tipificadas em suas relações

econômicas e na vida pública, possibilitando que nestas, e em cada vez mais esferas de suas vidas sociais, os indivíduos e grupos ajam segundo uma racionalidade instrumental (assim via, por exemplo, o processo de burocratização de todas as instâncias da vida em sociedade). Segundo essa perspectiva, o amplo uso da racionalidade instrumental no trato das relações sociais não apresenta nada de mais sofisticado, moralmente superior ou desenvolvido, em oposição a sociedades do passado.

Em sociedades que avançaram nesse processo, uma ação por puro dever não será vista como o cumprimento de uma obrigação alheia à vontade de quem a executa, mas como fruto de uma decisão convicta, que se baseia, portanto, no compromisso da vontade com a máxima que ela própria se impõe. Do contrário, a simples ação instrumental atenderia a todas as expectativas sociais mais imediatas. Logo, a satisfação que deriva da ação por dever em uma sociedade racionalizada é significativamente interiorizada – se as expectativas sociais recaem cada vez mais em ações previsíveis do ponto de vista instrumental (como execução de tarefas), agir segundo um princípio tem importância primordial para aquele que executa tal ação. A ação por dever, portanto, está ligada à autonomia do sujeito que incorporou uma estrutura de consciência universalista no processo de sua socialização.

Subscreve-se, portanto, o comentário de Ladrière (2001, p. 26) quando este diz que pela proeminência do bem em si na moral kantiana (e não de um bem relativo, ou seja, necessário por outro fim), o dever como critério de moralidade adquire sentido como expressão desse bem, e não como “expressão arbitrária de uma obrigação, ainda que socialmente reconhecida”. O dever ético (e não arbitrário) implica a convicção acerca de um princípio com o qual se contrasta o mundo e as circunstâncias. O dever nas sociedades modernas racionalizadas, portanto, é um dever que remete ao próprio ideal de vida (ou de conduta) do agente e seu compromisso com esse ideal. Já o dever em sociedades de pouca racionalização cultural se constitui como um dever arbitrário, pois derivado de uma imposição externa.

2.4 Racionalização do Mundo da Vida e a Formação Discursiva das Vontades Políticas

A teoria da racionalização do mundo da vida em sociedades modernas de Habermas (1989) é importante, a partir daqui, para que se possa compreender como se formam estruturas de personalidade nas sociedades modernas. Para isso é preciso incorporar

a teoria da ação comunicacional do autor, que também embasa sua perspectiva política em 'Soberania popular como procedimento' (HABERMAS, 1990a). A tradução dessa teoria para o contexto brasileiro se dará, na próxima seção, com a discussão de Florestan Fernandes (2006) sobre a Revolução Burguesa no Brasil, entre outros clássicos do pensamento brasileiro. Isso permitirá a compreensão dos processos de modernização societária em contextos de vida ética não-racionalizada, como é o brasileiro.

Da interpretação weberiana sobre o processo de racionalização da sociedade ocidental, Habermas (1984; 1989) concorda que se provou impossível extrair sentido da história em si mesma. O sentido dado ao mundo pelas visões de mundo tradicionais perde, na modernidade, sua evidência. Mas isto não atesta o fim das tradições. Habermas não aceita que com o fim das religiões tenha se perdido definitivamente o vínculo entre razão e valores (LADRIÈRE, 2001; AVRITZER, 2000). Para o autor de 'Teoria da Ação Comunicativa', o desafio da humanidade é colocar sob seu controle o destino da sociedade. Não tecnicamente, mas através de uma discussão politicamente eficaz “que ponga en relación, de modo racionalmente vinculante, el potencial social de saber y poder técnicos con nuestro saber y querer prácticos” (HABERMAS, 1990b, p. 334).

Essa discussão está intimamente ligada ao conceito de racionalização social. Trata-se de uma tentativa de, dito grosseiramente, localizar a fonte de sentido para a sociedade na modernidade. Enquanto Weber (1964; 2004) pensava a convicção íntima e individual como sendo a única saída a um mundo desmágico, Habermas (1984; 1987) adota um paradigma comunicacional, superando a perspectiva da filosofia do sujeito a qual se encontra presa a discussão weberiana e o pessimismo desta em relação à modernidade.

Quando a explicação transcendental da realidade torna-se incapaz de orientar a ação humana intramundana, pois esta agora se encontra, em muitas esferas, inevitavelmente regida pelo critério da utilidade que, por sua vez, escancara a inexistência de vínculos internos entre diferentes valores (fato este insuportável para a visão dogmática transcendental), resta, se não se quer aceitar um novo dogmatismo, buscar um sentido imanente, ou melhor, buscar a ação capaz de provocá-lo. Esta é a esfera da política. E ao conceber a sociedade como um processo em desenvolvimento, a inovação técnica e científica, como atividades fundamentalmente intramundanas, críticas na medida em que põem em suspenso todos os conhecimentos previamente adquiridos no processo de seu avanço, tornam-se meios para realizar o sentido traçado pela própria sociedade.

Sem poder contar com a aceitação acrítica de uma visão de mundo tradicional, a política torna-se a única garantia de que o progresso técnico seja conduzido em favor de um sentido socialmente fundado com autonomia das vontades. Weber (1982) aposta em uma política definida a partir da filosofia do sujeito, nutrindo uma esperança de que os indivíduos se comprometam com o valor da liberdade, para este autor, a única saída (improvável) para os diagnósticos críticos que faz da sociedade contemporânea. Já as conclusões de Habermas (1984; 1989) são críticas e pretendem ir além do diagnóstico weberiano, mostrando a formação de uma racionalidade comunicativa calcada no mundo da vida na modernidade. Esta construção de sentido na sociedade encontra amparo na mediação pública do debate entre a pluralidade das visões de mundo.

Habermas (1991a), alguns anos depois de “Ciência e Técnica como Ideologia”, será mais atento à contribuição da ética kantiana para sua própria construção teórica. Ele buscará a síntese do sistema hegeliano com o kantiano. Com o princípio de universalização, buscado em meio a uma matriz kantiana, esse autor vê como possível suspender a validade de um contexto dado, mas através da matriz hegeliana o autor afirma que a ação moral só se manifesta naqueles sujeitos que formaram esta capacidade no processo de sua socialização em contextos de vida ética.

A discussão que fazem Habermas (1984; 1989) e Ladrière (2001) sobre a reflexão weberiana da racionalização cultural parece um bom eixo de sustentação para tal perspectiva. A mesma se expressa na percepção de que o mundo, por si só, não se guia por princípio algum (seja este moral-prático, cognitivo-instrumental ou estético-expressivo), e que não existe significado imanente ao mundo. Duas são as consequências para a vida moderna: a diferenciação cultural de esferas autônomas de valores (ciência, arte e moral) e a expansão da racionalidade formal, principalmente na economia e nos sistemas burocráticos. O caráter instrumental e utilitário desses sistemas de ação de fato não abre espaço para uma ação por dever em seu interior. Mas uma ação como essa poderia ocorrer através da mediação das profissões ligadas às esferas autonomizadas da cultura, o que é discutido tanto por Habermas (1989) como Ladrière (2001). Para Weber (2004), o dever profissional facilmente cede às exigências econômicas.

Habermas (1984; 1989) e Ladrière (2001) discordam do diagnóstico pessimista da modernidade. Aqui se partilha dessa discordância, pois os valores profissionais dos cientistas entrevistados apontam para a capacidade dos mesmos em fundarem um

sentido para além da mera instrumentalidade de seu agir no mundo. De maneiras bastante distintas na Finlândia e no Brasil, é claro.

Para sustentar essa superação do pensamento weberiano, Habermas (1984; 1989) irá se apoiar na categoria da ação comunicacional. É dela que o autor extrai, apoiando-se na fenomenologia de Husserl, o sentido do conceito de mundo da vida, constituído pelos horizontes de entendimento mútuo sobre o mundo exterior, o mundo interior e o mundo social. Em cada mundo, os agentes sociais perseguem seus planos com base nas definições compartilhadas que tem de uma determinada situação. São os domínios do que se considera culturalmente dado acerca desses três mundos. Entretanto, com o desenvolvimento das sociedades, a cultura deixa de ser totalizadora, e esses mundos se diferenciam em três componentes estruturais: cultura, personalidade e sociedade. A primeira está ligada à reprodução cultural e é a esfera de renovação e transmissão do conhecimento cultural. Personalidade é a esfera da socialização, da formação de identidades pessoais e das competências que tornam o sujeito capaz de agir e se comunicar em sociedade. A sociedade é a esfera da integração social, aquela que estabelece os parâmetros da ação, coordenando-a. Conteúdos simbólicos, tempo histórico e espaço social são partes constitutivas de cada esfera respectivamente. Cada domínio do mundo da vida é composto por uma estrutura simbólica (mencionadas acima) e uma estrutura material, que ocorre através de ações orientadas que intervêm no mundo para realizar seus objetivos.

A cultura contribui com legitimações às instituições existentes e os padrões de socialização de aquisição de competências em geral. A sociedade contribui com o pertencimento social legitimamente regulado de indivíduos e obrigações morais. Há aqui a institucionalização de valores culturais em ordens legítimas, tornando-as resistentes a críticas. A esfera da personalidade contribui com os processos de socialização, fornecendo interpretações e motivações para ações que se conformem às normas (HABERMAS, 1989).

Assim, a racionalização do mundo da vida implica a) a diferenciação estrutural do mundo da vida, b) a separação entre forma e conteúdo e c) a crescente reflexividade da reprodução simbólica. Para Habermas (1989, p. 145), quanto mais os componentes do mundo da vida se diferenciam, mais os contextos de interação são

submetidos a condições de entendimento mútuo racionalmente motivado, ou seja, “de formação de consenso baseado na autoridade do melhor argumento”²¹.

Em relação à diferenciação estrutural entre cultura e sociedade, acontece um desacoplamento gradual entre sistemas institucionais e visões de mundo. As sociedades antigas garantiam a estabilidade e o caráter perene de suas instituições com base em visões de mundo arbitrárias, orientadas segundo a tradição e, por isso, tidas como a ordem natural das 'coisas' (como por exemplo o caráter fixo das divisões estamentais e entre grupos sociais nestas sociedades). Nas sociedades modernas, as justificativas dadas às ordens institucionais, após a transformação e desintegração das sociedades antigas, buscam menos referências arbitrárias tradicionais e se estabelecem cada vez mais com base em acordos racionalmente motivados resultantes de decisões e argumentações que obedeceram a procedimentos formais – estes sim o fundamento sobre o qual passam a se estabilizar as ordens institucionais (HABERMAS, 1989).

Em relação à personalidade e sociedade, observa-se o grau de contingência no estabelecimento de relações interpessoais. Como se lê no 'Manifesto Comunista', de Marx e Engels (1997), a 'Revolução Burguesa' rompeu com os laços, até então considerados naturais, entre os homens e seus superiores, revelando a artificialidade e arbitrariedade destas relações e, portanto, a possibilidade de sua mudança.

Em relação à cultura e personalidade, a diferenciação se manifesta no fato de a renovação das tradições depender mais e mais da predisposição de indivíduos em criticarem-nas e na sua habilidade para inová-las. Essas três tendências chegam ao ponto em que, para a cultura, as tradições se tornam reflexivas e são constantemente revistas; para a sociedade, as ordens legítimas se tornam dependentes de procedimentos formais para se criarem e justificarem normas; para a personalidade, uma identidade do ego altamente abstrata é continuamente estabilizada através do autocontrole. Essas mudanças se estabilizam quando as decisões carregadas de práticas comunicativas não podem mais se submeter à arbitrariedade normativa do consenso. Quando o consenso deriva do processo de interpretação cooperativa dos participantes, existe uma liberação do potencial de racionalidade da ação comunicativa (HABERMAS, 1984; 1989).

21 Tradução livre de: that is, of consensus formation that rests in the end on the authority of the better argument.

Uma das questões que a teoria da racionalização do mundo da vida permite observar em relação ao desenvolvimento do SES brasileiro, está ligada à racionalização no âmbito da sociedade. No SES brasileiro, o procedimento de justificação e legitimação do ordenamento desse sistema não é racionalizado como colocado por Habermas (1989). Isso parece estar ligado ao não desacoplamento entre instituições e visões de mundo particulares, pois estas permanecem como justificativas para o que é realizado e as demandas internas no e do SES brasileiro. Essa discussão será aprofundada mais adiante.

Sobre a diferenciação entre forma e conteúdo, no campo da cultura, as tradições que asseguram a identidade são reduzidas a elementos formais tais como conceitos de mundo, pressuposições comunicacionais, procedimentos argumentativos e valores abstratos fundamentais. No da sociedade, princípios gerais e procedimentos se cristalizam fora dos contextos particulares nos quais eles estão atados em sociedades tradicionais. Em sociedades modernas os princípios morais e legais estabelecidos perdem seu vínculo com formas concretas de vida. No da personalidade, as estruturas cognitivas adquiridas no processo de socialização são gradativamente desconectadas do conteúdo do conhecimento cultural, integrados primariamente a um tipo de pensamento concreto. Aumenta assim a variedade de objetos acessíveis a competências formais.

À diferenciação estrutural do mundo da vida corresponde também uma especificação funcional de vários processos de reprodução simbólica. Nas sociedades modernas, a transmissão cultural, a integração cultural e a educação infantil são tratadas de maneira profissional. Assim a formalização de sistemas de ação em cada um dos mundos implica tanto o tratamento profissional da sua reprodução simbólica como também uma refração reflexiva em relação a seu sentido tradicional, pois que tal reprodução assume uma forma discursiva. Na cultura isso está ligado à diferenciação de arte, ciência e moral como sistemas culturais de ação; na sociedade, ao desenvolvimento democrático, que incorpora formas discursivas de formação da vontade; na personalidade, a educação formal se estende às fases iniciais da infância, submetendo-se à reflexão pedagógica, livrando-se assim dos mandatos imperativos da igreja e da família.

Para entender a formação contemporânea da sociedade brasileira, a visão que tem Habermas (1990a) sobre a formação da democracia em sociedades modernas é de suma importância. Oliveira (1997) analisou a formação de uma estrutura democrática carente de um espaço para a formação discursiva das vontades políticas com a transição democrática

brasileira da década de 1980 baseado em uma leitura habermasiana. A seguir, portanto, fundamenta-se tal leitura para entender os aspectos da modernização conservadora que aqui se estabeleceu.

Para que a política se torne mediadora dos projetos sociais é preciso equacionar um dos problemas críticos das sociedades complexas: a questão da formação política das vontades. O desafio coloca-se, pois rotineiramente as ações individuais tendem a ser instrumentais, implicadas nas funções econômicas e administrativas exercidas pelos indivíduos em sociedades modernas. Como comenta Ladrière (2001), a racionalização institucional das sociedades traz consigo o risco da subsunção da sociabilidade regulada por normas a sistemas técnicos de ação. Uma vez que as heranças culturais cessam de ser evidentes, ou inquestionáveis, e são sempre submetidas ao crivo da razão, a razão instrumental aparece como caminho mais seguro à manutenção da estabilidade da vida social. Integração social será então convertida em integração sistêmica. No contexto do capitalismo tardio os sistemas técnicos de ação englobam amplas esferas da sociedade e à solução dos problemas é sempre apresentada uma alternativa funcional; o processo de intercompreensão, inerente ao mundo vivido, não aparece mais como útil e cessa a responsabilização moral dos participantes da interação.

Em “Soberania popular como procedimento”, Habermas (1990a) leva essa preocupação à reflexão acerca de seu republicanismo radicalmente democrático. Neste texto, o autor investiga a possibilidade de práticas sociais não-instrumentais que deem sustentação às instituições modernas. Uma questão que atravessa o texto é a de situar o princípio da autodeterminação em sociedades complexas, nas quais utopias ingênuas não têm mais lugar.

Habermas (1990a) preserva, para entender a soberania popular, o princípio da autonomia formulado por Rousseau e Kant, em que as leis devem ser assentidas por todos aqueles que a observam. Tem aí o princípio de auto-legislação e, portanto, o de autodeterminação da sociedade. Sob tais princípios, na tradição kantiana, só seriam admitidas as leis que preservassem liberdades iguais a todos, excluindo todo interesse não generalizável. Nesta tradição a força universalizante é garantida pelo formalismo das leis.

Habermas (1990a), por sua vez, discute a substituição da formalidade da lei. A razão prática, que em Kant (1996) significa um estado reflexivo do indivíduo, através do qual suas ações se tornam racionais (representando como vontade própria o que, de um ponto de vista racional, se constitui como dever), segundo Habermas (1990a), trata de um

procedimento discursivo, que deve fazer a mediação entre a razão e a vontade. Este procedimento é que pode estabelecer o critério sobre o qual se julga a ‘suposição de razão’ de uma vontade política. A racionalidade desta, portanto, não está dada a priori (como acontece quando o critério para tanto é o formalismo das leis – vontades orientadas por princípios abstratos), mas se alcança através de sua interpretação discursiva, buscando validar as vontades em um espaço público de discussão.

Por trás desta discussão encontra-se um conceito sociológico das relações pré-políticas. O direito racional moderno, que se legitima pelo caráter abstrato e formal de suas leis, tem como pressuposto uma sociabilidade pré-política utilitária. Segundo seus pressupostos, o pacto político significa a renúncia aos interesses particulares em favor da manutenção de uma vida civilizada. O pano de fundo é uma sociedade civil que, na modernidade, identifica-se ao mercado, sendo regida pelos determinantes da atividade econômica *stritu sensu*, ou ainda, a ação racional teleológica, que busca o êxito na consecução do autointeresse. Os interesses, por sua vez, são sempre subjetivos e, portanto, irreconciliáveis.

A teoria habermasiana, porém, mune-se de outros pressupostos. O conceito de constituição de identidades particulares se serve da discussão hegeliana acerca da vida ética. Através desta, a identidade se constitui em interação e não como um ato monológico de autorreflexão, como na tradição kantiana. Segundo Habermas (1986), a atualidade desta reflexão hegeliana é percebida quando teorias contemporâneas da psicologia convergem em conceber a identidade do eu como competência formada através de interações sociais, estabelecendo um vínculo entre a capacidade interativa e o desenvolvimento motivacional do indivíduo. Em uma versão mais sociológica, diz-se que “la identidad se genera a través de la socialización”, em que o processo de interiorização de estruturas simbólicas é seguido de um processo de individuação (HABERMAS, 1986, p. 63, grifo no original). O indivíduo transforma em atividade aquilo que interiorizou passivamente.

A interação, como categoria fundamental para que se entenda a formação da identidade, também se aplica a sociedades modernas, cuja esfera econômica torna-se proeminente. A divisão social do trabalho, para Hegel (1991), não se limita ao seu momento negativo, em que a relação entre sujeitos dá-se como troca comercial, ela lança também as bases para o reconhecimento recíproco entre sujeitos, ainda que como sujeitos-possuidores, sendo o direito abstrato a primeira relação ética juridicamente reconhecida. O

desenvolvimento econômico da sociedade moderna desdobra-se, nesse sentido, na constituição das identidades particulares. Para Hegel (1991), identidades particulares se reúnem em torno de um mesmo projeto político com a constituição de uma vida ética racional, em que tais identidades unem-se, como não-idênticas, através do discurso. Hegel (1991) tem em vista a própria constituição do Estado. Segundo Habermas (1986), Hegel vê na constituição do Estado constitucional soberano a consolidação de uma identidade racional capaz de oferecer um sistema normativo à consciência de seus integrantes. Em sociedades em contínua complexificação, essa tese se torna dificilmente sustentável, mas Habermas (1986) quer resgatar nessa vertente do pensamento alemão a ideia de existirem pressupostos imanentes ao discurso e às formas de vida social que vinculam a socialização aos imperativos do desenvolvimento das identidades do eu e do grupo, ou de formas de vida ética. Na vida pré-política não há apenas conflito e perseguição de interesses egoístas, mas também constituição de identidades.

Habermas (1990a) aprofunda este debate sobre as relações pré-políticas, resgatando uma tese que se encontra de fundo ao discurso anarquista (e, ainda no início do século XIX, também socialista). O da auto-organização da sociedade. Segundo esta tese, as relações espontâneas buscam o entendimento através de uma comunicação formadora de imagens da sociedade sobre si mesma e não simplesmente a consecução de objetivos privados através de ações orientadas para o êxito. A formação de identidades comporta uma relação de reconhecimento das práticas e interesses compartilhados por determinados grupos. Constituem-se, assim, grupos sociais que compartilham imagens a respeito de si, e projetam-nas para a sociedade, na forma de interesses, vontades e opiniões. Esta projeção pode se manter no âmbito da particularidade, e a afirmação de uma identidade se dará como conflito em relação a outras. Nesse âmbito, a solução para os conflitos é, inevitavelmente, a subjugação de uma identidade por outra.

Por isso, o entendimento mútuo espontâneo das relações pré-políticas não é o suficiente para fazer prevalecer um interesse público sobre os diferentes interesses particulares da sociedade civil. Para Habermas (1990a), o discurso ético racional é responsável pela formulação dos interesses da esfera privada em um projeto político comum, ou seja, a constituição de uma vida pública. Mas entre a esfera civil e o Estado, o autor insere o conceito de espaço público, ou esfera pública, como mediação entre as identidades particulares e os projetos políticos que as aglutinem. Para Calhoun (2001, p. 1899), na teoria

habermasiana, “a esfera pública un[e] a sociedade civil ao Estado ao se focar na noção de bem público, que se distingue do interesse privado. Ela [é], entretanto, claramente enraizada na sociedade civil”²²

A esfera pública desempenha esse papel de mediação dos interesses particulares, para que estes se unam em torno de um projeto societário comum. O procedimento que pode fornecer legitimidade a tais projetos é o do discurso racional, do convencimento e da formação de opiniões. Isto implica tematizar publicamente, ou trazer para um âmbito reflexivo e racional, aquelas questões que fundamentam o entendimento mútuo das relações pré-políticas. Sem a tematização pública de interesses particulares, as relações pré-políticas escondem relações de dominação que se mantêm não-questionadas, pois as identidades são conflitivas quando mantidas na particularidade, e, se não são contestadas pública e racionalmente, podem se fazer prevalecer umas por sobre as outras (HABERMAS, 1990a; 1991b).

O espaço público, na tensão com o sistema político, constitui-se no lócus do procedimento democrático de formação racional da vontade, e, como tal, mantém-se não organizável como um todo, sempre permeável aos valores, contribuições e argumentos das particularidades que constituem uma determinada vida social. O espaço público fica, dessa forma, livre da programação da tomada de decisões. As vontades, nele constituídas, é que conduzem às decisões dos órgãos estatais. No espaço público, diz Habermas (1990a), é que se mantém a expectativa de uma auto-organização soberana da sociedade, dessubstanciando o conceito de soberania popular, pois este se refere agora a um procedimento discursivo formador de opiniões. Através deste conceito é que se vai institucionalizando os procedimentos de formação da vontade e opinião que dá forma ao Estado de direito. Trata-se, para o autor, de uma institucionalização progressiva dos procedimentos que se originam no espaço público, e que nele retroagem, para a consolidação de uma cultura da liberdade política.

A esfera pública é o ponto de intersecção entre interesses privados e sua justificação pública como projetos societários defendidos por diferentes partes da sociedade. Habermas (1990a) extrai o conceito de partido desta reflexão. Concebe-o como associações buscando convencer seus interlocutores de suas propostas e posições, formando assim um

22 Tradução livre de “The public sphere joined civil society to the state by focusing on a notion of public good as distinct from private interest. It was however clearly rooted in civil society”.

processo plurívoco de formação de opiniões que substitui a violência. Ainda que os partidos tenham posições particulares, dirigem-se à sociedade como um todo, interpretam suas carências a partir de um ponto de vista e buscam legitimar essas interpretações em um espaço público de discussão. Este espaço público é, portanto, a mediação necessária para que vontades particulares se projetem em relação à sociedade como um todo. Para tanto, é preciso que se tematize o próprio espaço (sua configuração, seu vínculo com a sociedade civil, seu assédio ao sistema político, suas normas, seus meios de funcionamento, suas possibilidades técnicas), assim como as instituições já consolidadas que regem a vida pública, mantendo com isso uma institucionalização fluida da sociedade, sempre permeável aos novos debates.

O conceito de esfera pública tem, como se observa, um importante papel na distinção entre o procedimento de legitimação contemporâneo que se sustenta na formação de opiniões, em um poder gerado comunicativamente, e aquele procedimento que se caracteriza pela aceitação massificada de discursos governamentais, baseado em um poder utilizado administrativamente.

A política administrativa se sustenta nas relações de dominação não-tematizadas publicamente, reforçando-as com argumentos técnicos, através de intervenções estatais na vida social, que pretendem solucionar um problema, ou corrigir qualquer tipo de 'distorção' social, mas deixando igualmente não-questionados aqueles padrões, ideias e práticas socialmente herdadas. Segundo Habermas (1990a; 1990b), é preciso ter em conta a necessidade do sistema político (do poder administrativo) traduzir para sua linguagem as normas geradas comunicativamente, sem esquecer o risco real do poder administrativo sobrepor-se ao comunicativo, através da supressão do debate por meio de intervenções técnicas. Para o autor, é preciso garantir que, ao executar seus projetos, o sistema político não esteja organizado de maneira desprendida das orientações de seus membros e que estes tenham, portanto, a possibilidade de fornecer os fundamentos valorativos sobre os quais a instituição se racionalizará. Com a complexidade da vida social, a crítica irrestrita à burocratização de suas instâncias seria ingênua, diz o autor, mas a expansão sem limites deste processo traz consigo o risco da substituição da política pela administração tecnoperativa.

Habermas (1990a, p. 106) critica os projetos reformistas que renunciaram “ao cumprimento de promessas radicalmente democráticas” em favor de intervenções sócio-

estatais, cujo ideal é “aquela democracia de massas que toma traços de um processo de legitimação orientado administrativamente”. Neste caso, a formação política da vontade é pela instituição que programa a si mesma. A proposta do autor, entretanto, é a de que se fomente o poder gerado comunicativamente através de práticas intersubjetivas tematizando publicamente assuntos de interesse coletivo. O assédio dessas práticas às instituições consolidadas deve ser capaz de preservar um estado fluido das instituições, em que a incorporação de valores, antes administrativamente solucionada, seja tematizada por vontades políticas. Esta capacidade, na visão de Habermas (1990a), deve estabelecer o fundamento valorativo sobre o qual a administração se racionalizará, já que as instituições não são meios passivos a serem deixados por si mesmos. A problemática, portanto, está em se definir se atualizarão através da discussão pública das vontades e opiniões ou de modo administrativo, pretensamente neutro, garantindo a vigência de uma ordem dada.

Esse é o risco de a tecnificação sobrepor-se à racionalização moral-prática. Um risco existente, que, por sua vez, não descaracteriza as instituições de sua normatividade, mas a mascara através da força legitimadora dos argumentos técnicos e científicos alcançada nas sociedades contemporâneas. Diante de argumentos técnicos não há intersubjetividade, não se criam expectativas de ação recíproca, mas comportamentos de cursos previsíveis. A esfera pública para Habermas (1990a) tem o papel justamente de, no âmbito da política, barrar o avanço da lógica instrumental e do assalto de interesses privados imediatos ao plano governamental. Através da esfera pública os interesses privados são mediados para o ambiente público, formando as vontades políticas discursivamente.

Com o aporte da discussão sobre a esfera pública compreende-se a transição democrática da sociedade brasileira na década de 1980, bem como os desenvolvimentos posteriores do regime democrático, com a implantação do Plano Real e a subida ao poder pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O controle autocrático e conservador da transição democrática e das políticas econômicas que a esta se seguiram, assim como a recusa da política por parte das associações civis da época impediram, mais uma vez, que a sociedade tematizasse o horizonte ético de sua estrutura societária (OLIVEIRA, 1997; 2006).

Mas antes de investigar a formação histórica da sociedade brasileira, buscase, a seguir, entender a formação do sistema social de personalidade científica, e como essa pode ser entendida tanto em contextos culturais racionalizados quanto nos não-racionalizados.

2.5 Estruturas Motivacionais dos Cientistas Modernos

Para Habermas (1984; 2007) a racionalização do mundo da vida faz assentarem estruturas motivacionais universalistas nos sistemas sociais de personalidade. De um lado isso possibilita um entendimento mútuo reflexivo, formado discursivamente em cada um dos mundos (cultura, sociedade e personalidade). De outro, abre-se a possibilidade de que relações meramente técnicas e utilitárias forneçam as respostas para os problemas sociais, suprimindo vontades políticas.

Como já visto, a diferenciação da cultura forma três sistemas de ação cultural: moral, ciência e arte. O sistema da ciência está ligado ao conhecimento objetivo do mundo, através do qual os agentes sociais interiorizam uma orientação cognitivo-instrumental aos seus sistemas de personalidade.

Na formação de personalidades, a orientação cognitivo-instrumental implica que o critério da eficácia, segundo as normas de cada instituição, se sobrepõe ao critério do respeito à tradição na avaliação das ações individuais. Habermas (1984) vê esse processo como a constituição de um sistema social de personalidades de orientação cognitivo-instrumental. E a produção científica e tecnológica tem papel fundamental na configuração desse sistema de personalidades, sendo a institucionalização da atividade científica um dos espaços originais e privilegiados de constituição e disseminação de tal sistema na sociedade como um todo.

Entretanto, se na base do conhecimento objetivo do mundo há estruturas de consciência moral-prática não universais, a atividade científica se depara com uma vida social em que as considerações éticas são particularistas. Isto coloca entraves senão à livre investigação objetiva do mundo, ao menos à incorporação desse conhecimento objetivo pela vida social em seu conjunto. A incorporação de uma orientação cognitivo-instrumental ao mundo da vida através da formação dos indivíduos em instituições escolares e científicas concorre com o horizonte ético particularista, que julga e classifica os agentes sociais com base em parâmetros não justificáveis racionalmente.

As considerações acerca da eficácia e eficiência das ações instrumentais encontram-se atreladas a valores e princípios não questionados, pois referentes ao privilegiamento de grupos sociais, que monopolizam um estilo de vida como forma de reconhecimento social. Assim, o conhecimento causal e objetivo não exerce seu papel de

colocar em questão tais valores e princípios, não encontrando livre aceitação entre as personalidades e instituições sociais.

Em uma sociedade de estruturas moral-prática particularistas, os conflitos da sociedade civil não são julgados com objetividade, mas com base em premissas que conferem privilégios e julgamentos diferenciados a diferentes grupos sociais. A ação racional com relação a fins (e, portanto, a orientação cognitivo-instrumental das atividades sociais) não é, neste caso, normatizada segundo uma moral de base universalista. Isto implica a criação de obstáculos aos juízos hipotéticos em relação ao mundo. A produção científica e tecnológica se vê incapaz de submeter a relação dos homens entre si e destes com a natureza à crítica racional, senão sob os limites impostos pelo horizonte ético tradicionalmente aceito.

Criam-se obstáculos à incorporação de qualquer conhecimento científico e tecnológico, cujos resultados têm a possibilidade de violar privilégios sociais constituídos e/ou condutas convencionais. No âmbito das instituições, por um lado, se exigem respostas imediatistas às formas de agir e pensar constituídos, ou seja, conhecimentos que reforcem as convenções sociais. Por outro, desvincula-se a atividade científica da vida prática da sociedade, fazendo dela um exercício de erudição contemplativa. De um lado aproveita-se da ciência o que nela corroborar as estruturas particularistas da vida social em questão, de outro o cientista molda uma conduta de afastamento de um mundo que tenta submetê-lo a seus desígnios eticamente não-racionalizados.

Uma dimensão importante acerca da formação das estruturas de personalidade do cientista moderno é que, junto à orientação cognitivo-instrumental de suas atividades, a institucionalização da ciência moderna permitiu não apenas a continuidade e sistematicidade das pesquisas científicas, da investigação racional do mundo, mas também sua autonomia em relação aos poderes constituídos. Primeiramente separado dos poderes eclesiásticos, mas gradativamente também das interferências dos poderes seculares, a produção do conhecimento científico e tecnológico em instituições especializadas garantiu que seus resultados não estivessem a serviço direto ou necessário dos governos seculares. Não que a ciência moderna seja um exercício contemplativo, de conhecimento puro e teórico do mundo. Mas é sim um exercício de conhecer o mundo objetivamente, tal como ele se apresenta à razão e aos sentidos.

Nesse sentido, a visão de mundo cognitivo-instrumental é resultado do processo de racionalização cultural, ligado ao desencantamento e desmitificação do mundo. Assim recursos estereotipados (operações/conduitas previamente fixadas) não mais se utilizam para o alcance dos fins da vida cotidiana. O conhecimento objetivo do mundo é adotado cada vez mais como esse recurso, legitimamente reconhecido e institucionalizado, fornecendo informações objetivas a um processo de reprodução simbólica que se tornou reflexivo e não mais aceito convencionalmente.

A ciência moderna, portanto, se encontra enraizada em, ao mesmo tempo em que constitui um mundo da vida racionalizado e secularizado. Quanto à racionalização, a ciência moderna é um dos seus fatores mais importantes, sendo ela própria a geradora de um conhecimento causal e objetivo do mundo, rompendo com a inquestionabilidade dos conhecimentos tradicionais, baseando-se no raciocínio lógico e no procedimento analítico e experimental. A secularização, por sua vez, é um processo fundamental na formatação do vínculo que se estabelece entre a produção científica e as diversas esferas da vida social na modernidade. A consequência do processo de laicização do Estado e do convívio normatizado entre a pluralidade de visões de mundo para a produção do conhecimento científico e tecnológico é a adoção de uma orientação universalista nas atividades que caracterizam esta última. Isto, pois, se a ciência e a tecnologia modernas são institucionalizadas sob a guarda de um Estado laico, a orientação das atividades exercidas sob seu anteparo institucional se direciona a valores e princípios de base universalista. É o processo de secularização, portanto, que permite não apenas à ciência moderna se ver livre das interferências diretas dos poderes e interesses temporais ou atemporais, mas também de se ver ancorada em, e constituidora de, um mundo da vida permeado de diferentes e antagônicas opiniões e vontades.

A base do conhecimento objetivo não tem como pressuposto uma visão particularista do mundo, mas está ancorada em uma metodologia e epistemologia verificáveis que, por princípio, qualquer indivíduo pode assumir. Sem desconsiderar a possibilidade de escolha de diferentes objetos e temas, bem como a interferência de valores e interesses na condução das pesquisas científicas, é ponto pacífico que o caminho utilizado para executar a pesquisa e arguir em favor de seus resultados deve ser suficientemente claro e inteligível para tomar parte na construção de um conhecimento objetivo, comunicável e nunca definitivo. A universalidade de tais procedimentos garante que o conhecimento

científico se estabeleça como recurso ao conjunto dos cidadãos e instituições em busca de soluções e meios eficazes na consecução de seus próprios fins.

Desse modo, em sociedades modernas, a produção científica, como esfera cognitivo-instrumental da cultura, está ligada, por princípio, a toda e qualquer atividade social, cujos valores e orientações possam ser submetidos à crítica, ou ainda, a um juízo hipotético. O processo societário em que a tradição se torna reflexiva, trabalhada extensivamente por Habermas (1984; 1987), está baseado justamente no fato de que nenhum critério de ação pode estar isento de crítica, seja ele um conhecimento sobre o mundo, sobre o que se sabe fazer, ou do que é socialmente aceito (respectivamente o mundo da cultura, da personalidade e da sociedade). Constituindo um conhecimento causal e objetivo do mundo, a ciência moderna fornece novos critérios e diretrizes com os quais se podem julgar a eficácia e a eficiência das atividades sociais. Não fornecem, como bem disse Weber (1982a), os fins que se devem perseguir, mas os meios para atingir os fins que cidadãos e instituições têm definidos segundo seus próprios interesses e valores. Logo, o vínculo da ciência com as atividades da vida social não é um vínculo necessário, mas possível.

Ora, o sistema econômico e o da administração pública são as esferas de ação mais propensas a absorver tal conhecimento. O que rege estas esferas de ação é o critério da utilidade, sendo, portanto, as esferas do juízo hipotético por definição. Em um caso está em jogo o que é útil ao indivíduo, segundo os interesses e desejos constituídos em sua privacidade, no outro o que é útil à vida pública, segundo, como diz Habermas (1990a), vontades e opiniões constituídas politicamente. Qualquer conhecimento ou técnica que implemente a eficácia e a eficiência destas esferas de ação são mais facilmente aceitos, uma vez que o valor que as orienta é o da própria utilidade. Os obstáculos de fato encontrados para tal implementação, se e quando existentes, não são de caráter lógico, mas carecem ser analisados empiricamente.

Portanto, não é o caso de concluir que a ciência e a tecnologia modernas estão a serviço dos interesses econômicos, da burocracia e de uma vida pública racionalmente administrada. Como afirmado, essa conexão é possível e não necessária. Ou seja, a interação entre produção de ciência e tecnologia e as atividades econômicas e administrativas é própria da modernidade. Mas ela não é direta e tampouco imediata se as sociedades preservarem a autonomia de seus ambientes privados, na formação dos desejos e interesses individuais, e de seus ambientes públicos, na formação das vontades e opiniões políticas.

Tais ambientes são definidores daquilo que será considerado útil ao mercado e à administração pública, em suma, dos valores que mediarão a incorporação da ciência e tecnologia aos sistemas de ação racional referente a fins (HABERMAS, 1984).

Por isso, do ponto de vista de uma sociedade moderna, democrática e que mantém vivo o debate público das questões e necessidades com que se defronta, a economia e a administração como subsistemas de ação racional são inescapáveis se se quiser garantir seu funcionamento. São eles os sistemas técnicos capazes de operacionalizar os desejos cultivados no ambiente privado e as decisões tomadas nos ambientes de discussão pública.

Essa capacidade dos sistemas de ação racional estaria constantemente defasada se toda produção de conhecimento sobre o mundo por parte de uma sociedade estivesse voltada à sistematização de um arcabouço conceitual doutrinário e dogmático, impermeável à razão. A economia seria estacionária, incapaz de produzir mais e melhores bens à população, e a administração pública arcaica, incapaz de operacionalizar os serviços públicos e por em execução de modo estruturado as decisões políticas tomadas.

A institucionalização da ciência na modernidade ocidental é o ponto em que culmina a racionalização da cultura, no qual a sociedade normatiza a produção de conhecimento objetivo acerca do mundo (WEBER, 1982). Por isso tem papel fundamental no processo de racionalização da sociedade, fornecendo estruturas de consciência cognitivo-instrumental aos diferentes sistemas sociais de personalidade, e fomentando uma conduta metódica de vida voltada ao conhecimento da realidade e à experimentação desse conhecimento entre os agentes que atuam nesta esfera especificamente.

Mas o estabelecimento de um vínculo prático desimpedido entre a produção de conhecimento objetivo e os subsistemas de ação racional depende da articulação, nos sistemas sociais de personalidade, entre uma orientação cognitivo-instrumental e estruturas de consciência moral-prática universalistas. Isso implica uma racionalização das visões de mundo éticas a ponto de se interiorizarem máximas morais universais e não mais critérios particularistas de julgamento moral. Com tal estrutura moral, a orientação cognitivo-instrumental das personalidades sociais não encontra um âmbito da vida em que seja impedida ou distorcida para reforçar uma visão de mundo tradicional.

A racionalização ética também tem a ver, no âmbito da sociedade, com o questionamento das formas de privilegiamento social, uma vez que no centro do julgamento moral encontra-se a ação individual, e não o pertencimento a grupos sociais prévia e

hierarquicamente classificados. Uma sociedade, portanto, em que a produção e o consumo de bens materiais e imateriais não sejam considerados prerrogativas de grupos sociais particulares, mas esteja aberta à disputa entre competências. Assim, os conflitos sociais podem ser julgados com base em critérios racionalizados, e o único limite para a ação racional teleológica de cada indivíduo é o direito de todos agirem da mesma maneira. Nesse ambiente social, qualquer inovação científica e/ou tecnológica pode ser apropriada pelos diferentes sistemas sociais de personalidade e instituições, provocando mudanças de conduta dos agentes em presença, e ser eventualmente incorporados como regras e procedimentos de conduta mais eficazes institucionalmente.

A possibilidade desse vínculo prático desimpedido, como se pode ver, está dada como parte da constituição da modernidade ocidental capitalista. Porém está descrita aqui de forma ideal, uma vez que em nenhuma sociedade se aboliu completamente as formas de classificação por status, ou estamentais, mais evidentes em períodos históricos anteriores ao sistema capitalista moderno. Mas é bom frisar que a plena e generalizada articulação entre a orientação cognitivo-instrumental e uma estrutura de consciência universalista nos sistemas sociais de personalidade não equivale a atestar uma simples ausência de moralidade na condução da vida econômica moderna. Vale lembrar Weber (2004), quando este mostra que o capitalismo como fenômeno de massas requer uma normatização das relações de livre-comércio, que antes se equiparavam às da guerra e da pirataria: o que era permitido entre estranhos era vedado entre “irmãos”. Ou seja, as relações de livre-comércio enquadravam-se no rol de relações baseadas na violência, no não-reconhecimento do sujeito com quem se estabelecia a troca. Para massificar-se, as relações de livre-comércio tiveram de ser incorporadas por uma moralidade, que não apenas as tolerava como um dado (lamentável) da vida, mas que passou a valorizá-las positivamente. Daí a importância dos protestantes ascéticos na investigação weberiana, quando os mesmos dão um sentido racionalizado ao desenvolvimento da modernidade ocidental. Constituíram, portanto, uma consciência moral-prática universalista, força importante no processo de massificação do livre-comércio, sendo este intercâmbio então possível tanto entre estranhos como entre “irmãos”.

Para Weber (2004) esse intercâmbio racionalizado de bens, uma vez desenvolvido, livra-se do seu substrato moral e caminha com as próprias pernas segundo regras técnicas e a partir de uma perspectiva utilitária. Trata-se, para esse autor, da perda de sentido da vida moderna, podendo esta ser conduzida mecanicamente. Trata-se também da

perda da liberdade, pois nessa realidade mecânica, os imperativos técnicos são também categóricos.

Habermas (1984) e Ladrière (2001) apontam que não apenas pouca atenção foi dada a outras esferas culturais na formação de condutas sistemáticas de vida baseadas em estruturas de consciência moral universalista, como à permanência dessas esferas na sociedade contemporânea, que continuam a dar sentido às regras técnicas dos subsistemas de ação racional²³.

A configuração das relações de mercado entre cidadãos livres é um dos aspectos centrais da modernidade, e somente a partir de sua consolidação é que a ação racional com relação a fins perde suas amarras normativas. Essa é a condição para novos conhecimentos e técnicas serem incorporados nas atividades da vida social, em especial na vida econômica, pois as pesquisas de orientação cognitivo-instrumental não encontram, por princípio, nenhum impeditivo neste cenário, podendo sugerir novos horizontes técnicos e científicos para a atividade produtiva da sociedade. Mas os valores profissionais, mesmo entre aqueles envolvidos com a produção científica, são um dos meios privilegiados pelos quais a sociedade confere um sentido aos subsistemas de ação racional que transcende seu utilitarismo. A diferença é que esse sentido, em sociedades modernas, é conferido não mais a priori, tradicionalmente, mas racional e reflexivamente.

23 Bourdieu (2008), sob sua perspectiva teórico-metodológica, mostrou como formas de classificação que são aparentemente pré-modernas persistem na França do século XX. Em sua investigação, os agentes dessa sociedade mobilizavam opiniões e gostos para distinguirem-se entre si, distinção essa que pouco tem a ver com um ideal de *homo economicus* agindo no mercado.

PARTE II

3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS ESTRUTURAS DE CONSCIÊNCIA MORAL NO BRASIL: A Formação de Estruturas Motivacionais Estamentais e sua Relação com a Racionalização Institucional

bem antes de triunfarem no mundo as chamadas ideias revolucionárias, portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários. O prestígio pessoal, independentemente do nome herdado, manteve-se continuamente nas épocas mais gloriosas da história das nações ibéricas. “*Raízes do Brasil*”, de Sérgio Buarque de Holanda.

Neste capítulo argumenta-se que o desenvolvimento histórico brasileiro impediu a formação de uma estrutura de consciência moral-prática universalista. Sendo assim, onde se fixou uma orientação cognitivo-instrumental, como no sistema de ação cultural científica, ela uniu-se a uma estrutura motivacional não-racionalizada na formação de um sistema social de personalidade. Isso quer dizer que, como estrutura de sentido das ações técnico-instrumentais da atividade científica, encontra-se uma estrutura motivacional de status tendencialmente tradicional, que mobiliza uma noção de dever referida à sociedade idealmente concebida, e não a um princípio abstrato. O grupo profissional, então, se distingue em relação a toda a sociedade, opondo cientistas e sociedade. A orientação cognitivo-instrumental permite aos cientistas, na visão destes, observarem e investigarem os problemas, os gargalos e os irracionalismos da vida social a partir de uma perspectiva normativa. Sua estrutura motivacional de status tradicional faz com que sobreponham seus interesses aos da sociedade como um todo, usando, como argumento pretensamente legitimador, sua condição de cientistas. O sistema social de personalidade dos cientistas, portanto, põe a orientação cognitivo-instrumental a serviço desse seu status tradicional.

Esse argumento está calcado em uma leitura de clássicos do pensamento social brasileiro, como 'A Revolução Burguesa no Brasil', de Florestan Fernandes (2006), 'Raízes do Brasil', de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e 'Os Donos do Poder', de Raymundo Faoro (2001), de onde se conclui que o Brasil se moderniza institucionalmente sob uma cultura não racionalizada. Com base no que se discutiu sobre a racionalização do mundo da vida a partir da teoria habermasiana, trata-se do não desacoplamento entre

instituições e visões de mundo, em que estas continuam a dar um sentido convencional àquelas.

Com base nessa leitura, contesta-se o argumento de Souza (2000), para quem mercado e Estado modernos foram importados integralmente ao Brasil. Segundo seu argumento, criou-se apenas uma divisão fundamental na sociedade, em que para alguns sim, a modernidade vige, em sua racionalidade e princípios universais, e para outros não, aos quais resta a exclusão e a subcidadania, pois lhes são negados valores fundamentais da democracia moderna. Esse argumento parece insustentável dado que a cidadania e os valores universais da modernidade não podem estar intactos e vigorando solidamente se estruturalmente uma parte da sociedade não tem acesso aos mesmos. Esses valores devem estar eles mesmos distorcidos para abarcar uma sociedade cindida entre aqueles que estão acima da linha da cidadania e os que estão abaixo. Fossem valores universais a serem assentados como estruturas motivacionais nas personalidades brasileiras, os mesmos não poderiam guiar ações e justificativas particularistas. Para não ceder ao argumento liberal, de que as estruturas estatais aqui são demasiadas, Souza (2000) contraria a lógica. Tenta unir sua oposição política ao liberalismo (afirmando que há sim racionalização social e cultural no Brasil) à constatação de que há estratos inteiros da população brasileira aos quais são estruturalmente negados a identificação aos valores da modernidade ocidental. O problema é que essa cisão estrutural na sociedade não comporta valores universais, pois não se pode justificar a sistemática negação do status de cidadãos a estratos inteiros da sociedade com argumentos universalistas.

Assim, discutem-se aspectos do padrão conservador da modernização brasileira. A preocupação, aqui, será a de analisar como essa modernização conservadora aparece na vida institucional, observando mecanismos de seleção e classificação social, cujos critérios, apesar de formalizados, baseiam-se em princípios e procedimentos particularistas. Partindo da compreensão de que, no Brasil, a revolução burguesa (momento que, em tese, representaria uma virada democrática e também um alargamento do horizonte ético das sociedades modernas) não se caracterizou pela luta de uma classe economicamente ativa e ascendente contra uma aristocracia conservadora de um 'antigo regime'. Observa-se que a racionalização institucional no país acontece antes da consolidação da ordem capitalista moderna. Trata-se, portanto, de um processo de racionalização ocorrido em meio a um horizonte ético particularista.

A tradição teórica aqui discutida já foi acusada de sociologia da inautenticidade (SOUZA, 2000). Autores aqui discutidos, contrastando o Brasil a modelos tidos como tipos ideais da modernidade, poderiam sugerir um argumento de que o Brasil carece de valores, normas e procedimentos para se tornar moderno. Isto levou Souza (2000, p. 159) a criticar acidamente esses autores e seus modelos teóricos, contrapondo a eles sua visão de que o Brasil representa "uma variação singular do desenvolvimento específico ocidental", negando uma ideia que lhe parece corrente, entre intérpretes e senso comum, de que o Brasil se constitui com base em influências de uma cultura pré-moderna, a Ibérica. Para o autor, os valores da modernidade são também os únicos legítimos no Brasil.

Argumenta-se, diferentemente de Souza (2000), que os valores da modernidade, obstados em sua tendência à universalização, deformam-se no Brasil, perpetuando, através de mecanismos impessoais, situações de dominação e subordinação social particularistas.

Como observa Raymundo Faoro (2001), no período de formação da sociedade nacional, o critério de seleção para o estamento que se burocratiza não era a riqueza, mas os valores e procedimentos com que se operavam as instituições e as formas de dominação. Assim, era possível cooptar indivíduos competentes dos diversos estratos da sociedade para ocupar os espaços decisórios, criando canais de mobilidade social estreitamente vinculados à conservação da ordem.

Diferente de uma sociedade puramente estamental, os grupos sociais delimitavam seus monopólios por concessão do Estado. Tal a base do argumento sobre a formação do estamento burocrático em Faoro (2001). Não se trata de simples burocracia funcional, centralizada, racionalizada e moderna. Seu sentido é outro. Apesar da forma moderna, o conteúdo, diz o autor, é arcaico. De outro lado, ainda que seja pago pelos serviços que presta, o grupo formado é estamental e aspira e interioriza valores aristocráticos, buscando se distinguir do restante da sociedade através da demarcação monopólica dos bens, serviços e costumes que lhes seriam próprios.

Dada as características do Império de Portugal, que se constituiu como empresa mercantil em expansão, existia uma pressão pela racionalização institucional. Tal pressão se exercia sobre a seleção puramente estamental de indivíduos para ocuparem as estruturas do Estado. Criaram-se então formas de seleção pelo desempenho, mas que não foram demandas da sociedade civil, e sim criação do Estado, grande responsável pelas

atividades econômicas e administrativas. Dado o caráter desse capitalismo mercantil comandado por um Império, foi necessário racionalizar os critérios de seleção e classificação sociais, dos grupos administrativos, o que não fornece condições para uma nobreza hereditária. Mas não sendo esses critérios resultados de uma luta da sociedade civil pela autonomia, sua forma final permitiu criar um estamento de indivíduos capacitados para as funções estatais.

Aqui existe um diálogo rico com a teoria weberiana da racionalização da sociedade. Para Weber (1991; 1982) é próprio à racionalização de todas as esferas societárias a centralização dos meios de desenvolver suas atividades. Assim, a empresa capitalista centraliza os meios da produção econômica, a universidade centraliza os meios de condução das pesquisas, o Estado centraliza os meios de administrar a vida pública. Desta forma, todas essas atividades se tornam mais eficientes e eficazes, uma vez que se centralizam os processos decisórios em torno de um único objetivo. Está aí a origem da especialização, em torno de um princípio tendente à abstração, das diversas esferas de atividade societárias (relação entre cultura – valores – e sociedade – espaço que regra procedimentos e condutas).

Quando os princípios que se fixam nas instituições passam por esse processo de abstração, as condutas a elas relacionadas deixam de fazer parte de um domínio monopolizado por determinados estratos da sociedade. Abre-se, por princípio, o acesso a todos que se alinhem ao princípio estabelecido. No caso da centralização da administração pública, ela esteve ligada à decadência do domínio da nobreza nos países de passado feudal. A nobreza exercia atividades administrativas em função da tradição de seus laços sanguíneos, da manutenção de sua honra familiar e da sustentação destas pelo acúmulo de posses e terras. Em torno de um princípio abstrato, o critério nobiliárquico / aristocrático de classificação social perde em eficácia, e a escolha dos meios apropriados coloca-se como exigência subsequente. Com efeito, passa-se a dar importância à seleção de indivíduos devidamente capacitados às funções da administração pública, pois quando se deseja um fim, desejam-se também os meios para alcançá-lo (WEBER, 1991; 1982).

O Estado luso-brasileiro já conhecia o critério de classificação e seleção social baseado nas capacidades individuais para o exercício da administração. Isso antes do fim do domínio aristocrático e do desenvolvimento de uma economia capitalista moderna. Não houve aqui dominação puramente nobiliárquica, pois não existe nobreza independente materialmente do Estado. Esse Estado se erigiu em empresa capitalista mercantil e pagava

um estrato de funcionários, que formam uma burocracia e interiorizam móveis de comportamento estamental-aristocrático. Por isso mesmo inexistem também capitalismo moderno, pois se trata de um modo de reprodução do capital de bases mercantis, centrada na atuação dos governos que centralizam tanto os meios de administrar a vida pública como de administrar os projetos de expansão econômica baseada na atividade de expansão marítima do Império e exploração dos recursos das terras conquistadas. Existe, portanto, racionalização social articulada a visões de mundo arcaicas.

Essa racionalização societária ocorreu em meio a um horizonte aristocrático de dominação. Para Faoro (2001), há uma relativa autonomização do Estado em relação aos grupos, classes e estamentos que compõem esta sociedade. Ao centralizar os recursos de seus empreendimentos capitalistas, o Estado mina as bases da autonomia que caracterizaria a nobreza dos países feudais. Nestes, a nobreza, detentora de seus títulos honoríficos assim como dos meios de sua reprodução material, servia ao rei por vassalagem. O vassalo serve ao seu superior mantendo sua autonomia financeira e, em muitos aspectos, decisória, no que diz respeito ao espaço de seu domínio (terras, casas comerciais, etc.) e aos meios da sua reprodução material. Em troca o vassalo fica obrigado a prestar ajuda militar ao superior. Há aí uma diferença substancial com o caso luso-brasileiro, em que o aristocrata é remunerado pelo Rei (pelo poder central), a quem se destinam todas as rendas provenientes das atividades da aristocracia (cargos, exploração comercial, administração de extensões do reino, etc.).

Na história luso-brasileira, ainda que o estamento burocrático busque a distinção em relação ao restante da sociedade, ele se interessa pelo (subordinando-se ao) empreendimento do Estado, pois este é a fonte de seus recursos. Cria-se uma comunidade de domínio, mas submetida ao Estado patrimonial. Para Faoro (2001) há um Estado eficaz e moderno, porquanto capaz de submeter os grupos sociais em luta pelo poder às funções determinadas pelas necessidades de administração da vida social, regida pela dinâmica de um capitalismo mercantil em expansão. Essa forma moderna não impede o conteúdo arcaico de se perpetuar. Os grupos sociais em disputa não buscam desenvolver atividades independentemente do Estado, mas somente através deste. Essa disputa, que busca acomodação e readaptação dos grupos sociais às mesmas estruturas de domínio, confere um caráter conservador à modernização.

O padrão europeu de luta de uma burguesia ilustrada e progressista contra o domínio da aristocracia conservadora foi já convincentemente criticado como alheio à realidade brasileira por Caio Prado Jr. (1973), para citar um dos pioneiros nessa crítica.

No modelo europeu clássico, aquele padrão deu lugar aos movimentos constitucionalistas de racionalização e submissão das ações de governo a critérios transparentes de justiça. De uma concepção negativa da liberdade, que delimita a esfera da privacidade, emergia a preocupação em impedir que o governo se baseasse em ações discricionárias dos governantes. A empresa capitalista, dependente da contabilidade racional na sua perseguição ao lucro, requer a estabilidade do funcionamento das estruturas do Estado moderno e não pode arcar com a possibilidade de que governantes interfiram em seus negócios e legissem de modo arbitrário, senão ao preço de seu sucesso econômico. Da concepção positiva da liberdade, que delimita a esfera de participação política dos indivíduos, construiu-se a visão republicana de que esta esfera de participação deve ser delineada por procedimentos formais para que nenhum indivíduo ou grupo o monopolize, tendo por base a universalização da categoria da cidadania.

Daí o caráter revolucionário do processo que culmina com a chegada ao poder do indivíduo não nobre, que garante sua subsistência material tomando parte na vida econômica (e não pela pertença a um estamento), sem que isso lhe retire a dignidade necessária para tomar parte também na vida política (que se reveste então de um caráter público, pois acessível, por princípio, a todos os cidadãos).

Insuspeitos de fazerem qualquer apologia à sociedade burguesa, Marx e Engels (1997) já afirmaram que

A burguesia, lá aonde chegou à dominação, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou sem misericórdia todos os variados laços feudais que prendiam o homem aos seus superiores naturais e não deixou outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível 'pagamento à vista'

Mas na história da sociedade brasileira não houve um estrato social que visse na abstração dos princípios de ação uma arma para combater uma estrutura social que a impedisse de acessar bens e serviços, assim como a excluísse sistematicamente dos espaços decisórios (tal como no período revolucionário da burguesia europeia). Os estratos sociais que aqui tensionaram estruturas sociais exclusivas, o fizeram aderindo aos valores das mesmas e querendo a elas serem incorporados.

O fato de a emergência dos móveis do comportamento capitalista no Brasil não ter sido fruto da luta contra uma aristocracia detentora de privilégios, traz também à tona que os grupos que tradicionalmente detiveram o poder estavam já, de alguma maneira, imersos em um regime econômico propriamente capitalista, ainda que portadores de uma mentalidade aristocrática. Tem-se aí a base dos processos de modernização conservadora tratada (FERNANDES, 2006; CARDOSO, 1978; FAUSTO, 1969) assim como a coexistência das formas sociais modernas de conteúdo arcaico (FAORO, 2001).

O aspecto em que as instituições brasileiras se racionalizaram foi no reconhecimento social do desempenho das capacidades individuais. Para tanto, criaram-se mecanismos que compatibilizam a formalização dos procedimentos institucionais com a reprodução dos particularismos que caracterizam o horizonte ético da sociedade, fazendo de categorias como inserção no mercado e participação política, por princípio universais, prerrogativas de grupos que ocupam posições chaves nas instituições. A singularidade brasileira se expressa no fato desses valores particulares não se revestirem de forma universal, mas serem mesmo a formalização de particularismos, distorcendo sistematicamente, e de forma institucionalizada, a participação dos indivíduos na vida social.

Jessé Souza (2000) vê, como Gilberto Freyre (2002a; 2002b), a vinda da coroa portuguesa em 1808 ao Brasil como um processo de reeuropeização do Brasil, que instituiria valores modernos e ocidentais, ainda que seletivamente. Seguindo chaves de leitura freyreanas, Souza (2000) argumenta que o Brasil é um caso específico do caminho da modernidade ocidental, e por isso não “deve” em nada em relação aos valores, normas e procedimentos que seriam próprios a um suposto ideal de modernidade. Os valores da modernidade seriam os únicos legítimos no Brasil. Para o autor, que reconhece nos valores da modernidade, cujas instituições básicas e fundamentais são o Estado moderno e o mercado capitalista, uma tendência equalizante, o problema que se coloca é a seletividade do processo de modernização do país. Essa seleção definiu quais profissões no mercado e quais estratos sociais no Estado seriam os detentores monopólicos dos valores da modernidade, criando um “exército de párias urbanos e rurais sem lugar no processo produtivo e sem lugar na comunidade política” (SOUZA, 2000, p. 266). Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e, hoje, talvez, condomínios de luxo e favelas, marcam uma distinção de dominação e subordinação social em que os valores modernos teriam sido então

monopolizados pelos estratos dominantes da sociedade, relegando a ralé, os moradores dos mucambos e da cortiçada, ou das modernas favelas, ao estatuto de subcidadãos.

Souza (2000) parece simplificar a seletividade da modernização brasileira na sua tentativa de negar que este processo esteja em débito com processos de modernização ditos “autênticos”, ou tomados como modelos, o que o autor chama de tese da inautenticidade. Contrário à visão de que a modernidade brasileira seja “para inglês ver”, Souza (2000) argumenta que as ideias e os valores modernos ocidentais são também os do Brasil, mas monopolizados pelas elites, deixando boa parte da população no limbo da subcidadania.

No entanto, para que ideais e valores sejam tomados como monopólios de parte da população, eles têm de assumir forma e conteúdo particulares e, por isso, avessos à universalização dos procedimentos institucionais que os sustentam – prerrogativa básica da modernidade. Assim, parece que os ideais e valores modernos e ocidentais são *em parte* os brasileiros. Portadora de um caminho histórico singular, a sociedade brasileira poderia explicitar as falhas que o modelo ocidental típico comporta. Não obstante, a incapacidade, ou mesmo a força deliberadamente contrária à universalização dos princípios de ação tende a instaurar uma ordem social de dominação arbitrária. E isto não necessariamente pela intencionalidade de elites “malévolas”, mas, uma vez institucionalizados os procedimentos particularistas, estes passam a ser os mecanismos de socialização e aprendizado da população, que os adota e considera autoevidentes, beneficiando-se aqueles que ocupam posições institucionais chaves.

Souza (2000) enfatiza a vinda da Coroa portuguesa, em 1808, para o Brasil, como fenômeno que marca a modernização do país. Depois disso, diz o autor, o desempenho diferencial de indivíduos dos mais variados estratos sociais passa a lhes valer a possibilidade de ascender socialmente. Veem-se, a partir dessa época, mulatos bacharéis, fiscais e funcionários da administração pública. Mas o peso que este autor confere ao episódio da vinda da Coroa portuguesa à colônia brasileira tem a intenção deliberada de negar a tese da tradição ibérica das instituições brasileiras. Entretanto, essa negação e a tentativa de fazer da vinda da Coroa uma espécie de ruptura abrupta com o passado obstrui a compreensão da complexidade que a modernização brasileira comporta.

A tradição luso-brasileira, antes da consolidação do mercado capitalista e da estrutura de um Estado moderno, já abrigava a possibilidade de que indivíduos fossem

reconhecidos segundo suas capacidades. História que destoa do padrão europeu ocidental, que só “descobriu” essa forma de reconhecimento das capacidades individuais após suas revoluções burguesas e processos de consolidação de seus Estados modernos. Antes disso os cargos estatais (administrativos) eram monopólio da nobreza, estrato social que se reproduzia com base na hereditariedade e na posse de riqueza e terras que lhe garantiam autonomia material.

A adoção de critérios abstratos como a habilidade e a capacidade individuais para a seleção daqueles que ocuparão cargos no Estado resultou de mudanças fundamentais no continente europeu, ao passo que para a tradição ibérica a questão é mais complexa. Afinal, que apelo “revolucionário” poderia ter a demanda pela formalidade dos processos seletivos em uma sociedade acostumada a observar casos, expressivos em si mesmos, de ascensão social de indivíduos ‘sem nome’? A fidalguia, de certo, foi instância importante e opressora na sociedade, mas infixa e permeável, contrastando com a nobreza europeia tradicional (FAORO, 2001; HOLANDA, 1995).

Para Faoro (2001), a estrutura patrimonial perpassa toda a história brasileira. Diferentemente da estrutura feudal, enrijecida e que não suporta o impacto das forças do capitalismo moderno, a estrutura patrimonial é flexível, capaz de se adequar, mediada pelo Estado, “com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia” (FAORO, 2001, p. 871). A própria “formação de uma comunidade burocrática, agora mais marcadamente burocrática que aristocrática, [continua] de caráter estamental, superior e árbitro das classes” (FAORO, 2001, p. 870).

De sua perspectiva culturalista, Holanda (1995) contribui para essa discussão. Inclusive permite matizar o foco institucionalista de Faoro (2001), quando este afirma, por exemplo, que todas as formas de classificação social se dão em função da administração pública e que o Estado brasileiro é o grande tutor da sociedade. Com Holanda (1995) é possível compreender como há uma cultura personalista que se transmite e reproduz na sociedade e que dá forma às instituições sociais. Assim, vê-se que existe também um movimento de instrumentalização das estruturas estatais para os fins das elites brasileiras, as quais utilizam aquelas para garantir suas posições de privilégio social (algo que será mais bem trabalhado por F. Fernandes [2006] conforme se verá). Esse movimento de

instrumentalização está na base do caráter demiurgo do Estado brasileiro, pois o mesmo passa a ser utilizado para a consecução dos fins, interesses e ideais privados dos grupos que buscam instrumentalizá-lo.

A cultura do personalismo brasileiro, para Holanda (1995), cultiva as personalidades como entes insubmissos a qualquer ordem exterior. Daí dizer o autor que, em terra de barões, um acordo coletivo durável será improvável. É bem conhecida sua tese sobre a cordialidade das relações sociais no Brasil. Povo que age afetivamente, respeitando aquelas personalidades tão insubmissas. Quem vê nisso pura passividade engana-se, pois consequência de relações estabelecidas sob o princípio do afeto é sua extrema violência quando o elo se encontra roto. Para o autor, isso confere um caráter anárquico à vida social brasileira, que, ao mesmo tempo em que questiona a hierarquia (entre personalidades), faz dela um jogo de cooptação e autocracia no exercício do poder²⁴.

Autor preocupado com a formação da cidadania brasileira, e, por isso, da autonomia política, e não personalista, dos indivíduos, Holanda (1995) foi um grande crítico dos mecanismos de violência com que se reproduzem os particularismos que dominam a vida social brasileira. Violência essa obnubilada pelo aparente “humanismo” do respeito personalista, da prestância que cobra a adesão aos mesmos valores e ao consenso arbitrário. Violência que, quando explícita, se faz plena de justificações, como virtuosa erradicação do dissidente, do rival, enfim, do mal.

Do ponto de vista cultural é a insubmissão das personalidades que fundamenta o reconhecimento do desempenho diferencial nas sociedades de tradição ibérica. O ponto de vista de Faoro (2001) é institucional, e o mesmo vê o Estado como o grande aglutinador e coordenador dos interesses e atividades que se dão na vida social. Para Holanda (1995), o familismo das relações entre “barões” transpõe-se ao âmbito do Estado, fazendo deste âmbito reprodução das personalidades insubmissas que se encontram na vida civil. As perspectivas não são contraditórias, mas se complementam.

24 Manuel Bandeira expressa muito bem essa antinomia da personalidade brasileira em seu poema “Anjo da Guarda”: “Quando minha irmã morreu, / (Devia ter sido assim) / Um anjo moreno, violento e bom, / --- brasileiro / Veio ficar ao pé de mim. / O meu anjo da guarda sorriu / E voltou para junto do Senhor.” Vê-se aí uma personalidade ideal, violenta e boa, onde estes termos não se contradizem, não se excluem, mas se articulam, sendo tal antinomia a própria expressão de sua concretude e peculiaridade brasileira. Em conversa com o professor Renato, consideramos que o poema certamente tem algo a ver com a dinâmica entre o padrão de irracionalidade que manda de volta “para junto do Senhor” o “anjo da guarda” da tradição universalista, pois a realidade brasileira não a comporta.

A cultura personalista, tão bem analisada e esmiuçada por Holanda (1995), contribuiu para a construção de mecanismos de reconhecimento do desempenho diferencial de capacidades nas sociedades de tradição luso-brasileiras. Mas o Estado patrimonial centralizado, discutido por Faoro (2001), garantiu que esses mecanismos se institucionalizassem, tornando-se elementos perenes e estáveis na vida social brasileira. A personalidade insubmissa, fazendo evidente, como coloca Holanda (1995), a irracionalidade específica de uma estrutura hierárquica baseada em privilégios tradicionais, não tem necessariamente de se desdobrar em mecanismos rotinizados de reconhecimento do desempenho diferencial. A instituição do Estado, sendo utilizada por grupos para comandar a economia capitalista em seu benefício, é aí fundamental.

Desse modo, ao longo da história, as instituições brasileiras formalizaram os procedimentos próprios ao domínio particularista dos grupos hegemônicos no Brasil, moldando e adequando os valores racionalizados das instituições da modernidade, como o Estado e o mercado capitalista modernos, à seleção e ao reconhecimento social de indivíduos habilitados, mas adeptos dos e coniventes com os valores tradicionais. Entendendo os princípios de ação da modernidade como aqueles tendentes à universalização, seu monopólio por grupos particulares não se faz sem justificações e, conseqüentemente, negando sua universalidade. É assim que no Brasil a racionalização institucional obedeceu à adequação e ao predomínio do particular sobre o universal, criando para tanto mecanismos formais de seleção e adaptação particularistas.

Ponto fundamental dessa discussão é apontar para as circunstâncias históricas e posições sociais que levaram aos agentes sociais manterem seu horizonte cultural convencional. Pensado sob os parâmetros da racionalização das visões de mundo, ainda que a realidade empírico-material confronte essa moral convencional, por estas estarem já articuladas a uma estrutura social parcialmente racionalizada, elas tem a capacidade de controlar e selecionar os aspectos institucionais convenientes à manutenção dos privilégios sociais. Nesse contexto, toma-se a plena impessoalização, a abstração e a universalização dos princípios de ação como um perigo a ser combatido, perigo este associado à ausência de moralidade. O tensionamento das visões de mundo convencionais, portanto, não chega ao ponto de as fazerem valorizar positivamente uma ação racional com relação a fins.

Poderiam argumentar que mesmo diante dessas circunstâncias históricas, a racionalização social moldada por uma cultura não-racionalizada chegaria a um ponto limite

em que a própria cultura teria necessariamente de se racionalizar por pressão estrutural. O próprio Holanda (1995) parece aderir a esse argumento quando demonstra certo otimismo com relação aos processos de urbanização e racionalização societária. E é inegável que a formalização de procedimentos institucionais realmente se impôs em muitas das instâncias da vida social.

Mas isso não é o mesmo que a universalização da noção de cidadania. Pelo contrário, historicamente procedimentos formais, no Brasil, foram compatibilizados com a reprodução de formas de dominação particularistas de uns grupos sobre os outros. E nisso, a arguta análise de Holanda (1995) acerca da construção social da violência e dos mecanismos particularistas que fundamentam a vida social brasileira permanecem como contribuições analíticas preciosas.

O argumento da pressão estrutural sobre uma cultura não racionalizada se baseia em um pressuposto do qual esta tese não partilha. Se uma visão de mundo convencional está articulada de tal modo a estruturas sociais que os agentes sociais conseguem seletivamente racionalizar, filtrando os elementos que colocam em risco seu status social, esse processo pode correr indefinidamente. Em determinadas circunstâncias pode ser interessante exercer uma pressão de sentido modernizante, em outros pode interessar mais restringir os espaços do privilégio social, inclusive relativos a aspectos institucionais que já haviam sido racionalizados para atender demandas particulares, mas que agora parecem demasiado amplos e flexíveis, colocando em risco o status de grupos sociais em presença. Veja-se que, no caso brasileiro, o problema de explicar os fenômenos que contrariam a visão de mundo moral aceita não tensiona propriamente os princípios desse horizonte cultural em direção à sua abstração. Antes, se negam e se distorcem (na tentativa de anulá-los) os processos que abalam a estabilidade do status social que se quer preservar.

A preocupação histórica e concreta sempre foi, portanto, a preservação dos privilégios sociais e não os valores que a sustentam especificamente – podendo estes ser moldados ao sabor das conveniências materiais. Como se viu com a discussão weberiana, manter o horizonte convencional a despeito da sua irracionalidade implica instrumentalizar os próprios princípios e preferir o que é socialmente aceito a agir com vistas à liberdade, ou melhor, com vistas a fundar um princípio no mundo.

É possível ver esse processo em perspectiva histórica, e entender como os particularismos da vida social brasileira se perpetuaram, adaptando-se. Para isso, recorre-se à discussão de F. Fernandes (2006) sobre a revolução burguesa no Brasil.

É ponto pacífico entre os intérpretes do Brasil que os processos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico no país não são resultados da ação de grupos e classes sociais com uma agenda social construtiva, mas conservadora. A existência ou a inexistência de uma Revolução Burguesa no Brasil ocupou um campo intelectual expressivo e, aderindo ou não a conceitos marxistas, diversos autores se propuseram a pensar sobre as causas e o sentido das transformações do capitalismo brasileiro; se este regime econômico, e o regime político que lhe dá sustentação, seriam ou não capazes de trazer desenvolvimento (econômico e social) para a sociedade nacional (PRADO Jr., 1973; FAORO, 2001; FURTADO, 2007; FERNANDES, 2006; PEDROSA, 1966; CARDOSO, 1978; IANNI, 1989).

Muito se discutiu sobre quais os grupos e classes sociais que estiveram na base da agenda da modernização brasileira. Ainda que, também aqui, a burguesia ‘tenha chegado ao poder’, o processo foi lento e gradual, sem implicar num processo de ruptura. Sem um passado feudal contra o qual tivesse de lutar, a dominação ‘burguesa’ esteve mais ligada, no Brasil, à formação de uma mentalidade e consciência burguesas entre as classes e grupos dominantes, ou à adesão aos móveis do comportamento capitalista, diria Fernandes (2006). É claro que houve lutas e disputas entre classes, mas os padrões de dominação, nos quais os indivíduos se socializaram, fincaram suas raízes em setores atrasados da economia, acostumados à autocracia de seu domínio, baseado em métodos violentos. Por essa razão, os agentes das transformações do capitalismo brasileiro estiveram pouco interessados em uma efetiva mudança das estruturas sociais, marcadas por uma separação profunda entre estratos sociais, um padrão autocrático de dominação, resultando em alta concentração de bens, serviços e direitos entre os estratos dominantes (FERNANDES, 2006).

Segundo F. Fernandes (2006), é com uma estrutura colonial que no Brasil se introduz o modo de produção capitalista. O autor dá grande importância à independência do Brasil em relação a Portugal, pois ela marca a transição da ordem senhorial escravocrata (o antigo regime brasileiro) para uma ordem social competitiva (a ordem capitalista moderna). O paralelo é claro com as discussões clássicas sobre a Revolução Burguesa europeia, em que a ascendente classe burguesa constrói uma nova ordem social sobre os destroços do

feudalismo. No Brasil não houve feudalismo, mas uma ordem senhorial escravocrata, arcaica em muitos aspectos, apesar de expansionista (sob a tutela do Império Português) e inovadora nas técnicas de navegação marítima e de administração de um Império global. Com a independência, assumem o controle político as elites brasileiras, muitas vezes compostas por portugueses nascidos no Brasil, educados em Coimbra, mas agora pertencentes a uma nação independente. E Portugal perde seu papel de metrópole, legando a forma de dominação patrimonialista e os mores de uma ordem senhorial escravocrata para a recém-nascida sociedade nacional.

Com a abertura dos portos ao comércio estrangeiro, do mercado interno brasileiro ao restante do mundo e o controle político de decisões econômicas em mãos nacionais, e não mais mediadas por uma metrópole, forma-se um mercado interno diferenciado e integrado em bases capitalistas antes que a ordem social que lhe é própria tenha se constituído. A distância com relação ao modelo europeu não poderia ser maior. Sendo assim, pergunta-se, poderiam se formar aqui as mesmas estruturas motivacionais, as mesmas instituições, os mesmos valores e sistemas simbólicos? Não. Mercado e Estado modernos e a ordem social que a eles estão associados no tipo de desenvolvimento europeu foram adaptados à estrutura senhorial escravocrata que vigeu no Brasil desde o século XVI até o XIX. Não foram importados, implantados para então saírem, qual avalanche, arrastando toda a velha ordem consigo, fazendo chegar aqui também valores universais, o racionalismo econômico, a meritocracia e o julgamento moral centrado na dignidade de toda pessoa humana. Como mostra F. Fernandes (2006), esses princípios foram sim incorporados pela sociedade brasileira, mas tidos como privilégios dos estratos dominantes, e para isso tiveram de ser deformados.

F. Fernandes (2006), ao abordar o caráter do capitalismo brasileiro, quer explicar por que a revolução burguesa aqui desembocou em um capitalismo dependente, e não em uma economia nacional autônoma. Um dos fatores explicativos centrais são os estratos sociais que conduziram a formação da ordem competitiva. Não houve aqui burguesia revolucionária, mas a própria aristocracia agrária, em determinado momento histórico incorporou os móveis do comportamento capitalista, um processo difícil de adoção do estilo burguês de vida pelas mesmas elites da antiga ordem. Essa transição durou o século XIX, até o fim da escravatura. Logo, a elite dominante da velha ordem transmutou-se em

elite da nova ordem, o que tem consequências fundamentais para o tipo de capitalismo que se instaurou aqui.

Por isso a desintegração da ordem senhorial e escravocrata não ocorreu sem antes deixar suas marcas: a dominação patrimonialista integrou-se ao processo de independência política em relação à Metrópole, e a autoridade patrimonial da Colônia transpôs-se como poder político do país independente através da burocratização dos estamentos superiores da sociedade, estruturando a eficaz forma de dominação patrimonialista burocrática (F. FERNANDES, 2006).

Essa formação conferiu às disputas políticas do país independente características tradicionais, que neutralizavam os elementos competitivos, ao assentar obrigações sociais decorrentes dos privilégios estamentais, “mantendo ênfase na cooperação e formas autocráticas de solidariedade” (F. FERNANDES, 2006, p. 152). Com a desintegração da ordem senhorial escravocrata propriamente dita, após 1888, a dominação senhorial, baseada em formas autocráticas de solidariedade, estruturou-se em domínio oligárquico. Isso foi possível ao se restringirem os focos de tensão entre os estratos privilegiados da sociedade, mesmo em períodos de mudança política e econômica, sob a tutela de um Estado centralizador e de uma forma de dominação patrimonialista-burocrática.

Para F. Fernandes (2006), entre a independência, em 1822, e a abolição da escravatura, em 1888, as elites buscavam se afirmar como estratos senhoriais, mesmo que a produção econômica fosse já mercantilizada, tanto na fazenda como no comércio e nas indústrias artesanais de bens de consumo dos centros urbanos. O autor fala de uma névoa tradicionalista que pairava entre os estamentos dominantes – compostos tanto pelas famílias da aristocracia agrária, como pelos setores intermediários, membros de famílias tradicionais, pertencentes aos primeiros círculos de relações das famílias aristocráticas. Essa névoa permitia o tratamento igual entre esses dois estratos da sociedade, parte das elites. No entanto, tratava-se de uma igualdade fictícia, pois os estratos intermediários, geralmente responsáveis pelos negócios aduaneiros, comércio de atacado e pelas posições-chave na administração pública, deviam lealdade ao código de honra tradicionalista, pois deviam em grande parte à aristocracia a sua manutenção em tais posições. Paradoxalmente, foram eles, que nunca foram os mais privilegiados dentro de ordem senhorial, os mais presos e árduos defensores desse *status quo*, pois seu status social dependia muito mais fortemente da vigência e estabilidade da antiga ordem, de seus valores e favores. Assim, o interesse pela

preservação dessa ordem era muito mais forte entre os estratos intermediários que entre a aristocracia propriamente, que tinha a possibilidade de mobilizar com mais flexibilidade as decisões políticas e econômicas a seu favor, dependendo das circunstâncias tanto nacionais como estrangeiras. Por isso, diz F. Fernandes (2006, p. 192-3), esses estratos intermediários estiveram presos à

obscura missão histórica, de fiadores da perpetuação crônica do 'poder conservador' e dos privilégios estamentais mais odiosos, que sobreviveram ao desaparecimento histórico tanto da sociedade colonial quanto da sociedade imperial.

Esse quadro trouxe consigo uma característica central da modernização brasileira. Os estratos intermediários, excluídos das posições diretamente privilegiadas, lutavam para garantir seu nível social. São forças, portanto, que não pretendem inovar o marco das instituições sociais, que lhes subjugam a uma posição subalterna, mas galgar posições vantajosas dentro dessa mesma ordem. Estes grupos exercem uma pressão sobre os privilégios das elites que, para Fernandes (2006), é determinante na modernização política e legislativa do Estado brasileiro. A pressão conservadora que estes grupos exercem não se desdobra na construção (direta) de atividades econômicas inovadoras. Ela se apoia e é absorvida pelo aparelho do Estado, que sofre as inovações sociais e institucionais decorrentes, mas se orienta à ampliação dos setores sociais privilegiados (ou à sua substituição). A modernização das instituições brasileiras é, portanto, decorrente de uma ação social fundada em uma ética conservadora e tradicionalista. Este padrão de racionalização das estruturas do Estado foi amplamente ressaltado no caso da revolução de 1930 por Fausto (1969) e Cardoso (1978).

Após a abolição da escravatura é que a elite brasileira passa a conceber uma identidade burguesa, embora de maneira a manter seu status privilegiado. Os privilégios estamentais não foram questionados juntamente com seu substrato material, o escravismo. Dessa forma, o autor assegura que as noções de “iniciativa privada” e “propriedade privada” foram tomadas como privilégios dos estratos dominantes. A categoria que se forma na verdade é a do privatismo econômico, como diz F. Fernandes (2006), ou seja, a iniciativa privada objetivada a partir de critérios estamentais.

Os senhores do setor agrícola, através de sua posição-chave na sociedade nacional, manipulavam a organização interna em função da pressão que recebiam do

mercado externo. O desdobramento era uma competição representada e praticada socialmente de modo deformado, para evitar que as relações impessoais, preconizadas pelo funcionamento ideal do mercado capitalista, suprimissem as classificações estamentais dos agentes da troca mercantil. F. Fernandes (2006, p. 155, grifo no original) explica que

Na visão do mundo do senhor, o realismo econômico conduzia não a uma percepção secularizada e ‘racional’ da competição, vista em termos do equilíbrio dinâmico do mercado, mas a uma compreensão cataclísmica das forças econômicas.

As elites, portanto, controlavam de perto os processos de expansão do mercado interno, da divisão social do trabalho e, por consequência, da individuação social, já que “o individualismo se confundia com a exaltação da anarquia e com o descalabro da ‘vida civilizada’” (F. FERNANDES, 2006, p. 166). Trata-se daquela postura ético-religiosa diante do impessoalismo econômico que o considera como um dado “lamentável” da vida, de que fala Weber (2004), pois o crente, com a expansão e racionalização da economia, se vê sob a necessidade de tratar crentes e não-crentes (irmãos e “inimigos”) da mesma maneira. Mas no Brasil, como mostra F. Fernandes (2006, p. 172), o racionalismo econômico não foi aceito como um dado lamentável, foi antes contido nos limites do equilíbrio social da sociedade estamental, pois sua expansão significaria uma ameaça à ordem, podendo tornar-se “fonte de classificação econômica e social destruindo, por sua existência, as funções classificadoras da ordem [...] senhorial”.

A conservação desta ordem burocrático-estamental se fez dentro das possibilidades dos grupos interessados, e, nas palavras de F. Fernandes (2006), a extinção da ordem escravocrata e senhorial não foi acompanhada pela de seu substrato social e político, a distribuição oligárquica do poder. Assim F. Fernandes (2006, p. 176, grifos no original) afirma que “só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, uma descolonização mínima com uma modernização máxima”.

A posição chave do senhor era utilizada para evitar os riscos da atividade econômica. Fazendo da livre iniciativa e da empresa privada privilégios estamentais, estas eram asseguradas acima de qualquer racionalidade dos processos econômicos. A inserção da sociedade no mercado global implicava uma pressão racionalizadora, absorvida pelas elites através dos repasses de seus prejuízos a toda população, evitando com isso os riscos inerentes às suas atividades econômicas. A ordem competitiva, portanto, não teve função

distributiva na economia e tampouco na política. Ela representou antes “o meio pelo qual a sociedade protegia, através da posição do seu agente econômico privilegiado, a sua única fonte básica de produção e de incremento de riquezas” (FERNANDES, 2006, p. 156).

Cabe ainda ressaltar a herança do regime colonial nas relações de trabalho. Uma herança bastante arraigada devido à instituição da escravatura. O regime escravocrata fez do trabalho signo da perda da dignidade social e da liberdade. Tal condição colocou um entrave à mercantilização do trabalho, já que a mercadoria era o próprio escravo, e a dissociação do trabalhador de sua força de trabalho custou a se efetivar mesmo com o fim da escravidão. Mesmo com o avanço da mercantilização, o objeto das relações de trabalho permaneceu a pessoa do trabalhador, o que faz perpetuar “o tradicionalismo e o patrimonialismo através da secularização da cultura” (FERNANDES, 2006, p. 195).

Esse é mais um fator na história do país que se agrega à formação da sociedade nacional. A dificuldade em objetivar as relações que se dão fora da esfera privada, como no caso da compra de força de trabalho através do mercado capitalista, se oferece como obstáculo à consideração ética do indivíduo enquanto tal. A experiência de se comprar o trabalhador, e não apenas sua força de trabalho, coloca como móvel desta relação uma obrigação personalizada e subjetiva entre as partes. O indivíduo que vende suas horas de trabalho nesse contexto não estabelece uma relação impessoal com o comprador, na qual mantém sua dignidade ao cultivar seus anseios pessoais independentemente desta relação, mas cria um vínculo em que a própria pessoa se coloca a serviço do empregador. Isso tudo sob a percepção de se evitar a “frieza” das relações objetivadas, seu caráter despersonalizado, como se fossem signos de ausência de moralidade. O que ocorre de fato é que o horizonte tradicionalista não se comporta o racionalismo econômico como fenômeno de massa, mas reage a ele seletivamente e filtra os aspectos da modernização institucional da economia nacional. Do ponto de vista dessa moralidade tradicional, o caráter impessoal das relações de comércio é próprio às relações não reconhecidas eticamente, ou seja, é-se impessoal com quem não se identifica, com quem não se compartilha dos valores morais particulares. Nesse sentido, a relação econômica racional aparece como relação entre inimigos. Como disse Weber (1964), o mercado econômico massificado necessitou que os agentes sociais passassem não apenas a aceitá-lo, mas a valorizá-lo positivamente. É preciso interiorizar o respeito universal e impessoal a todo indivíduo com quem se relaciona economicamente. Essa disposição é incompatível com uma estrutura patrimonialista de

personalidade baseada em formas autocráticas de solidariedade assim como em uma ideia de liberdade consentida.

Com o fim da escravatura e início da imigração no período da República, que antecede à “Revolução de 1930”, a situação no Brasil se altera e se inicia o assentamento de comportamentos operários entre os trabalhadores. Entretanto, enquanto grupo social, os trabalhadores permaneceram destituídos de poder e força social capazes de influenciar as questões públicas. Segundo Fernandes (2006), a dominação senhorial, que se converteu em dominação oligárquica, exercia um controle conservador na sociedade através do poder autocrático das elites. Somente a luta política que se travou contra essa dominação conservadora (mesmo que sem intentar subvertê-la por completo) é que minou o caráter negativo da socialização pelo trabalho. A “Revolução de 1930” será um marco no acirramento destas disputas políticas. Mas ainda sobre a década de 1960, o autor (FERNANDES, 2006, p. 233) observa que “a dimensão humana do trabalho bem como a 'paz social' são figuras retóricas (...) e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar.”

F. Fernandes (2006, p. 167) discute, portanto, como o horizonte cultural orienta o comportamento econômico dos agentes históricos brasileiros, responsáveis pela formação da sociedade nacional a partir de 1822. Para o autor, ao buscar o privilégio na nova ordem social competitiva, os agentes da transformação da antiga ordem senhorial escravocrata consolidaram um capitalismo dependente, baseado na deformação dos valores e princípios que são próprios ao mercado e Estado modernos na sua estruturação ocidental original.

Observa-se como a formação histórica dos sistemas sociais de personalidade evitou uma estrutura de reconhecimento baseado nas competências individuais e apelou à manutenção de privilégios. São estruturas motivacionais que se organizam em torno de procedimentos não-racionalizados, ou seja, pouco abstratos e, portanto, resistentes à universalização. Tais personalidades controlam e moldam as mudanças operadas no nível societário. O que é possível e eficaz a partir do momento que tanto subsistema econômico como administrativo são tidos como espaços exclusivos destinados aos estratos dominantes da sociedade nacional. Tais estratos são compostos em parte por aqueles ligados à produção agrária, setor econômico nodal controlado pelas famílias aristocráticas / oligárquicas, em parte pelos setores intermediários da sociedade que assumem o controle das posições chaves

na administração pública como prebendas concedidas pelo Estado via influência das personalidades senhoriais. Essa foi a realidade de todo século XIX e início do XX.

No fim do século XIX, por exemplo, com o sistema axiológico da ordem senhorial sendo confrontado, as tensões decorrentes da tentativa de se consolidar uma sociedade nacional focaram-se no debate sobre a abolição da escravatura. De um lado estavam aqueles que a apoiavam e queriam sua continuidade, de outro aqueles que queriam sua extinção. Mas, diz F. Fernandes (2006), a escravatura foi o foco exclusivo dessa tensão por se tratar de uma sociedade estamental, pois a verdadeira inconsistência para a sociedade nacional em formação era o status do cidadão. Afinal, como formar uma sociedade nacional “dada a existência não só de escravos e de libertos, mas também de 'homens livres' sistematicamente banidos da ordem legal?” (FERNANDES, 2006, p. 194).

O início da modernidade no Brasil, segundo F. Fernandes (2006), se dá com o fim do Império e o início da República. Uma transição que durou praticamente 30 anos (desde o fim da escravatura até as inquietações da década de 1920) separando a era senhorial, que o autor denomina de “antigo regime”, da era burguesa, uma sociedade de classes.

Essa transição não significou o fim do domínio oligárquico. A nascente burguesia brasileira foi socializada entre as oligarquias e logo convergiu para o Estado, unificando-se politicamente nele. As práticas oligárquicas, como o mandonismo desse grupo, reproduziam-se nesse meio social. O burguês, que, por vezes repelia tal mandonismo por interesses feridos, punha-o em prática em suas relações sociais, “já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana” (F. FERNANDES, 2006, p. 241).

A consequência é que a burguesia não assume o papel de 'paladina da civilização' ou 'instrumento da modernidade'. Antes, ela tira proveito de tudo que lhe fosse vantajoso, como os tempos desiguais e a heterogeneidade da sociedade brasileira. Sendo assim, essa classe não se interessou pela modernização, que caminhava a seu despeito em decorrência da abolição e da universalização do trabalho livre nas zonas de expansão econômica e urbanização. Seu maior interesse político, na verdade, foi em amortecer e controlar a mudança social.

A modernização assim se circunscrevia ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica. Valores e princípios democráticos eram aventados, mas como adorno, objetos de ostentação e símbolos inócuos da modernidade. No entanto, tão

logo outros grupos sociais cobravam a identificação simbólica com tais ideais, a burguesia reagia de maneira reacionária e conservadora, “dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico” (F. FERNANDES, 2006, p. 242).

A oligarquia encabeçou a transição para o Brasil moderno, pois só ela possuía poder em toda extensão territorial do país e só ela podia oferecer aos novos grupos sociais aspirantes à hegemonia, a maior segurança possível na passagem do mundo pré-capitalista para o mundo capitalista, prevenindo a racionalização social da economia, “a dissolução da propriedade ou o desgoverno da sociedade” (F. FERNANDES, 2006, p. 247). Assim, ela manteve sua base de poder e encontrou condições de se modernizar, “onde isso fosse inevitável” (F. FERNANDES, 2006, p. 240).

Havia também uma pressão exterior pela modernização, mas esta se limitava aos valores, técnicas e instituições instrumentais para a formação de uma economia capitalista competitiva satélite, pois ir mais adiante colocava em risco a situação dependente. Tal pressão, portanto, morria antes de se tornar fermento revolucionário. Assim, interesses burgueses internos e externos conciliavam-se e a dominação burguesa aparece como uma fonte de estabilidade econômica e política.

Formava-se por fim uma dominação burguesa associada a procedimentos autocráticos “herdados do passado ou improvisados no presente” (F. FERNANDES, 2006, p. 243). O caráter autocrático do domínio burguês tem dois significados importantes para a constituição de uma economia capitalista moderna. Primeiro, ela derivou de um conflito axiológico fundamental, em que as concepções liberais e republicanas alardeadas entre os estratos dominantes iam somente até o limite de um acordo tácito, entre esses estratos de que a dominação autocrática era imprescindível à manutenção da ordem. Outro foi a pulverização de interesses com a constituição de uma sociedade de classes tanto entre os estratos dominantes quanto entre a população em geral. A pulverização do primeiro grupo foi acomodada na nova ordem, como assunto *intramuros*. Mas aquela relativa ao segundo grupo foi insuportável aos estratos dominantes e a opressão e repressão foram mobilizadas como conter as massas populares e impedir que as mesmas conquistassem qualquer espaço político dentro da ordem. As técnicas, para tanto, variaram entre o mandonismo, o paternalismo, o ritualismo eleitoral e a manipulação dos movimentos populares. Esse segundo elemento que caracteriza a dominação autocrática permite a consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil, permitindo que a oligarquia tradicional

(agrária) e moderna (dos altos negócios comerciais-financeiros e também industriais) plasmasse a mentalidade burguesa e determinasse mesmo o padrão de dominação. Assim, o eixo da Revolução Burguesa no Brasil foi a repressão das classes assalariadas.

Apesar de todas as dificuldades da burguesia brasileira em formar um capitalismo em condições adversas, F. Fernandes (2006) rejeita a ideia de que fosse uma classe historicamente incapaz e débil, pois

ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva, a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente (F. FERNANDES, 2006, p. 251).

Para F. Fernandes (2006), qualquer ideal de revolução nacional democrático-burguesa morreu com o início da formação monopolista do capitalismo brasileiro, que se deu a partir de 1930. Nesse novo capítulo da sociedade brasileira, como chama o autor, o passado se repete e o privilegiamento do principal agente econômico, social e político sustentará toda uma nova evolução. O que muda é a aceitação da ideia de uma revolução de cima pra baixo, recorrente nesse período até sua culminância em 1964. A burguesia brasileira atingiu sua maturidade sob essa nova fase do capitalismo, em que a dominação externa recrudescer e aumentaram a desigualdade social e a intensidade do subdesenvolvimento. Por fim, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se.

O golpe militar significou um afunilamento dos grupos no poder. A instabilidade política e institucional que o precedeu acentuou as tensões entre os grupos em disputa em um ambiente que enfrentava grandes dificuldades de estabelecer um pacto democrático entre as partes. Círculos restritos das elites e os militares venceram na tentativa de assimilar a pressão externa do capitalismo global, que se expandia para garantir os níveis de rendimento até então característicos da fase de ouro nos países centrais. Ao absorver essa pressão de modo autocrático na política interna, esses grupos garantiram que o centro das decisões políticas sobre a economia interna se mantivesse em mãos nacionais. O procedimento para tanto foi uma revolução de cima pra baixo com base na autocracia das elites, como afirma Florestan Fernandes (2006). Revolução essa considerada nos limites da ordem vigente, expressando-se principalmente em projetos de modernização social, centrada no aprofundamento de uma racionalidade instrumental seletiva.

Para dar conta dessa modernização conservadora, Rezende (2001) mostra como a ditadura foi perpassada pela tentativa de seus idealizadores e governantes assimilarem seu governo às ‘verdadeiras’ aspirações populares, com seus ideais tradicionais, familiares e ordeiros. A autora contesta a tese de que o regime militar se valeu de uma legitimidade tecnocrática, baseada em argumentos técnicos e crescimento econômico, levando a uma pacificação da sociedade civil com base em uma administração científica da vida social. Esta é a perspectiva de Morel (1979), corrente na literatura brasileira sobre ciência e tecnologia nesse período. Rezende (2001) mostra, ao contrário, que as tentativas de legitimação do regime militar passaram pela utilização de técnicas psicossociais de convencimento, tentando associar os valores e normas do regime, e de seus grupos dominantes, com os valores e normas tradicionalmente aceitos pela sociedade. Diz Rezende (2001) que quando essa associação e assimilação não fossem imediatas e evidentes, na perspectiva dos grupos dominantes, estes se incumbiam de criá-las através da propaganda, de intervenções nas escolas, da censura nos meios de comunicação, da limitação da discussão pública e da imprensa, até a supressão dos direitos políticos e civis.

Não houve, portanto, racionalização cultural. Novamente, a modernização societária se faz sob visões de mundo não-racionalizadas, em que a avaliação moral divide setores da sociedade considerados bons, verdadeiros, ordeiros, de bem, e setores considerados terroristas, malfeitores, vagabundos, criminosos. Durante a ditadura, claro, isso se agudizou, pois mesmo setores da elite passaram a estar fora dos centros de poder sob a justificativa da ideologia da Segurança Nacional, que apontava como inimigos da nação setores internos a ela, enquadrando aí qualquer atividade crítica e/ou questionadora do regime. A racionalização do sistema do ES brasileiro se fez, portanto, sob o mesmo horizonte, o que não permite, no entanto, argumentar em favor de uma dominação tecnocrática durante o regime militar. Esse ponto será aprofundado na seção seguinte.

Desde a década de 1980 o Brasil fez a transição para um regime democrático, controlada a partir de cima de maneira “lenta, gradual e segura”, conforme a consigna de um dos seus principais estrategistas públicos. Oliveira (1997) analisa muito bem esse período de transição, permitindo a compreensão do processo e de como a sociedade brasileira fugiu à constituição de uma democracia que legitimasse o debate público como elo entre os interesses privados e a política, ou seja, fugiu à constituição de uma esfera pública.

Segundo Oliveira (1997, p. 363), a transição democrática caracterizou-se por uma recusa à definição de um pacto social racional como base de reconstrução do Estado, ou seja, “da política segundo normas democráticas”²⁵. Mas essa recusa partiu não apenas das elites civis e militares, como também das associações civis e organizações políticas que lutavam por uma sociedade democrática. As elites prenderam-se na concepção, de longa tradição no Brasil, de que a sociedade não tem a consistência necessária para realizar demandas políticas racionais, justificando assim suas manobras para restringir o espaço de negociação política à participação das próprias elites. As organizações civis, por sua vez, desenvolveram uma estratégia de radicalização das demandas sociais e econômicas que na sua confrontação com o Estado autoritário e sem uma cultura democrática que lhes assegurasse um sentido, levaram a uma recusa utópica da política como tal.

Assim, a transição não ocorreu por um esgotamento da ditadura, mas por um ato de vontade de seus próprios chefes. Em um momento de relativa estabilidade do regime, decidiu-se construir um modelo de dominação que reintegrasse aqueles setores das elites excluídos do poder pelo golpe de Estado, mantendo, outrossim, a essência do poder posto em prática pelos militares. Da parte das elites, a transição foi marcada pela incorporação dos princípios do liberalismo político e do Estado de Direito, mas ignorando a necessidade de um espaço público que trouxesse para o centro do debate sobre os interesses nacionais a sociedade em seu conjunto. Essa restrição do debate ao pequeno círculo de interesses das elites brasileiras, Oliveira (2006) denominou de liberalismo oligárquico, marca de política pós-ditadura.

A falta de um espaço público fez da política uma projeção imediata dos interesses privados de diferentes grupos de proprietários, tal como definidos no domínio da economia. A própria oposição institucionalizada teve dificuldade em questionar o pressuposto da incapacidade da sociedade brasileira em lidar com procedimentos políticos democráticos. O Congresso Nacional tornou-se então “o terreno privilegiado de conflitos e negociações entre a ditadura e sua oposição”²⁶ (OLIVEIRA, 1997, p. 367), fazendo da autonomia em relação à sociedade um componente seu essencial.

25 Tradução livre de: du politique, selon les normes démocratiques.”

26 Tadução livre de: le terrain privilégié des affrontements et des négociations entre la dictature et son opposition.

A consequência disso foi um processo de diferenciação e de organização de várias instâncias da sociedade civil que desenvolveram uma lógica de oposição ao Estado no seio do processo de transição. A luta pela democracia aparecia para essas organizações como uma rejeição da política, das instituições e das personalidades que as representavam. Oliveira (1997) cita quatro agentes sociais no coração dos acontecimentos que caracterizaram, do lado da sociedade civil, a transição: a Ordem dos Advogados do Brasil, A Igreja Católica, a Associação Brasileira de Imprensa e os sindicatos, hegemonizados, estes, pelo sindicalismo praticado no ABC paulista.

A OAB em seu papel dúbio de estar associada ao regime em seus altos escalões, mas também de fazer sua crítica, limitou-se a atuar em prol dos direitos humanos, na perspectiva defensiva de defesa dos presos políticos e das garantias das prerrogativas institucionais do exercício da profissão. A ABI representou o liberalismo político clássico se insurgindo contra as tendências autoritárias do regime, principalmente no que dizia respeito à censura à imprensa. A Igreja Católica foi mais a fundo, com suas comunidades eclesiais de base amparadas pela teologia da libertação, enquanto a Conferência Nacional de Bispos do Brasil, que, a despeito de vários de seus membros terem apoiado o Golpe em 1964, desenvolvia uma crescente e sistemática oposição ao regime, com base na concepção cristã da dignidade da pessoa. A teologia da libertação serviu como justificativa para a intervenção da Igreja nos assuntos laicos da nação, com uma perspectiva de que a plenitude do ser humano não pode se realizar somente no Além, mas deve ser objeto do trabalho pastoral também no mundo daqui de baixo. Essa atitude, que baseou a radicalização das comunidades eclesiais de base, estava fundada na perspectiva da autonomia dos grupos sociais em ação, acompanhada da rejeição utópica de qualquer mediação política entre a organização em torno dos interesses econômico-materiais entendidos como “direitos do povo” e o Estado como tal. Do ponto de vista dos seus militantes, “política é alienação”, e a democracia seria a expressão direta dos “interesses organizados da sociedade civil”. Quanto aos sindicalistas, formados numa cultura de clandestinidade em oposição aos sindicatos oficiais “pelegos” em sua íntima relação com o Estado autoritário, erigiram a “independência e autonomia de classe” como sua máxima principal, rejeitando igualmente, por essa via, qualquer ideia de mediação política entre os interesses dos trabalhadores, os patrões e o Estado. Essa máxima, somada à ausência de um espaço público como “teatro de uma genuína vida coletiva”

(OLIVEIRA, 1997, p. 372)²⁷, fez com que os sindicalistas brasileiros acompanhassem as comunidades eclesiais de base na utopia anarquista de uma democracia resultante da rede horizontal da sociedade civil.

Duas questões emergem como essenciais no processo. Na ausência de partidos políticos consolidados, a ação dessas associações da vida civil se circunscribe ao terreno da economia em sentido amplo, procurando impor, pela via de puras relações de força, ações políticas no sentido estritamente administrativo, traduzidas em medidas governamentais de atendimento direto dos seus interesses, fortalecendo, em última análise, a lógica de transformação de conflitos políticos em meras questões administrativas, característica do Estado em sua permanente tensão com os espaços (reais ou virtuais) de formação autônoma de vontades políticas racionais. Segundo, o aspecto negativo de confrontação com o Estado autoritário criou dificuldades para a reflexão positiva sobre os elos necessários entre a sociedade civil e o Estado, deixando as relações sociais reduzidas a seus componentes econômicos. Expressão disso foi a não aceitação, por parte das associações civis, da participação de políticos da oposição institucional nas manifestações populares da época.²⁸

A redução da política institucional a um espaço restrito de negociações de acordos em torno de interesses privados irreduzíveis em si mesmos, secundada por uma ampla mobilização social que, em última análise, exige não mais do que a ampliação do arco de interesses privados aí representados, não permite a formação discursiva de vontades políticas, condição para que os arcaísmos da sociedade brasileira fossem discutidos publicamente. A democracia brasileira, tal como constituída durante a transição do regime militar, não permitiu a expansão do horizonte ético dessa sociedade. As negociações políticas mantiveram-se restritas aos interesses dos grupos dominantes, e aos estratos da população historicamente relegados à condição de subcidadãos abriu-se-lhes a possibilidade de terem suas demandas imediatas atendidas através de intervenções sócio-estatais. Tal o significado dessa democracia. Do ponto de vista ético, cada segmento da sociedade

27 Tradução livre de: théâtre d'une véritable vie collective.

28 Importante lembrar que a negação da política como um todo foi reatualizada, com atos de violência, nas manifestações que ocorreram em junho de 2013. Aos grupos filiados à partidos políticos foi-lhes negada a participação em muitas das manifestações em todo território nacional, provocando uma disputa pela organização das manifestações elas mesmas. 30 anos depois da transição democrática, a mesma negação da política se reatualiza, com diferença que os partidos tomados como alvo foram os da esquerda e esquerda radical.

reproduz, com base em seus interesses particulares, uma moralidade que se sobrepõe ao restante da sociedade, pois disputa com ela o beneficiamento sócio-estatal.

Nas décadas que se seguiram à transição, o liberalismo oligárquico da democracia brasileira se consolidou. Os planos de estabilização monetária, culminando com o Plano Real, significaram a retirada decisiva das questões econômicas da esfera do poder legislativo, colocando-as no âmbito do poder administrativo, controlado de perto pelas elites e seus técnicos. Mesmo com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, que suscitou uma expectativa por mudanças na política brasileira, representou uma adesão da elite operária, “vanguarda da base social do partido e da contestação ao projeto de 'distensão lenta, gradual e segura' do regime militar”, ao código de valores das elites econômicas. Como disse Oliveira (2006), sob o mesmo ideal do conservadorismo oligárquico, esse novo grupo no poder colocou seus interesses particulares na mesma de negociações das estruturas estatais. Para o restante da vida social, radicalizou-se a retórica paternalista e das políticas assistencialistas. Estas medidas sócio-estatais se orientam aos estratos da população que ficaram à margem das “ilhas” de modernização resultante do crescimento econômico das décadas precedentes e que são a base de ascensão política e econômica da elite operária que chegou ao poder.

Pode-se, a partir dessa leitura, identificar os traços genético-estruturais de formação da cultura, das personalidades e instituições brasileiras. O que permite compreender, como se verá a seguir, a formação de um sistema social de personalidade entre uma determinada parcela considerável de cientistas da atualidade.

Toda a passagem da ordem senhorial escravocrata para a ordem capitalista e a entrada do Brasil na modernidade, como discutido, oferece chaves de compreensão à formação das personalidades sociais brasileiras. O caminho brasileiro implicou o controle e modelamento da modernização social por visões de mundo não-racionalizadas. Esse encaixe entre cultura e sociedade (que é mediado pela formação de personalidades) colocou a modernização institucional a serviço da manutenção de posições de privilégio social justificados tradicionalmente. O horizonte cultural da sociedade altera-se para dar conta das mudanças materiais, mas não no sentido da sua racionalização, e sim para garantir uma configuração de privilégio social. É possível, portanto, formar um sistema social de personalidade de orientação cognitivo-instrumental (quando a esfera de atuação assim a demandar, como é o caso da atividade científica e tecnológica), mas com uma estrutura

motivacional particularista, que molda aquela orientação no sentido de concretizar posições distintas e 'relevantes' na sociedade.

A busca pelo status privilegiado evidencia a ausência de um horizonte racionalizado de ação, o que termina por se fixar nas instituições. A classificação por status é comum em todas as sociedades, independentemente do nível de sua racionalização cultural. Ela é, na verdade, um dos mecanismos que impede que a funcionalidade instrumental dos subsistemas de ação racional se imponha como sentido da vida social no seu conjunto. Entretanto, o que se defende aqui é que um status social pode estar ligado à convicção acerca de um princípio abstrato, identificando-se com ele, ou à convicção de que a ordem e as convenções sociais devem ser preservadas. É possível observar um caso ou outro a partir da noção de dever que os sistemas sociais de personalidade mobilizam no seu ambiente específico – se referido a um princípio abstrato, ou às imposições e/ou demandas idealizadas da vida social.

Weber (2004) analisou a modernidade europeia e a racionalização daquela sociedade, buscando seu sentido através de um componente cultural como a reforma protestante, que teria moldado a base de uma ética utilitária, mas também formadora de um ideal universal de autonomia dos sujeitos (HABERMAS, 1990b; 2007; AVRITZER, 2000; LADRIÈRE, 2001). Do mesmo modo é possível extrair do processo de racionalização da sociedade brasileira seus componentes culturais com pensadores da realidade nacional (FERNANDES, 2006; FAORO, 2001; CARDOSO, 1978, FAUSTO, 1969, HOLANDA, 1995), quando se analisa a permanência de formas de estratificação particularistas da sociedade, que incorpora a classificação pelo desempenho, mas que faz dela um caminho de acesso a espaços privilegiados dentro da sociedade.

Como defende Souza (2000), parece particular à racionalização das estruturas societárias no Brasil que se estabeleça uma cisão entre os grupos que monopolizam os valores próprios à modernidade, e aqueles grupos despossuídos desses valores. Só não é possível partilhar com o autor a tese de que a mobilização cindida desses valores os mantém intactos. Esse processo provoca uma deformação e adequação dos próprios valores e normas da modernidade, quando sua base social é a tal ponto cindida. No caso específico do grupo de cientistas analisados, isso se explicita na transformação de uma ética universalista racionalizada em uma noção de dever decorrente do status estamental. Pode-se, no limite, considerar que os conteúdos afirmados são os mesmos, baseados na visão cognitivo-

instrumental que caracteriza a ciência como abordagem do mundo – a diferença é que, no segundo caso, eles servem para reproduzir uma sociedade pré-moderna, o que se manifesta na sua resistência a enxergarem-se como mais um elo no processo desenvolvimento social, equivalente, em valor, a todos os outros.

Compreende-se, com essa discussão, o ambiente no qual os cientistas brasileiros foram socializados e como formaram um sistema de personalidade que molda uma justificativa peculiar de sua atividade profissional, analisada mais adiante. Adiantando alguns apontamentos sobre essa análise, vê-se que o cientista brasileiro, apesar de a vida social ter superado (desde a constituição da ordem capitalista monopolista a partir de 1930), em boa medida, as formas de classificação estamentais (o que não eliminou a autocracia e particularismo das suas formas de dominação), desenvolve uma moral de status tradicional baseada no dever de “levar desenvolvimento à sociedade”. Isso ocorre por duas razões básicas. Uma, pela socialização em um ambiente ético não-racionalizado. Outra, e principalmente, pelo fato de os cientistas constituírem um grupo social negativamente privilegiado, carente de reconhecimento social e cuja atividade carece de legitimidade. Esse grupo responde a isso projetando sua dignidade social no futuro, demandando do Estado reconhecimento e apoio, colocando-se como agentes da modernidade.

A situação de pouca legitimidade da atividade científica no Brasil se expressa no fato de que o senso de dignidade dos grupos de pesquisadores no Brasil se refere ao futuro, ou está além do presente, exatamente nos termos colocados por Max Weber (1982) quando este discutiu os estamentos negativamente privilegiados. Para Weber (1982), os estamentos, ou grupos de status, formam-se com base em uma expectativa positiva ou negativa da honraria, ou seja, de uma qualidade social partilhada pelos membros do grupo. A honra, portanto, está ligada a um estilo de vida reconhecido socialmente. A precipitação desse reconhecimento no grupo e seus membros é o que Weber (1982) denomina dignidade dos grupos de status. Quando se tem um grupo socialmente tolerado, não pelo reconhecimento de seu estilo de vida usurpado (monopolizado), mas por sua indispensabilidade econômica (no caso brasileiro, pensa-se na indispensabilidade da ciência e da tecnologia para as sociedades modernas), tem-se um estamento negativamente privilegiado. A questão é que a honra nesse caso não é reconhecida socialmente, mas o grupo, convicto da sua própria importância, projeta a sua dignidade no futuro.

Pode-se dizer, portanto, que no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, os valores culturais não foram universalizados. Não obstante, a racionalização societária não foi impedida, mas ao contrário, foi intensificada na medida em que pudesse corroborar o horizonte ético não racionalizado através da constituição de espaços sociais privilegiados. A acentuada burocratização da administração pública e suas diversas instâncias, incluído aí o SES brasileiro, são exemplos disso, ainda que no caso do ES, esse privilegiamento seja negativo, pois ilegítimo.

Existe, por fim, uma racionalização institucional com base em visões de mundo não-racionalizadas. Daí a racionalização social ser seletiva e filtrada segundo os interesses dos grupos em presença. Mesmo a pressão modernizante dos estratos sociais negativamente privilegiados se faz alinhada aos valores e procedimentos particularistas que caracterizam a vida social. Esta característica estrutural da sociedade brasileira está na base da formação de uma ética profissional de cariz estamental entre pesquisadores do SES brasileiro.

4 FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS SISTEMAS DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL E DA FINLÂNDIA

É na Alemanha, com efeito, que se opera a grande transformação da universidade, voltando a ser o centro de *busca da verdade*, da investigação e da pesquisa; não o comentário sobre a verdade existente, não o comentário sobre o conhecimento existente, não a exegese, a interpretação e a consolidação desse conhecimento, mas a criação de um conhecimento novo, que inspiraria as culturas nacionais. “*Ensino Superior no Brasil*” de Anísio Teixeira.

Como parte da pesquisa realizada, segue-se uma interpretação histórica da formação da universidade moderna no Brasil e Finlândia. Essa contextualização se faz importante na medida em que o argumento aqui defendido se baseia na visão de que por trás da maneira específica dos cientistas justificarem seu ambiente institucional está o processo de racionalização cultural e social das sociedades analisadas. Será observado, portanto, como os grupos brasileiros e finlandeses, ligados à esfera da produção científica e cultural, desenvolveram-se ao longo da história moderna desses países.

4.1 A Universidade Brasileira e o Processo Histórico de Institucionalização Burocrática

Para Sérgio Buarque de Holanda (1995), as atividades ligadas à ciência no Brasil foram sempre atividades essencialmente livrescas e ostentatórias para aqueles estratos sociais cujos esquemas de classificação social encontravam-se desvinculados de seu desempenho na vida econômica. Nas palavras de Faoro (2001, p. 82), historicamente a ciência é uma atividade voltada para as “escolas e para os letrados e não para a nação, [ou] para suas necessidades materiais”.

Geneticamente, isso está ligado à transplantação do ES à sociedade brasileira enquanto essa ainda vivia uma ordem senhorial escravocrata, e esse nível de educação atendia aos estratos privilegiados da população, que mantinham uma relação negativa com o trabalho, assunto de escravos. O ensino superior surge, portanto, como uma etapa da escolarização exclusiva a determinados grupos sociais. Reflexo de uma vida social cindida, em que o trabalho e a vida econômica, em contraposição ao ócio e à atividade exclusivamente intelectual, são relegados a um plano subvalorizado (F. FERNANDES, 2006; OLIVEIRA et al., 2009).

O Brasil, como colônia portuguesa, não desenvolveu instituições de ensino superior e/ou de pesquisa. As elites eram educadas em Portugal quando queriam expandir sua educação para o nível terciário. Isto era parte de uma política sistemática de Portugal, não permitindo que suas colônias tivessem universidades para que os laços com a metrópole fossem sempre estreitos (TEIXEIRA, 1989). Mas após a vinda da Família Real em 1808 para o Brasil, tornando-o a sede administrativa do Império Português, mais tarde declarado parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o desenvolvimento das suas estruturas societárias foi sentida como necessária. Foi assim que algumas instituições de nível pós-secundário foram criadas, basicamente como escolas profissionais de medicina, engenharia e advocacia, áreas essenciais para o preenchimento das recém-criadas funções administrativas no Brasil (SODRÉ, 1987; FERNANDES, 2004; DURHAM, 1998; 2003; TEIXEIRA, 1989).

Durante o período monárquico, de 1808 a 1889, o nível terciário de educação foi caracterizado pela criação de escolas profissionais e institutos de pesquisa, de maneira dissociada, conforme a necessidade das elites locais e de preenchimento de cargos públicos (DURHAM, 1998; 2003). Entre 1808 e 1810 foram criadas quatro escolas profissionais, a de Cirurgia e Anatomia da Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro), a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio, além da Academia Real Militar (hoje Escola Nacional de Engenharia da UFRJ) (DURHAM, 2003). Nos anos seguintes foram criadas a Escola Imperial de Belas Artes, o Museu Nacional e o Jardim Botânico (TEIXEIRA, 1989).

F. Fernandes (2006) diz que o primeiro quartel do século XIX marcou o ES brasileiro. Para o autor a sociedade brasileira, em processo de nacionalização, adaptou o modelo institucional trazido para cá, segundo as características socioculturais da época. Nesse sentido, o modelo trazido transcendia as necessidades e capacidades sociais, fazendo com que o padrão brasileiro de escola superior fosse apenas resíduo do que fora em Portugal e na Europa, além de lhe submeter a uma utilização precária. Esse processo implicou, nas palavras do autor, três tipos de empobrecimento estrutural-funcional: segmentação; despojamento institucional; empobrecimento funcional.

A segmentação é uma das características mais discutidas sobre o ES brasileiro na literatura. Diz respeito à transposição de faculdades isoladas e não do modelo de universidade portuguesa para cá. Isso se explica tanto pelo interesse de dominação da Coroa,

como pela dispersão demográfica e pela organização estamental da sociedade brasileira. As políticas educacionais nesse contexto foram estreitas e imediatistas, fazendo parecerem as faculdades isoladas um modelo suficiente.

A transplantação do ES para o Brasil esteve ligada a um projeto de modernização controlada que tirou de cena qualquer tentativa de autonomização cultural. Formou-se, então, um ES despojado de suas funções institucionais originais e organizado para intensificar a transplantação cultural e diminuir a distância entre Portugal, Europa e Brasil, alheio aos esforços do século XVIII pela modernização desse nível de ensino em Portugal pelo Marquês de Pombal e também à reforma universitária iniciada na Alemanha no início do século XIX. A transplantação cultural não significou aqui a organização interna do SES através de uma reforma de seu currículo, de seus métodos pedagógicos, ou da implantação de um modelo de instituição investigativa, mas apenas colocar em contato as instituições brasileiras com as europeias para importar os conhecimentos e atividades que lá eram realizados e serem aqui reproduzidos.

Essa modernização controlada empobreceu funcionalmente o ES, pois demandava apenas a formação de um letrado com aptidões gerais e informações básicas para o exercício técnico-profissional. Parte importante da aprendizagem dos estudantes era absorvida em ambientes extraescolares, através de formação complementar na Europa e principalmente no exercício profissional propriamente dito.

Coerentemente, essa análise mostra como o caráter cultural da vida social brasileira moldou a transposição de um modelo institucional criado na Europa e como se dá sua implantação nesse ambiente estranho. F. Fernandes (2006) mostra como a transposição institucional foi orientada na direção da consolidação da ordem social existente, baseada na estratificação interétnica e na dominação patrimonialista dos estamentos senhoriais brasileiros. Mas a análise que o autor faz resume a formação do padrão de ES no Brasil à discussão das faculdades isoladas, que estiveram durante o período colonial e monárquico praticamente restritas às áreas de medicina, engenharia e direito.

Até a proclamação da República, ao todo, foram feitas mais de 20 propostas de criação de universidades no Brasil, porém todas foram rejeitadas e/ou engavetadas. Por trás disso está uma atitude sistemática de controle da atividade cultural em geral e científica em particular no país. A pesquisa científica propriamente dita não encontrou respaldo nas faculdades isoladas, com exceção das faculdades de medicina que, mais tarde (entre o fim do

século XIX e início do XX), contribuíram com a adoção e promoção do método experimental em seus laboratórios (TEIXEIRA, 1989). Sendo assim, aponta-se aqui para o desenvolvimento de institutos de pesquisa científica como fator igualmente importante para a compreensão da institucionalização do modelo de universidade de pesquisa brasileiro. Argumenta-se que a universidade brasileira, institucionalizada sistematicamente somente a partir da década de 1930, resulta do encontro do padrão brasileiro de ES centrado nas faculdades isoladas e dos institutos e organizações voltadas à pesquisa científica criados (a que custos!) durante o período monárquico e início da Primeira República. A universidade de pesquisa brasileira formou-se, portanto, de um lado por escolas profissionais incumbidas da formação dos estratos superiores da sociedade brasileira e seus quadros administrativos e, de outro, por institutos e organizações voltados à pesquisa científica, criados com muita resistência política e social e que, por isso, contou com poucos financiamentos e incentivos. Em meio a esse segundo processo, formaram-se cientistas e pesquisadores compromissados com o desenvolvimento científico, a despeito de seus reveses, e que mais tarde encontrariam um porto seguro em uma institucionalidade vinculada à sociedade tradicional, que foi a reunião das escolas isoladas em universidades. Esse encontro se substanciou na universidade de pesquisa brasileira.

À exceção da adoção do método experimental nas faculdades de medicina, a pesquisa científica só encontrou algum espaço institucional no período monárquico, após a independência do país e não com poucas dificuldades, sobretudo dependendo de relações pessoais entre membros ilustrados do poder executivo e pesquisadores. D. Pedro II foi um entusiasta das ciências, membro da Royal Society, da Academia Russa de Ciências, da Academia Real de Ciências e Artes da Bélgica, da Sociedade Geográfica Americana e da Academia de Ciências da França. Outra figura importante desse período, José Bonifácio de Andrada e Silva, dito “patriarca da Independência”, nomeado tutor de D. Pedro II quando da minoridade deste, foi professor de geologia da Universidade de Coimbra, membro da Academia de Ciências de Lisboa e descobridor de quatro minerais em suas explorações pela Europa. Aparentemente, o Brasil independente contava com uma elite governante pronta e capaz de dar a devida importância à filosofia e às ciências modernas, construindo para tanto um ambiente institucional específico. Mas a realidade foi mais complexa.

De fato, D. Pedro I decretou a criação, em 1827, do Observatório Astronômico, mas o mesmo só foi ser efetivamente inaugurado em 1845. A história dessa

instituição é relatada na obra de Morize (1987), prefaciada por Nelson Werneck Sodré (1987). Do mesmo modo, D. Pedro II criou, como mostra Carvalho (2010), a Escola de Minas de Ouro Preto em 1876, criação esta que já tinha sido decretada 35 anos antes (TEIXEIRA, 1989). Por isso, o período da Independência mostra-se como de grande importância para o entendimento da gênese das instituições de ensino superior brasileiras. O interesse hesitante, e até mesmo omissivo, de D. Pedro II, tanto pelo Observatório como pela Escola de Minas, como relatam Sodré (1987) e Teixeira (1989), é rico em significações.

No caso da Escola de Minas de Ouro Preto, seu reitor, Claude Henri-Gorceix, pesquisador francês, tornou-se amigo do imperador e esta amizade, muitas vezes, impediu que a Escola fosse fechada, como era da vontade de diversos políticos durante o Império (CARVALHO, 2010). No outro caso, Sodré (1987) mostra como o Observatório, nas palavras de um diretor seu, vivia sob pressão de uma “opinião pública [que] não estava bastante madura para possuir grandes estabelecimentos científicos” (Emanuel Liais apud SODRÉ, 1987, p. 11), mas que também retinha a atenção e interesse do próprio Imperador, que o visitava com frequência.

Nos dois casos, existiu um longo hiato entre decretar a criação dessas instituições e a efetivação de tais decretos. O próprio funcionamento das mesmas sempre passou por grandes percalços. Teixeira (1989) discute esse fato e o atribui à omissão tanto do Imperador quanto das elites políticas brasileiras em relação ao tema da universidade nacional. Para esse autor, o hábito, criado durante o período colonial, de contar apenas com a Universidade de Coimbra para a formação das elites, parece ter criado uma atitude de prudência e de considerar a universidade nacional uma futilidade desnecessária, para a qual o país não estaria preparado. Nesse sentido, os cursos profissionais de Medicina, Direito, Engenharia, Minas e Agronomia pareciam suficientes e uma solução mais condizente com as necessidades nacionais, a qual Teixeira (1989) denominou solução substitutiva.

A decadência da Universidade de Coimbra no século XVIII, somada à ausência habitual dessa instituição em solo nacional, parece ter criado uma tradição antiuniversitária, fortalecida com os argumentos “dos positivistas, identificando a universidade com as formas obsoletas da cultura medieval” (TEIXEIRA, 1989, p. 68).

A explicação de Teixeira (1989) para essa tradição antiuniversitária do período imperial faz avançar a compreensão sobre a formação do ensino superior brasileiro. Para o autor, mais do que simplesmente um caso de cultivo de ideais (da ciência, do

conhecimento, da filosofia) sem correspondência na vida material, se almejavam e admitiam formalmente valores que não eram aqueles efetivamente incorporados pela sociedade brasileira. Dessa forma, a cultura intelectual era objeto de extremo culto e do maior descaso, quando se tratava de criar as condições concretas e materiais para sua realização. Resulta daí a ideia de que a cultura intelectual é resultado de um milagre ou do heroísmo de uma história de vida exemplar. E de fato, durante o período do Império o estudo autodidata era prática disseminada, já que os colégios imperiais eram extremamente exigentes. Porém o país não contava com uma universidade para formar seus professores. As escolas profissionais funcionavam em tempo parcial e eram inapropriadas para a formação da cultura humanística e abrangente exigida pelos colégios do Império.

Entretanto, a atitude fundamental que Teixeira (1989) identifica como sendo aquela determinante para esse estado de coisas capta apenas parte da problemática nacional no que diz respeito à formação de uma cultura científica e suas instituições específicas. Para este autor, existiria uma racionalização de um complexo de inferioridade entre as elites e os grupos responsáveis pela educação no Brasil, que os fazia se julgarem capazes apenas de importar cultura e não criá-la e/ou elaborá-la no país independente.

Isso parece ser um problema de superfície da vida social, cujo cerne pode ser encontrado na interpretação de Florestan Fernandes (2006) sobre a independência do Brasil. Segundo a mesma, os estamentos senhoriais, que dominaram a vida pública a partir do Império, lograram obstaculizar e controlar de perto todos os processos capazes de modernizar a cultura e a estruturas sociais brasileiras. Tal êxito está ligado à passagem da ordem senhorial escravocrata do período colonial para a ordem social competitiva, própria do capitalismo moderno. Os estamentos dominantes foram capazes de permanecer como estratos privilegiados ao longo de todo processo de mudança e revolução social que tal processo significou. Um dos mecanismos usados para tanto foi exercer um rígido e autocrático controle sobre o desenvolvimento das estruturas societárias do país, monopolizando até categorias próprias da vida moderna capitalista, como “livre iniciativa”, “propriedade privada”, “cidadania”, todas tidas como privilégio dos estratos mais ‘civilizados’ da nação, i.e. dos estamentos senhoriais. Fernandes (2006) mostra como essa ação foi deliberada, a partir da consciência desses estratos de que sua posição privilegiada não era resultado de seu esforço, mas da imposição autocrática de sua vontade e das relações de lealdade que se estabeleciam em torno desta. Sendo assim, entende-se que, não apenas a

universidade, uma instituição de produção de um conhecimento racional e sistemático sobre a realidade concreta, era considerada supérflua em uma sociedade que contava com o trabalho escravo para sua subsistência material, mas também e, acima disso, como sendo uma potencial desestabilizadora de toda a ordem senhorial.

Sabe-se que os estamentos senhoriais eram compostos pela aristocracia agrária e pelos estratos intermediários da vida social. Estes ocupavam posições-chave na burocracia e, no então novo, setor urbano-comercial, sempre devendo essas posições aos favores da elite agrária. Assim se mantinha a lealdade e a coesão de uma ordem arcaica que só aos poucos e controladamente abria espaço para a formação de uma nova ordem competitiva. Essa relação de lealdade é absolutamente incompatível com o compromisso em relação aos valores que se criam entre aqueles que se dedicam à investigação científica. Valores esses que são racionalizados e colocam no horizonte desses agentes a compreensão factual do mundo. Tal horizonte, e o comportamento que dele deriva, não significam outra coisa senão o estorvo de uma ordem senhorial e escravocrata, baseada em laços de lealdade pessoais e familísticos avessos a toda forma de racionalização. Nesse contexto, o interesse hesitante de D. Pedro II pela ciência e pelas iniciativas institucionais a elas ligadas durante seu reinado, em que pese sua paixão pessoal pelo tema, aparece como reflexo do poder moderador que ele de fato exercia, na tentativa de conter os conflitos potenciais entre os poderes senhoriais oligárquicos de um país continental. Certamente os estamentos senhoriais regionais viam como um caso de grave insubordinação uma instituição estatal sobre a qual eles não poderiam controlar, sem poder interferir sobre quem, como e quando alguém ocuparia um cargo, passando os pretendentes pelo crivo de critérios baseados nos valores racionalizados da atividade científica.

A atividade científica foi então ganhando espaço institucional à margem das instituições de ES profissional do Império. Ao final do século XIX foram criados institutos de pesquisa a partir de interesses localizados, como a Estação Experimental de Campinas em 1887, depois Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto Bacteriológico de São Paulo em 1892, o Instituto Butantan também de São Paulo em 1899, o Instituto Soroterápico Federal, mais tarde Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro em 1901 e o Instituto Biológico de São Paulo em 1928 (CUNHA, 2007), além da Escola Agrícola de Taquari, no Rio Grande do Sul, criada em 1890.

Esses institutos foram criados visando a solução de problemas específicos, geralmente ligados às políticas econômicas de suas épocas e regiões (garantia das exportações em Santos, a produção cafeeira, contenção de doenças e epidemias no processo de urbanização, etc.). A intenção dos governantes responsáveis pela criação desses institutos era manter sua atuação circunscrita às demandas que tinham para manutenção da ordem social, o que fica bastante claro quando Maximiano Antônio da Silva Leite, lente de Matemática da Academia de Marinha, diz que para a astronomia “é preciso saber observar, sem o que a Ciência é mais curiosa que útil, e neste caso não teria a proteção dos Governos” (apud Morize, 1987, p. 44). Observa-se aí os particularismos morais da vida social brasileira, moldando a instituição da atividade científica e sendo interiorizados pela estrutura de personalidade do cientista brasileiro. Essa estrutura moral não-racionalizada colocou no horizonte da atividade científica a busca por uma utilidade imediata, sem o que, sabia-se, não haveria apoio ou proteção dos governos e sociedade. Encontra-se aí a origem da noção de dever mobilizada por cientistas brasileiros, cuja referência principal é a solução de problemas sociais ao buscar legitimidade de sua atividade profissional.

As pesquisas realizadas foram muitas vezes objeto de reconhecimento nacional e até internacional, como a produção de soros antiofídicos, controle da disseminação de doenças através de campanhas higiênico-sanitárias entre a população, realizando para tanto, além de estudos biomédicos, também socioambientais. Oswaldo Cruz, como mostra Cukierman (2010), do Instituto Soroterápico Federal, pesquisador brasileiro que estudou durante três anos no Instituto Pasteur, em Paris, foi premiado com medalha de ouro em uma feira científica internacional em Berlim, a XIV Exposição de Higiene e Demografia em 1907, por suas realizações no Brasil.

Não obstante, os pesquisadores dos institutos acima citados enfrentaram dificuldades para manter a regularidade de suas pesquisas, sendo o financiamento das mesmas inconstante. A justificativa para a criação dos mesmos deixa claro o limite da legitimidade das atividades realizadas. Os planos imediatistas fizeram, por exemplo, com que o Instituto Soroterápico Federal, após conter a peste bubônica da Capital do país (na época, Rio de Janeiro)²⁹, buscasse financiamento em outros Estados, que enfrentavam

29 A peste bubônica assolou a cidade do Porto, em Portugal, no ano de 1899. Trata-se de uma doença causada pela bactéria *Pasteurella pestis*, sendo seus principais sintomas são a febre alta, sede intensa e cansaço. Em outubro de 1899 a doença chegou ao Brasil, na cidade de Santos, São Paulo, chegando em apenas três meses na Capital Federal.

problemas sanitários e epidemiológicos. Todos com prazos delimitados de atuação (A.M.-FERNANDES, 1990; CUNHA, 2007; SCHWARTZMAN, 2001; THIELEN e DOS SANTOS, 2002).

Segundo Schwartzman (2001), a falta de recursos contínuos fez com que a seleção dos cientistas do Instituto Soroterápico fosse altamente elitista, tendo os mesmos de bancarem boa parte de seus sustentos enquanto lá trabalhavam. Como observa o autor, foi talvez uma das primeiras iniciativas em que a patente de um produto (uma vacina) serviu de fonte de autofinanciamento das pesquisas no Brasil. Schwartzman (2001) vê a iniciativa como uma demonstração da dedicação e senso de dever destes pesquisadores para com o desenvolvimento da ciência no país.

Ana Maria Fernandes (1990, p. 71) cita relatos e queixas de cientistas que viveram essa época, evidenciando “a amargura da comunidade científica contra os que não lhe ofereciam as necessárias condições para trabalhar”. Oswaldo Cruz chegou a ter financiamento e prestígio nacional, principalmente após o seu retorno da Feira de Berlim. Cukierman (2010, p. 20) relata que a imprensa da época “convocava a população [do Rio de Janeiro] para recebê-lo em êxtase patriótico”, e graças à conquista da medalha o pesquisador “retornava à pátria como semideus”. Mas tanto Cukierman (2010) como A. M. Fernandes (1990) concordam que o período e as atividades daquela época foram marcados por instabilidade de financiamento e do reconhecimento da atividade de pesquisa no país. Os cientistas percebiam isso como falta de compreensão de suas atividades por parte da sociedade e do governo. Rocha Lima (apud A.M.-FERNANDES, 1990, p. 71), ex-diretor do Instituto Butantan, dá seu relato:

Mais de uma vez tive a oportunidade de [...] procurar amparar Osvaldo [sic] Cruz em seu desalento e profundo desgosto diante da oposição e obstáculos levantados à sua obra sanitária pelas contingências do ambiente político-administrativo de então, que o levaram à iminência de tudo abandonar para procurar na Europa alívio para a forte depressão que dele se apoderava.

Do período monárquico até a primeira República, os institutos especializados, onde se fazia pesquisa científica de fato, obtinham apoio político e econômico muito precários. O apoio político, fundamental no processo de institucionalização de determinadas atividades, não era nesse caso um desdobramento da legitimidade que a atividade de pesquisa possuía perante a sociedade, mas resultado de relações personalistas com políticos que, em determinada conjuntura, ocupavam cargos executivos relevantes e que se

interessavam pessoalmente pela atividade científica, percebendo sua necessidade para a resolução de problemas derivados de políticas de modernização sendo implementadas. Mas o mais interessante é que, longe de implicar uma instrumentalização da atividade científica, essas relações políticas personalistas, englobadas por medidas modernizadoras, deram fermento à formação de uma conduta metódica entre cientistas brasileiros. Esse curso de ação é que possibilitou aos institutos de pesquisa mencionados consolidarem-se como fatores determinantes na institucionalização da universidade de pesquisa no Brasil.

Oliveira (1997) analisa o caso da revolução microbiana encampada por Oswaldo Cruz no Brasil, que evidencia a formação do caráter modernizador da conduta do cientista brasileiro e põe às claras a natureza da relação entre cientistas e políticos. Existiu nas cidades do período imperial e da primeira República um engajamento de uma elite dos médicos brasileiros nas políticas de higienistas implementadas por diversos governos. Uma das mais significativas foi aquela implementada por Rodrigues Alves, eleito presidente da República em 1902. Este nomeou Oswaldo Cruz Diretor-Geral da Saúde Pública e o colocou à frente do Instituto Soroterápico do Rio de Janeiro para implementar suas reformas sanitárias. Oswaldo Cruz identificou-se plenamente com os métodos autoritários de modernização de sua época, demandando, por exemplo, a criação de um dispositivo jurídico para lidar com médicos que, em nome do segredo profissional, se recusavam a informar as autoridades sobre doenças contagiosas diagnosticadas.

Mas as políticas higienistas de Oswaldo Cruz enfrentavam oposição da própria corporação médica, pois as mesmas não respeitavam o código de conduta da sociedade senhorial. Oswaldo Cruz e seus colaboradores articularam a revolução científica microbiológica com ações orientadas à modernização da sociedade brasileira. A corporação médica oficial, entretanto, encontrava-se distante desse novo paradigma científico. As preocupações higienistas desta corporação estavam calcadas em uma visão de mundo senhorial, preocupada com a higiene das famílias, de suas crianças e das casas pouco adaptadas ao clima tropical (OLIVEIRA, 1997). A preocupação com as classes populares era uma preocupação policial. Estas classes serviam de contra exemplo às prescrições médicas da época e a elas se impunham políticas corretivas, como a própria destruição das suas casas e moradias. A oposição a tais medidas era atribuída à ignorância das classes populares, o que legitimava o recurso à repressão policial (OLIVEIRA, 1997).

O meio médico tradicional, que corroborava a visão de mundo senhorial, integrava esta sociedade, mantendo uma clientela privada oriunda das famílias oligárquicas, do alto comércio e de funcionários do Estado. O próprio 'mundo médico oficial' era parte das classes médias tradicionais que cultuavam os valores tradicionais da sociedade senhorial. O meio médico tradicional, portanto, não concordava com os métodos da administração da saúde pública impostos por Oswaldo Cruz, malgrado o “prestígio francês” de sua base científica.

A política de Rodrigues Alves, entretanto, abriu espaço para o desenvolvimento de uma política higienista científica contraposta à senhorial. A nova orientação da política higienista, entretanto, não pode ser explicada pela lógica de desenvolvimento capitalista, que demandava uma política científica para colocar em movimento a modernização da economia. Como afirma Oliveira (1997), o fenômeno original nesse contexto social é que existe uma crescente oposição do novo paradigma científico (microbiológico) em relação ao sistema político representado pela República oligárquica. A modernização posta em marcha pelo governo de Rodrigues Alves (ele próprio parte da elite agrária cafeeira de São Paulo) pretendia deixar intacta a estrutura social senhorial. Mas o meio médico oficial, com seu modelo de atendimento privado familiar, não tinha a competência e os meios necessários para pôr em prática os projetos de modernização. Assim, os médicos sanitaristas, munidos dos ideais da pesquisa experimental, encabeçaram uma política higienista científica, desenvolveram pesquisas e fizeram descobertas que terminaram por conquistar adeptos entre a comunidade médica. Os médicos sanitaristas, como 'soldados de uma revolução científica', passaram, cada vez mais, a se opor a um sistema político em crise crescente (OLIVEIRA, 1997).

Foi assim que durante o período imperial até a virada da República se moldou um sistema social de personalidade entre pesquisadores brasileiros. Estes agentes se dedicaram à empresa científica e se empenharam na constituição de institutos e centros de pesquisa para poderem consolidar sua atividade profissional. Tal empenho e dedicação, entretanto, chocavam-se com uma moral social não-racionalizada, justificadora de privilégios e de formas arcaicas de dominação da vida social. A ação metódica desses pesquisadores encontrou respaldo, com muito esforço e dificuldade, na vontade de políticos inclinados a estimular a atividade científica, sem que isso implicasse a instrumentalização da atividade científica. As ações políticas de apoio à atividade científica abriram um espaço

estrutural para seu desenvolvimento, nos moldes analisados por Oliveira (1997) no caso das políticas sanitárias de Oswaldo Cruz e seus colaboradores. Essas fendas estruturais foram abertas por D. Pedro II, com seu apoio à Escola de Minas (CARVALHO, 2010) e ao Observatório Astronômico, pelo Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho, que em 1845 assumiu a responsabilidade de, nas suas palavras, “dar vida [...] [à] semimorta fundação” do Observatório Astronômico, cujo decreto de fundação datava de 1827 (apud MORIZE, 1987, p. 47) e pelo Presidente Rodrigues Alves no período Republicano com as políticas higienistas (OLIVEIRA, 1997).

A conduta sistemática formada entre tais cientistas, especialmente entre os médicos sanitários, foi responsável pela mais profunda herança de caráter científico moderno que receberam as primeiras universidades brasileiras, constituídas praticamente como confederações de escolas profissionais (medicina, direito, engenharia e agronomia). Por essa razão, entende-se, nesta tese, que a universidade de pesquisa brasileira foi o encontro entre a tradição das escolas profissionais e o horizonte aberto pelos agentes de institutos de pesquisa científica. Esse encontro não foi regra, mas tomou forma em algumas instituições e está por trás da institucionalização da pesquisa científica já nas décadas de 1920 e 1930. Tal entendimento permite que se reavalie a perspectiva, um pouco difusa na literatura, de que a institucionalização da pesquisa científica desinteressada é resultado da criação da Universidade de São Paulo na década de 1930.

Para Teixeira (1989), as escolas médicas foram responsáveis por transformar a cultura tradicional e o cultivo de um saber de tipo imóvel, próprio das escolas profissionais do Império, em um saber científico e experimental, montando laboratórios, bibliotecas e desenvolvendo uma cultura acadêmica desinteressada e aplicada. A introdução de uma cultura científica experimental no estudo das doenças e dos métodos terapêuticos nas escolas de medicina colaborou para fundar as bases de uma instituição moderna. O grande problema para esse autor é que as escolas profissionais tradicionais formataram-se, de maneira geral, como instituições de transmissão do saber, quando a universidade moderna deveria ser criadora de novos conhecimentos ligados à vida social de uma nação, tal como inspirou o modelo da universidade de Berlim no início do século XIX.

Cunha (2007) ressalva que a Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 1896, e que mais tarde chegou a ser denominada Universidade Técnica de Porto Alegre, foi a primeira universidade a desenvolver pesquisa científica. Esta instituição diferiu também do

restante das instituições brasileiras ao representar uma iniciativa regional, cuja competência para a pesquisa científica foi adquirida e expandida através de um movimento de diferenciação interna, em que cursos de outras engenharias foram sendo criados gradativamente. Mas como todas as instituições que chegaram a receber a denominação de universidade ainda no início do século XX (a maioria das quais não passava de aglutinação artificial de escolas isoladas), esta também teve seu desenvolvimento descontinuado.

A criação de universidades no Brasil se deu a partir do início do século XX. A primeira parece ter sido a Escola Universitária Livre de Manaus, no estado do Amazonas, criada em 1909 a partir de diversas escolas profissionais já existentes (BRITO, 2009). No Rio Grande do Sul, a Escola de Engenharia, criada em 1896, recebeu o nome de Universidade Técnica de Porto Alegre em 1920 (FRANCO e MOROSINI, 1996). Pelo governo federal, também em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1911 e 1912 foram criadas instituições semelhantes em São Paulo e Paraná (BRITO, 2009). Todas estas mencionadas foram em algum momento desfeitas, permanecendo escolas ou faculdades isoladas. A primeira universidade criada e que permanece a mesma até os dias atuais foi a Universidade de São Paulo em 1934, sendo a única que permaneceu em funcionamento desde a sua criação. Isto indica um período em que a institucionalização da pesquisa ainda estava em processo, surgindo iniciativas espalhadas e diversas pelo país, mas ainda enfrentando grandes dificuldades para alcançarem a estabilidade necessária.

Vê-se, com Oliveira (1997), o papel fundamental que desempenharam Oswaldo Cruz e seus colaboradores nesse processo de institucionalização da atividade de pesquisa. As sucessivas e fracassadas iniciativas de se criarem universidades no início do século XX demonstram as dificuldades que uma sociedade marcadamente senhorial ainda impunha à diferenciação de um sistema de ação cultural de orientação cognitivo-instrumental. Foi sob tais condições adversas que aqueles cientistas formaram uma conduta metódica de vida imbuídos do ideal da revolução científica microbiológica. Esses cientistas realizaram observações extremamente metódicas e rigorosas que alteraram a visão do *homem brasileiro* que se tinha à época. Isso permitiu que sua ação transcendesse os objetivos impostos pelas políticas que os apoiavam durante a Primeira República. Os projetos de modernização conservadora do Governo de Rodrigues Alves não visavam a uma mudança nas relações com as classes populares, as quais agora eram objeto de investigação metódica por parte de pesquisadores como Oswaldo Cruz, Belisário Pena e Carlos Chagas.

Esses cientistas passaram então a apoiar uma revolução do sistema político como um todo, pois identificavam nas irracionalidades deste as causas das doenças que afetavam as populações pobres e trabalhadoras. Muitos desses cientistas foram agentes ativos da Revolução de 1930. Apesar desse enfoque crítico em relação ao sistema político senhorial, existiu aí uma identificação com os métodos da República Oligárquica, que não foram abandonados, como o autoritarismo que marcou a Revolução de 1930 (OLIVEIRA, 1997).

Será nesse contexto que se encontrarão as circunstâncias e o apoio político (administrativo) necessário à institucionalização da atividade científica. As mudanças ocorridas a partir de 1930 marcaram um retorno à centralização do sistema de ensino superior brasileiro, característica do período monárquico. Nesta nova fase, entretanto, impôs-se a normatização e supervisão de todo o sistema pela burocracia do Estado. Mas o Estado não monopolizou a criação de IES. As instituições privadas e/ou confessionais permaneceram e se desenvolveram, mas agora sob minucioso controle burocrático. Este período foi marcado pela disputa entre forças conservadoras, com o apoio da igreja católica, e elites liberais. O modelo de universidade, por um lado, manteve-se como uma confederação de escolas autônomas orientadas em função dos profissionais a serem formados. Por outro lado, criaram-se dentro desse sistema as faculdades de filosofia, ciências e letras, que deveriam fornecer uma formação básica anterior à formação profissional, objetivo este nunca conquistado. Esses cursos se tornaram profissionais orientados à formação de professores das respectivas disciplinas de ciências básicas e filosofia. Apesar disso, foi através dessas faculdades, em algumas poucas universidades, que se institucionalizou a pesquisa científica em alguns espaços do SES brasileiro (a maioria manteve-se como instituições de ensino tão somente) (DURHAM, 2003).

Para Durham (2003), três universidades criadas nesta época representam bem os conflitos de então:

- a Universidade Nacional do Rio de Janeiro, criada pelo governo federal;
- a Universidade do Distrito Federal (RJ), modelo inovador criado por Anísio Teixeira;
- e a Universidade de São Paulo, criada num esforço estadual de oposição ao governo central;

A primeira foi criada pelo governo central para servir de modelo para o restante do ensino superior. Baseou-se no processo de aglutinação de escolas profissionais isoladas. Mesmo em 1937 quando foi expandida foram criadas faculdades e escolas

igualmente isoladas nas diversas áreas do conhecimento. A Universidade do Distrito Federal foi concebida por Anísio Teixeira e instituída por decreto municipal em 1935. A instituição foi combatida pela igreja católica como um centro de liberalismo anticlerical e finalmente fechada pelo Estado Novo em 1939. A Universidade de São Paulo, apesar de iniciativa regional, como a do Distrito Federal, logrou manter-se ativa e funcionando até os dias atuais. Isto a despeito do enrijecimento da legislação sobre o ensino superior de 1937, sendo essa universidade a precursora da institucionalização da pesquisa científica dentro de sua faculdade de filosofia, ciências e letras (DURHAM, 2003).

De 1945 a 1964 houve um período de expansão do SES brasileiro, ainda que modesto para as proporções do país. O alunado passou de 41 mil para 95 mil, tendo sido criadas 18 universidades públicas e 10 privadas. As universidades públicas muitas vezes eram criadas através da encampação de instituições privadas, criadas por elites locais, que depois pediam para que o governo as federalizasse. Como menciona Durham (2003, p. 10), “Universidades criadas deste modo nada tinham a ver com as reivindicações dos liberais intelectuais das décadas de 20 e 30.”

Os conflitos deixaram de ser entre setores intelectuais laicos liberais e católicos mais conservadores. De um lado setores da igreja católica agora se aproximavam da esquerda por meio da teologia da libertação. Por outro lado, o movimento estudantil desenvolveu-se como agente importante, pressionando por reformas no ES brasileiro. As universidades católicas do Rio e de São Paulo, por exemplo, terminaram por apoiar o movimento estudantil. Mas o movimento estudantil saiu derrotado nas disputas para a definição da Lei de Diretrizes e Bases de 1961. A resposta foi a radicalização do movimento contra o governo e o levantamento da bandeira por um governo democrático da universidade por docentes e discentes em igualdade de condições (DURHAM, 2003).

Esse movimento foi reprimido pelo regime militar a partir de 1964, e o conflito entre oposição e regime militar desenvolveu-se até o conflito armado entre o regime ditatorial e setores da esquerda marxista. Mas ao mesmo tempo em que reprimia setores da oposição, discentes e docentes, o governo militar era sensível à necessidade de modernização do ES. Ampliaram-se as vagas em instituições públicas, extinguiu-se a cátedra, implantando-se a organização departamental em seu lugar, e atacou-se a autonomia das faculdades, reunindo-as sob institutos centralizados. Ao mesmo tempo, não houve

reforma curricular e o diploma continuou servindo para a entrada ao exercício profissional (A.M.-FERNANDES, 1990; CORRÊA, 2003; DURHAM, 2003).

O regime militar também investiu no incentivo à pesquisa através da reformulação e fortalecimento da CAPES e do CNPq (ambos criados na década de 1950). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) investiu na formação de pesquisadores, mestres e doutores para expandir a pós-graduação no país. O Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) também abriu um programa de bolsas para mestrandos e doutorandos, tanto no Brasil como no exterior (CORRÊA, 2003). O fortalecimento destas agências introduziu uma nova dinâmica no SES brasileiro, pois estas agências não passaram a operar segundo a lógica de controle burocrático, própria da legislação sobre o ES, “mas se apoiavam em avaliações por pares dos programas e projetos financiados.” (DURHAM, 2003, p. 16). Isto permitiu que os grupos acadêmicos lograssem influenciar a organização e a dinâmica do SES para em conjunto com as regulações burocráticas minuciosas previstas pela legislação. Não se tratou, portanto de uma racionalização cultural do sistema, mas um forte controle corporativo, sustentado burocraticamente, que passou a ser um fundamento institucional de recrutamento com base na moral estamental da elite científica.

Outra medida do próprio governo que favoreceu o poder acadêmico dentro do sistema foi a implementação do regime de tempo integral, que visava incentivar a pesquisa, ao aumentar a remuneração do quadro docente sem aumentar a carga de aulas. Entretanto, na ausência de mecanismos de controle e fiscalização para garantir que o tempo estivesse sendo realmente dedicado à pesquisa, a medida serviu basicamente para aumentar os salários dos docentes sem qualquer contrapartida (DURHAM, 2003).

Durante o regime militar o SES expandiu-se vertiginosamente, tanto o setor público como o setor privado. No setor público, os investimentos na formação de mestres e doutores visaram essencialmente preencher as vagas para docentes necessárias à expansão das matrículas nestas instituições. Porém, a formação levou um tempo de maturação maior que a rápida expansão do ES. Este descompasso entre os dois processos, afirma Durham (2003), dificultou a disseminação de um ethos acadêmico. O compromisso com a expansão do sistema ditou que se contratassem professores com baixa qualificação na ausência de pessoal qualificado no mercado de trabalho.

Já o setor privado, buscando lucratividade na atividade de ES, atendeu a uma enorme e crescente demanda investindo em cursos baratos (administração, economia, direito e formação de professores) sem interesse no desenvolvimento da pesquisa científica, ou preocupação com a qualidade do ensino, com o nível de formação de seu quadro docente e com a formação de seus estudantes para além do necessário. O sistema baseado em cursos diretamente ligados a determinadas profissões incentivou a demanda por diplomas a qualquer custo. Neste setor tampouco houve algum incentivo à formação de um ethos acadêmico (DURHAM, 1998; 2003).

As influências do período militar sobre o SES brasileiro são antinômicas. A reforma de 1968 implementou medidas para a modernização do sistema aliadas a medidas que conservaram seus elementos antiquados. Algumas destas medidas valorizavam a pesquisa e a estruturação da carreira docente. Elas fortaleceram os grupos acadêmicos e sua capacidade de coordenar o SES. Mas o governo militar, instaurado por meio do golpe de Estado, e governando autoritariamente, enfrentou muitas dificuldades na tentativa de exercer o controle político e ideológico sobre o SES ao mesmo tempo em que tentava modernizá-lo.

Diante da necessidade de controlar o SES, o regime militar constituiu “mecanismos paralelos, não acadêmicos, de controle político-ideológico que se constituíram como elemento corruptor e perturbador de todo o sistema” (DURHAM, 2003, p. 26). Repressão policial, cassação de lideranças, aposentadorias compulsórias, triagem ideológica das novas contratações, todas estas constituíram medidas adotadas pelo regime para controlar política e ideologicamente os setores internos ao SES brasileiro. Os militares, que muitas vezes insistiam ser o regime legítimo e legal, não hesitaram em manipular politicamente a escolha dos administradores das universidades, ou em instalar setores de inteligência e informação acoplados às reitorias, sem qualquer amparo legal ou institucional. Muitas destas medidas eram justificadas a partir da doutrina da segurança nacional que embasou a constituição de 1967.

Houve, assim, favorecimento e proteção de docentes pelo governo central ou pelas oligarquias regionais aliadas àquela. Todas essas medidas são claramente antitéticas em relação às tentativas de modernizar o ensino superior. Isso desestabilizou a institucionalização de valores acadêmicos nas IES brasileiras, enfraquecendo o sistema de mérito e favorecendo um sistema de cooptação e clientelismo (DURHAM, 2003).

Segundo Corrêa (2003), o autoritarismo, o apelo nacionalista e o planejamento centralizado do regime militar favoreceram a cultura clientelista e a organização da pressão corporativa na sociedade, características que se confirmaram no processo de institucionalização da ciência e tecnologia no país durante o período. Com o regime militar, os grupos científicos foram chamados a participar das decisões sobre os rumos do fomento e na conformação da estrutura de planejamento e coordenação de seus setores. Formaram-se nessa época as sociedades representativas das diferentes áreas científicas. Apesar disso, as medidas de controle político e ideológico fizeram com que esse fortalecimento do SES estivesse calcado na cooptação de agentes e seletividade do apoio, financiamento e contratação. Essa estrutura conformou uma política clientelista e um isolamento dos grupos acadêmicos em relação ao restante da sociedade.

Para Corrêa (2003), os critérios de avaliação estabelecidos pelos grupos acadêmicos foram autocentrados, já que os recursos e demandas para a produção de ciência e tecnologia não contavam com o setor empresarial e tampouco com a classe trabalhadora como usuária dos conhecimentos ou como demandante, por exemplo, de adaptações das tecnologias produzidas pelos grupos acadêmicos.

Durham (2003) aponta ainda para outro processo endógeno ao SES. A oposição acadêmica ao regime militar assumiu uma atitude intransigente e nesta oposição defende um igualitarismo radical para as estruturas internas das IES. Isso contribuiu mais uma vez para deslegitimar os valores acadêmicos de reconhecimento do mérito e da competência.

Seguindo as interpretações de Durham (2003) e de Corrêa (2003), o apoio à modernização do ES aliado à necessidade de os militares em mantê-lo como um ambiente favorável e legitimador de seu regime impôs aos militares o uso de métodos arcaicos como o favorecimento pessoal, intervenção e apoio seletivos, aposentadorias arbitrárias e perseguição política e ideológica. Por isso, apesar de as instituições de pesquisa terem adquirido relativa autonomia em relação aos governos militares, possibilitando períodos em que seus agentes mantiveram posições críticas em relação aos mesmos, seu alinhamento foi se consolidando diante de um regime que governava por decretos sem respeito pelos princípios do Estado de Direito, como mostra A.M.-Fernandes (1990).

Do ponto de vista desta tese, esse caráter antinômico está ligado a uma institucionalização sem legitimidade social. Antes, essa institucionalização foi movida pela

percepção do governo militar de que a atividade científica lhe era indispensável social e economicamente para seu projeto de desenvolvimento nacional. Formou-se assim um grupo de status negativamente privilegiado – a quem se confere condições sociais e materiais para o desenvolvimento exclusivo de suas atividades específicas, porém não por lhe atribuir um papel legítimo na sociedade, mas por suportá-lo devido a sua indispensabilidade. Tal processo está na base da formação da moral estamental do dever entre pesquisadores de universidades de ponta do SES brasileiro.

A relação entre instituições científicas e Estado são importantes. Tanto Morel (1979) como A. M. Fernandes (1990) veem uma clara associação entre cientistas e o Estado brasileiro. A segunda autora sustenta a ideia de uma ligação orgânica entre grupos de cientistas (e suas entidades representativas) e os grupos dirigentes do Estado nacional. Morel (1979), por sua vez, defende a tese de uma ciência dependente e ideológica, cumprindo a função de legitimar a dominação autoritária do regime militar. Esse processo de legitimação tecnocrática de formas de dominação na sociedade brasileira também está em presente em A. M. Fernandes (1990).

Morel (1979) e Freitag (1979) observam que no período da ditadura militar pós-64, apesar das declarações em contrário, a incorporação da produção nacional de ciência e tecnologia ao setor produtivo era quase nula, servindo como um processo ideológico que escondia verdadeiras relações de dependência em relação à ciência e à tecnologia produzidas em países estrangeiros.

Mas aqui se discorda do argumento de Morel (1979) e Freitag (1979). Tal argumento, como exposto acima, tem como fundamento um contexto social racionalizado, onde a técnica torna-se ela mesma fonte de legitimidade social, excluindo a argumentação pública e o confronto entre valores em favor da eficiência das decisões realizada por técnicos e especialistas. Essa discussão esteve presente no diálogo crítico entre Marcuse (1967) e Habermas (2007), em que os autores investigam os processos de legitimação social no contexto do capitalismo tardio, principalmente nos EUA e na Europa. Ao conciliarem a discussão weberiana sobre a racionalização das sociedades modernas ocidentais com a perspectiva crítica do marxismo da escola de Frankfurt, esses autores observaram o papel destacado da produção científica e tecnológica no processo de legitimação das decisões políticas nessas sociedades. Apesar das diferenças profundas entre esses autores, que não cabe aqui tratar, de modo geral os autores afirmam que, nos contextos de suas investigações,

argumentos técnicos e baseados na razão instrumental substituem a discussão entre projetos de vida em sociedade. A questão de fundo é que em uma sociedade onde estruturas sociais estão amplamente racionalizadas, há um grande risco de a razão pública ser substituída pela razão instrumental. Por um lado, trata-se de uma consequência da ação deliberada das elites políticas e econômicas que, em defesa de seus interesses particulares, subtraem questões pertinentes à discussão pública, fazendo delas questões técnicas, resolvidas pelos quadros administrativos a eles submetidos. Por outro lado, a substituição da discussão pública por decisões técnicas desobriga a sociedade civil de participar da política e de construir um horizonte de ação que extrapole os limites de sua esfera privada.

Mas esse não é em absoluto o quadro da vida social brasileira. Já se discutiu como, desde o fim do século XIX até a transição democrática, diversos mecanismos foram mobilizados pela e na vida social brasileira que fizeram perpetuar formas de dominação autocráticas e um processo de modernização conservadora característico. A modernização social moldada por uma cultura não-racionalizada destoava do quadro social discutido pelos autores da Escola de Frankfurt acima mencionados. A modernização aqui sempre foi parcial e seletiva, conciliando em seu percurso padrões de conduta arcaicos.

Como visto anteriormente, a atividade científica só foi institucionalizada e estabilizada já na década de 1930, quando da criação da Universidade de São Paulo. Até então, portanto, a racionalização cultural própria à atividade científica foi um fenômeno restrito e localizado sem um amparo institucional efetivo.

Sendo assim, para que no período militar o Brasil já contasse com processos de legitimação técnica das formas de dominação social, a sociedade brasileira necessitaria ter racionalizado plenamente suas estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas em um lapso de 40 anos. Apesar de a revolução de 1930 ter alterado o eixo dinâmico da economia brasileira, que saiu da produção agroexportadora para dar início a um processo de industrialização tardia, contexto do qual também faz parte a criação das primeiras universidades brasileiras, essas transformações não se fizeram em um vácuo, de maneira a revolucionar e romper com as estruturas sociais, culturais e de personalidade arcaicas que ainda vigoravam no país.

Como argumentado em Oliveira et al. (2009), produzir novas tecnologias não gera necessária e automaticamente mudanças nas relações sociais. A industrialização, a expansão econômica, a importação de tecnologias, não correspondem automaticamente a um

determinado processo de mudança social e/ou cultural. Segundo a concepção desses autores não existem automatismos ou relações imediatas entre tecnologias e relações sociais. Pelo contrário, a incorporação de uma nova tecnologia na dinâmica de uma vida social está ligada a uma mudança de procedimentos convencionalmente aceitos por esta sociedade. Quando essa incorporação acontece, existe uma vida social que confere sentido às transformações científicas e tecnológicas que grupos em seu interior produzem. Em sociedades antigas a inventividade técnica poderia ser simplesmente descartada, relegada ao papel de curiosidade supérflua dos estratos sociais não ligados à produção econômica, ou ser utilizada como recurso à disposição da vontade unilateral de soberanos, reforçando o caráter tradicional dessas sociedades e as formas de legitimação convencionais de suas instituições e autoridades. Em sociedades que desenvolvem formas de legitimação racionalizadas de suas instituições e autoridades, a incorporação das mudanças técnicas se generaliza, adquirindo sentido mesmo para o cotidiano da vida privada, podendo, no limite, desenvolverem-se formas de legitimação social baseadas exclusivamente em argumentos técnicos.

Nesse sentido, já se viu com Rezende (2001) que toda a ditadura foi perpassada pela tentativa de seus idealizadores e governantes identificarem seus valores aos da sociedade, declarando-se conhecedores das ‘verdadeiras’ aspirações populares, com seus ideais tradicionais, familiares e ordeiros.

Ora, isto não caracteriza uma dominação tecnocrática como fazem parecer alguns autores que discutem o período militar, e principalmente os que discutem as políticas de ciência e tecnologia do período. Formular políticas de ciência e tecnologia em um regime autoritário que apela, para sua justificação pública, a valores tradicionais da sociedade, cria impasses tanto quanto processos de desenvolvimento. De modo algum se apresenta como fonte de legitimidade inquestionável, pois a racionalização de um sistema de produção científica e tecnológica pode ir de encontro a tentativas de controle político e ideológico.

É fato que os militares tentaram, e em boa medida tiveram êxito, em integrar o sistema de produção de C&T ao seu programa político-ideológico. Eles foram os primeiros a deliberadamente fazer da produção científica e tecnológica brasileira um sistema articulado, reestruturando as agências reguladoras, criando novos órgãos de financiamento e articulando-os a planos nacionais de desenvolvimento da indústria nacional (FERRARI, 2002). Mas as aposentadorias compulsórias, o exílio de cientistas renomados em diversas

áreas do conhecimento, os confrontos com os grupos estudantis, todos esses fenômenos mostram como essa integração não foi pacífica e livre de reveses.

Apoiado em Oliveira et al. (2009), é possível dizer que os militares tiveram um papel importante na história brasileira no que diz respeito à consolidação das instituições de produção científica e tecnológica. O sucesso em integrar o sistema científico ao seu programa político-ideológico não tem a ver com o estabelecimento deste sistema como o núcleo ideológico do regime, mas antes com um programa de modernização pelo alto. A história brasileira está recheada de processos como esses. Como em outros casos tratados por Oliveira et al. (2009, p. 67), os militares, apesar de nem sempre terem tido êxito, mostraram “habilidade em caminhar sobre o fio da navalha, tirando proveito prático de teses que resultavam do livre exame dos fenômenos naturais, evitando, no entanto, o choque frontal dessa atitude com as bases axiológicas” de seu regime. Nesse caso, as medidas autoritárias e ditatoriais compuseram um arsenal de habilidades extremamente úteis: se no decorrer da implementação de um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico surgissem vozes dissonantes, ideologias contestatórias que tensionassem os objetivos estabelecidos de cima para baixo, isolavam-se as mesmas e dava-se continuidade ao projeto. Vê-se aí uma das bases da constituição dos valores de um estamento negativamente privilegiado entre os cientistas. Isso quer dizer que o status desse grupo social é tolerado devido à sua indispensabilidade (um projeto de modernização societária, tal qual o dos militares, não pode prescindir de um sistema de produção científica moderno). Porém, a orientação cognitivo-instrumental global desse grupo é inoportuna a um regime que tenta dominar a sociedade com base numa sobreposição de seus valores tradicionais aos da sociedade, os quais se julgam ser os “verdadeiros” valores da população. O olhar racional e objetivo da realidade, característica da atividade científica, tensiona por vezes esse procedimento tradicionalista, quando não busca voluntariamente ser assimilado por ele.

Dessa forma, para constituir e estabilizar um sistema científico a partir desse projeto de modernização pelo alto, a configuração que se imprimiu às instituições científicas foi a de associar de maneira eficaz tal sistema à burocracia do Estado. Como se verá mais adiante, os militares foram cruciais para operar as transformações no SES brasileiro, que no período imperial contava com uma forte coordenação política voluntarista (as atividades científicas dependiam essencialmente da vontade pontual de políticos para se manterem constantes), conferindo-lhe o formato atual, em que existe uma forte associação entre

coordenação acadêmica e burocrática. O caráter autoritário desse processo de estruturação de um sistema fortemente acadêmico e burocrático imprimiu particularidades à formação da estrutura de personalidade do cientista brasileiro, que estão na base da formação de uma moral estamental do dever entre esse grupo profissional.

Como dito anteriormente, a racionalização do sistema de produção de C&T gera tensões potenciais com uma vida social baseada em formas tradicionais de legitimação das suas autoridades e instituições. É nesse sentido que Ladrière (2001) fala do potencial que a racionalização do sistema científico (ou, nos seus próprios termos, da esfera cognitivo-instrumental da cultura) tem em moldar um comportamento cotidiano instrumental de sentido cultural mais amplo. Para esse autor, a racionalização dessa esfera cultural também é capaz de assentar e generalizar valores que conferem sentido aos subsistemas de ação racional (Estado e mercado modernos) para além da racionalidade técnica. Capacidade esta que não se encontra restrita à racionalização das éticas religiosas, como afirmava Weber (1964). A racionalização da esfera cultural, ligada à produção científica, também é responsável pela generalização e racionalização dos sistemas axiológicos de seus agentes, colocando-os tanto em tensão com formas de vida, ou aspectos da mesma, pouco racionalizados e/ou convencionais, como na posição de agentes que conferem sentido às ações utilitárias e eficientes do mercado e do Estado modernos.

Os esforços realizados por muitos países no período das guerras mundiais, em que seus governos criam programas de pesquisa científica e tecnológica para alavancar sua indústria bélica, de transportes, energética, eletroeletrônica, entre outras, sensibilizou o governo militar brasileiro, que criou os planos nacionais de desenvolvimento, onde, entre outras coisas, constava a intenção de articular pesquisa científica e indústria nacional. Mas a racionalização técnica de determinadas estruturas sociais não é o mesmo que a aceitação ou o desenvolvimento de valores racionalizados por essas estruturas. Pelo contrário, um regime político autoritário se apoia inevitavelmente em valores particularistas, pois exige afinidade ideológica entre a elite política do Estado e a sociedade idealmente concebida em sua totalidade, excluídos os elementos contrários. Essa forma de legitimação social atravessa a dinâmica da sociedade, e os particularismos e a seletividade arbitrária das regras sociais que lhe são próprias dão um caráter específico a toda tentativa de modernização da sociedade³⁰.

30 Observe-se que isso pode ocorrer também em regimes democráticos. O estabelecimento de relações corporativas entre Estado e sociedade sempre depende do estabelecimentos de critérios que não são abertos plenamente ao escrutínio da razão pública.

É certo que o regime militar enfrentou isso como uma tensão interna, na medida em que ideologicamente também era contrário à dominação coronelista tão característica no Brasil. As forças armadas não tomaram o poder para substituir o governo da lei pelo governo da espada, mas para colocar a espada a serviço da lei quando preciso. Mas tratava-se de uma lei discricionária. Os militares não interromperam o rito republicano (sucessão de presidentes nos prazos constitucionalmente previstos, etc.), não enveredaram pelo caudilhismo que, umas mais outras menos, caracterizou as demais ditaduras latino-americanas, mas criaram os Atos Institucionais como arremedo de uma legitimidade que foi quebrada. A modernização autoritária foi perspectiva corrente entre pensadores brasileiros como Oliveira Vianna e Alberto Torres, e os militares em muitos aspectos foram fiéis aos mesmos.

Assim se explica a aparente contradição entre as declarações oficiais a favor de uma ciência endógena e independente, e os sucessivos casos de exílio, aposentadorias compulsórias e prisão de cientistas e pesquisadores no país. Os militares formularam um projeto de modernização da sociedade e da economia brasileiras, e o colocaram em prática, mas buscando desde o início associar os valores do governo aos valores de uma população idealmente concebida. Por isso se discorda de A.M.-Fernandes (1990, p. 20), quando esta diz que o apoio e a acomodação da comunidade científica diante do regime militar, apesar das expulsões, visava à sua legitimação, e que esta era o núcleo ideológico do regime, “baseada na ciência, na racionalidade e no planejamento”. O apoio e a acomodação da comunidade científica foram, sim, parte de um projeto político consciente e deliberado por parte dos militares, mas não se pode dizer que os grupos de cientistas formaram a base ideológica do regime militar, como instrumento seu. A estruturação e fortalecimento de um sistema de pesquisa científica e tecnológica foram imprescindíveis para colocar o Brasil nos trilhos da modernização capitalista, mas isso não quer dizer que tal sistema e seus agentes 'serviram' de base de legitimação ideológica para os projetos políticos de então.

Os militares fizeram uma leitura objetiva do desenvolvimento da economia mundial, e tinham clareza de que o Brasil necessitava alavancar sua produção científica e tecnológica para modernizar sua indústria, se quisesse manter-se como agente econômico relevante no comércio internacional (SALLES FILHO, 2002). Como fica claro no I Plano de Desenvolvimento Nacional e no I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a produção científica é vista como submetida ao desenvolvimento econômico

nacional, colocada como um instrumento imprescindível para tanto. O então Ministro do Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República, João Paulo dos Reis Velloso pede a colaboração, a confiança e a participação dos “homens que fazem ciência e tecnologia” (SALLES FILHO, 2002, p. 409) para executar o projeto, apelando para seu senso de responsabilidade perante a nação.

Dois aspectos merecem destaque nos planos acima mencionados. Primeiramente, há uma tentativa de instrumentalização da atividade científica, colocada a serviço da modernização da indústria e da economia. Instrumentalização que precisa contar com a colaboração solidária dos cientistas para ser efetiva. Segundo, os cientistas têm um papel proeminente no projeto de modernização. Discute-se a dedicação integral, a construção de laboratórios, a importação de tecnologias e instrumentos para pesquisa e o fortalecimento do CNPq. A atividade científica parece a maior responsável por toda modernização. Nos planos mencionados, sempre se fala na articulação universidade e indústria, universidade e sociedade, mas as medidas visam substancialmente à atividade científica.

É interessante considerar os efeitos que estas medidas do regime causaram no interior mesmo do SES. A.M.-Fernandes (1990) observa como ocorreram enfrentamentos entre governo autoritário e uma comunidade acadêmica de oposição ao regime, marcando posições em congressos, publicações e manifestações. Por outro lado, diz a autora, o sistema de cooptação e clientelismo criou uma elite de profissionais atrelados ao governo.

O sistema de ensino superior em desenvolvimento contou, como se viu, com fortes regulações burocráticas aliadas a um poder acadêmico acentuado. A centralização burocrática e o autoritarismo que marcou a regulação do governo sobre o ES fomentou a centralização sindical na negociação dos interesses que compõem o sistema. Esta conjuntura não valorizou o desenvolvimento de um ethos acadêmico, pois, como menciona Durham (2003), a atuação sindical levantou uma pauta de igualitarismo e democratismo nas IES que barrou o estabelecimento de critérios mais fortemente acadêmicos e meritocráticos para a avaliação da atividade científica.

O que foi discutido acima mostra que tanto no setor público como no privado houve dificuldade em se constituir um ethos acadêmico, ou seja, uma visão de mundo baseada nos valores da ciência moderna, de investigação empírica e racional da realidade. Nesta tese prefere-se falar em um sistema de personalidade de orientação cognitivo-

instrumental. Durham (2003) aponta essas dificuldades tanto por razões estruturais como por resultado das ações dos agentes.

Tem-se por objetivo aqui investigar mesmo como a orientação cognitivo-instrumental do sistema de personalidade, esse ethos acadêmico de que fala Durham (1998), encontra-se subsumida a uma moral estamental do dever entre pesquisadores situados no núcleo das instituições de pesquisa científica no Brasil. As relações de centralismo burocrático e clientelismo político que coordenam o sistema de ensino superior brasileiro apontados por Durham (1998) parecem corroborar esta tese.

O desinteresse da pesquisa institucionalizada nas universidades brasileiras não é tão simples. Existe sim, a partir dessa institucionalização, a garantia de que a pesquisa não esteja atrelada à solução de problemas político-econômicos imediatos. O contrato de professores pesquisadores como servidores públicos (no caso das IES públicas) e a autonomia institucional da organização em si, com orçamento financeiro independente de algum resultado que solucionasse um problema identificado por políticos, empresários, sindicatos ou qualquer outro setor da sociedade, permite que a escolha dos problemas científicos seja realizada pelo próprio grupo de profissionais diretamente envolvidos com essa atividade. Mas, como se argumenta, a justificativa para a escolha destes problemas não é e não se desenvolveu em direção a valores puramente acadêmicos e à especialização do seu trabalho. A busca desinteressada pela verdade e a organização social da provisoriedade do conhecimento são colocadas como instrumentos de um serviço que o grupo profissional pode e deve prestar à sociedade, o de desenvolvê-la. Faltam apenas compreensão e reconhecimento da sociedade para com esse papel da atividade científica. Assim, existe uma moralidade estamental que dá sentido à orientação cognitivo-instrumental da personalidade dos cientistas neste núcleo de produção científica.

4.2 A Universidade Finlandesa e o Processo Histórico de Institucionalização Público Racional

Durante os séculos XII e XV, a influência cultural no território que hoje se conhece como a Finlândia era exercida pela Igreja Católica, principalmente vinda do Reino da Suécia. O Rei sueco, Eric, o Santo, e o bispo Santo Henrique, “estabeleceram na Finlândia a primeira organização eclesiástica quando da primeira Cruzada, em torno de

1157” (GALLEN, 1971, p. 09). Em 1300 foi inaugurada a catedral da Diocese da Finlândia, na cidade de Turku (em sueco, chamada Åbo). Esta cidade seria a capital do território finlandês, então parte do Reino sueco, até a dominação russa a partir de 1808.

Até o século XV, os bispos e estudiosos de Turku iam à Universidade de Paris, então centro intelectual do catolicismo, completar seus estudos mais avançados. Mas os movimentos da Reforma Protestante influenciaram a vida cultural finlandesa, e então a Alemanha passa a ser o destino de estudiosos do País. Durante a primeira metade do século XVI, o Rei Gustav I da Suécia entrou em conflito com o Papa Clemente VII para nomear arcebispos da Igreja da Suécia, na medida em que os escolhidos pela Igreja Católica de Roma faziam oposição ao Rei. A intransigência do Papa fez com que o próprio Gustav I nomeasse os arcebispos. Essa perda do controle da Igreja de Roma sobre a Igreja da Suécia abriu as portas para a influência de intelectuais luteranos neste país. A tradução do Novo Testamento para o sueco em 1540, a chamada “Bíblia de Gustav Vasa”, foi feita a partir da tradução alemã de Martinho Lutero. Mikael Agricola, considerado o pai da literatura finlandesa, foi um discípulo de Lutero e de Melanchthon (um dos líderes da Reforma Luterana alemã), e ajudou a disseminar a cultura protestante entre a população finlandesa (GALLEN, 1971).

A influência protestante foi sentida durante o reinado dos Vasa³¹. Mas em 1633 assumiu Christina Alexandra como Rainha Regente da Suécia. Única herdeira de Gustavus Adolphus, Christina tinha apenas seis anos quando seu pai faleceu na Guerra dos Trinta Anos. A Rainha foi influenciada pelos movimentos da Contra Reforma e converteu-se ao catolicismo em 1654, abdicando então do trono. Durante seu reinado, em 1640, foi inaugurada a Universidade de Turku. Essa universidade foi inaugurada sob a influência humanista de Christina, o que colocou a instituição no centro de conflitos entre as correntes de pensamento do humanismo católico e do protestantismo luterano. Segundo Gallen (1971), houve tensões entre correntes de pensamento no interior da Universidade de Turku, e a influência da igreja luterana era bastante forte. Segundo o autor, a ortodoxia luterana

31 A Dinastia dos Vasa reinou a Suécia de 1523 a 1654 e também a República das duas Nações (Comunidade Polaco-Lituana) de 1587 a 1668. A Dinastia se originou de uma família nobre de Uppland, território situado na costa leste da Suécia, imediatamente ao norte de Stokholm. O Rei Gustavus Adolphus, dessa Dinastia, foi vitorioso ao invadir o Sacro Império Romano durante a Guerra dos Trinta Anos, derrotando os católicos e reconquistando alguns territórios que os protestantes alemães haviam perdido na guerra. Sob seu comando os suecos venceram a Batalha de Lützen, mas Gustavus morreu em combate, assumindo então Christina, aos 6 anos, como Rainha Regente da Suécia.

passou por um período de dogmatismo que rechaçava ideais humanistas vindos de outros países.

Segundo Puntila (1975), a Universidade de Turku, em vez de erguer-se como um centro de difusão de ideais do Reino da Suécia, assumiu uma identidade própria já no fim do século XVII. Esta instituição serviu de ponte entre a intelectualidade finlandesa e a do restante dos países europeus. Sua fundação em meio a conflitos políticos e ideológicos (as tensões entre a dominação da igreja protestante e católica na sucessão da Dinastia Vasa), parece ter-lhe aberto uma oportunidade estrutural para um desenvolvimento autônomo. Segundo Gallen (1971), no século XVIII a Universidade de Turku tornou-se um centro dinâmico de desenvolvimento das Humanidades. A Suécia então já havia perdido seu status de grande potência, e a Finlândia já recebia influências culturais de todas as partes da Europa (principalmente Rússia, Alemanha e França).

Terje (1972) caracteriza a vida universitária no período que vai de 1721 a 1772 como a “Período da Utilidade” ('Age of Utility'). Ele observa que em 1764 uma aula de Pehr Adrian Gadd, da cadeira de Química da Universidade de Turku, foi intitulada “Means of Promoting the Utility of Chemical Science in Civic Communities” ('meios de promover a utilidade da ciência química nas comunidades civis'). Esse período de 50 anos na Universidade foi marcado pelas tentativas de melhorar os processos produtivos e atividades econômicas existentes na Finlândia. Os estudos sobre o alcatrão foram muito importantes, por exemplo, sendo a produção do mesmo o principal elemento de exportação daquele país na época. Esses estudos identificavam o potencial de melhoramento do alcatrão, as condições em que sua extração seria mais bem feita, e como poderia ser mais bem utilizado nas suas diversas aplicações (TERJE, 1972).

Mas antes de tornar-se independente, a Finlândia passou para o domínio russo. Em 1809 a Suécia perdeu a Guerra da Finlândia para o Império Russo, e teve de abdicar do território finlandês, sendo este declarado um Grão-Ducado russo³². Em setembro desse ano, Suécia e Rússia assinaram o Tratado de Hamina, um acordo de paz em que os territórios que hoje constituem a Finlândia foram cedidos à Rússia. A partir dessa época, sob domínio russo, o povo finlandês experimentou um aumento de sua autonomia política nos

32 O Reino da Suécia e o Império Russo já haviam entrado em conflitos anteriormente. A Guerra Finlandesa durou de fevereiro de 1808 a setembro de 1809, com a derrota do Reino da Suécia. Como consequência a Finlândia tornou-se território autônomo do Império Russo (um Grão-Ducado) e a dinastia dos Vasa chegou ao fim. Na Suécia se iniciou o reinado da Casa dos Bernadotte, e o parlamento sueco adotou uma nova constituição.

limites de seu território. A vida política e cultural finlandesa floresceu e desenvolveu-se um pensamento nacionalista no Grão-Ducado. A política russa se opôs pouco a esse movimento na medida em que via nele um distanciamento do Grão-Ducado em relação às influências suecas. As correntes de pensamento liberal (político e econômico) foram bastante influentes durante esse período e temas como a situação da mulher na sociedade e as liberdades religiosas passaram para o centro do debate do Grão-Ducado da Finlândia (GALLEN, 1971).

Segundo Terje (1972), a partir de 1809, o pensamento utilitarista, que predominou na universidade durante a fase anterior, declinou, dando lugar à filosofia idealista, que foi absorvida e instrumentalizada na formação de um pensamento e filosofia nacionais finlandeses. Um dos grandes nomes da filosofia nacionalista finlandesa dessa época foi Johan Vilhelm Snellman (1806 – 1881), que defendeu uma tese sobre a obra de Hegel, tendo sido nomeado conferencista (“lecturer”) da Universidade de Helsinque em 1835.

Como aponta Collins (2005), a universidade finlandesa também foi reformada segundo o modelo alemão durante o século XIX. Tal reforma implicou na adoção do modelo investigativo de universidade, encabeçada por discussões filosóficas, em oposição à escolástica e à teologia que predominaram nos séculos anteriores. Antes da supremacia da filosofia, a decadência da escolástica permitiu a um pensamento utilitário e técnico ascender como resposta às discussões metafísicas e especulativas, tanto na Alemanha como na Finlândia. Essa rota de desenvolvimento intelectual tendia, segundo Collins (2005), para o fim da universidade tal como se lhe conhece hoje. Era comum a visão de que as universidades poderiam ser substituídas por escolas profissionais e técnicas que repudiavam qualquer forma de pensamento abstrato. A ascensão do idealismo nas universidades alemãs (primeiramente na Universidade de Berlim no início do século XIX) significou a academicização da filosofia e a instituição da universidade moderna investigativa. O idealismo munuiu-se dos métodos próprios à escolástica – como a exegese dos textos, e o estudo aprofundado e abstrato de objetos bem delimitados – e se debruçou sobre temas seculares e a realidade empírica, evitando assim que todo legado universitário da Idade Média fosse simplesmente esquecido e suplantado. Essa virada institucional da universidade, tal como esta se organizava até o início da época moderna, garantiu a sobrevivência dessa instituição e o modelo de universidade investigativa foi exportado da Alemanha para o resto do mundo.

Foi assim que a Universidade de Turku exerceu o papel de fomentar, criar e desenvolver a cultura nacional. Foi através dela que os finlandeses abriram espaço para o florescimento de uma consciência nacional, uma consciência de que nos limites da península finlandesa existia um povo com cultura e dinâmica específicas. O contraste é grande quando colocado à luz do desenvolvimento da instituição universitária no Brasil, conforme analisado por Teixeira (1989). No caso finlandês, a universidade esteve no centro do desenvolvimento da cultura nacional, mesmo que tal processo tenha se iniciado enquanto o país era dependente, parte de um reino estrangeiro. A sociedade finlandesa colocou tal projeto no centro do seu desenvolvimento. Como dito, tendo sido instituída pela Rainha Regente da Suécia em um período de crise cultural e política, a Universidade de Turku logo se voltou para a investigação da realidade local, incorporando o pensamento e as ciências desenvolvidas nos centros dinâmicos da vida intelectual europeia daquela época.

Ao contrário, no Brasil essa instituição esteve ausente do mesmo desenvolvimento. Durante todo o período do Império, justamente o de constituição da cultura e vida nacional brasileiras, o país perdeu sua referência universitária (que durante a Colônia foi a Universidade de Coimbra). A elite brasileira e a Casa de Bragança no Brasil sistematicamente protelaram e se esquivaram do projeto de desenvolvimento da universidade durante a constituição do Brasil independente, a despeito de terem assumido o controle político das decisões econômicas internas, como analisa F. Fernandes (2006).

Em 1828 a Universidade de Turku foi renomeada como Universidade Imperial de Alexandre e transferida para Helsinki, a nova capital. A instituição continuou como centro de desenvolvimento de um pensamento nacional influenciado pelas correntes de pensamento e pela vida cultural da Europa continental (GALLEN, 1971). Entretanto, no período do reinado de Nicolau I na Rússia, de 1825 a 1855, o território finlandês experimentou um fortalecimento do controle russo. A transferência da universidade de Turku (costa sudoeste) para Helsinki (costa sudeste – mais próxima às fronteiras da Rússia) fez parte dessa tentativa do Império de fortalecer seu controle sobre o Grão-Ducado. Snellman, importante pensador hegeliano do nacionalismo finlandês, teve sua vaga de professor na Universidade revogada por um procedimento jurídico que visava o controle de intelectuais opositoristas ao Império Russo. Snellman só pode retomar suas atividades como jornalista, publicando periódicos políticos sobre as condições de vida finlandesas, após a morte de

Nicolau I, em 1855. Em 1863 tornou-se senador da Dieta do Grão-Ducado³³ (PUNTILA, 1975).

Mesmo sob o controle intervencionista do Império Russo, a Universidade de Turku, depois Universidade Imperial de Alexandre, contribuiu para a disseminação de ideais de formação de uma nação finlandesa, através de parte de seu professorado, mas também através das associações estudantis. Ideais reformistas vindos da Europa continental encontravam ressonância entre essas associações estudantis finlandesas, que passaram a serem vistas com suspeita pelo Império Russo e seus embaixadores na Finlândia. Diferentemente do Brasil, a nobreza finlandesa não via na Universidade um caminho para que seus filhos assumissem postos de comando da vida política finlandesa. Segundo Puntila (1975), a nobreza era formada em instituições russas, retornando como oficiais da burocracia do Grão-Ducado e também dos regimentos finlandeses do exército imperial. A universidade, nesse sentido, não serviu para a formação de uma elite política em um cenário de dominação heterônoma: ela esteve sim mais conectada à vida social do território finlandês, formando uma elite letrada que atuava no jornalismo, na arquitetura, nas artes, nas escolas básicas e técnicas e chefiando a indústria. Esses profissionais se interessavam por desenvolver a identidade nacional de seu território, enquanto a burocracia estatal era dominada por oficiais russos ou finlandeses leais ao Império formados nas escolas deste. A formação de quadros de funcionários para uma administração propriamente nacional se iniciou somente após a independência e, segundo Puntila (1975), com severas dificuldades impostas pela falta de experiência dos finlandeses em assuntos como a política internacional, por exemplo, antes disso totalmente monopolizada pela administração russa.

Em 1856 assumiu Alexandre II como imperador russo. Este, mais consciente das fraquezas do Império Russo, favoreceu o desenvolvimento da opinião pública finlandesa. Presidindo a abertura da Dieta Finlandesa em 1863, apresentou um discurso favorável à autonomia política do Grão-Ducado e prometeu um reinado constitucional do Império sobre seus territórios. A instalação da Dieta Finlandesa foi feita convocando-se os “estados” que, então, constituíam a sociedade finlandesa herdeira da organização social sueca: a nobreza (chefes e/ou representantes das famílias nobres detinham cada qual sua vaga), o clero (elegiam seus representantes padres e também professores da universidade), a

33 Dieta é uma assembleia deliberativa. As instituições parlamentares eram mais comumente denominadas assim na história dos países monárquicos europeus.

burguesia (elegiam seus representantes os moradores das cidades com rendimentos que ultrapassavam o patamar de taxaço de impostos) e o campesinato (elegiam seus representantes os camponeses que eram donos de sua própria propriedade) (PUNTILA, 1975).

O Czar Russo, Nicolau II, que governou de 1894 a 1917, retomou as tentativas de fortalecer o controle sobre o território finlandês, negando à sua população as liberdades concedidas até então. Essa nova conjuntura gerou oposição tanto dos finlandeses como de uma opinião pública internacional, em que intelectuais como Émile Zola, Paul Meyer, Ernest Lavisse, entre outros, assinaram uma petição a favor das liberdades finlandesas entregue ao Tsar em São Petersburgo (GALLEN, 1971).

O recrudescimento do controle russo e a instabilidade desse Império, (demonstrada pela Guerra Russo-Japonesa em 1904 e a instabilidade interna de 1905 a 1917, culminando com a tomada do poder pelos bolcheviques) favoreceram a oposição finlandesa ao domínio externo e o enfraquecimento das alas que defendiam uma solução conciliatória entre Rússia e Finlândia para a crise. Em um primeiro momento, as forças sociais mais conservadoras foram aquelas que defendiam uma solução conciliatória entre os dois países. Os social-democratas (cujo partido foi fundado em 1899, adotando de início o marxismo como base de sua plataforma política) eram favoráveis à independência e davam suporte aos radicais e revolucionários russos que se opunham ao Tsar.

Em 1905 fez-se a Declaração Vermelha ('Red Declaration') em Tampere³⁴. No mesmo ano formou-se a Guarda Vermelha na Finlândia e ocorreu a Greve Geral, que visava pressionar o Tsar por liberdades políticas e garantias sociais para a classe trabalhadora. Na Rússia ocorria a Revolução de 1905, que forçou o Tsar a adotar um regime de monarquia constitucional. Esse então assinou o Manifesto de Novembro no mesmo ano, no qual fez algumas concessões às demandas levantadas durante a Greve Geral. Mas tal manifesto contentou apenas a ala conservadora e moderada da Dieta da Finlândia, deixando os social-democratas insatisfeitos, pois almejaram objetivos mais amplos, em consonância com a classe trabalhadora russa. Em resposta ao armamento da classe trabalhadora com a Guarda

34 Tampere é a maior cidade não-costeira de toda os países nórdicos (Dinamarca, Noruega, Finlândia e Islândia) com aproximadamente 250 mil habitantes. Essa cidade teve um desenvolvimento industrial precoce devido a um acidente geográfico que formou uma corredeira entre dois lagos, possibilitando geração de energia na mesma. Por esse motivo, a cidade era sede de muitos sindicatos de trabalhadores e uma importante base do Partido Social Democrata.

Vermelha, a elite do país criou a Guarda Nacional (composta basicamente de estudantes). (PUNTILA, 1975).

Uma das consequências desse processo em que se gestava na Finlândia uma oposição cada vez mais agravada à dominação russa foi o fim da Dieta tetra-cameral finlandesa. Instituiu-se então o Parlamento Finlandês, cujos membros seriam eleitos por sufrágio universal para. A Finlândia foi por isso o primeiro país a garantir o voto às mulheres na Europa já em 1905. No âmbito municipal, o sufrágio universal se instituiu em 1917. Até então os votos estavam vinculados à quantidade de impostos pagos pelos estratos da população. No plano geral, a independência alavancou um processo de transformação da organização da sociedade finlandesa, rompendo com as formas de classificação estamentais que até então a caracterizavam, já que estas correspondiam às estruturas da dominação estrangeira à qual a Finlândia estava sujeita³⁵.

Em 1914 o Tsar Russo assinou um plano de russificação da Finlândia e tornou-o público, apesar de ter proibido sua discussão. Nesse momento, todas as forças nacionais finlandesas se alinharam em oposição à Rússia, mantendo-se favorável à mesma somente os industriais finlandeses, cujo capital era escasso e extremamente dependente das exportações para esse país.

Com a revolução de março de 1917 na Rússia, em que Nicolas II abdicou do trono, assim como seu irmão e sucessor, Grão Duque Michael, assumindo o Governo Provisório, o Parlamento finlandês fez demandas pelo aumento da autonomia de seu território, no que foi atendido pelo novo governo russo. Os desdobramentos da primeira Guerra Mundial foram cruciais para a conquista e a manutenção da independência finlandesa. A Alemanha derrotou o Império Russo e em outubro de 1917 os bolcheviques subiram ao poder, assinando um acordo de paz com a Alemanha. Ao fim da Guerra, França e Grã-Bretanha derrotaram a Alemanha, mas ficaram eximidas de suas responsabilidades com a Rússia, sua aliada, desde que esta assinara um acordo de paz unilateral com os derrotados. Em Janeiro de 1918, ainda em meio à Guerra Mundial, iniciou-se a Guerra Civil da Finlândia, entre Vermelhos e Brancos. Os primeiros eram formados em sua maioria por operários e membros do Partido Social Democrata, com base nos centros urbanos mais industrializados do sul do país, principalmente das cidades de Tampere e Helsinki. O Exército branco foi formado e comandado pelas classes médias das áreas rurais do centro-

35 A Dieta trata-cameral era a forma de organização política herdada da Suécia (PUNTILA, 1975).

oeste do país, contando no seu núcleo com as tropas Jäger, que foram tropas finlandesas treinadas na Alemanha desde 1915 como uma iniciativa clandestina de buscar a independência em relação à Rússia.

Durante a Guerra Civil, os Brancos buscaram apoio alemão, os Vermelhos apoio soviético. Os Brancos venceram, mas com a derrota da Alemanha e as manobras do General Branco, Mannerheim, que logrou barrar um envolvimento expressivo das forças alemãs em território nacional, as relações entre Finlândia e Alemanha não foram um obstáculo para que França e Grã-Bretanha reconhecessem a independência finlandesa. Lênin, apesar do apoio dado à Guarda Vermelha durante a Guerra Civil, também reconheceu a independência da Finlândia baseado no princípio da autodeterminação dos povos, além da fragilidade dos soviéticos em relação ao Ocidente capitalista nesses primeiros anos de poder. A singularidade desses acontecimentos se desdobrou em uma política externa baseada no princípio da neutralidade, em que a Finlândia frequentemente teve de lidar com as influências e riscos vindos de todas as partes da Europa, e principalmente da vizinha do leste. Essa política marcou sua atuação na Segunda Guerra Mundial, em que, reagindo à invasão da União Soviética sobre seu território, iniciou a Guerra de Inverno entre 1939 e 1940 contra a mesma. As potências ocidentais, não acreditando na capacidade de resistência dos finlandeses, não intervieram, tendo apenas condenado a invasão através da Liga das Nações, expulsando mais tarde a URSS da mesma. Como resultado dessa Guerra, a Finlândia assinou um acordo de paz em que cedeu alguns territórios à URSS, não antes de ter resistido ao ataque soviético em que as perdas deste lado foram calculadas em torno de 125 mil soldados e 3 mil tanques, enquanto do lado finlandês limitaram-se a 25 mil soldados e 32 tanques (PUNTILA, 1975).

Após a independência em 1918, a política interna finlandesa fez grandes esforços para 'finlandizar' ("finnicize") a educação no país, principalmente as universidades, que em grande medida, eram dominadas pela cultura sueca, uma minoria no país, mas cuja população era representativamente mais escolarizada que os falantes de finlandês.

Segundo Puntila (1975), desde os primórdios da independência, mas mais acentuadamente depois da 2ª Guerra, houve relativo consenso entre as facções políticas da Finlândia de que investimentos sociais eram necessários, consolidando um modelo de Estado de Bem-Estar Social nos moldes dos países escandinavos. Havia tensões entre associações de industriais e os sindicatos dos trabalhadores como reflexo da polarização que

marcou a Guerra Civil no país em 1918. Segundo Waris (1971), o Estado interveio nas negociações, tentando estabelecer canais de comunicação entre as partes, baseando-se nos modelos escandinavos. O Estado finlandês também fez grandes esforços para dinamizar algumas áreas econômicas que julgavam estratégicas, como geração de energia, mineração e a indústria madeireira. Waris (1971) afirma que após a 2ª Guerra a manutenção do pleno emprego foi norma de toda política econômica e social. Formou-se também um consenso de que o Estado deveria intervir toda vez que o equilíbrio entre oferta e procura de trabalho fosse rompido. Com a estabilidade econômica, as relações comerciais com a URSS foram mais tarde retomadas, e esta publicizava seu comércio com a Finlândia para estabelecer um modelo de relação pacífica entre ela e países não socialistas vizinhos.

Pylkkänen (2007) divide o processo de modernização finlandês durante o século XX em três fases. Discutindo questões de gênero no modelo de Estado de Bem-Estar Social nórdico-finlandês, a autora mostra como após a Guerra Civil, na década de 1920, se inicia essa modernização com uma lei do casamento, equiparando formalmente homens e mulheres e assumindo o aspecto contratual da relação marital. Surgiram nesse período políticas de assistência, mas que se destinavam apenas aos mais pobres, implicando uma noção estigmatizada das “mães vermelhas” ou dos “órfãos vermelhos” (familiares dos combatentes do exército vermelho durante a Guerra Civil, os quais foram derrotados). Até a década de 1960, as políticas, segundo a autora, assumiram um viés conservador, com as leis assumindo um modelo normativo de família tradicional, colocando a mulher no centro das provisões de bem-estar no ambiente doméstico. Isto só foi questionado com as políticas universalizantes da década de 1960 (início da segunda fase de modernização), quando se reconheceram direitos individuais e se garantiu proteção às crianças independentemente da relação matrimonial de seus pais. O sistema de bem-estar passou a reforçar a equidade entre todos os cidadãos e a encorajar a liberdade universal e a independência econômica de todos os indivíduos, independentemente de gênero ou status familiar.

Segundo Pylkkänen (2007), este sistema de Bem-Estar foi fortemente baseado na ênfase do direito de todo cidadão à educação de qualidade, o que fez com que a oferta privada de ensino superior no país fosse suprimida. Segundo Saarivirta (2010), a década de 1960 até o início da década de 1970 foi o período de grande expansão do ensino superior finlandês. Sob o slogan de “educação para todos”, foi nesse período que se terminou de

fundar o número atual de 21 universidades e 31 politécnicas, para uma população de 5.2 milhões de pessoas. Nas palavras da autora,

O sistema de educação superior dos países nórdicos é caracterizado pelo enorme papel que desempenha o seu Welfare State. Nestes países a educação tem sido vista como um dos liames mais fortes na equalização das pessoas e dando possibilidades similares para todos treinarem e educarem a si próprios. Esta é também a razão para o alargamento do sistema de educação superior na Finlândia e noutros países nórdicos (SAARIVIRTA, 2010, p. 361)³⁶.

Internamente, nas décadas de 1950 e 1960, as universidades caracterizavam-se por um forte e tradicional academicismo, enfatizando as ciências puras – especialmente as humanidades – estritamente separadas das 'ciências úteis'. Mas a partir desse período a importância da ciência para a sociedade e a economia começou a ser debatida e se implementaram políticas de modernização e expansão das universidades (KAUKONEN e NIEMINEN, 1999).

A Legislação de Desenvolvimento de 1966 permitiu a expansão quantitativa das instituições, do número de professores e do número de vagas disponíveis para estudantes. O objetivo da legislação era controlar e coordenar a expansão do ensino superior finlandês, direcionando estudantes e recursos para as ciências naturais e tecnológicas. A política governamental, ao implementar tal legislação, visou aumentar a equidade social através da expansão e regionalização do SES finlandês, além de incrementar as medidas de bem-estar para os alunos matriculados. Apesar disso, nem todos os estudantes do segundo grau que eram aprovados no exame final, ou *ylioppilastutkinto* (em sueco *studentexamen*) tinham vagas disponíveis. As vagas eram deliberadamente controladas a partir das perspectivas governamentais. Mesmo assim, historicamente as universidades finlandesas, desde a década de 1950 já contavam com uma proporção de mulheres e de filhos de trabalhadores matriculados nas IES muito superior ao restante da Europa. A Legislação de Desenvolvimento vigorou entre 1966 e 1986 (SILIUS, 1987).

Até 1965 apenas cinco cidades finlandesas possuíam universidades: Helsinki, Turku, Tampere, Jyväskylä e Oulu (em sueco Helsingfors, Åbo, Tammerfors, Jyväskylä e Uleåborg respectivamente). Durante a implementação da Legislação de Desenvolvimento

³⁶ Tradução livre de: “The Nordic higher education system is characterised by the huge role that the notion of the welfare state plays. In Nordic countries education has been seen as one of the strongest links in equalising people and giving similar possibilities for all to train and educate themselves. That is also a reason for the enlargement of the higher education system in Finland and other Nordic countries .”

esse número de cidades foi duplicado com vistas a regionalizar as instituições e a oferta de vagas. Segundo Silius (1987), todas as instituições criadas o foram com programas de pós-graduação e pesquisa. Isso divergiu do modelo de expansão do ES em muitos países europeus, onde as universidades regionais dispensaram a pesquisa e a pós-graduação. Para o autor isso foi parte de uma perspectiva de que pesquisa e ensino deviam estar conectados, sob risco de se prejudicar ambas as atividades em uma eventual separação das mesmas em diferentes instituições.

Em 1981 a última IE finlandesa foi nacionalizada, não restando desde então nenhuma instituição privada de ES na Finlândia. Até a década de 1980 não havia intenções de descentralizar a forma de governança das IES finlandesas, sendo todas reguladas pelo governo central. Nos conselhos internos das IES tampouco havia agentes externos compondo-os. Para os agentes internos a perspectiva de representantes da comunidade externa tendo voz nos conselhos sempre foi vista como prejudicial à autonomia das IES e sua capacidade de se autodeterminar (SILIUS, 1987). Segundo Silius (1987), na década de 1980 algumas medidas estavam sendo tomadas para aproximar a universidade da sociedade. Essas medidas foram aplicadas a partir da década de noventa, trazendo muitas mudanças para as IES do país (HÖLTTÄ e NUOTIO, 1995; ELANDER et al., 2009).

Os programas de estudo também sofreram reformas durante a década de 1970. Os objetivos das reformas visavam uma educação mais vocacional e em conformidade com a relevância social dos programas, de acordo com as diretrizes do governo. Mas houve tensões na tentativa de implementar essas reformas, que resultaram na incorporação de conteúdos vocacionais nos programas das ciências naturais, sociais e no das artes, mas também um aumento do tempo de graduação para cursos como Administração e Medicina, que são tradicionalmente vocacionais, tendo os mesmos incorporado conteúdos científicos e sociais em seus programas. Silius (1987) atribui essas tensões ao posicionamento contrário à interferência da indústria nos assuntos de ES tanto por parte da comunidade interna às IES como por parte do Partido Social Democrata, que governou o país por algum tempo desde a década de 1960.

Durante esse período de desenvolvimento discutido por Silius (1987), o esquema de financiamento das universidades finlandesas era totalmente controlado pelo parlamento, assim como a criação de vagas e seu nível salarial. A disponibilidade de recursos para laboratórios e bibliotecas também era decidida pelo parlamento, sendo os

mesmos intransferíveis para outras finalidades. Tal situação começou a mudar com as reformas da década de 1990 e mudou radicalmente com a Lei das Universidades (*Universities Act*) de 2009 que atualmente vigora como a legislação das universidades finlandesas (ELANDER et al., 2009).

Na década de 1990, terceira fase da modernização segundo Pylkkänen (2007), iniciaram-se processos contraditórios, pois a guinada liberal nas políticas do Estado de Bem-Estar Social finlandês, com a entrada do país na Comunidade Europeia em 1995, contra seu aspecto mais comunitário de até então, passou a considerar alguns serviços, até então considerados direitos dos cidadãos, como passíveis de escolha individual. Um exemplo foi a oferta de assistência financeira para que pais pudessem escolher entre cuidar de seus filhos em casa ou colocá-los nas creches enquanto trabalhavam. A autora discute como isso acabou reintroduzindo a desigualdade de gênero, na medida em que quem mais escolheu a opção da assistência financeira para o cuidado doméstico dos filhos foram mulheres desempregadas.

Este terceiro período também provocou repercussões nas políticas para o ensino superior, na medida em que a comparação e a competição entre instituições internacionais se acentuaram, e o país passou por um período de recessão econômica durante a década de 1990. A partir de então se buscaram políticas que tentam reestruturar o sistema de ensino superior finlandês, conferindo-lhes maior autonomia financeira (com a possibilidade de buscar recursos fora do Ministério da Educação, ao qual todo sistema está ligado), e realizando estudos para concentrar as universidades (bastante espalhadas pelo território) em complexos maiores (SAARIVIRTA, 2010).

Em 2009, havia 20 instituições, mas parte dos objetivos da legislação era concentrar e diminuir o número de universidades, existindo em 2014 apenas 14 delas³⁷. Desde as reformas da década de 1990 e na legislação de 2009, os objetivos das políticas era tornar as universidades mais autônomas em relação ao poder central do país, impelindo-as a estabelecer relações mais consistentes com seu entorno. Segundo Elander et al. (2009), as transformações ocorridas nesse período significaram a transição de uma cultura burocrática para uma empreendedora (*'entrepreneurial'*) entre as IES. Essa transição não foi completa e sofre resistência de diversos setores da sociedade finlandesa (internos e externos à universidade). Para esses autores, isso se deve ao caráter reativo e estritamente controlador da relação entre universidades e governo central que se consolidou historicamente no SES

37 Ver <<http://www.studyinfinland.fi/institutions/universities>>

finlandês. Já para Pekkola (2009) essas reformas do ES na Finlândia entre as décadas de 1990 e 2000 são um exemplo de resoluções tecnocráticas das questões sociais. Para este autor, governos de direita no país implantaram políticas neoliberais justificando-as como sendo inevitáveis para que a Finlândia continuasse a crescer economicamente em tempos de crise de seu setor industrial tradicional (como os setores de florestamento, papel e naval). A disseminação de uma cultura da inovação entre a população seria um dos grandes objetivos de políticos da direita, além de tornar as universidades em fábricas de geração de valor na nova economia informacional e globalizada. Apesar do risco de tal cenário se concretizar, grupos estudantis foram, segundo o autor, os mais ativos opositores a essas políticas, o que também demonstra a dificuldade de se implementar medidas tecnocráticas sem qualquer discussão pública no país.

Um dos elementos bastante destacados na estruturação do SES finlandês é sua internacionalização. Desde principalmente as mudanças da década de 1990, a tentativa de criar instituições de excelência acadêmica no país deparou-se com uma dificuldade estrutural: a capacidade de um país de 5 milhões de habitantes financiar uma instituição com projeção internacional. Como mostram Elander et al. (2009), as universidades mais prestigiosas dos EUA tem orçamentos anuais que ultrapassam a casa dos bilhões de dólares. A Finlândia, diante disso, optou por incentivar interações interinstitucionais domésticas e internacionais, assim como a busca por fundos vindos do exterior. Segundo Kaukonen e Nieminen (1999), em 1995, a União Europeia (UE) e empresas estrangeiras já financiavam pesquisas nas universidades finlandesas, em todas as áreas disciplinares. As pesquisas na área de medicina, por exemplo, recebiam 6% de seus recursos de organizações estrangeiras e mais 1% de projetos financiados pela UE.

A legislação de 2009 conferiu mais flexibilidade às instituições, para que pudessem responder mais rapidamente, e com base nas suas próprias diretrizes, às mudanças do seu ambiente social. A legislação as forçou a diversificar sua fonte de recursos, além de competir por recursos para pesquisa no âmbito internacional. As universidades então se tornaram entidades legais independentes, e não mais entidades públicas financiadas pelo Estado. Este garante um fundo básico e nuclear para as atividades fins das instituições, que continuam sendo pesquisa e ensino. A autonomia das universidades, no caso finlandês, está ligada à sua capacidade de gerir seu próprio funcionamento e recursos, sem controle

governamental direto. A gratuidade do ensino nas universidades se manteve, apesar de se levantar a possibilidade de cobrar taxas para estudantes de fora da União Europeia.

Em síntese, a formação da universidade finlandesa encontrou desde sua origem espaço para sua autonomização, mas não descolamento da vida social, tendo colocado no foco de suas preocupações a vida prática e econômica regional desde o século XVIII. A partir do século XIX, a preocupação com a vida prática e econômica regional esteve articulada com o desenvolvimento de uma “ciência desinteressada” na perspectiva humboldtiana, o que permitiu articular a perspectiva prática com a reflexão filosófico epistemológica que caracteriza os sistemas universitários avançados.

A instituição da Universidade de Turku (mais tarde de Helsinki) em meio a conflitos de interesses e de dominação cultural entre a Igreja Católica Romana e a Reforma Protestante, nunca fez dela um centro de pensamento conservador e atrasado como muitas universidades europeias. E ainda assim, durante o século XIX, ela adotou também o modelo alemão de universidade investigativa, colocando a filosofia no centro das disciplinas e estruturando a pesquisa científica da realidade concreta como sua principal atividade. A estrutura acadêmica se fortaleceu durante o século XX e se expandiu com as políticas de desenvolvimento e regionalização do ES desse período. As reformas da década de 1990, visando reaproximar sociedade e universidade, considerada muito acadêmica pelos formuladores de políticas, e integrá-la em atividades de inovação da economia nacional, não são parte de um discurso da própria comunidade acadêmica, mas uma demanda da sociedade canalizada através do parlamento. A legislação de 2009, que buscou responder a essa demanda, não fez para isso intervenções administrativas nas questões substantivas da atividade acadêmica, mas fortaleceu a autonomia financeira e institucional das IES ao mesmo tempo em que criou mecanismos para que os governos controlem sua atividade-fim e não seus processos internos.

É possível assim entender melhor como se forma uma ética de profissionalismo entre um grupo de cientistas ligados à pesquisa tecnológica no interior do SES finlandês, como se observará a seguir, na análise das entrevistas desses cientistas.

5 A MORAL DO DEVER ESTAMENTAL E A ÉTICA DE PROFISSIONALISMO EM PERSPECTIVA COMPARADA

Uma das primeiras constatações na análise das entrevistas dos pesquisadores brasileiros é a percepção generalizada sobre a falta de reconhecimento social da atividade científica no país. Dos onze entrevistados, oito foram categóricos em afirmar que esse reconhecimento não existe. Os três outros, apesar de considerarem que existe tal reconhecimento, fizeram ressalvas. Para um deles, havia reconhecimento da mídia e dos pares, mas não do governo, que não paga bem os pesquisadores e criam leis como a Lei de Licitações n. 8.666 de 1993, denominada por ele como lei do controle, em sua opinião, o maior problema da ciência no Brasil. Outra pesquisadora, apesar de afirmar que havia sim reconhecimento, deixou claro que se tratava de um otimismo da sua parte. Segundo ela

A resposta da sociedade é lenta. A universidade olha os problemas de forma não-convencional. Quando a comunidade externa percebe a necessidade desse olhar, ela vem buscar o olhar novo da universidade para as coisas. Sou otimista (Pesquisadora em Engenharia Civil e Ambiental da Poli-USP).

O terceiro pesquisador que percebe reconhecimento social, refere-se também à mídia que já o buscou para dar entrevistas, tratando-o com um respeito e cuidado “até mais do que deveria”. Entretanto, para ele não existem boas universidades em todas as regiões do país.

Em torno das boas cidades, regiões e estados existem. Até por que não é por acaso; por que você tem ali uma sociedade, um grupo mais bem preparado. Naquele entorno eu acho que há um reconhecimento sim (Pesquisador em Planejamento Energético da COPPE-UFRJ).

Na realidade, foi comum a percepção de que a questão do reconhecimento deveria ser fracionada. Seja sob o critério socioeconômico da população – em que as populações de baixa renda e menos instruídas, maioria da sociedade brasileira, não veem valor na atividade científica – seja sob o prisma de categorias profissionais – a mídia reconhece, mas os políticos não – seja sob o prisma do nível educacional e até mesmo sob a divisão entre comunidade interna e externa à própria universidade.

Alguns elementos das respostas sobre reconhecimento social chamam a atenção. Primeiro a percepção comum a muitos entrevistados de que a população em geral

olha para a academia com certo ar de admiração por algo desconhecido, indefinido, não entendendo para que ela serve. Um dos pesquisadores fez a seguinte consideração,

Gosto de fazer o que eu faço. Gosto de pensar em problemas difíceis, procurar métodos de resolver esses problemas, trabalhar com os alunos para resolver esses problemas. Eu gostaria que isso tivesse uma relevância social. Que isso fosse valorizado institucionalmente - quer dizer institucionalmente é, por que você consegue publicar, etc. Mas fico chateado que o país em si não valoriza muito isso. A gente passa por uma categoria de pessoas que ficam em uma torre de marfim, que fazem coisas que não tem nenhuma utilidade prática, o que você não vê lá fora, onde as pessoas procuram a universidade para resolver seus problemas (Pesquisador em Engenharia Química da Poli-USP).

Outra pesquisadora diz ainda

Acho que a sociedade não demonstra esse reconhecimento, mas por desconhecer o que é feito. Mas acho que se as coisas fossem divulgadas, tivesse uma política... (Pesquisadora em Engenharia Química da Poli-USP).

Vê-se, portanto, uma percepção de significativo distanciamento e alheamento da sociedade em geral em relação à produção científica. Na visão dos próprios pesquisadores, a sociedade não enxerga a universidade e a atividade científica como uma instituição e uma prática profissional enraizada na sociedade, mas antes como elementos da vida social que interrompem o horizonte das atividades 'normais' e 'úteis' da vida cotidiana.

Uma justificativa dada ao alheamento discutido é que “A academia está sempre milhas à frente em campos relativamente novos” (Pesquisador em Planejamento Energético da COPPE-UFRJ). Desse ponto de vista, é irrealista esperar que o público em geral tome conhecimento do que é produzido em termos de conhecimento científico e a falta de reconhecimento torna-se naturalizada.

Do mesmo modo, nem todos os pesquisadores viram com maus olhos o alheamento da sociedade e da falta de reconhecimento social da atividade científica.

O reconhecimento não deve ser o grande norteador da carreira acadêmica. Vai ser uma consequência do trabalho bem feito. Não é isso que vai motivar a pesquisa. Trabalho que visa o reconhecimento é um trabalho que está sujeito à fraude (Pesquisador em Engenharia Biomédica da COPPE-UFRJ).

Existe aí uma crítica ao reconhecimento, mas decorrente da sua própria inexistência. O pesquisador assume confortavelmente o alheamento em relação à vida social

pois isso o permite fazer pesquisa científica sem qualquer constrangimento. Buscar reconhecimento social para sua pesquisa o levaria a produzir resultados agradáveis a um público que, nas suas palavras, “não entende para que serve a academia”. A liberdade acadêmica assume portanto um caráter negativo, de ausência de constrangimentos.

Outra percepção comum entre pesquisadores é que empresários e a indústria de modo geral não valorizam a atividade científica. Dos onze entrevistados, nove deram esse tipo de relato e um disse que não podia reclamar, mas que se considerava um ponto fora da curva, pois fazendo pesquisa sobre a questão energética surgiam demandas, por exemplo da Petrobras, que o permitiam escolher projetos com muita liberdade. Na realidade, a Petrobras aparece como a grande investidora em pesquisa tanto para pesquisadores da COPPE-UFRJ como da Poli-USP. Mas tirando essa empresa brasileira, a maioria das parcerias com agentes externos se dá ou com organismos internacionais (Banco Mundial e *British Council*) ou com setores da administração pública (Ministérios e um relato de trabalho realizado com a prefeitura de São Paulo).

Para uma das pesquisadoras (Engenharia civil e ambiental da Poli-USP), no Brasil as “empresas (são) pouco acostumadas a utilizar pesquisa”. Três dentre os entrevistados relataram casos em que agentes da indústria mostraram interesse pelo seu trabalho científico, mas quando deparados com os gastos e procedimentos necessários para estabelecer a parceria e/ou acordo não deram mais respostas. O relato de uma das pesquisadoras segue assim,

Esse é o grande gargalo na relação universidade-empresa. A empresa quer muito produto de prateleira. Ele tem um problema e acha que a universidade já tem uma solução pronta. Eu até brinco aqui: Se a gente tivesse soluções prontas, a gente ganhava muito dinheiro. O empresário não quer saber se vai demorar seis meses pra investigar... Isso é uma coisa que assusta eles: o tempo que leva pra fazer esse trabalho, não é mágica (Pesquisadora em Engenharia Química da Poli-USP).

Dois pesquisadores criticaram as empresas brasileiras que lhes pareciam querer ser sustentadas pela universidade, ou por demandarem produtos prontos, de prateleira, ou por se aproveitarem de condições vantajosas como mão de obra qualificada e barata (estudantes bolsistas) e laboratórios equipados prontos para serem utilizados.

Para os pesquisadores, o governo também não reconhece a atividade científica. Dos onze entrevistados, sete relataram problemas com a burocracia envolvida em

seus trabalhos por conta de demandas que vem dos governos. Comum nessas falas foi a sensação de que os governos tratam aos pesquisadores como potenciais malfeitores, parecendo haver uma desconfiança institucionalizada. Uma das pesquisadoras diz,

Puxa vida, a gente vê tantos escândalos na área política, eu não acredito que professores universitários fossem fazer tanto coisa errada. São muito restritivas as regras pra gente. Tudo bem, é pra evitar... mas há uma facilitação pra gastar sem prestar contas numa área, mas aqui pra gente, cada centavo tem de ser justificado, tribunal de contas, não sei o quê. Isso toma muito, muito, muito tempo. E não é isso que faz que eu compre o melhor com o menor valor. Por que eu sempre quero comprar o melhor com o dinheiro que eu tenho. Esse ponto eu considero bastante chato, toma um tempo incrível, irrita profundamente. A gente como pesquisadores, sendo bastante sincera, é como se a gente partisse do princípio que a gente não é honesto. Sei que tem obedecer protocolos, mas podia ser uma carga menor (Pesquisadora em Engenharia Química da Poli-USP).

A comparação com a política, esfera onde se veem muitos escândalos, casos de corrupção e lavagem de dinheiro, foi comum a outros entrevistados. Esse controle exercido pelo governo é visto como causa do desperdício de tempo e dinheiro a que são submetidos os pesquisadores no cotidiano de suas atividades. Três entre eles relataram que nos últimos anos de suas vidas profissionais estavam exercendo habilidades de gestores e administradores muito mais que de cientistas propriamente. Ao reclamarem dessa desconfiança institucionalizada, era comum a comparação com outros países (EUA e Europa) em que os procedimentos para compra de equipamentos e manutenção de laboratórios são mais céleres e eficientes, dando-lhes enorme vantagem em relação à produção científica se pensada do ponto de vista da competitividade internacional da produção científica.

O governo, portanto, submete a atividade científica a um controle que não é comum a todos os setores da sociedade e da administração pública. Essa desconfiança institucionalizada dá indícios do status negativamente privilegiado na sociedade brasileira. Tanto a falta de reconhecimento e alheamento da sociedade em geral como a desconfiança a que os pesquisadores são submetidos pelo governo mostram esse status negativo. Apesar do não reconhecimento social, existem incentivos e mecanismos institucionais de produção científica bastante consolidados. Isso se deu pelo espaço conquistado pela corporação acadêmica no controle, ainda que relativo, das bases institucionais de fomento da atividade científica. Sabe-se que essa coordenação colegiada se articulou, historicamente, a agentes políticos de maneira personalista e, mais tarde, à burocracia. Sem respaldo de uma

legitimidade pública, a ação política-burocrática pela consolidação da atividade acadêmica moveu-se pela indispensabilidade dessa atividade nas sociedades modernas. A dinâmica da economia moderna e da própria administração pública em democracias de massas requer a produção e incorporação contínuas de um conhecimento objetivo acerca do mundo. Não se pode prescindir disso e adotar procedimentos tradicionalmente fixos nesse contexto. Porém, sem o respaldo de uma legitimidade pública, o controle burocrático-governamental é estrito e baseia-se, por princípio, na falta de dignidade social desse grupo.

Interessante é que, apesar desse controle orçamentário e dos gastos de dinheiro público, muitos entrevistados relataram um alto grau de liberdade acadêmica. Apenas um dos pesquisadores relatou ter abandonado um trabalho para um ministério, pois durante o percurso percebeu que queriam forçar resultados específicos, e aquilo extrapolou seus limites. Mas conta como isso foi um episódio, e que de modo geral, fruía de grande liberdade na escolha de seus temas e na condução de suas pesquisas. O controle do SES é mesmo mais burocrático que político, o que fica evidente nessas falas onde há críticas contundentes ao controle dos meios de se fazer pesquisa, e quase ausência de qualquer parâmetro sobre seus fins, como definição de temas interessantes política e socialmente. Um dos pesquisadores diz,

Existe uma coisa boa da liberdade de pesquisa. Mas acho que a sociedade através do governo deveriam ser mais ativos em dirigir algumas linhas de pesquisa (sic). Exceto em temas de editais e temas específicos, a gente não sente nenhuma motivação, por exemplo dentro da universidade para montar um grupo de pesquisa em torno de um tema (Pesquisador em Engenharia Metalúrgica da Poli-USP).

Outros pesquisadores também relatam essa ausência de qualquer interesse em definir temas de pesquisa com alguma relevância.

Nós temos de buscar lá fora conhecimento novo e tentar aplicar aqui. O governo não regulamenta isso não, a gente vai e faz (Pesquisadora em Engenharia Química da Poli-USP).

Para outro pesquisador (Planejamento estratégico da COPPE-UFRJ), não existe problema de interferência do governo nos trabalhos acadêmicos, mas uma desconsideração pelos relatórios e resultados produzidos pelas pesquisas realizadas em seu programa de pós-graduação.

Dois pesquisadores relataram o descompromisso do governo com relação à atividade científica sob outro prisma. Foram críticos dos 'modismos' dos editais e da ausência de uma política centrada e de longo prazo. Nas palavras de um deles,

O que se vê muito é uma atitude muito momentânea, inspirada por questões atuais, por exemplo aparece um programa que vai mandar quatro mil pessoas para o exterior. Não se vê uma estrutura para isso. Não se vê uma política centrada, de longo prazo. Entra governo, sai governo e as coisas mudam, as prioridades mudam. Por exemplo, houve a farrá do biodiesel (...) As pesquisas todas eram muito repetidas, ninguém realmente inovava. De repente o governo jogou uma dinheirama nisso e de repente acabou. Descobriram o pré-sal e morreu (Pesquisador em Engenharia Química da Poli-USP).

Dessa maneira, as políticas que definem alguma orientação e investimentos para a pesquisa científica temática tem pouco a ver com algum tipo de reconhecimento da universidade e do potencial da atividade científica na estruturação dessas políticas. Estão, sim, ligadas a interesses circunstanciais da própria esfera política.

Ainda sobre a questão das regulações governamentais, outro elemento na fala dos entrevistados que se mostrou bastante sintomático para esta tese foi uma sobreposição entre governo e agências acadêmicas de fomento quando os mesmos se referiam a um ou a outro. Sete dos onze entrevistados fizeram essa sobreposição em suas falas ao responderem sobre como percebem a regulação governamental das atividades científicas. Isso evidencia que a forte relação entre regulação burocrática e acadêmica do SES brasileiro é percebida pelos próprios agentes da atividade científica, que a expressam espontaneamente.

Por fim, analisou-se o valor atribuído à atividade científica pelos mesmos. Todos os entrevistados, sem exceção, veem a ciência como sendo importante para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Oito dentre eles atribuíram um valor absoluto à atividade, ou seja, veem-na como a única saída para o desenvolvimento, relacionando-a principalmente à superação da dependência tecnológica através da geração de inovações na economia. Os outros três apresentaram uma visão racionalizada sobre essa importância, ou seja, enquadraram a ciência como um dos elementos constituintes de uma realidade mais ampla, equivalente em importância aos outros elementos. Exemplificando,

se a gente desenvolve tecnologia que otimiza processos, a gente está em última instância tornando toda a cadeia mais produtiva (Pesquisador em Engenharia Biomédica da COPPE-UFRJ).

Sim. Ela é importante de várias maneiras. Como uma produtora direta de conhecimentos de interesse tecnológico. Por outro lado a própria prática

científica ajuda a criar um espírito crítico nas pessoas. Elas se tornam, elas passam a analisar as coisas de uma maneira mais racional, o que pode ser interessante. (Pesquisador em Engenharia Metalurgista da Poli-USP)

Acho que sim. Acho que há um crescente entendimento de que a universidade e a academia tem sim uma contribuição a fazer no Brasil no sentido de desenvolvimento de tecnologia e ferramentas que possam ajudar a destravar umas travas que o Brasil tem hoje (Pesquisador em Planejamento Energético da COPPE-UFRJ).

Essas três perspectivas não sobrepõem a ciência aos outros elementos da vida social com a qual ela se relaciona. No caso da fala sobre a cadeia produtiva de um determinado setor, a ciência é vista como otimizadora de processos, ou seja, ela se enquadra como um dos elos desta cadeia. A segunda fala apenas se remete a conhecimento de “interesse tecnológico”, ou seja, cria-se um conhecimento que está disponível a potenciais interesses, que a incorporarão. Além disso, o segundo exemplo remete à formação da população, sendo possível que interiorizem uma visão racional sobre o mundo. Mas o pesquisador não vê isso como condição necessária para qualquer tipo de melhoria na vida dessas pessoas, apenas comenta, “o que pode ser interessante”. Não há nisso nada de necessário, absoluto ou inevitável. Na terceira fala a perspectiva racionalizada está menos clara, mas o pesquisador enquadra a ciência como um dos elementos que contribui para “destravar” questões da sociedade, o que difere de outros seus colegas que veem esse processo como vital, essencial, insubstituível, etc.

Alguns dos casos em que a ciência aparece como um valor absoluto para a vida social são os seguintes,

então o país como o Brasil se ele não quer ser dependente da importação de tecnologia, [a ciência] é vital (Pesquisador em Planejamento Energético da COPPE-UFRJ).

Fundamental, como qualquer outro país do mundo. Temos uma série de problemas, e a geração de conhecimento tá pra tentar resolver isso. Conhecimento científico está na ponta, na fronteira do conhecimento (Pesquisador em Planejamento Energético da COPPE-UFRJ).

É essencial! Veja o panorama das nações. Qual a única solução para um país sem recursos naturais? É o conhecimento. O conhecimento é fundamental e é base do crescimento de todo capitalismo nânico, com população mínima, e sobrevive muito bem baseado exclusivamente em conhecimento (Pesquisador em Engenharia metalúrgica da COPPE-UFRJ).

É sem dúvida! Porque um povo ignorante não vai pra lugar nenhum (Pesquisadora em Engenharia química da Poli-USP).

Muito! Não há progresso e desenvolvimento sem atividade de pesquisa. Ela é a ponta de lança do desenvolvimento de longo prazo (Pesquisadora em Engenharia Civil e Ambiental da Poli-USP).

O contraste com as três falas exprimindo um ponto de vista racionalizado é bastante evidente. Nas falas imediatamente supracitadas, a ciência aparece como a única saída que o país tem para se desenvolver, para progredir, para, enfim, ser capaz de “ir” a qualquer lugar. A ciência também aparece como a ponta de lança do desenvolvimento, à frente de qualquer outra atividade ou processo da vida social no seu conjunto.

É aí que se forma um senso de dever entre pesquisadores. O importante de se reter aqui é que essa visão é expressa a despeito de todos considerarem a questão do reconhecimento social da atividade científica como sendo uma lacuna na sociedade brasileira (lembrando que os que responderam que havia sim reconhecimento, sempre fizeram ressalvas). Do ponto de vista assumido aqui, na verdade, é justamente por não perceberem esse reconhecimento que exprimem essa visão, atribuindo uma importância absoluta à ciência. Trata-se de um artifício que projeta sua dignidade social no futuro, quando o Brasil não for mais tecnologicamente dependente, quando se erradicar a ignorância, quando o conhecimento for a base de geração de riqueza e não mais recursos naturais, etc. Todo o potencial da atividade científica é realizado no futuro, e seu papel enquanto pesquisadores é justamente concretizar esse potencial através de sua atividade, que lhes permite observar e identificar problemas sociais, econômicos e tecnológicos, explicar por que os mesmos ocorrem e lançar à sociedade a possibilidade de sua solução caso lhes deem o devido apoio.

Os pesquisadores brasileiros interiorizaram uma estrutura moral não-racionalizada, a mesma com a qual são classificados socialmente. A institucionalização da atividade científica sem legitimidade social faz ecoar o padrão de racionalização brasileiro: modernização institucional com base em visões de mundo não-racionalizadas, i.e. particularistas. A atividade é sim institucionalizada, pois é imprescindível à vida moderna, mas não devido à formação de um horizonte ético cultural universal, que no caso se apoiaria em uma visão objetiva e racional do mundo. Essa visão, que é institucionalizada e considerada avançada, para os padrões de países vizinhos, por exemplo, é demandada em situações e por agentes específicos e pontuais da vida social brasileira, que, de modo geral, não a reconhece.

O estamento negativamente privilegiado que se forma então anseia pela realização do potencial de sua atividade em sua plenitude e de maneira exclusiva, justamente negando a sociedade tal como ela aparece atualmente. A negação implica em uma crítica racional, pois isso faz parte de seu sistema de personalidade de orientação cognitivo-instrumental, formado no processo de sua socialização nas instituições científicas. O pesquisador identifica os problemas sociais com racionalidade. É crítico em relação aos mesmos, e aponta saídas com base naquilo que tem a oferecer a partir de seu arsenal profissional. Mas a visão ética do mundo, à qual é inculcada nos indivíduos culturalmente, é pouco racionalizada. O procedimento dessa crítica é, portanto, particularista.

Convém reter a orientação cognitivo-instrumental como elo de comparação com a moralidade dos pesquisadores finlandeses. Nesse aspecto, comparam-se as falas sobre motivação dos pesquisadores em cada caso. No Brasil, dos onze entrevistados, sete responderam que sua motivação para realizarem pesquisas ou se tornarem pesquisadores estava ligada de alguma maneira a uma curiosidade fundamental, ou ao desafio de produzir 'coisas novas'. Quatro dos entrevistados relataram ser a aplicação do conhecimento sua principal motivação, buscar objetivos práticos para o conhecimento produzido, algo útil para a sociedade. Logo, a maior parte dos entrevistados volta-se à curiosidade científica, ao estímulo da liberdade acadêmica, mostrando um compromisso com a atividade científica em si mesma.

Esse aspecto é mais forte ainda na Finlândia. Dos doze entrevistados³⁸, onze relataram que suas motivações estão ligadas à atividade científica em si, à curiosidade e à descoberta de 'coisas novas'. Os finlandeses foram mais enfáticos quanto à importância dessa curiosidade científica que os brasileiros. Um deles, por exemplo, disse,

Essa é a parte mais criativa do trabalho, e geralmente é uma espécie de efeito *eureka*, em que você trabalha por vários dias, semanas sobre um problema até que você diz “essa deve ser a solução” e essa é a parte mais recompensadora do trabalho (Pesquisador em Engenharia e Ciência da Automação da Universidade Tecnológica de Tampere).³⁹

38 Na realidade foram realizadas treze entrevistas, mas um dos entrevistados era estado unidense e estava na Finlândia havia poucos anos por ter sido contratado pela Aalto University. Seu relato foi interessante, mas não segundo as expectativas planejadas para a confecção da tese. Sua contribuição foi analisada em caráter exploratório nas considerações finais, pois apontou para aspectos que corroborou a análise do caso finlandês visto de maneira crítica.

39 Tradução livre de: That is the most creative part of the work, and usually it is some sort of eureka effect, that you work several days, weeks around the problem until we say 'this must be the solution' and that is the most rewarding part of the work..

Além disso, dois dos entrevistados finlandeses negaram que o interesse por ajudar a sociedade, a população em geral, tenha alguma influência decisiva no seu trabalho, enfatizando o quanto os aspectos técnicos e específicos à sua profissão são mais valorizados.

É claro, quero dizer, as pessoas tendem a pensar que existem impactos de longo prazo na indústria e no bem-estar da população finlandesa, no bem-estar do mundo e por aí vai, mas eu diria que a motivação principal é a curiosidade (Pesquisador em Engenharia e Ciência da Automação da Universidade Tecnológica de Tampere).⁴⁰

Vê-se que a socialização nas instituições científicas é decisiva nos dois ambientes nacionais, sendo mais aprofundada na Finlândia, aonde os pesquisadores chegam a negar qualquer motivação externa à sua própria atividade profissional. E isso não está ligado ao isolamento maior ou menor desses grupos em seus ambientes. Pelo contrário, a colaboração com empresas na Finlândia é mais estabilizada e nenhum pesquisador relatou qualquer dificuldade fundamental nessa colaboração, ou problemas de reconhecimento da atividade científica por parte de agentes da indústria em geral. Observa-se que a orientação cognitivo-instrumental própria aos pesquisadores está mais profundamente ancorada no sistema de personalidade do pesquisador finlandês, pois a curiosidade científica como motivação fundamental, via de regra, não entra em choque com a tentativa de trabalhar com agentes externos e com resultados que tenham um interesse prático. A dinâmica, segundo um dos entrevistados, é a seguinte,

quando eles introduzem um problema para nós, geralmente nós podemos ver o fenômeno que está por trás, fenômeno que você pode aplicar em diferentes sistemas e indústrias (Pesquisador em Ciência dos Materiais da UTT).⁴¹

Esta abordagem deve ser relacionada à tradição da filosofia idealista presente no modelo humboldtiano, do qual os pesquisadores finlandeses são herdeiros diretos. O idealismo filosófico significou, para a universidade moderna, a investigação teórica e exegética dos problemas mundanos, foi a apropriação do mundo empírico por cientistas

40 Tradução livre de: Of course I mean, one tends to think that it has some long term impacts on the industry and well being of finnish people, and well being of the world and so on, but I would say still that primary (motivation) it's the curiosity.

41 Tradução livre de: when they introduce that problem to us, very often we can see the phenomena behind, phenomena you can apply in different systems and industry.

munidos de um instrumental herdado das universidades escolásticas. Os pesquisadores finlandeses, nesse sentido, encontram-se em condições de apreender os problemas abstratos por trás da realidade empírica e problemas práticos da indústria sem que disso resulte um conflito de interesses, mas um encontro de visões de mundo. Habermas (2007), em C&T como Ideologia, aborda esta questão, dizendo que desde Galileu a ciência moderna desenvolveu uma predisposição técnica, de aplicabilidade dos seus conhecimentos, não do ponto de vista subjetivo (isto é, do ponto de vista dos valores dos cientistas), mas do ponto de vista da *forma*. Permite-se assim um engajamento racional (não particularista) dos cientistas no meio social em que vivem. Os cientistas não necessitam, portanto, ter eles próprios a motivação pela solução de problemas imediatos, pois a predisposição técnica foi incorporada como forma de suas atividades e está contida no próprio marco metodológico das mesmas.

Mas dois pesquisadores lamentaram a interferência de interesses financeiros na sua atividade. Para os mesmos trata-se de um dado com qual tem de lidar.

É um pouco triste que quando estamos falando sobre esses assuntos [linhas de pesquisa] nós temos sempre de nos referir ao dinheiro, mas as pessoas tem de fazer algo para viver, pesquisadores tem que comer e, claro, ter equipamentos nesse tipo de atividade (Pesquisadora em Biomateriais da UTT).⁴²

Eu não faço pesquisa aplicada a não ser que eu ganhe dinheiro para isso, o que é um pouco triste, quero dizer, você gostaria de fazer alguma outra coisa. Não é um problema, mas [ahmm] não é tão científico quanto eu gostaria que fosse (Pesquisador em Ciência dos Materiais da UTT).⁴³

Essa fala está ligada a uma classificação de status ligada à atividade científica. Esse grupo, que valoriza a curiosidade científica, a descoberta de ideias, processos e fenômenos novos, através de procedimentos racionais e objetivos, reage às pretensões de aquisição exclusivamente econômica. Como diz Weber (1982), o mercado, em seu sentido ideal, nada conhece das honras sociais. Mas como esse próprio autor diz, a intensidade da reação está relacionada ao nível da ameaça sentida. No caso, observa-se apenas um lamento presente na fala de dois pesquisadores entre doze. Isso indica um status social bem

42 Tradução livre de: It's a bit sad that when we are speaking about those issues we always refer to money but people have to do something for their living, researchers have to get something to eat and of course have equipments in this kind of activity.

43 Tradução livre de: I don't do applied research, unless I get money to do that, which is a little bit sad, I mean, you would like to do something else. It's alright, but [ahmm] it is not as scientific as I would like it to be.

estruturado, ainda que sofra alguma ameaça, que provavelmente está ligada às reformas do ES finlandês, que tem pressionado suas instituições a buscar recursos independentemente do Estado. Muito provavelmente também essa ameaça deve ser mais intensamente sentida em áreas com menos oportunidades de colaboração com empresas, por exemplo, as ciências humanas.

Nenhum pesquisador finlandês relatou falta de reconhecimento da atividade científica por parte de empresários, governo ou sociedade em geral. Alguns pontuaram sim sobre a diferença entre o “tempo” da universidade e o “tempo” das empresas. Entretanto, essa crítica sempre se encontrou resolvida pela existência da Agência Finlandesa de Fomento à Inovação – TEKES – que financia pesquisas aplicadas em colaboração com as empresas (em que estas aportam recursos também para condução de pesquisas). Os projetos financiados por essa agência tem garantidos, segundo os entrevistados, o tempo tanto para chegar a soluções práticas, como para ir mais a fundo nos temas de seu interesse científico e tecnológico. Em outros casos, os pesquisadores se remeteram à Academy of Finland, outra agência de fomento, mas essa orientada mais à ciência básica, que também financiava alguns projetos tanto da Universidade Tecnológica de Tampere como da Universidade de Aalto.

Cinco dos doze entrevistados relataram uma boa relação com as empresas. Para um deles

As Indústrias finlandesas entendem que se querem desenvolver algo novo, e algo melhor do que seus competidores você tem de entender o processo e o que está por trás, não apenas [sic] a técnica da tentativa e erro. Por exemplo, por que usar esse tipo de material? (Pesquisador em Ciência dos Materiais da UTT).⁴⁴

Até mesmo a questão da diferença de “tempo” de cada esfera de trabalho, um pesquisador disse que algumas “empresas compreendiam essa diferença” (Pesquisador em Engenharia Química da Aalto University). Outro pesquisador relatou também que

As empresas ficam surpreendidas que o problema possa ser resolvido dessa maneira (Pesquisador Ciência e Engenharia da Automação da UTT)⁴⁵

No caso ele se refere ao conhecimento da dinâmica por trás do sistema (uma linha de produção, máquinas de automação, etc.) em questão.

⁴⁴ Tradução livre de: Finnish industry understand that if they want to develop something new, and something better than their competitors you have to understand the process and what is behind. not just the trial and error technique. For example, why use this kind of material?.

⁴⁵ Tradução livre de: Companies become surprised that the problem can be solved in that way.

Outra questão levantada por três pesquisadores foi a tentativa de proteger e restringir as publicações do que era produzido nos projetos em colaboração. Um dos pesquisadores atribuía isso até a certa ignorância dos empresários, que acabavam querendo proteger tudo por precaução, justamente por não entenderem o que era realmente importante do ponto de vista comercial e o que era relevante do ponto de vista puramente científico. Entretanto, dois outros pesquisadores relataram que algumas empresas com as quais trabalharam mudaram sua atitude, preferindo a publicação e inclusive participando como autores das publicações. Uma, para que nenhuma outra empresa pudesse patentear ou proteger o conhecimento, uma vez que o mesmo tinha já se tornado público, e outra porque participar de publicações acabava por beneficiar a “imagem pública” da empresa, como uma organização comprometida com outros valores que não somente o lucro.

Sobre a importância social atribuída à ciência pelos entrevistados, a diferença entre os profissionais brasileiros e finlandeses é acentuada. Nenhum pesquisador finlandês sobrepôs os interesses da atividade científica aos da sociedade em geral. Todas as respostas explicitam uma consciência clara sobre o papel especializado que desempenham na vida social.

Mas o que podemos fazer é bastante simples. [...] pessoas fazendo experimentos tanto em física como em química. Então quando você faz mensurações precisas, então a computação é bastante útil. (Pesquisador em Química e Física Computacional da Aalto University).⁴⁶

Eu diria que não é tão fácil para os produtores aqui. Eles tem de ter um sobrevalor para seus produtos e o sobrevalor vem do trabalho de pesquisa (Pesquisador em Automação e Hidráulica Inteligente da UTT).⁴⁷

Nós precisamos ter alguma coisa a mais o que [sic] nós produzimos usando nossos cérebros, por que a força de trabalho aqui é relativamente cara. [...] A sociedade se beneficia mais que estou [sic] fazendo esse tipo de trabalho do que se estou fazendo agricultura [sic] [risos] (Pesquisadora em Biomateriais da UTT)⁴⁸

46 Tradução livre de: But what we can do is quite simple. [...] people doing experiments, either physics or chemistry. So when you do precise measurements then the computation is very usefull

47 Tradução livre de: I would say that it is not so easy for the manufacturers here. They have to have some extra-value for their products. And the extra-value comes from the research work.

48 Tradução livre de: we need to have something more what we produce using our brains, because workforce is relatively expensive here. [...] society bennefits more that I'm doing this kind of work than I'm doing agriculture (laugh).

Como no caso brasileiro, esse aspecto da fala dos entrevistados está ligado à percepção do reconhecimento social da atividade científica. Os pesquisadores finlandeses tem claro esse reconhecimento, logo, sua dignidade social não se projeta no futuro, mas se realiza, concreta e atualmente, no exercício especializado da sua profissão. Não existe tentativa de mostrar o potencial que a atividade dispõe, pois a sociedade já o reconhece e demanda. Os pesquisadores então formam uma ética de profissionalismo, em que a noção de dever mobilizada por eles está ligada estritamente à atuação especializada de sua profissão. A máxima desse exercício profissional está mais profundamente ancorada no sistema social de personalidade dos pesquisadores finlandeses, pois sua estrutura de consciência moral é mais abstrata que a brasileira, permitindo que a orientação cognitivo-instrumental se assente melhor e se atualize no presente. No caso brasileiro, tal orientação é subsumida a uma visão ética particularista que só encontra a possibilidade de se atualizar no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se que entre a ética dos pesquisadores finlandeses e a moral dos pesquisadores brasileiros há um grande contraste. Na Finlândia, em que existe um arranjo equilibrado de coordenações do SES nacional, as justificativas dos pesquisadores para suas atividades fazem referência às regras internas do fazer científico. Estruturalmente o SES finlandês combina, de maneira equilibrada, coordenações política, burocrática e profissional, sem que uma se sobreponha à outra no exercício de regulação do ES e suas funções. Do ponto de vista da legitimidade da atividade científica, observa-se que a regulação política do sistema é capaz de colocar no horizonte das instituições científicas projetos de desenvolvimento que representam as vontades políticas da população mediadas pelo poder legislativo. As intervenções burocráticas no sistema garantem coesão ao mesmo, definindo padrões formais de organização que atravessam todas as instituições sem interferir em questões substantivas da atividade científica, as quais são o foco dos processos profissionais.

Os acordos que se fazem entre Ministério da Educação e IES finlandesas evidenciam uma relação racionalizada entre as instâncias reguladoras do SES. Através desses acordos, a regulação burocrática por parte do Ministério dispõe de mecanismos para orientar esforços dentro do sistema em termos de produtividade e qualidade do sistema. No caso brasileiro, esses mecanismos ficam por conta dos próprios processos profissionais/colegiados. Isso mostra como medidas aparentemente similares (a adoção de critérios de avaliação do sistema por produtividade) explicitam sistemas significativamente diferentes. A relação entre Ministério e IES é uma relação entre coordenações burocrática e colegiada, mas na Finlândia ela acontece somente como execução de medidas definidas no âmbito da política, onde se determinou como importante que o Estado dispusesse de mecanismos para garantir a consecução de resultados e objetivos socialmente relevantes dado os altos investimentos que a atividade científica requer. No Brasil, na ausência dessa definição política, esses mecanismos são constituídos pelos próprios grupos acadêmicos, articulados na e como burocracia do Estado.

Baseado no Decreto Governamental 794, na Finlândia o Estado define quais diplomas cada universidade pode oferecer, mas as universidades e seus corpos colegiados podem definir o conteúdo de fato desses diplomas e como avaliar os estudantes que almejem tais diplomas. Isto mostra, em um caso particular de um arranjo equilibrado, como

coordenações podem relacionar-se sem impedirem-se mutuamente de serem ativas, sem questionar sua validade ou minar suas regras internas de funcionamento. No caso, existe aí uma combinação de processos burocráticos e políticos na definição dos diplomas. Por um lado, a medida garante racionalidade ao sistema, impedindo que universidades diferentes trabalhem paralelamente conferindo diplomas iguais a uma mesma população regional. Por outro, a definição de quais diplomas são conferidos e em quais universidades é resultado de processos políticos, representando os interesses das populações de cada região, mediados pelas estratégias e necessidades de desenvolvimento regional definidas política e publicamente. O fato de que o conteúdo dos diplomas e a responsabilidade pela avaliação são deixados a cargo dos corpos colegiados demonstra por sua vez que a institucionalização do SES encontra-se devidamente legitimada, pois expressa uma confiança na competência profissional em deliberar sobre seus assuntos específicos. Para garantir alguma estabilidade ao sistema, os agentes profissionais não tem de estabelecer relações personalistas com agentes políticos ou se apoiar em processos burocráticos que os blindem das discussões públicas.

Vê-se então que o sistema de personalidade social do pesquisador finlandês não faz a orientação cognitivo-instrumental do sistema de ação científico se projetar no futuro. A sociedade reconhece o papel da atividade científica (o que era claramente percebido pelos entrevistados), fazendo com que a dignidade social de seus profissionais se atualize no presente. Esta realidade permite a formação de uma ética de profissionalismo entre pesquisadores, que se voltam ao seu papel especializado na sociedade através de princípios universalizáveis de ação.

Daí falar em ética do profissionalismo no caso Finlandês, enquanto no caso brasileiro se fala em moral estamental do dever. Segundo Lalande (1953), ética tem como objetivo o julgamento de apreciação que faça a distinção entre o bem e o mal. Já moral tem quatro sentidos possíveis: a) refere-se ao conjunto de regras de conduta admitidas numa época ou por um grupo social (sentido de *uma moral*); b) conjunto de regras de conduta concebidas como universalmente válidas (sentido de *a moral*, genérico portanto); c) teoria racional do bem e do mal (próxima ao sentido de ética. No entanto, a teoria neste sentido tem por objetivo consequências normativas, distinta, portanto, da definição de ética enquanto julgamento distintivo sobre o bem e o mal; d) conduta conforme a moral,

significando, neste sentido, ênfase nas atitudes dos sujeitos e não nas ideias propriamente ditas (as ideias morais, neste sentido, seriam compreendidas conforme o sentido 'b').

O que ressalta é que a moral implica, explícita ou implicitamente, em normas, enquanto a ética implica a capacidade de julgar e, portanto, repousa na liberdade do sujeito. Ao falar em ética do profissionalismo no caso finlandês, procura-se apontar para o fato de os pesquisadores deste país terem interiorizado princípios de ação abstratos, aos quais se encontra referida sua noção de dever profissional. Tais princípios não são normas socialmente aceitas, mas constituem o crivo segundo o qual julgam suas atividades e seu papel na sociedade. No caso brasileiro, a noção de dever profissional se refere às regras de conduta socialmente admitidas, pois busca ainda reconhecimento social. Para justificar a demanda por reconhecimento, os pesquisadores brasileiros se referem a necessidades sociais idealmente concebidas a partir de sua orientação científica. Existe entre eles uma moral considerada válida sem qualquer preocupação universal, mas justamente de sobrepor uma visão particular ao restante dos interesses e valores da sociedade, considerados por eles como responsáveis pelo subdesenvolvimento, pelo atraso e pela ignorância.

A institucionalização público-racional do SES finlandês tem a ver com a história dessa sociedade e do papel que as atividades científicas e tecnológicas tiveram nela. Assumindo a independência nacional como ponto de partida relevante para se compreender essa história, assim como se fez no caso brasileiro, vê-se que a sociedade finlandesa buscou sua identidade nacional na luta contra a heteronomia. Essa luta não se baseou somente na nacionalização dos espaços de poder sobre as decisões econômicas e sociais, como no Brasil, mas no questionamento e transformação das estruturas socioeconômicas que se ligavam à dominação heterônoma, como a Dieta tetra-cameral (de caráter estamental) e a formação dos quadros administrativos e políticos do país, até 1917 formados em instituições russas.

As tentativas de reforçar o controle da Finlândia e integrá-la mais consistentemente ao Império Russo na virada do século XIX para XX, o que se chamavam de medidas de Russificação da Finlândia (PUNTILA, 1975), provocaram reações da sociedade finlandesa e uma série de transformações internas. A própria organização política estamental da sociedade foi questionada e abolida em 1905, com a adoção do sufrágio universal e a instituição de um sistema parlamentar unicameral. A amplitude desse processo, que conferiu o direito ao voto a todos os cidadãos, inclusive às mulheres, independentemente

de seus rendimentos (medida pioneira para a Europa da época) indica o quanto essa reestruturação política encontrou enraizamento social. A construção do Estado nacional esteve, portanto, ligada à discussão pública do estatuto da cidadania para o país em formação, categoria que de fato se universalizou neste processo.

A Guerra Civil, apesar de indicar uma rotura da vida social, mostra um alinhamento dos diversos setores na luta pela construção da sociedade nacional, pois o armamento da Guarda Vermelha começou como resposta às concessões do Tsar russo, que foram consideradas pelos comunistas e social-democratas como estando aquém do necessário. Mais tarde, o Exército Branco, chefiado pelo General Manerheim, aliou-se à Alemanha como estratégia para recuperar territórios ocupados pela Rússia na região da Carélia (sudeste do país) e combater a Guarda Vermelha, que tomara controle de algumas cidades do sul com apoio da agora Rússia Soviética. Foram dois momentos em que o domínio do território finlandês pela Rússia (primeiramente Tsarista depois Soviética) esteve em questão.

É certo que a Guerra Civil marcou a vida social do país, tendo sido a Batalha de Tampere um dos mais importantes e violentos eventos desta Guerra, em que as partes em conflito eram formadas exclusivamente por finlandeses⁴⁹. Todo período desde a independência até o fim da 2ª Guerra Mundial foi bastante complexo para a Finlândia dada a sua posição geopolítica delicada (sendo um país pequeno, essencialmente agrícola e servindo quase que de fronteira entre o mundo capitalista e socialista). Após a 2ª Guerra houve um longo período de governo social-democrata, alicerçado sobre um relativo consenso da sociedade finlandesa sobre a necessidade de políticas sociais para alavancar o desenvolvimento de uma sociedade profundamente desgastada com os conflitos das últimas décadas. No centro dessas políticas estavam aquelas voltadas à criação de e incentivos às universidades no país (PUNTILA, 1975).

A Universidade de Helsinki (primeiramente de Turku, depois movida para Helsinki durante o domínio russo) exerceu um papel relevante no processo, amparando a investigação crítica e o desenvolvimento da cultura nacional, estando conectada às práticas da vida social e não aos interesses heterônomos ou de elites que monopolizassem a vida administrativa e política finlandesa. Foi justamente por conta dessa autonomia que a Rússia

49 Os conflitos em Helsinki e Viipuri contaram com os exércitos alemães e russos respectivamente.

mudou a universidade e a capital do país de Turku para Helsinki, onde tentaria controlá-la mais de perto.

Historicamente se viu que a universidade, desde o início, se conectou aos assuntos da vida social do território finlandês. Essa instituição, na sua fundação, congregou diferentes correntes de pensamento teológico e humanista, não tendo passado por uma fase de ortodoxia religiosa (católica ou protestante), como as universidades medievais europeias. A circunstância de sua criação, em meio a disputas entre a influência protestante e católica no território finlandês, parece ter criado uma oportunidade estrutural para que os agentes dessa instituição buscassem suas referências em meio à vida local e não como transmissora dos interesses e ideais do Império da Suécia ou da Igreja de Roma.

Mesmo antes da reforma do século XIX, que seguiu o modelo alemão de universidade investigativa, a universidade finlandesa assumiu no século XVIII um caráter técnico e utilitarista no ensino e na pesquisa, o que Terje (1972) denominou de *Age of Utility*. Na Alemanha essa postura foi encampada pelos *gymnasiums*, que por algum tempo competiram como instituições escolares de nível superior com as universidades escolásticas (em decadência) daquela região. Já no período de dominação russa (de 1808 até 1917), a universidade finlandesa deu anteparo a posturas críticas em relação ao poder estrangeiro, sendo importante fator de desenvolvimento e consolidação de uma cultura nacional. Nesse período, a elite burocrática e militar era formada em instituições russas e a universidade finlandesa formou intelectuais, profissionais e artistas conectados com as atividades da vida civil local. Como mostra Puntila (1975), por conta desse seu enraizamento, a instituição de nível superior foi rapidamente apontada como responsável pela formação dos quadros da vida administrativa nacionalizada após a independência, isto a despeito de não possuir nenhuma tradição para tanto, mas como reconhecimento de sua competência.

Entende-se, portanto, que o processo de formação da sociedade nacional finlandesa e de modernização de suas instituições foi concomitante à racionalização das suas esferas culturais. O demonstra o fato de para construir a sociedade nacional terem-se abolido os arcaísmos da classificação política estamental e a exclusão dos estratos pobres e das mulheres da participação política, estruturas herdadas de um passado dependente. Certamente contribuíram para esse processo os agentes saídos da Universidade de Helsinki, assim como agentes socializados em meio aos partidos políticos do país, que tiveram papel ativo na construção da sociedade nacional.

Na Finlândia não se protelou a instituição da atividade científica, e nem se lhe usou como atividade indispensável à modernização societária. Ela fez parte e esteve conectada à mesma. O fato de os pesquisadores entrevistados terem interiorizados princípios universais de ação como estrutura para a orientação cognitivo-instrumental de sua atividade profissional, demonstra que a sociedade finlandesa já passou por um significativo processo de racionalização da sua esfera cultural. A estrutura moral-prática desses agentes é abstrata e não se baseia em particularismos, ou seja, na busca por posições de privilegiamento social em que se objetiva sobrepor interesses particulares aos dos outros estratos da população. A estrutura cognitivo-instrumental não aparece como elemento conflitante em relação a uma moralidade não-racionalizada, mas abre o horizonte das ações concretas sobre a natureza e a sociedade, fornecendo conhecimentos objetivos e analíticos aos sistemas de ação social (no caso se investigou a contribuição de pesquisadores ao desenvolvimento tecnológico do país), além de uma orientação investigativa aos agentes que se socializam nas instituições científicas⁵⁰.

Por essa razão, os profissionais desse SES desenvolvem justificativas morais alinhadas aos valores abstratos da atividade científica *per se* e ao processo de racionalização social como um todo. Como ficou evidente com a análise das entrevistas, a valorização das regras internas do fazer científico encontra-se articulada à percepção de que seu papel social é especializado e não se sobrepõe às restantes atividades sociais com que interagem. A sua noção de dever está, portanto, ligada a princípios abstratos de ação, princípios esses universalizáveis, ou seja, que poderiam ser assumidos por qualquer agente da vida social à qual pertence o pesquisador e que, portanto, não coloca nenhum um desses agentes como instrumento na consecução de fins particulares. Existe aí uma esfera cultural racionalizada em que não se interiorizam mais expectativas de ação tradicional, mas os valores abstratos da esfera de atividade à qual se insere.

Cabe por último mencionar uma entrevista com um pesquisador finlandês que não foi analisada no capítulo específico. O intuito é apenas abrir a possibilidade para futuras pesquisas em relação à sociedade finlandesa e o processo de institucionalização da atividade científica neste país. Trata-se de um pesquisador estado-unidense que estava trabalhando na Aalto University e respondeu bem objetivamente a todas as perguntas do questionário. Mas chegado ao final da entrevista, disse: “eu só acho que você não fez as perguntas certas”. O

50 Esta tese não teve como objetivo e não fornece elementos para se discutir o âmbito estético-expressivo da cultura, que seria a terceira estrutura constituinte de sistemas de personalidade sociais.

interessante da fala deste pesquisador é que ele justamente observava entre os pesquisadores uma falta de motivação profissional.

É costume na Finlândia que a universidade feche as portas às 17h30m, sendo esse o fim do expediente para a maioria dos professores e pesquisadores dela. Isso ocorria na Universidade de Tampere, onde se realizou o estágio doutoral, mas também na Universidade Tecnológica de Tampere e na Aalto University, conforme relato deste último entrevistado. Para este, era necessário entender o porquê de os pesquisadores finlandeses não se entusiasmarem com suas pesquisas, não dedicarem mais tempo ao seu trabalho, não permanecerem até de madrugada trabalhando, como seria de se esperar de uma universidade de padrão internacional, segundo as expectativas deste pesquisador.

Aventa-se aqui uma explicação exploratória, com base no referencial que se tem usado até agora. Essa explicação é parcial e pretende apenas apontar para aspectos da sociedade finlandesa, assim como possibilidades de futuras pesquisas sobre a particularidade desta vida social.

Ao que parece, a racionalização da sociedade finlandesa, tanto do ponto de vista cultural como social, molda estruturas motivacionais em seus agentes sem a incorporação de grandes desafios a serem superados. Não há arcaísmos contra os quais se tenha de lutar, tampouco um horizonte cultural que justifique irracionalidades do ponto de vista da dinâmica e organização institucional, contra o que os agentes sociais se vejam imbuídos de energia para transformar. As atividades cotidianas dos pesquisadores desempenham um papel devidamente situado na dinâmica da vida social e são incorporadas por esta sem grandes tensões.

O Estado de Bem-Estar de padrão escandinavo, a educação básica considerada das melhores do mundo e uma economia de base tecnológica bastante avançada, parecem fazer interiorizar no sistema social de personalidade papéis sociais muito bem definidos, para os quais há pouco que se possa fazer em termos de racionalização social e cultural. Uma peculiaridade se soma a esse processo, o fato mostrado por Dutton (2010) de a sociedade finlandesa não valorizar culturalmente os níveis de consumo conspícuo às sociedades capitalistas desenvolvidas. Sendo assim, não se aceita o desenvolvimento tecnológico como um fim em si mesmo. A introdução irrestrita e desenfreada de artefatos tecnológicos como mediação das práticas sociais não encontra significação nessa sociedade,

logo o trabalho de pesquisa tecnológica não se orienta à produção de artefatos sem outra utilidade senão a de fascinar um certo espírito fetichista em relação à tecnologia.

Por outro lado isso poderia indicar uma tendência à resolução administrativa das questões e conflitos sociais. A articulação de cultura e instituições racionalizadas pode tornar previsível e técnica toda operação e dinâmica social, criando uma tendência à reclusão dos agentes sociais a suas esferas privadas – o que explicaria também a ausência de entusiasmo e de uma dedicação integral ao trabalho por parte dos pesquisadores, como colocou o último entrevistado. Mesmo que o desenvolvimento científico e tecnológico não seja um fim em si mesmo, o avanço dos limites do conhecimento e dos potenciais tecnológicos da sociedade sempre traz a tona questões antes impensadas, problematizações da vida social e possibilidades de soluções que surgem apenas com uma melhor compreensão das propriedades e dinâmica por trás dos fenômenos que se observa no cotidiano. Mas as entrevistas de pesquisadores finlandeses não mostram exatamente um profissional desinteressado por seu trabalho. Pelo contrário, a curiosidade e o desafio da explicação científica da realidade apareceram como grandes motivadores desses profissionais, somado a uma compreensão realista e pragmática de seu papel social.

Ademais, o fato de a sociedade finlandesa ter encarado a crise econômica pela qual passou durante as décadas de 1980 e 1990, alterando radicalmente a sua base industrial-tecnológica, não dá indícios de uma vida pública conduzida administrativamente. Fosse este o caso, seria preferível, do ponto de vista dos próprios agentes, superar a crise fortalecendo setores econômicos tradicionais através de políticas econômicas conservadoras a ter de propor e iniciar uma série de transformações nas ações econômicas costumeiras do país. Tais transformações implicaram encarar instabilidades sociais e econômicas inerentes à reconfiguração dos papéis sociais e da relação entre os mesmos, que em tempos de estabilidade econômica encontram-se bem definidos e estabilizados. Visões de mundo racionalizadas nos sistemas sociais de personalidade podem facilitar esse processo, na medida em que tais sistemas não se estruturam com base em situações sociais concretas, mas em princípios abstratos. Estes permitem aos mesmos visualizar situações sociais concretas (radicalmente) diferentes sem que com isso percebam uma perda de sentido cultural em suas atividades cotidianas.

O caso brasileiro é bastante contrastante em relação ao finlandês. Apesar das alegadas tentativas de desenvolver a economia brasileira com o recurso da atividade

científica, percebem-se grandes dificuldades na efetivação dessa realidade. Os pesquisadores alegam falta de reconhecimento social, entraves burocráticos e empresários pouco propensos a gastar com ciência e tecnologia. Não obstante, justificam suas atividades com base na ideia de que somente estas são capazes de desenvolver o país, o que será efetivado quando se lhe der o devido apoio e reconhecimento.

O ES brasileiro não passou pela fase escolástica das universidades, como na Europa. Mas formou-se a partir do encontro entre escolas profissionais isoladas e institutos de pesquisa científica. Os cientistas que vieram para cá para estruturar as primeiras escolas e institutos de pesquisa, já estavam imbuídos da mentalidade da ciência moderna, como por exemplo Claude Henri-Gorceix, da Escola de Minas de Ouro Preto (CARVALHO, 2010). Personalidades históricas como Oswaldo Cruz, que trabalhou no Instituto Pasteur, enquadra-se na mesma categoria. A questão, como diz Florestan Fernandes (2006), foi o constrangimento estrutural que uma vida social arcaica exerceu sobre uma instituição moderna e como esta teve de se adaptar àquela.

Esses constrangimentos estruturais ao crescimento do ES no Brasil podem, hoje, ser observados através do estrito controle previsto na legislação e atos administrativos aqui analisados. Também foi mencionado o controle exercido por conselhos colegiados sobre as atividades de pesquisa, que regulam e financiam autonomamente suas próprias atividades de pesquisa institucionalizadas em programas de pós-graduação no país. Assim, o fato desses pesquisadores, em circunstâncias tão exclusivas, se verem como responsáveis pelo desenvolvimento nacional, parece um fenômeno limite, como um fenômeno ideal-típico, em que o sentido dado às ações pelos próprios agentes aparece com alto grau de univocidade. Existe aí uma moral de conduta altamente idealizada, sendo gestada sobre estruturas institucionais extremamente seletivas. Trata-se de uma moralidade cuja promessa feita à sociedade carece de respaldo prático, mas que tenta servir de justificação à institucionalização da atividade científica e ao investimento social nessa atividade. Através dessa espécie de suspensão sobre vida social, de uma institucionalização à revelia de processos legitimatórios fundamentados publicamente, os agentes dessa atividade são capazes de colocar no horizonte de seu próprio dever profissional algo como a criação de uma sociedade desenvolvida, funcional e racional.

Como se pode ver, esta tese articula uma explicação histórico-estrutural na resposta ao problema de pesquisa. Iniciou-se com a discussão institucional, sobre as teorias

do ES, ao que se seguiu a investigação da legislação dos SES nacionais, onde se pode observar que no Brasil existe uma institucionalização burocrática e na Finlândia uma institucionalização público-racional. Após a discutir a teoria sobre a racionalização social e cultural, e situar a noção de dever como crivo de análise das estruturas de consciência moral das sociedades modernas, analisou-se historicamente o processo de institucionalização de cada SES nacional e a formação do sistema social de personalidade de cientistas em cada um deles, através das entrevistas realizadas no Brasil e na Finlândia.

No caso brasileiro, vê-se que em um SES cujas instituições têm coordenações burocrática e colegiada preponderantes, estas blindam a atividade científica da discussão pública, como reflexo da sua pouca legitimidade perante a vida social. Isso explica por que pesquisadores tendem a associar seus próprios interesses aos da sociedade. Pelo fato de, no caso brasileiro, as coordenações colegiadas e burocráticas serem preponderantes, os pesquisadores afirmam publicamente a necessidade e legitimidade 'a priori' de suas atividades, o que decorre exatamente da ilegitimidade das mesmas. Os investimentos em pesquisa são garantidos por decretos, atos administrativos e decisões de corpos colegiados que formam parte da própria burocracia do Estado. Dessa forma a regulação de suas atividades não passa pelo crivo de um poder público deliberativo, inexistindo projetos de investimento em ciência e tecnologia de longo prazo, que expressem de alguma maneira uma projeção racional de objetivos para a atividade científica e tecnológica. Como disseram os próprios pesquisadores, o que existe são os 'modismos' dos editais, pois os projetos são circunstanciais, de curto prazo e impostos de cima para baixo. É o reflexo da inexistência de um espaço público de formação discursiva das vontades, onde se estabeleça um horizonte político ao qual se persegue e para o qual a ciência e tecnologia tem um papel fundamental na consecução de seus objetivos concretos.

É, portanto, o próprio agente da atividade científica que se propõe a produzir inovação na, e desenvolver a economia brasileira, resultado do confronto da orientação cognitivo-instrumental de sua profissão com a realidade política e social permeada de arcaísmos. Mas ao fazer isso, esse agente mobiliza uma noção de dever referente a carências e expectativas sociais que ele percebe através de sua perspectiva profissional, explicitando uma moral estamental de seu papel na sociedade, ou seja, uma visão moral não racionalizada que molda e determina sua orientação cognitivo-instrumental.

A tipologia construída para se compreender essa realidade, a de uma institucionalização burocrática, remete a um curso de ação histórico que se fez chegar à atual configuração estrutural do SES brasileiro. Essa legitimidade que se resolve idealmente, pois inexistente concretamente, tem a ver com o padrão de modernização brasileiro, que congrega modernização institucional com uma esfera cultural não-racionalizada. Ou seja, no Brasil a modernização social não se viu desimpedida quando da racionalização das visões de mundo culturais⁵¹, mas foi mesmo moldada e conduzida por um horizonte moral não-racionalizado para atender aos interesses dos agentes portadores desse horizonte em preservarem suas posições sociais privilegiadas. Por isso, a conduta sistemática de cientistas, convictos da importância de sua atividade, deparou-se com uma vida social permeada de privilégios sociais justificados moralmente, o que dotou o processo de institucionalização das práticas científicas e tecnológicas de características peculiares (expressas nas normas do SES brasileiro).

No Brasil não é possível dizer, como o fez Weber (2004; 1964), que a racionalização cultural foi determinante para a consolidação de subsistemas de ação racional com relação a fins (economia e Estado modernos), formando uma ética racionalizada orientadora da consolidação destes subsistemas. Como já afirmaram os clássicos do pensamento social brasileiro, o Brasil, tal como se lhe conhece, foi erguido como resultado da expansão do império mundial do capitalismo mercantil português. A economia moderna brasileira não se consolidou pela ação de grupos 'revolucionários' sobre os destroços de uma economia de tipo feudal, como a burguesia europeia o fez desde o século XVII e XVIII. No Brasil, grupos de mentalidade colonial circundantes aos senhores de engenho, nódulos personalistas e autoritários da vida social brasileira, desde o início dominaram uma economia de tipo capitalista.

A especificidade desse processo é que a racionalização societária que dele derivou sempre contou com um componente ético particularista. Como disse Florestan Fernandes (2006), os princípios universalistas do racionalismo econômico, como a livre iniciativa, o livre mercado, a igualdade perante a lei, foram todos tomados como prerrogativas exclusivas dos grupos que tiveram êxito em dominar a vida política e

51 Tal o fundamento da tese weberiana sobre a ética protestante, fonte da qual bebem Habermas (1984) e Ladrière (2001) para falar da racionalização das visões éticas da modernidade. Estes autores acrescentam também a importância das visões de mundo dos escolásticos, humanistas, engenheiros e artistas da Renascença, que liberaram através da prática da pesquisa e da criação artística as potencialidades das imagens do mundo racionalizadas de tipo cognitivo e expressivo.

econômica brasileiras. Foi através desse monopólio de princípios que os senhores e patriarcas da vida social brasileira adquiriram uma consciência burguesa e introduziram a modernidade no país, pondo fim, por exemplo, à escravidão sem debater o estatuto da cidadania. Após um tumultuado período republicano, em que prevaleceu a dominação e as disputas oligárquicas, com golpes de Estado e outras tentativas mal sucedidas, instalou-se uma ditadura em 1964. Então, a autocracia e o mandonismo das elites brasileiras se fizeram sentir até a década de 1980. Mas também durante a transição democrática as estruturas sociais que permitiriam uma ruptura com o padrão de modernização conservadora foram barradas. Durante esse período, se restringiu o debate público a uma negociação entre elites, com seus interesses particularistas irreduzíveis entre si, combinada à atenção sócio-estatal às demandas populares – sendo esta última talvez a inovação mais impactante da atual democracia para o padrão de modernização pelo alto próprio à sociedade brasileira.

Essa cultura não-racionalizada, moldando e impulsionando a modernização institucional, configurou uma fraca institucionalização da ciência e tecnologia no Brasil, uma institucionalização marcada pela seletividade dos aspectos que lhe corroboravam. Isso principalmente no que diz respeito à administração pública, que foi historicamente o lócus da pressão pela racionalização e modernização das estruturas societárias do país. Os quadros de cientistas e o conhecimento produzido na academia parecem ter encontrado aí seu destinatário mais receptivo. Assim é que as garantias institucionais para o desenvolvimento da atividade de pesquisa no Brasil foram conquistadas na articulação de uma conduta metódica baseada nos valores da ciência, moldada entre um grupo de pesquisadores ao longo da história brasileira (especialmente entre aqueles dos institutos de pesquisa do século XIX e início do XX), e a percepção entre agentes estatais de que a atividade científica seria indispensável social e economicamente se se quisesse modernizar o país. Esta percepção, claro, foi ganhando proporção ao longo da história, o que explica a extrema fragilidade das instituições científicas no início do século XIX (em que mais importante socialmente foram o controle da modernização e a preservação das posições de privilégio estamental), sua consolidação a partir de 1930 (quando se iniciam os esforços pela industrialização do Brasil), e os pesados incentivos após o golpe militar (período em que a indispensabilidade da ciência e da tecnologia se tornou flagrante para os projetos de modernização pelo alto deste regime).

Desse modo, a institucionalização da atividade científica no Brasil foi marcada pelo privilegiamento negativo de seus agentes. Ela não aconteceu como resultado do reconhecimento social de seu papel legítimo. O processo foi de uma institucionalização burocrática, em que algumas oportunidades estruturais de modernização da sociedade brasileira foram percebidas e aproveitadas por, de um lado, políticos interessados e comprometidos com esta modernização (sem abalar o *status quo*) e, de outro, agentes sociais que moldaram uma conduta sistemática dedicada aos valores científicos. Na ausência de um horizonte moral racionalizado capaz de assentar a atividade científica, conferindo-lhe sentido em meio à vida social, a administração pública burocrática foi o destino mais provável do processo da institucionalização desta atividade. Logo, a confluência dessas ações encontrou como barreira e apoio um horizonte moral não-racionalizado. Os pesquisadores brasileiros se constituíram assim como um estamento negativamente privilegiado, o que acontece quando a institucionalização não decorre do reconhecimento do estilo de vida e das atividades exclusivas de um determinado grupo, mas da sua tolerância por determinados segmentos sociais dada a indispensabilidade dessas atividades. O grupo assim privilegiado, então, projeta sua dignidade social no futuro, quando o ideal de reconhecimento pretende ser realizado. Para justificarem a demanda por reconhecimento erigem como dever profissional o desenvolvimento da sociedade como um todo, o que se denomina aqui uma moral estamental do dever.

Historicamente, indivíduos e grupos interessados no desenvolvimento da atividade científica e tecnológica formaram uma conduta de vida sistemática com esse fim, imersos na perspectiva de que esse desenvolvimento traria esclarecimento e a erradicação de problemas como a fome, doenças e as injustiças sociais. No Brasil, a ciência não foi o ponto de vista culminante da racionalização cultural. Na verdade, esses profissionais parecem ter assumido no Brasil o papel de paladinos da civilização, o qual foi negligenciado e até mesmo negado pela burguesia brasileira. Fenômeno óbvio, uma vez que a burguesia não teve de lutar contra o antigo regime brasileiro, mas adaptar-se ao novo regime capitalista. Foi somente através da orientação cognitivo-instrumental dos cientistas que um setor da sociedade percebeu que a modernização brasileira sempre esteve aquém da sua potencialidade, e que essa situação de atraso se deve às injustiças e irracionalidades da organização social brasileira.

O Brasil, em que a racionalização ética não contou com um fator poderoso como a reforma protestante, sentiu muito mais fortemente os efeitos da contrarreforma católica. Para compreender aspectos da racionalização cultural brasileira, a formação de uma conduta racional sistemática entre cientistas e pesquisadores pode ser considerada muito relevante. Personalidades históricas como Oswaldo Cruz, Belisário Pena, Carlos Chagas, os Irmãos Villas-Bôas, César Lattes, etc., foram determinantes para o fomento da racionalidade científica e o desenvolvimento dessa atividade no país. Esses agentes históricos foram convictos de que assim trariam desenvolvimento à sociedade, melhorando as condições sanitárias das populações urbanas e rurais e indígenas, as tecnologias e sistemas de mobilidade, desenvolvendo a indústria nacional e garantindo bem-estar à sociedade em geral através da erradicação de doenças e da fome.

Oliveira (1997), nesse mesmo sentido, traça um paralelo entre a Revolução Política de 1930 e a Revolução Científica pasteuriana na qual se formou o grupo de Oswaldo Cruz. Assim como a Revolução de 30 viera para racionalizar a política nacional, a ciência vinha para desmistificar a ignorância das elites urbanas. Esses médicos sanitaristas, como soldados de uma revolução científica (da microbiologia), passaram a se opor ao sistema político da velha República, e fizeram de ambas as posições máximas de suas ações higienistas.

Essa discussão histórica permite compreender a interiorização de estruturas de consciência moral particularistas no Brasil. Os cientistas das áreas tecnológicas em instituições de pesquisa de ponta não fogem à regra. Soma-se a tal estrutura o fato de que são estratos negativamente privilegiados, ou seja, tolerados em função de sua indispensabilidade à vida social moderna. Apesar do isolamento em relação à vida social, a pouca legitimidade da atividade de pesquisa científica impele aos agentes da mesma buscarem esse reconhecimento. A investigação racional e os procedimentos cognitivo-instrumentais da atividade científica são então justificados a partir de uma promessa de que o conhecimento produzido trará desenvolvimento à sociedade.

As entrevistas com pesquisadores universitários brasileiros deixam evidente as conexões entre cultura, sociedade e personalidade brasileiras aqui discutidas. A maneira como esses agentes mobilizam a noção de dever para justificar sua atividade profissional mostra claramente uma adesão aos valores não-racionalizados da modernidade brasileira. Tal adesão é somada a seu status social negativamente privilegiado. Seu senso de dignidade

social se refere ao futuro, exatamente nos termos colocados por Weber (1982). Toda dignidade desse grupo promete ser realizada assim que os governos invistam pesadamente em ciência e que a sociedade lhes dê o apoio necessário. Seu senso de dever, portanto, não tem a ver com a interiorização de uma racionalidade ética universal, formando uma conduta convicta acerca de seu papel no mundo. Seu senso de dever tem a ver com expectativas sociais concebidas através de uma orientação cognitivo-instrumental (próprio do fazer científico) a partir da esperança por uma honra social da qual se encontram atualmente destituídos. Esse grupo almeja, portanto, o reconhecimento social, formando para isso um senso de dever tradicionalista de conotação estamental.

É preciso não esquecer também que apesar da seletividade do apoio dado à produção científica e tecnológica, naquilo em que ela se mostra necessária à modernização social com vistas à preservação de privilégios, sua instituição tem uma legalidade própria, que lhe confere especificidade e resistência à sua instrumentalização pura e simples. Além do mais, a produção científica é uma atividade significativamente internacionalizada, cujos critérios e procedimentos tendem a alcançar uma projeção pública para além dos limites nacionais. Cria-se uma tensão latente, pois a investigação empírica e racional da realidade, conduta própria aos pesquisadores, coloca em risco a estabilidade dos privilégios convencionais. Por isso a atividade científica volta-se a uma realidade a qual se aspira, afastando-se da vida prática de fato existente, o que explica o comportamento livresco e descolado da realidade que muitos autores veem entre os agentes da atividade científica no Brasil. De certo modo, explica também a percepção de que a ciência brasileira seja dependente dos centros de produção mundial, pois a referência contextual para o racionalismo científico não está dada na sociedade brasileira, logo se lhe busca alhures. No limite, cria-se uma conduta metódica de completo alheamento da vida prática, como o caso do pesquisador que rechaçou o reconhecimento social como algo indevido à sua atividade. Sua estabilidade em um importante centro de pesquisa brasileiro permite-o não apenas perceber a ausência de reconhecimento social da sua atividade, mas virar-lhe mesmo as costas.

Há um grande contraste entre a racionalidade científica, com a qual trabalha o pesquisador e a realidade de sua vida cotidiana. Esta rotura investe o pesquisador de uma estrutura motivacional em direção à (tentativa de) transformação do mundo. Mas essa tentativa não tem como objeto o mundo como ele é. Encontra-se, pelo contrário, idealizada a

partir de sua orientação cognitivo-instrumental condicionada pela busca de reconhecimento social, do qual se encontram destituídos. Essa posição na verdade representa a busca pelo mesmo status privilegiado de outros grupos que ocupam o Estado brasileiro e, portanto, a aceitação dos mesmos procedimentos estamentais que os guiam. Na tentativa de transformar o mundo a partir da inteligibilidade que a ciência lhes confere, os pesquisadores encontram-se imbuídos dos particularismos da cultura em que vivem e aspiram ao privilegiamento positivo, comum a tantos outros grupos que ocupam tradicionalmente o Estado. É em torno dessa aspiração e da aceitação dos valores e procedimentos morais dessa realidade social que se forma a noção de dever estamental dos cientistas brasileiros.

A conduta sistemática dos pesquisadores brasileiros parece se formar justamente na interseção entre a adesão a um horizonte ético particularista e o horizonte científico de inquirição racional da realidade. Tem-se aí dois processos formativos que se complementam mas que também se chocam, pois a atividade científica, com critérios próprios internacionalizados e baseados no uso da razão, não respeita os limites pré-definidos de padrões de dominação tradicionais, que resistem à sua avaliação racional. Ao mesmo tempo, seus agentes aderem aos procedimentos dessa realidade projetando o alcance de sua dignidade social no futuro. Trata-se de uma tensão que está na base do processo de modernização brasileiro. Ela cria um senso de dever em relação ao, e o engajamento dos pesquisadores em favor do desenvolvimento do país, que periodicamente enfrenta os revezes da sua ilegitimidade, mas que ao mesmo tempo e por isso mesmo adquire a pretensão de ser um grupo destacado e dominante diante do conjunto da vida social, pois responsável por seu desenvolvimento.

Como contraste, na Finlândia, não existe, entre os entrevistados, nenhuma representação desmedida e grandiosa de suas atividades. Mas isso não lhes significa qualquer demérito das mesmas e/ou de seu papel na sociedade. É inevitável, em um ambiente racionalizado, que uma atividade profissional se perca em meio às milhares de ações que constituem a vida social e que as diferentes atividades, portanto, se equiparem em importância na dinâmica social.

Fazer frente a uma vida pública conduzida administrativamente não está em barrá-la como tal, mas em fundar um sentido ético racional que a englobe. A dificuldade se encontra no fato de que a racionalização da esfera moral não devolve ao indivíduo uma importância exclusiva, perdida em meio à massa da população e às regras técnicas de seu

comportamento cotidiano. Opor uma máxima particularista, um sentido arbitrário, à tecnificação da vida em sociedade não serve senão como reafirmação de personalidades insubmissas, incapazes de constituir uma vida ética racional. Trata-se da insustentabilidade de um acordo coletivo durável entre barões, como disse Holanda (1995).

Diante das limitações empíricas da existência e da impossibilidade de se prever o curso futuro dos acontecimentos no mundo, resta à razão prática, coloca Kant (1996), buscar em cada ação uma universalidade possível como seu sentido fundador, abrindo assim no horizonte a possibilidade do convívio ético racional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Andrew D. **The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labor**. University of Chicago Press, 1988.

ABBOTT, Andrew D. **Chaos of Disciplines**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BALBACHEVSKY, Elisabeth e HOLZHACKER, Denilde O. **A profissão acadêmica no Brasil: evolução nos últimos 10 anos**. Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, n. 02, 2005.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 23ª ed., 1993.

BERDAHL, Robert. Academic freedom, autonomy and accountability in British. In: **Studies in Higher Education**, v. 15, n. 2. 1990.

BISASO, Ronald. Organisational Responses to Public Sector Reforms in Higher Education in Uganda: a Case Study of Makerere University. **Journal of Higher Education Policy and Management** 32 (4) (July 8) 2010: 343–351.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 2001.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de Maio de 2006**. 2006. Available at: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79>. Accessed in 30 of October of 2011.

BRASIL. Capítulo IV: da Educação Superior. In: _____. **Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996**. 1996. Available at: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm#art54%C2%A72>. Accessed in 30 of October of 2011.

BRITO, R. M. de. **100 anos de UFAM**. Anais da 61a Reunião Anual da SBPC - Manaus, AM - Julho/2009

CARAMANI, Daniele. **Introduction to the Comparative Method with Boolean Algebra**. Los Angeles: SAGE, 2009.

CALHOUN, Craig. Civil Society/Public Sphere: history of the concept. In: **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Amsterdã: Elsevier, 2001, p. 1897 – 1903.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CARVALHO, José M. de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Available at: <http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=CARVALHO_Jose_Murilo_de_%20A_Escola_de_Minas_de_Ouro_Preto.pdf>. Accessed in 2 of June of 2011.

CLARK, Burton. **Academic Power in Italy: bureaucracy and oligarchy in a national university system**. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

CLARK, Burton. The Many Pathways of Academic Coordination. In: **Higher Education**, n. 8, p. 251-267, 1979.

CLARK, Burton. **The Higher Education System: Academic Organization in Cross-National Perspective**. University of California Press, 1983.

COLLINS, Randall. **Sociología de las Filosofías**. Barcelona: Hacer, 2005.

COMBESSIE, Jean-Claude. **O Método em Sociologia: o que é, como faz**. São Paulo: Loyola, 2004.

CORRÊA, Máira B.. **O Brasil na Era do Conhecimento: Políticas de ciência e tecnologia e desenvolvimento sustentado**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2003.

CUNHA, Luiz Antônio C. R. da. **A Universidade Temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas**. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 2007.

DILL, David D. The Regulation Of Public Research Universities: changes in academic competition and implications for university autonomy and accountability. In: **Higher Education Policy**, 14, p. 21–35. 2001.

DOBBINS, Michael; KNILL, Christoph; VÖGTLE, Eva Maria. An analytical framework for the cross-country comparison of higher education governance. In: **Higher Education**, v. 62. 2011.

DURHAM, Eunice R. **As Universidades Públicas e a Pesquisa no Brasil**. Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, n. 09, 1998.

_____. **O Ensino Superior no Brasil: Público e Privado**. Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, n. 03, 2003.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- DUTTON, Edward. Latent Social Class Terms and Consumer Culture in Finland: "Porvari," "Amis," and "Pummi". In: **Arctic Anthropology**, Volume 47, Number 1, 2010, pp. 94-108
- EL-KHAWAS, Elaine. The impact of economic crises on American universities: lessons from the past. In: **Higher Education Management and Policy**, vol. 23, n. 2, 2011.
- ELANDER, Camilla, Timo Aarveaara, e Ian Dobson. Brave New World. **Higher Education Management and Policy** 21 (2) 2009: 1–18. doi:10.1787/hemp-21-5ksj0twnffvl.
- FAIRWEATHER, James S. 1993. Academic Values and Faculty Rewards. **The Review of Higher Education** 17 (1): 43–68.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 2ª Ed., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- FERNANDES, Florestan. Universidade e Desenvolvimento. In: IANNI, O. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2006.
- FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Universidade de Brasília, ANPOCS, CNPq, 1990.
- FERRARI, Amílcar F. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, ano 1, Janeiro / Junho de 2002.
- FINLAND. **Government Decree on University Degrees 794/2004**. 2004. Available at: <<http://www.finlex.fi/en/laki/kaannokset/2004/en20040794.pdf>>. Accessed in 30 of October of 2011.
- FINLAND. **Universities Act 558/2009**. 2011. Available at: <www.finlex.fi/fi/laki/kaannokset/2009/en20090558.pdf>. Accessed in 30 of October of 2011.
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai e MOROSINI, Marília Costa. **Escola De Engenharia De Porto Alegre (1896-1934): Hegemonia Política e Construção Da Universidade**. GT 11. Caxambú, MG, 1996. <http://www.anped11.uerj.br/19/MOROSINI.htm>.
- FREITAG, Barbara. Prefácio. In: MOREL, Regina L. M. **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FREYRE, Gilberto. 2002a. Casa Grande & Senzala. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). **Intérpretes do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguiar.

_____. 2002b. Sobrados e Mucambos. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). **Intérpretes do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguiar.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

GALLEN, Jarl. As Relações Culturais com os Países Ocidentais. In: **Finlândia: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Livrarias S.A., 1971.

GUERRINI, Daniel. A regulação estatal dos investimentos em pesquisa no Brasil. In: **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 2, p. 65-85, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Ciencia y Técnica como “ideologia”**. Madrid: Tecnos, 5ª ed., 2007.

HABERMAS, J. **La Reconstrucción del Materialismo Histórico**. Madrid: Taurus, 1986.

HABERMAS, J. Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 26, março de 1990 (a).

HABERMAS, J. **Teoria y Praxis**. 2ª Ed. Madrid: Tecnos, 1990 (b).

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**, v. 1, Reason and the Rationalization of Society. Boston: Beacon Press, 1984.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**, v. 2, Lifeworld and System: a critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1989.

HABERMAS, J. En que consiste la 'racionalidad' de una forma de vida? In: _____. **Escritos de moralidad y eticidad**. Barcelona: Paidós, 1991 (a).

HABERMAS, J. **The Structural Transformation of the Public Sphere: an inquiry into a category of Bourgeois Society**. Cambridge: MIT Press, 1991 (b).

HEGEL, Georg Wilhelm. **O Sistema da Vida Ética**. Lisboa: Edições 70, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖLTTÄ, Seppo, and Jaakko NUOTIO. Academic Leadership in a Self-Regulative Environment: A Challenge for Finnish Universities. **Tertiary Education and Management** 1 (1) 1995: 12–20. doi:10.1007/BF02354090.

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KANT, Immanuel. **Fundamentación de la Metafísica de las Costumbres**. Madrid: Espasa Calpe, 12ª ed., 1996.

KAUKONEN, E., and M. NIEMINEN. Modeling the Triple Helix from a Small Country Perspective: The Case of Finland. **Journal of Technology Transfer** 24 (2-3) 1999: 173–83.

KIVISTÖ, Jussi. **Agency Theory as a Framework for the Government-University Relationship**. Tampere: Tampere University Press, 2007.

KOHTAMÄKI, Vuokko. **Financial Autonomy in Higher Education Institutions: perspectives of Senior Management of Finnish AMK Institutions**. Tampere: Tampere University Press, 2009.

KUAKO, Jaakko e DIOGO, Sara. Comparing higher education reforms in Finland and Portugal: different contexts, same solutions?, **Higher Education Management and Policy**, Vol. 23, n. 3, 2011.

LALANDE, Andre. **Vocabulario Tecnico y Critico de La Filosofia**. Madrid: El Ateneu, 1953.

LAPERCHE, Blandine; UZUNIDIS, Dimitri. The impacts of reforms on research and innovation in France: direction, planning and co-ordination. In: **Higher Education Management and Policy**, v. 23, n. 2. 2011.

LADRIÈRE, Paul. **Pour une sociologie de l'éthique**. Paris: PUF, 2001.

LUKÁCS, Gyorgy. **History and Class Consciousness**. Cambridge: MIT Press, 1971.

LYYTINEN, Anu. **Finnish Polytechnics in the Regional Innovation System: towards new ways of Action**. Tampere: Tampere University Press, 2011.

MAHONEY, James. Comparative-Historical Methodology. In: **Annual Review of Sociology**. 2004, n. 30, p.81–101.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARCUSE, Herbert. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In: _____. **Cultura e Sociedade – vol. 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante. 1997.

MAYER, Kurt B. **Classe e Sociedade**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1967.

MOREL, Regina Lúcia Moraes. **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico: um século de história (1827-1927)**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins : Salamandra, 1987.

MORLINO, Leonardo. Problemas y Opciones en la Comparación. In: SARTORI, G. e MORLINO, L. **La Comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

NEVES, Clarissa E. B. Reforma e Desafios da Educação Superior: o Processo de Bolonha dez anos depois. In: **Sociologia & Antropologia**, v. 01, n. 01, p. 181-207, 2011.

NOBLE, David F. 1998. Digital Diploma Mills: The Automation of Higher Education. **First Monday** 3 (1) (January 5).
<http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/569/490>.

OLIVEIRA, Renato de. **Éthique et médecine au Brésil**. Étude sur les rapports entre le débat sur l'éthique médicale et la participation politique des médecins brésiliens dans la période 1978-1988 – v. 1 e 2. (Tese de doutorado apresentada à E.H.E.S.S., Paris, setembro de 1994). Lille: Presses Universitaires de Lille, 1997.

OLIVEIRA, Renato de. **Ética, política e economia no Brasil: para além da crise do Governo Lula**. Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política – Lisboa, março de 2006. Disponível em
<http://www.apcp.pt/xms/files/Congressos/Programa_IICONGRESSO.pdf> Acesso em 03 de abril de 2014.

OLIVEIRA, Renato de. **Inovar as IES Comunitárias para inovar a sociedade riograndense**. Trabalho não publicado, set. de 2011.

OLIVEIRA, Renato de; NEVES, Fabrício; GUERRINI, Daniel; e KOPPE, Leonardo. Inovação Tecnológica No Brasil: Questões Éticas Da Ação Social Em Uma Economia Semiperiférica. **Parcerias Estratégicas** 14 (29) (jul-dez) 2009: 59–74.

PEDROSA, Mário. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PEKKOLA, Mika. Neoliberal Politics of Innovation and its Opposition at the University: The Case of Finland. In: **The International Journal of Inclusive Democracy**, Vol. 5, No. 2, Spring, 2009.

PIERUCCI, Antônio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 37, São Paulo, junho de 1998.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PUNTILA, L. A. **The Political History of Finland: 1808-1966**. Helsinki: The Otava Publishing CO., 1975.

PYLKKÄNEN, Anu. Transformation of the Nordic Model: From Welfare Politics to Gendered Rights. In: **Canadian Journal of Women and the Law**, v. 19, n. 2, 2007, pp. 335-354.

QUIVY, Raymond; CAMPENHAUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 5ª ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001.

SALLES FILHO, Sergio. Política de Ciência e Tecnologia no I PND (1972/74) e no I PBDCT (1973/74). **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, n. 2 Julho/Dezembro de 2002.

SANTIAGO, P. et al. **Tertiary Education for the Knowledge Society – v. 1 & 2**. Paris: OECD, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia & Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SEALE, C.; SILVERMAN, D. Ensuring rigour in qualitative research. **The European Journal of Public Health**, 7 (4), December 1, 1997: 379-384. doi:10.1093/eurpub/7.4.379.

SILIUS, Harriet. A Comparative Perspective on Finnish Higher Education Policy. **Higher Education** 16 (4) 1987: 417–32. doi:10.1007/BF00129114.

SMITH, Adam. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations, vol. I. In: CAMPBELL, R. H. and SKINNER, A. S. (ed.). **Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith, v. 2**. Indianapolis: Liberty Fund, 1981.

VÄLIMAA, Jussi. Uusi Yliopistolaki Ja Kansallisen Yliopistolaitoksen Yhtiöittäminen [New Universities Act and the Corporatization of National Universities]. In **Koulutus Ja Yhteiskunnan Muutos [Education and Social Change]**. by J. Ursin and J. Lasonen. Jyväskylä: Finnish Educational Research Association, 2010.

VERBITSKAYA, L.A. Academic Freedom and Current Public Policy. In: **Higher Education Policy**, v. 15, p. 341–346. 2002.

SAARIVIRTA, Toni. Finnish Higher Education Expansion and Regional Policy. In: **Higher Education Quarterly**, v. 64, n. 4, p. 353–372, October 2010.

SODRÉ, Nelson W. Morize e o Observatório Nacional. In: MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico: um século de história (1827-1927)**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins : Salamandra, 1987.

SOUZA, Jessé. **A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TERJE, Enkvist. **The History of Chemistry in Finland: 1828-1918**. Helsinki: 1972.

THIELEN, Eduardo Vilela e SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. 2002, vol.9, n.2, pp. 387-404.

TRAGTENBERG, Maurício. Apresentação. In: WEBER, Max. **Estudos Políticos: Rússia 1905 e 1917**. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. 2ª edição revista. São Paulo: UNESP, 2006.

WARIS, Heikki. Os Problemas e as Perspectivas da Política Social na Finlândia. In: **Finlândia: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1971.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, v. 1. Brasília: UnB, 1991.

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

_____. **Estudos Políticos: Rússia 1905 e 1917**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Weber: Political Writings**. LASSMAN, P.; SPEIRS, R. (eds.), New York: Cambridge, 1994.

_____. **The Sociology of Religion**. Boston: Beacon Press, 1964.

YLIJOKI, O.-H.; LYYTINEN, A.; MARTTILA, L.; Different Research Markets: a disciplinary perspective. In: **Higher Education**, v. 62, p. 721-740. 2011.

ANEXO

Questões que nortearam a construção do questionário:

- Como os cientistas justificam a necessidade de seu trabalho para a sociedade?
- Quais os argumentos utilizados pelos cientistas quando demandam apoio e investimentos da sociedade e governos?
- Como eles veem seu papel na sociedade?
- Como eles julgam o apoio governamental para atividades científicas específicas?

QUESTIONÁRIO – utilizado para as entrevistas

- 1) Quais suas motivações para buscar uma carreira como pesquisador?
- 1.a) Na sua opinião, a atividade científica tem reconhecimento da sociedade? Por quê?
- 2) Você acha que atividades científicas são importantes para seu país? Por que?
- 2.a) Por que sociedade e governos deveriam apoiar atividades científicas?
- 2.b) Você acha que a sociedade se beneficia com seu trabalho? Como?
- 3) Você possui projetos de pesquisa em que empresas privadas estejam envolvidas como parceiras ou investidoras?
- 3.a) Como a ciência, na sua percepção, contribui para a inovação em companhias privadas e para a economia do país em geral?
- 4) As avaliações dos governos e suas medidas de regulação do trabalho científico afetam de alguma maneira suas atividades?
- 4.a) Os mecanismos de financiamento do governo existentes são satisfatórios na sua visão? Por quê?
- 4.b) Que tipo de incentivos / O governo oferece algum tipo de incentivo à atividade científica no seu país?
- 4.c) Na sua opinião o governo oferece algum tipo de entrave à produção científica no seu país?